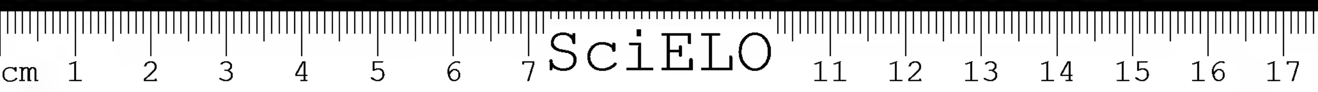

cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18 19


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL





ÚTIL COMO O JEEP-WILLYS



ESPAÇOSA COMO FURGÃO



CONFORTÁVEL COMO AUTOMÓVEL

Graças a tração nas 4 rodas Rural Willys as segura transporte útil e de confiança, com qualquer tempo e em qualquer estrada, seja na lama, no barro e no areião. Retirando-se o assento traseiro transporta grandes volumes e carga até 1/2 t com seu potente motor de 90 HP 6 cilindros. Oferece também máximo confôrto para 6 passageiros e espaço para mais bagagem e carga, com rodagem suave, facilidade de manejo e esplêndida visibilidade

RURAL-WILLYS

camioneta brasileira
com tração nas **4** rodas

CONHEÇA O VEICULO IDEAL PARA O CAMPO E A CIDADE

NOS CONCESSIONARIOS DA **WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S.A.** 



Aspecto do embarque de arroz do São Francisco em Propriá, Est. de Sergipe

SUMÁRIO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LXII — Janeiro-Fevereiro, 1959

62 ANOS



Assinalamos sempre, deste mesmo local, todos os meses de janeiro, os anos que vão sendo cumpridos pela Sociedade Nacional de Agricultura; melhor diríamos anos vencidos, já que muitos tropeços, enormes trabalhos, têm de ser superados pela determinação e pelo anseio de bem servir ao Brasil, servindo à sua Agricultura.

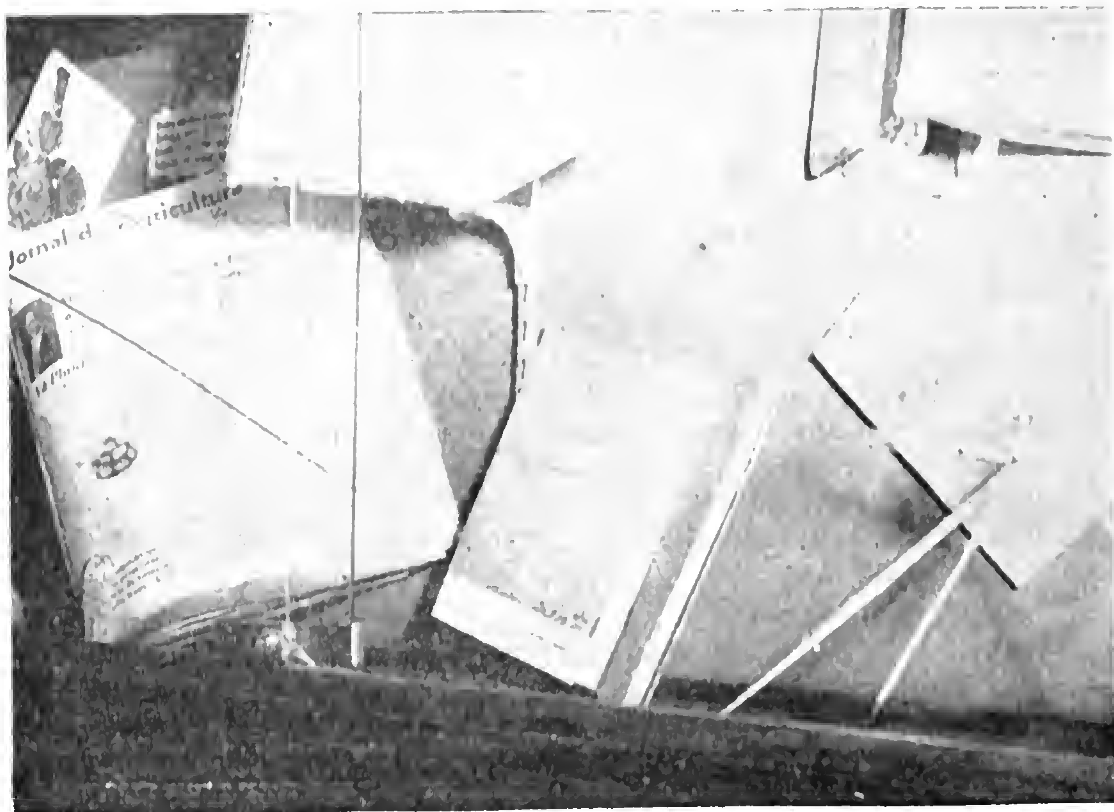
Ao acrescentar mais uma etapa à sua vida exemplar de dedicação à causa do alevantamento da nossa atividade rural, não desejamos voltar nossas vistas para o terreno percorrido. Êle foi árduo, mas os resultados aí estão e ninguém os pode negar. Alongamos agora nosso olhar para o extenso caminho à nossa frente : a consolidação da organização da classe, a implantação de serviços que só agora iniciam seus primeiros passos; a difusão do ensino agrícola; a melhoria da prática agrícola pela técnica; a atenção dos governos para as necessidades primárias da classe, pelo seu aparelhamento com o maquinário e demais elementos indispensáveis a uma produtividade razoável; a implantação do crédito agrícola em bases que realmente estimulem a atividade; o tratamento igual ao de outras atividades econômicas além de diversos setores que continuarão a exigir nossos acurados desvelos e nossa atenção.

Perseguiremos êsses objetivos altamente patrióticos seguindo normas que aliás sempre orientaram sistemàticamente a atuação desta Casa, em mais de meio século de ininterrupto trabalho em pról do Brasil.

Não nos devemos esquecer que, num país como o Brasil, 62 anos de permanência, de persistência, de continuidade, são qualquer coisa digna de apreço e atenção: não se trata de um entusiasmo passageiro, senão de algo de concreto, de há muito consolidado.

O nosso trabalho continuará sem desfalecimentos.

A MAIS ANTIGA REVISTA AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO NO PAÍS



Aspecto do mostruário de revistas agrícolas antigas, vendo-se ,em lugar de destaque, a revista A LAVOURA (o primeiro número, de 1897 e um número de 1958).

No momento em que a Sociedade Nacional de Agricultura comemora mais um ano de bons e relevantes serviços prestados à agricultura nacional, é digno de registro que o seu órgão oficial — A Lavoura —, é a mais antiga revista agrícola em circulação, no país.

Desde 1897, sem interrupção, vem A Lavoura, com larga penetração no interior, orientando e esclarecendo os ruralistas sôbre os mais palpitantes problemas que dizem respeito à expansão e progresso da nossa agropecuária.

Ainda agora, tal fato foi destacado pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, que, ao ensejo da passagem de seu 20º aniversário programou uma série de solenidades, entre as quais, o "Dia do Livro", comemorado no dia 18 de Dezembro.

Nesta ocasião, ao ensejo da inauguração das novas instalações da Seção de Publicações daquele Serviço foi organizado um mostruário da publicações do serviço e uma exposição de obras raras e antigas.

Entre as últimas, ocupou lugar de destaque, a nossa tradicional revista "A Lavoura".

No referido mostruário, ao lado do "Jornal da Agricultura", que não mais existe, encontravam-se, o último número da revista recebido pela S. I| A. (Novembro-Dezembro de 1958) conjuntamente com o primeiro número (Julho de 1897).

As comemorações do Dia do Livro constaram de:

a — Inauguração das novas instalações da seção de Publicações.

b - Palestra sôbre a importância do livro.

c — Prêmio ao leitor mais assíduo.

d — Distribuição de publicações e sorteio de coleções

Pelo justo e merecido destaque dado à "A Lavoura", merece o Serviço de Informação Agrícola e o seu diretor, os nossos aplausos.

DECISIVA A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA NA RENDA NACIONAL

Prof.
ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

É importante assinalar-se a evolução que vai alcançando a agricultura, isto é, a *economia rural* (produção agrícola, animal e extrativa vegetal) no conjunto da economia brasileira. Como é sabido, com exceção do trigo, de que, infelizmente, ainda sômos obrigados a receber dois terços do consumo nacional, a produção rural brasileira, apesar dos desperdícios de cêrca de 40%, atende ao consumo interno e contribui com 95% do valor global das nossas vendas para o exterior, o que representa 1.423 milhões de dolares. Os restantes 4,2% estão representados por produtos industriais e de mineração. O café em grão, o algodão em rama e o cacau em amêndoas representam os grandes produtos agrícolas da exportação, vindo em seguida, como de relativa importância, o fumo, o sisal, a banana, a mamona, a cêra de carnaúba, o pinho, a ervamate, couros e peles, carnes e outros.

Verifica-se ser grande o número de produtos rurais (22) que figuram na pauta da exportação brasileira.

Está evidente, pelo exposto, o papel que cabe à agricultura na economia nacional e representa uma contribuição de mais de 30% *para a renda nacional*. Daí porque a política nacional deverá obedecer a diretrizes que não desestimulem os agricultores, facilitando-se a entrada de produtos agrícolas estrangeiros em nossos mercados. Por outro lado, diretrizes seguras de ordem econômica e financeira deverão obedecer a um programa de reequipamento da agricultura nacional quanto à *produção* e *distribuição* por processos racionais para que possamos produzir a baixo custo e de boa qualidade, para vencer na concorrência nos mercados externos e abastecer os mercados internos.

Precisamos ter presente ser decisiva a contribuição da agricultura para a renda nacional.

A CONSERVAÇÃO DA FERTILIDADE DO SOLO AGRICOLA COMO SOLUÇÃO BÁSICA DA PRODUTIVIDADE

Um dos aspectos mais graves de nossa agricultura é o representado pelas migrações internas, a procura de terras férteis, cobertas de florestas, que são abatidas para a exploração, embora temporária, de cultivos a custa de humus acumulado nessas florestas. O solo cultivado continuamente, decorridos anos, não produzirá colheitas abundantes (de que o caso do café é a demonstração mais evidente). Essas terras perdem a fertilidade natural que possuiam e passam a ser consideradas cansadas. Seria preciso aduba-las para que pudessem continuar a ser cultivadas. Exauridas pelas colheitas são, no geral, abandonadas, indo o agricultor a procura de novas terras virgens cobertas de matas. Daí tem resultado o nomadismo, pelo deslocamento de populações rurais e, — o que ainda é mais grave — a formação de *desertos* resultantes de inevitável *desflorestamento*.

Deverá caber aos órgãos governamentais, por meio da *assistência agronomica* à classe rural, *orienta-la e auxiliá-la* no magno problema da *conservação da fertilidade do solo em nosso País*.

Como foi reconhecido pela ciência agronômica, o azôto, o fósforo, o potássio e o cálcio e os elementos menores catalíticos que, isoladamente ou em traços com os elementos minerais, constituem os fertilizantes que precisam ser restituidos aos solos cansados. Essas elementos fertilizantes são fornecidos pela indústria, ou isolados ou conjuntamente. O fosforo, de que os solos carecem e cujo consumo é elevado, sob a forma do superfosforo, o potassio e o calcio pulverizados e concentrados, é encontrado no Brasil, que possui ricas jazidas minerais ja em franca exploração.

Quanto ao potassio, não se conhece jazidas de valor economico no Brasil, como existem na Alemanha, França e Estados Unidos, e estamos assim sujeitos a importação.

Relativamente ao *azoto* em forma de fertilizante mineral, o Brasil não possui jazidas mas, a exemplo de outros países, poderá dispor, com a instalação de usinas para retirar azoto de ar atmosférico e produzir azoto nitrico, para a restauração da fertilidade do solo.

Tem-se a registrar como grande acontecimento para a agricultura nacional, prestando ao Brasil assinalado serviço, a feliz iniciativa da Petrobrás instalando a *Fábrica de Fertilizantes de Cubatão*, que utilizará como matéria prima os gases residuais da Refinaria Presidente Bernardes. O fertilizante produzido pela Petrobrás levará vantagem sôbre o salitre do Chile, de que somos forçados a importar por ser bastante rico em azto. Com a patriotica iniciativa da Petrobrás o Brasil, que não possui jazidas suficientes

de azoto mineral, ficará liberto da importação de adubos nitrogenados, que são de todo indispensáveis à conservação e *restauração* da fertilidade dos solos agrícolas.

Para compreender-se a inestimável colaboração que virá prestar à agricultura nacional, bastará considerar-se que a produção da fábrica será de 34 toneladas diárias de azoto nítrico e de amônio granulado, suficientes para atender ao consumo interno do País. Em benefício da agricultura nacional, nossos votos são para que a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão entre em perfeito funcionamento, e o Govêrno facilite os meios de assistência técnica aos agricultores por preço accessível. Todos os esforços devem ser envidados para facilitar adubos aos agricultores e proporcionar-lhe a devida orientação onde aplicá-los, de conformidade com as culturas e os solos.

Para a conservação e refertilização das terras sem o sacrifício do patrimônio florestal, carecemos traçar os *rumos da adubação* empreendimento que cabe às estações experimentais. Será com a adubação bem conduzida que o nosso agricultor poderá obter colheitas remuneradoras e abastecer o nosso país.

O rendimento das culturas depende da reação do solo. essa reação é indicada por um têrmo convencional chamado PH, que na maioria dos solos varia entre 3 e 10,5, com o valor 7 designando a exata neutralidade. Os valores abaixo de 7 indicam acides. Para a neutralização aplica-se a cal sob a forma de óxidos, hidróxidos ou carbonatos (calcáreo moído ou pulverizado). A calagem do solo tem tríplice efeito: físico, químico e biológico.



tudo melh rou



IRMA

a fazenda «CAPELA DOS C no município
de Guaratinguetá do Est Paulo

A MAIOR ORGANIZAÇ DISTRITO
FEDERAL A SERVIÇO AVOURA

NELSON BUENO ROSA
ADVOGADO

SAO PAULO, 10 DE JULHO DE 1951

A
CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABAO E ADUBOS
AV. PRESIDENTE VARGAS, 149, 6º ANDAR.
RIO DE JANEIRO

PREZADOS SENHORES :

Escrevo-lhes depois de algum tempo, podendo, assim, informá-los com segurança sôbre o andamento e resultados obtidos com adubação Cadal 11 em nosso cafezal existente na «Fazenda Capela dos Corrêas» há mais de quarenta anos. Como sabem, além daquele adubo, adicionei uns 20 ou 30 quilos de adubo de curral e palha de café aos cafeeiros, há um ano exatamente.

A diferença é tão grande entre essa parte do cafezal e uma parte restante deixada sem nenhum adubo, que tôdas as pessoas que visitam a Fazenda logo observam sem nenhum aviso, chegando uma delas, o sr. Itélio Felix Mota, de há muito grande fazendeiro no Paraná, a achar que as terras do Vale do Paraíba, uma vez adubadas, se igualam às férteis terras daquele Estado vizinho, tendo em vista o que pôde observar em a nossa Fazenda, com o velho cafezal completamente restaurado.

Basta ver o vêrde escuro e gorduroso das suas folhas e a floração que abotoa em todos os seus galhos, numa intensidade e constância, que já não se estava acostumado a ver naquele Vale, há bem mais de trinta anos.

Tanto assim que aquêle fazendeiro do Paraná, resolveu adquirir uma velha fazenda naquele Vale para... já viram..., plantar café com boa adubação enriquecida com o adubo «Cadal».

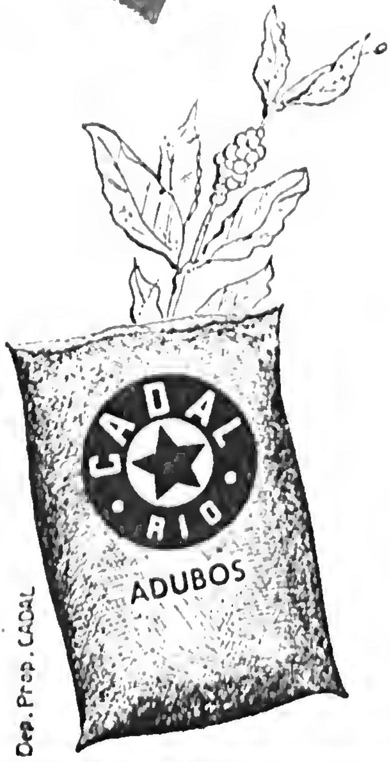
Não pensem que pretendo com isto fazer qualquer propaganda da sua firma. Estou relatando os fatos observados e que lá estão para quem quiser ver e concluir por sua conta e risco.

E por estar plenamente satisfeito com aquêle resultado obtido, quero que me enviem mais 5 toneladas do seu adubo Cadal para Café, do seu melhor tipo, pois, me convenci que numa adubação o que se deve exigir é a qualidade do produto, mormente numa época em que a mão de obra é difícil e custosa. Peço-lhes a máxima urgência na remessa, podendo remetê-la em nome de meu pai Maurilio Romeiro Rosa para Guaratinguetá, rua Visconde de Guaratinguetá, 171, por estrada de ferro informando-os de que o registro da Fazenda no Ministério da Agricultura é de n. 31.033, livro 32, pg. 7, atestado n. 39.663, livro 31, pg. 333. Peço-lhes enviarem, também, uma tonelada de adubo para cana. Será uma nova experiência.

Sem mais, agradeço-lhes pela atenção dispensada, e não levem a mal a minha exuberância num assunto alheio, pois, ... ainda sou um simples advogado militante com pretensões de agricultor

Atenciosamente.
Nelson Bueno Rosa

CAD L



CIA. INDUST L DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADO DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 — 12º andar — rópria) — Telefones : 42-0881 e 42-0115 — Fábrica : AVENIDA
AUTOMÓV 4.260 — ACARI — RIO DE JANEIRO

PRESIDENTES SIMÕES LOPES E TORRES FILHO

Inauguração do busto de Ildefonso Simões Lopes e do Pavilhão Torres Filho, por ocasião do encerramento do ano letivo na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

Por ocasião do encerramento do ano letivo na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura, foram programadas, no dia 19 de novembro várias solenidades.

Após o almôço no refeitório da Escola foram inaugurados o busto do saudoso presidente Ildefonso Simões Lopes e o Pavilhão Arthur Tôrres Filho, duas iniciativas da Sociedade Nacional de Agricultura para homenagear um presidente que tanto fêz pelo estabelecimento de ensino que a entidade mantém na Penha, e um presidente, que ainda à frente da Sociedade, tem sido um batalhador incansável pela causa do ensino profissional agrícola.

Foi lido, inicialmente, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira, o discurso do Presidente Arthur Tôrres Filho, vasado nos seguintes têrmos:

"O engenheiro Ildefonso Simões Lopes, com sua larga visão dos múltiplos aspectos da economia brasileira, quando presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, sempre compreendeu e propugnou pela organização da classe rural, pelo associativismo, para dar-lhe tôda a assistência social e elevar-lhe o nível de vida; e propugnou pelo aparelhamento técnico e organização didática do Aprendizado Agrícola que a Sociedade fundou em 1899, na administração do presidente Wenceslau Bello. Sempre atento aos fenômenos econômicos e sociais do Brasil, como país em rápido crescimento, o presidente Ildefonso Simões Lopes, alimentando o desejo de que se organizasse a agricultura e a pequena criação em derredor das cidades, para que elas pudessem ser supridas de produtos agrícolas, principalmente hortícolas. Era aspiração antiga da Sociedade Nacional de Agricultura efetuar a remodelação do tradicional Aprendizado o que pôde obter em 1937, com o apoio recebido do Dr. Getúlio Vargas, que facilitou a alienação de parte do terreno do Horto, com o que se fêz a remodelação e se criou a Escola de Horticultura Wenceslau Bello que, em cursos regulares e rápidos, tem disseminado o ensino médio profissional agrícola a todo o país.

A Diretoria resolveu na data de hoje de seu natalício que se inaugurasse junto ao Pavilhão Simões Lopes, o busto do eminente brasileiro, cuja passagem pelo Ministério da Agricultura e pela Sociedade, ficou assinalada pelos maiores e reais serviços prestados à agricultura nacional.

Quando com a atual conjuntura econômico-financeira, sentimos com o encarecimento do custo de vida está a cada passo exigindo o reajustamento de preços, o exemplo de Ildefonso Simões Lopes dotando o país de um modelar estabelecimento de ensino médio para a formação de horticultores tão necessários ao meio rural, justifica essa homenagem, que se torna, assim, uma das mais legítimas e justas que se poderia prestar a um grande brasileiro da estirpe de Ildefonso Simões Lopes."

A seguir, usou da palavra o Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, diretor tecnico da Sociedade Nacional de Agricultura e velho companheiro de Ildefon-



Grupo feito em frente ao busto do Dr. Ildefonso Simões Lopes, vendo-se entre outras pessoas o Prof. Arthur Torres Filho, o Dr. Luiz Simões Lopes, o Dr. Alvaro Simões Lopes, o Prof. Adamastor Lima, o Dr. Cyneas Lima Guimarães, o Sr. Luiz Marques Pollano e o Prof. Geraldo Goulart da Silveira.



Aspecto da assistencia, quando falava o Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho.

so Simões Lopes, que leu o seguinte discurso

"Minhas Senhoras
Meus Senhores

Algumas palavras serão por mim ditas, neste ambiente de saudades e alegrias, em que se procura mostrar aos moços de hoje, o valor de um brasileiro que soube dignificar a velhice, morrer môço e cooperando para o engrandecimento espiritual e material da Patria, que tanto e tanto soube amar.

Saudades que estão sendo aqui glorificadas por todos nós, pela alegria expressa num orgulho justificável, de poder enaltecer a figura de Ildefonso Simões Lopes, perante moços que serão velhos amanhã e que não dividirão a responsabilidade das nossas palavras neste dia em que se homenageia o simbolo da Pátria — a Bandeira.

O valor de um cidadão, meus jovens amigos, não está nos bens materiais que possui e nem tampouco nos preconceitos da origem, das posições ocupadas e da religião a que pertence.

É expressão da consciencia, dos sentimentos que emanam do coração, da convicção do poder da Fé para engrandecer à Vida, fazendo o Bem aos seus semelhantes e sacrificando-se pela Patria, em beneficio da coletividade que êle próprio pertence.

O valor de Ildefonso Simões Lopes está ai definido. Nascido rico e monarquista sabia ser pobre ao lado dos seus colegas, enaltecendo as qualidades, incentivando-os ao trabalho e a confiança que deviam neste depositar. Pregando à liberdade de sentimentos, combatendo à escravidão e o rebaixamento da matéria humana, seguia com os Mestres e colegas o destino que traçara, do sacrificio pelo Brasil que tanto amava.

Lutando, sem pensar nas vantagens materiais da vida, em comicios e formações marciais de moços idealistas, Simões Lopes vê-se republicano, feliz pelo dever parcialmente cumprido, por achar êle que consolidar a Republica era a continuação dos seus maiores sonhos.

Trabalhando, sempre com uma rigidez de principios invejável e entusiasmo de os realizar e transmiti-los aos moços, vencia dificuldades, formando adeptos e consagrando-os aos ideais da Pátria.

Passava pelas posições deixando exemplos dignos a seguir e o reconhecimento dos que apreciam a dignidade, o trabalho e a dedicação à causa publica como um dever.

Escolhido pelo povo rio-grandense do Sul, numa demonstração de nobreza, de sentimentos que tanto caracterizavam êsses brasileiros, para o representar na Câmara Federal, teve ocasião de, várias vêzes, dizer de publico que a sua disciplina partidária, em hipótese alguma, o obrigaria a deixar de reconhecer o mérito dos seus inimigos publi-



Um neto de Ildefonso Simões Lopes ao lado do busto de seu avô



O Sr. Luiz Marques Poliano, secretario-geral do S. N. A., entregando o diploma a um dos formandos.



Parte da assistência, quando falava o Dr. Alvaro Simões Lopes

cos e com êles votar, quando tinham os seus projetos o objetivo de reconhecer qualidades de brasileiros ou prestar um serviço à causa do Brasil.

Convidado a ocupar a pasta da Agricultura, pelo seu passado e conhecimento real das necessidades da agricultura brasileira, Ildefonso Simões Lopes transforma-se de Ministro a um companheiro mais velho e experimentado, acompanha o trabalho de cada um, enaltecendo-o e mostrando que as suas falhas não propositais serviam para compreender as necessidades do futuro. Lia os relatórios, anotava-os, defendia e aprovava o achado razoável. De uma feita, os jovens veterinários, da Indústria Pastoril, estavam afobados com os animais de raça a imunizar, por ter alguns dêles morrido, e Simões Lopes os acompanhava com carinho, e, várias noites, aparecia por lá, para indagar, incentivar e vir para, entusiasmar, quando via o mais "afobado" dêle se aproximar. O resultado dêsse trabalho foi notável, assim como, de todos os demais setores do Ministério da Agricultura.

Saiu do Ministério da Agricultura coberto de flôres e enaltecido pelo Presidente da República que só lhe concedeu a demissão, dada a sua intransigência partidária, que mais ainda o dignificou, por ter dexado a posição para acompanhar o seu Partido. Quando precisou de um juiz digno, capaz de julgar para a opinião nacional, como engenheiro, as obras que estavam sendo realizadas no Nordeste, Epitácio Pessoa indicou o Engenheiro Simões Lopes, ex-Ministro da Agricultura, para em companhia de Rondon e Moraes e Barros apreciar o que lá existia.

Mais tarde, volta à alta administração, como Diretor de uma das carteiras mais difíceis do Banco do Brasil S. A., pelos casos que diziam políticos, lá existir. Pois bem, Ildefonso Simões Lopes foi a garantia dos seus inimigos políticos, jamais sacrificados pelas idéas que defendiam e foram sempre ali recebidos como homens que queriam resolver as suas transações em bases bancárias.

No Banco do Brasil, já idoso, continua a compartilhar com os seus companheiros de trabalho, dos seus sofrimentos e alegrias. Diretor que veio de uma revolução, torna-se querido dos funcionários; admirador da capacidade, competência dêsse núcleo de brasileiros que constitui uma das instituições mais respeitáveis da Pátria — o Banco do Brasil S. A. Era o servidor mais velho, jogador de gamão com os seus companheiros mais moços. Ainda hoje se homenageia Ildefonso Simões Lopes. Duas homenagens já foram à sua memória prestadas pela Associação dos Servidores do Banco do Brasil e uma delas, no corrente semestre.

Tudo isto, senhores, passou no meu cérebro ao pensar que, hoje, estaria aqui, para compartilhar com o entusiasmo dessa mocidade, orgulho dêste educandário tão querido por Simões Lopes e que benefícios muitos dêle recebeu como Presidente da nossa Sociedade Nacional de Agricultura.

De repente, encontro-me diante do seu busto. Admiro a arte do escultor que o modelou e pergunto a mim mesmo, que valor teria se não traduzisse a própria vida de um justo, de um bom e digno.

Volto à minha mocidade e entusiàsticamente sinto pelos companheiros numa expressão de alegria suprema: tragam os meninos para ouvirem o que representa essa peça metálica.

Quem ali está e que é um símbolo, é um brasileiro que soube amar ao Deus Supremo, ser bom filho, extremoso espôso, pai de-

(Continua na pág. 18)



Aspecto do almôço oferecido aos visitantes, vendo-se entre outros, os Srs. Arthur Torres Filho e Luiz Simões Lopes, respectivamente, presidente e vice-presidente da S. N. A.; Alberto Martins Torres, diretor do E. T. A.; Cyneas Guimaraes, diretor da E. H. W. B., José Vieira, diretor do S. I. A., Luiz Marques Poliano, secretário-geral da S. N. A., Pedro Paes de Barros e Pedro Gonlart da Silveira Filho, professôres da E. H. W. B., Itagiba Barçante, Enio Leitão e Antonio Magarinos Torres, diretores da S. N. A., Abel de Almeida, do S. S. R.

UTILIZARÁ O BRASIL SEUS CAFÉS INFERIORES PARA CONCORRER COM O "ROBUSTA"

Os paises latino-americanos produtores de café e os mercados europeus - O Brasil e a exportação de cafés inferiores — O café solúvel será uma realidade entre nós - Facilidades para o aproveitamento de óleos e cafeina do nosso café

Ao receber, a visita dos dois auditores da Junta Diretora do Convênio Latino-Americano do Café, que estiveram em visita ao Brasil, o Sr. enato da Costa Lima, presidente do IBC, reafirmou-lhes o sentimento do Brasil de inteira satisfação pelo entendimento dos países latino-americanos produtores de café, consubstanciado naquele Convênio.

Os Srs. Diego Calle Restrepo, da Colômbia, e Marco Antonio Peon, do México, fixeram-se acompanhar do Sr. Francisco Saens, delegado da Federação de Cafeicultores da Colômbia, e foram recebidos pelos Srs. Renato da Costa Lima e Adolfo Becker, dirigentes da autarquia, achando-se ainda presentes os Srs. Sérgio Frazão, do Ministério das Relações Exteriores, e Alfredo Osmar Allen, Assessor Técnico da presidente do IBC.

Ação contra o "Robusta"

Na palestra que manteve com os delegados estrangeiros, o presidente do IBC destacou a necessidade de uma ação comum dos paises produtores da América Latina, no sentido de incrementar a venda dos seus cafés na Europa. Referindo-se concorrência do produto africano, frisou o Sr. Costa Lima que o Brasil está disposto a utilizar boa parte de sua produção de cafés mais inferiores para concorrer com o "Robusta", propondo-se, mesmo, a adotar preços mais baixos. Esclareceu, ainda, que tal ação se faria dentro dos têr-



Cafesais plantados racionalmente dão colheitas fartas e compensadoras



Aspecto de um cafesal novo plantado segundo os preceitos da técnica agronômica

mos do novo acôrdo que se venha a firmar entre os países dêste Continente. Seria uma investida apenas do Brasil, que dispõe daqueles cafés, mais em benefício comum.

Gestões diplomáticas

Trocou ainda idéias o presidente do IBC sôbre a necessidade de uma ação diplomática, também comum, no sentido de conseguir-se dos países consumidores da Europa melhor tratamento fiscal de modo a posibilitar menores preços para o café ao consumidor e, assim, favorecer a expansão dos mercados. Mais uma vez, o Sr. Costa Lima destacou a importncia do papel que cabe ao Brasil nesse terreno, em virtude de ser grande mercado consumidor de produtos europeus, numa média de compras anuais de cêrca de 300 milhões de dólares. Disse, ainda, o dirigente da autarquia cafeeira que a criação do mercado comum europeu discriminou em favor dos cafés coloniais, o que justifica a ação diplomática acima referida.

Ainda sôbre o mesmo assunto, o Sr. Costa Lima encareceu a necessidade de se fazer na Europa propaganda do café destacando sua origem ,uma vez que a propaganda genérica beneficia o produto dos nossos concorrentes africanos. Explicou que no Velho Mundo se bebe péssimo café, tornando-se necessário melhorar o paladar de modo a assegurar mercado para o produto do Brasil e dos países produtores da América.

Industrialização

Abordou o presidente do IBC o problema da industrialização do café, frisando que o Brasil não sòmente incrementará a fabricação do soluvel, como está favorecendo a instalação da indústria extrativa, com o fim de obter óleos e cafeína.

Respondendo a perguntas dos visitantes, o Sr. Costa Lima informou que a atual safra de café talvez não ultrapasse de 23 milhões de sacas, uma vez que a estimativa anterior, de 26 milhões, não foi confirmada pelas colheitas. Disse ainda que o IBC está cuidando da substituição das lavouras improdutivas, devendo ser abandonadas, só no Estado de São Paulo, 890 milhões de pés de café

Visita a São Paulo e Paraná

Ao encerrar a audiência, o Sr. Costa Lima recomendou ao seu Assessor Técnico

Sr. Osmar Allen, que prestasse tôda a assistência aos visitantes na viagem que iriam fazer a São Paulo e ao Paaná, de modo a que tenham uma visão ampla e exata do problema do café no Brasil.

Os Srs. Restrepo, Peon e Saens visitaram as dependências de Junta Administrativa do IBC, sendo recebidos pelo seu presidente, Sr. Arnaldo Setti, e seguiram para São Paulo.

****

****

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES
Chefe de Publicidade

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

---

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE." C. P.. 7257

— SAO PAULO —

Ecos do Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola (Recife)

Um dos delegados do Brasil ao Centro acima foi o Sr. Fábio Luz Filho, chefe da Seção de Propaganda e Organização das Sociedades Cooperativas e presidente do Centro Nacional de Estudos Cooperativos.

Ao mesmo êsse técnico apresentou tese sôbre crédito agrícola cooperativo, tese que o Serviço de Economia Rural acaba de publicar, com mais duas outras, apresentadas pelo Sr. Antônio Coutinho, assessor e pelo Sr. Juvenal Costa.

Acaba agora o Sr. Fábio Luz de receber de Roma uma expressiva carta do Dr. *George Stegens* distinto especialista em cooperativas e crédito agrícola do Departamento de Bem-Estar Rural da F.A.O. na direção de Agricultura, situada em Roma.

Aludindo ao conclave de Recife o *Dr. George Stegens* envia ao técnico brasileiro "sinceras felicitaciones, tanto por su trabajo como por sus magníficas intervenciones, en favor de las coperativas durante las sesiones del Centro en Recife".

O ilustre professor luso *Henrique de Barros* também se referiu à tese acima, considerando-a "belo estudo sôbre crédito agrícola cooperativo.. Como sempre, apreciei a vastidão de sua cultura e o ardor de sua combatividade em favor das causas nobres."

CURSO DE MOTOMECANIZAÇÃO PROMOVIDO PELA *THELA COMERCIAL S. A.*

A Thela Comercial S. A. promoveu um oportuno e interessante Curso de Motomecanização, do qual participaram grande número de associados da Cooperativa de São Paulo. - As fotos adiante dão uma idéia do que foi o referido curso



Grupo de alunos e instrutores do Curso de Motomecanização



Aspecto de uma aula prática do Curso de Motomecanização

(Continuação da pág. 12)

dicado, amigo de raras qualidades.

Sou um daqueles meninos que Ildefonso Simões Lopes deu o seu primeiro emprêgo, mantendo o entusiasmo e a fé no ideal. Sou, um dos jovens, um dos que se orgulham de o ter sabido estimar e continuar, nos seus exemplos e nos seus trabalhos, encontrar o entusiasmo para lutar sempre, lutar sempre pelo ideal para não desmerecer de Ildefonso Simões Lopes.

Tudo em Ildefonso Simões Lopes traduz o seu grande amor pela Pátria.

Dignificava a velhice politicando os alicerces da mocidade, com exemplos do passado, garantia do presente e esperança do futuro.

Pensando sempre, no que de bom poderia realizar no dia seguinte, em benefício do Brasil, dos seus entes queridos, e daqueles que o procuravam, constituía assim a sua vida.

Ildefonso Simões Lopes é daqueles que continuam na chama purificadora dos corações brasileiros, irradiando confiança e esperanças no relembrar dos seus exemplos.

Na sua concepção altamente patriótica, era um orgulhoso da História, das riquezas morais e materiais do Brasil.

Fitava sempre com respeito e carinho filial, o Pavilhão desta Pátria estremecida e jamais pensou que num dia se escolhessem para homenagear a Bandeira do Brasil, numa coincidência feliz, a data em que nasceu um dos filhos que a soube respeitar e dignificar, Ildefonso Simões Lopes.

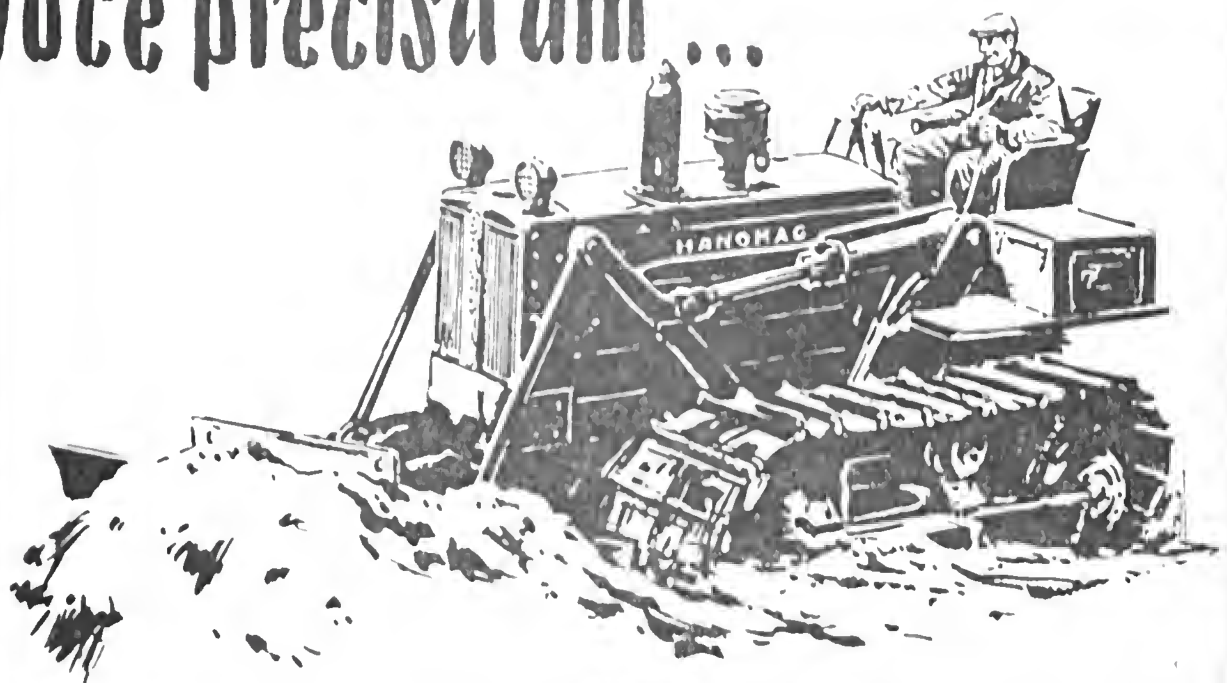
Hoje, velho Simões, meu querido amigo, seguindo o seu exemplo, nos perfilamos e enaltecemos o Pavilhão Auri-Verde, antes desta homenagem em que êle próprio se associa, envolvendo o seu busto e proclamando paternalmente a alegria esplêndida de haver nascido nas terras brasileiras, um Ildefonso Simões Lopes."

Agradecendo, de improviso, as homenagens prestadas ao seu saudoso e sempre lembrado pai, um dos grandes presidentes da S. N. A e um dos mais operosos Ministros da Agricultura, falou o Dr. Alvaro Simões Lopes.

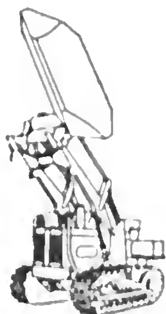
Inaugurando o Pavilhão Arthur Tôrres Filho, falou, de improviso, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor Técnico da S. N. A e ex-aluno do homenageado que focalizou o dinâmico trabalho que vem realizando o atual presidente da S. N. A. como professor, agrônomo e economista.

Falou a seguir, em nome dos funcionários do Ministério da Agricultura o jornalista José Vieira, Diretor do Serviço de In-

(Continua na pag. 20)

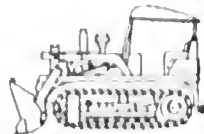


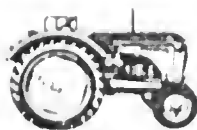
HANOMAG

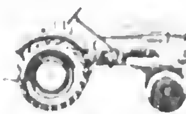














PESQUISAS PARA REGULAR A FLORADA NO CAFEEIRO



As cinco primeiras figuras da fileira superior mostram "estrelinhas" de diversos tamanhos e as últimas cinco, diferentes estágios do desenvolvimento de "estrelinhas" até flor, de tamanho quase normal. Note-se que nos botões, os estigmas prolongam-se acima do tubo da corola. Na fileira inferior, vêem-se botões e flôres normais.

O IBC Research Institute (IRI) acaba de publicar o seu Boletim n. 14, intitulado "Estudos Sôbre o Florescimento de Coffea arabica L." no qual são apresentados resultados preliminares de investigações relativas à influência da temperatura sôbre a iniciação e o desenvolvimento floral e aos fatores que afetam o estado de dormencia desses botões.

O referido trabalho foi realizado sob o patrocínio do IRI no Laboratório de Pesquisas Vegetais Earhart, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, Estados Unidos, em virtude das facilidades existentes naquele centro de pesquisas para rigoroso controle de luz, de temperatura, de comprimento do dia, etc.

De acordo com a referida publicação, os principais fatores responsáveis pelo inicio da quabra da dormência dos botões florais e da abertura dos botões no cafeeiro são: 1) a eliminação da tensão da água nas plantas e 2) o abaixamento da temperatura do ar.

O boletim assinala também que temperaturas elevadas, nas estufas especiais do mencionado laboratório, provocaram o desenvolvimento de botões florais em "estrelinhas", que são flores anormais qeu não produzem fruto.

O IRI é a divisão de pesquisas da American International Association (AIA), entidade filantrópica fundada por Nelson A. Rockefeler e seus irmãos, cujo objetivo é dar assistência técnica ao homem do campo em várias partes do mundo. O IRI realiza estudos fundamentais em agricultura, visando a introduzir métodos práticos e equipamentos mais eficientes no meio rural. Entre os seus trabalhos em andamento acham-se investigações relativas ao cultivo do café, melhoramento de pastagem e uso de produtos químicos na lavoura.



Na primeira fila vertical a esquerda, vecm-se "estrelinhas" de diversos tamanhos. A segunda e terceira fileiras mostram diferentes estágios do crescimento de "estrelinhas" até flor de tamanho quase normal. A abertura dos botoes foi um pouco forçada a fim de mostrar as anteras, relativamente grandes. A ultima flor, à direita, é normal a fim de possibilitar uma comparação com as outras.

(Conclusão da pag. 18)

formação Agricola, que focalizou a obra realizada pelo Prof. Tôrres Filho, naquele Ministério

Realizou-se, em seguida, a solenidade de formatura dos novos hortelões, fruticultores e floricultores da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, dirigida pelo Eng.º-Agr. Cyneas Lima Guimarães.

É a seguinte a relação dos novos profissionais preparados pela Escola de Horticultura Wenceslao Bello: Divino Elio da Mota, Elecy de Souza Antunes, Elias José Liphaus, Elpidio José de Souza, Fernando Antônio Guimarães, Hélio do Couto Reis, Inevaldo Quinelato, Jonas Ribeiro de Souza, José Adilson Louzada e Nilson Souza de Andrade.

A sessão foi presidida pelo Vice-Presidente da S. N. A. Dr. Luiz Simões Lopes e contou com a presença dos professôres e assistentes de ensino da Escola, de diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, do Serviço Social Rural do Distrito Federal, da União Nacional das Cooperativas, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e do Ministério da Agricultura.

A Cooperativa Central de Agricultura, em Ilhéus, lidera o movimento exportador de cacáu da Bahia.

Tem quinze anos de existência a Cooperativa Central Bahia Resp. Ltda.

Nestes quinze anos, destacadamente, nestes últimos sete anos, o seu desenvolvimento tem se processado de maneira animadora. E' presentemente a Cooperativa Central quem lidera o movimento de comércio exportador tendo remetido mais de 300 mil sacos de cacáu seguidamente nos três últimas safras para o exterior, colocando-se, assim, no primeiro lugar das exportações.

São, presentemente, seus Diretores os srs. Ananias da Silveira Dória, dr. Elias Pires de Almeida e Edgard da Mata Pires. Os numeros seguintes indicam a sua posição econômica e financeira. Capital e reservas — 21 milhões de cruzeiros. Ativo imobilizado — móveis, prédios — depósitos — Cr$ .. 12.791.979,00; movimento até outubro de Cr$ ...... 2.881.065,157,00. Cacau recebido e vendido 300 mil sacos, da corrente safra.

Sua consolidada situação econômica e a confiança que nela deposita a lavoura cacaueira constituem um estimulo para a vigilância e fiscalização que exerce no mercado cacaueiro, como uma barerira a especulação do produto e uma força na defesa das suas reivindicações.

CLIENTES E AGÊNCIA COMEMORAM VINTE E CINCO ANOS DE COLABORAÇÃO



Numa festa intima, realizada no Clube Americano do Rio de Janeiro, que reuniu elementos da Direção de ambas as Emprêsas, a Standard Brands of Brazil, Inc. e a J. Walter Thompson Co. do Brasil comemoraram os seus 25 anos de colaboração.

Na oportunidade foram apresentados, com projeção de slides, os planos elaborados pela Agência para o ano de 1959, em prosseguimento ao trabalho de divulgação e que fêz das marcas Royal e Fleishmann uma tradição entre as donas-de-casa brasileiras.

No clichê, os srs. William V. Moscatelli e Frank W. Linder, respectivamente Gerentes da Standard Brands e J. Walter Thompsom, quando sopravam as velas do bôlo comemorativo.

NOTÍCIAS

A banana na alimentação humana.

A ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) publicou um boletim de orientação técnica, mostrando as vantagens do uso da banana na alimentação humana.

Reunião de Técnicos em Extensão Rural

Reuniram-se no Recife, Estado de Pernambuco, no período de 27 a 31 de outubro, os Técnicos em Extensão Rural e Crédito Supervisionado, sob os auspícios da ABCAR.

Lucro na cultura do algodão

Segundo divulgou o Boletim Informativo da Manah S. A. o Sr. Massao Sakai, alcançou, em S. Paulo, 416 arrobas de algodão, por alqueire, quando, na região Noroeste de S. Paulo, a média é de 174 arrobas, graças ao concurso da adubação.

Enriquecimento da farinha de mandioca.

Foi inaugurado no Recife, o primeiro centro para enriquecimento da farinha de mandioca no Brasil, pela Associação Mundial da Luta contra a Fome, com a cooperação da Comissão Nacional Alimentação da Universidade do Brasil, a Legião Brasileira de Assistência, a Prefeitura e entidades privadas.

Controle das doenças das plantas cítricas.

O Escritório Comercial do Govêrno Brasileiro em Nova Iorque, publicou um relatório sôbre o Contrôle das Doenças das Plantas Cítricas, preparado pelos professores R. Cã Baines, T. A. Wolfe e R. H. Small, do Departamento de Mineralogia Vegetal da Universidade de Califórna.

Ensino Rural.

Cento e cincoenta mil cartilhas especiais para o ensino rural, na região da Amazônia, serão editadas e distribuidas conforme prevê o Plano Quinquenal de Valorização da Amazônia.

Hoja de información Económica.

A S.N.A. tem recebido *"Hoja de Información Económica"*, do Instituto de Investigaciones Sociales e Económcas, do México.

Profissão de Engenheiro Agrônomo.

Está em andamento na Câmara dos Deputados o substitutivo do projeto de lei 3.171-57, que trata da regulamentação da profissão de Engenheiro Agrônomo.

AUXÍLIO EFICAZ PARA CRIADORES DE PORCOS

A Ciência moderna faculta aos suinicultores alcançarem novos auges de produção e lucros



Os tratamentos veterinários nas épocas oportunas são indispensáveis à saude dos porcos.

NO MUNDO TODO, HA MAIS PORCOS E SÃO MAIS SAUDAVEIS

O velho dito de que "todas as partes do porco são aproveitaveis menos seu grunhido" é hoje mais verdade do que nunca. Isto se deve ao fato de que os suinos são mais sãos, que se podem aproveitar mais partes do animal e que se comercializa maior número de animais.

Os suinos são mais saudáveis graças aos adiantamento quase milagroso feitos pela ciencia veterinária nos anos recentes. Existem novas vacinas, antibióticas e outras drogas.

A luta contra as muitas enfermidades que matam o suino ou inutilizam-no é uma das tarefas mais dificeis que tenham sido assinalada aos veterinários, pois o suino é presa fácil de uma infinidade de parasitas que arruinam a bolsa do criador ao mesmo tempo que devastam os animais. Mas o veterinário soube se impôr, e hoje até o grunhido do porco chega a parecer mais saudável.

Os suinos — dos quais existem aproximadamente 390 milhões no mundo — são provavelmente vitimas de mais enfermidades do que qualquer outro animal doméstico. O cólera, a enterite, o tifo, a pneumonia, a erisipela e um sem-fim de infecções parasitarias — eis aí apenas uns poucos dos perigos aos quais tem que fazer face o criador de porcos. A enfermidade fatal mais dispendiosa é o cólera.

Felizmente o criador, que antes se via confrontado com a bancarrota sempre que seus animais eram açoitados por flagelos tais como o cólera, tem encontrado novas esperanças na magia do progresso da veterinária. As enfermidades do suino são dominadas hoje com vacinas, antibióticos e outras drogas novas.

O cólera, porcina continua a atacar às vezes — si bem que desnecessàriamente. O Rovac, vacina contra o cólera porcino, protege o suino dessa enfermidade durante dois anos pelo menos. Requer-se uma dose de apenas 2 c.c. injetada na coxa. Rovac é um virus vivo, mas que tem sido modificado por passagem atravez de uns 300 coelhos de modo que não mais seja virulento. Pode ser utilizado sem sôro para vacinar o suino que não tiver estado exposto ao cólera, bem como, simultaneamente em sôro,para o suino que pode ter estudo exposto a êsse mal.

É grande a relação das enfermidades dos suinos que são dominados agora com antibióticos. São utilizados comprimidos ou tabletes oblongos de Aureomicina cloretraciclina, colocados simplesmente na água para beber, contra enfermidades tais como o tifo e a diarrea porcina, comuns no Brasil, México, Alemanha e outros paises onde há criação de suinos. A Aureomicina solúvel em pó é eficaz em impedir e tratar a enterite porcina e a salmonelose.

Outra fórmula antibiótica, a Acromicina tetraciliña intramuscular, que se aplica por injeção, tem sido valiosa contra a erisipella, a pneumonia, a enterite, e a septicemia hemorrágica, entre os males que afligem o suino.

Se existe variedade na extensa relação das enfermidades de que padece o suino, também existe tal variedade nos remedios. Sulmet, sulfadimetilpirimidina, uma das drogas mais apreciadas pelo veterinário, se aplica de muitas maneiras diferentes, sendo eficaz contra uma série de enfermidades. O Sulmet, aplicado na água para beber, bem como na forma de comprimidos para serem engulidos, é usado na enterite bacillar, à septicemia e as infecções secundá-

nas associadas com infecções do aparelho respiratório causadas por virus. Em muitas enfermidades bacterials agudas uma solução de Sulmet é utilizada em forma de injeção.

Tambem existem enfermidades parasitárias das quais o suíno é fácil presa. Uma dos mais comuns é a causada por ascaris (lombrigas redondas). Um dos remédios mais eficazes contra essa enfermidade é Verban piperazina, um vermífugo. Geralmente todo que se requer é uma colherada das de chá por cada 7 quilos de peso de corpo. A dose se mistura com a agua ou com o alimento consumido normalmente em um dia.

Tampouco necessita o porco modelo 1958 preocupar-se demasiado com a septicemia hemorrágica, do envenenamento do sangue, que outrora preocupava tanto aos criadores. Existe hoje em dia uma bacterina para imunização.

Com tais remédios ao alcance do criador de suínos, talvez não seja surpreendente que o numero de porcos tenha aumentado e que o rendimento do porco tenha sido elevado no mundo inteiro.

No Brasil, principalmente país criador de suínos na América Latina, houve um aumento dos 23 milhões de suínos, existentes há vinte anos, a 37 milhões hoje. Produz o Brasil anualmente, ao redor de 227 milhões de quilos de carne de porco.

No México, onde a indústria de criação de porcos tambem está progredindo rápidamente,



Magníficos exemplares de suínos criados segundo os preceitos da racional suinocultura.

tem-se calculado que existem 8 200 000 suínos, quase o dobro do que havia, há vinte anos. A produção de carne de porco, no ano de 1956, alcançou uma cifra recorde.

Em Cuba, o numero de suínos aumentou de 900.000, existentes há 20 anos, a 1.400 000, tendo-se triplicado nesse período, a produção da carne.

A Alemanha ocidental é o principal país suinicultor da Europa Ocidental. Em 1957 possuia 14 386 000 cabeças, contra 12 660 000 antes da guerra.

A França tem 7 728 000 suínos; o Reino Unido 5 600 000, e a Dinamarca 4 777 000.

Nas Filipinas, o número de porcos aumentou em 20 anos de 4 400 000 de cabeças para ... 6 300 000.

A população mundial de suínos, cujos grunhidos agora podem ser mais felizes por terem mais saude, tem aumentado em 100 milhões nas últimas duas decadas.



Os suínos são hoje mais saudáveis, graças ao progresso da ciencia veterinária.

COMO ACUDIR AOS OFENDIDOS POR COBRA

Eurico Santos

Como no tratamento dos casos de ofidismo uma das principais providências é administrar o sôro o mais breve possível e como quase sempre tais acidentes se dão no interior do país, longe da assistência médica, é de tôda conveniência instruir os leigos sôbre êste assunto.

"Não é indispensável ser médico para prestar os primeiros socorros a um cristão picado por cobra" diz o dr. Flavio da Fonseca, antigo diretor do Instituto de Butantan. E acrescentamos mais que é indispensável que certas pessoas estudem êste assunto para livrar as vítimas das serpentes dos das comadres sabichonas que têm na cachaça, no querosene, nos infusos, o material de escolha para agravar os padecimentos das vítimas do ofidismo, quando não lhes dão a morte. Evidentemente a presença do médico é tudo que há de mais desejável em tais circunstâncias, mas dada a sua ausência não podemos cruzar os braços. Eis porque aqui, com muito zelo e cuidados, resumimos as instruções de como proceder ante um caso de ofidismo. Tais instruções estão feitas de conformidade com o que ensinam e preceituam os mais modernos trabalhos dos seguintes médicos especialistas: — Vital Brasil, Afrânio do Amaral, Flávio da Fonseca, Juan A. Veilard, Garfield de Almeida, Jues-Bondet, Marcelo Silva Júnior, etc.

Tratamento soroterápico

Remédio pròpriamente dito para evitar a morte de uma pessoa picada por cobra, realmente peçonhenta é o sôro adequado. Assim, a pessoa ofendida, como primeira providência, terá logo de repousar em local calmo. Nada de esfôrço muscular. Como é natural, a vítima duma picada de cobra sobressalta-se, apavora-se e abate-se física e moralmente. Temos que animá-la e levantar-lhe a moral.

Não beber nenhuma das tizanas dadas pelas comadres sabichonas, não ingerir álcool e muito menos querosene, o qual só por si tem matado muita gente que foi picada por cobra totalmente inocente, redundando daí dois prejuízos: a) perda de uma vida; e b) imputação de peçonhez de uma cobra perfeitamente destituída da peçonha.

A segunda providência será identificar a espécie ofensora, para usar o sôro apropriado. Tratando-se de cascavel, emprega-se o sôro anti-crotálico, se fôr a surucucú (*Lachesis muta*), o sôro antilaquesico e se fôr jararaca, o sôro antibotrópico monovalente e se fôr urutu, jararacuçu, caiçaca, cotiara, ou qualquer outra do gênero *Bothrops*, emprega-se o sôro antibotrópico polivalente. Em trabalhos anteriores já caracterizamos as principais serpentes.

No caso de não se descobrir a espécie ofensora recorre-se ao sôro antiofídico. Caso não se disponha de sôro antiofídico e se tenha o

antierotálico e o antibotrópico, pode-se injetar os dois, juntos ou separadamente.

A dose mínima a empregar, e qualquer dêstes sôros, será de 30 cm3, a mesma dose será novamente repetida, se, dentro de 3 horas, as melhoras não forem evidentes.

Ter sempre em mente, que o perigo está em se empregar uma dose de sôro insuficiente. Nos casos graves, da cobra ofensora, por exemplo, ser uma cascavel ou qualquer outra de grande desenvolvimento, ou se a pessoa ofendida for uma criança, um cão, tôda a prudência nos indica que devemos empregar dose maior de sôro: 40 ou 50 cm3. Podemos, sem nenhum receio, empregar 6 a 8 ampolas de sôro. O perigo é sempre de ficar aquém e não além.

O Dr. Juan Veliard, além do sôro aconselhao emprêgo de adrenalina. A adrenalina, diz o notável prof. é muito útil em todos os acidentes produzidos por venenos hipotensores (*Crotalus*, *Bothrops*, e *cobra coral*). Uma boa prática, aconselha o mestre aludido, "consiste em associar a adrenalina sempre ao tratamento soroterápico, injetando-se ao mesmo tempo que o sôro, para combater o efeito hipotensor do veneno e evitar o *schock* sérico".Emprega-se um miligramo de adrenalina para uma ampola de sôro. A adrenalina pode ser dada em injeção subcutânea êste medicamento nas farmácias.

Modo de injetar o sôro

Para o leigo, que apenas sabe aplicar uma injeção, o lugar de escolha será a região glútea (nádega), e a injeção será, pois, intramuscular, e não subcutânea como outrora se aconselhava.

Realmente outrora se fazia a injeção na pele mais frouxa das costas (Região interscapular). Ainda hoje

se pode usar a injeção subcutânea (na pele das costas) no caso de indivíduos sensibilizados que ofereçam risco de choque anafilático, como os que em tempos, mesmo um tanto remotos, já hajam tomado sôro por qualquer motivo.

Não se deve fazer a injeção no local onde a serpente ofendeu. Geralmente quando a cascavel é a ofensora, não podemos estar seguros da cura, mesmo que o quadro sintomático se haja modificado para indicá-la, pois, 24 ou 36 horas mais tarde há uma recaída, com o aparecimento e reagravação dos sintomas. Se não acudirmos, a morte pode ser o desfecho, mas se aplicarmos uma nova dose de sôro, 30 cm3, em breve o doente se restabelecerá. Sempre que haja quem saiba fazer uma injeção na veia, será preferível usar dêste meio, não esquecendo que se deve injetar com muita lentidão. Nada de pressa. Embora sem entrar em minúcias esclarecedoras, parece que diante de um caso de urgência, qualquer pessoa que saiba dar uma injeção poderá acudir a vítima de um acidente ofídico.

Tratamento não soroterápico

Quando não haja sôro, ainda é possível recorrer a outros meios terapêuticos: o *frio* ou a então *ligadura sucção*, processo que não tratamos, porque o SIA em seu comunicado n. 15 (maio de 1956), de autoria do naturalista Alceo Magnini, mostrou como se faz o tratamento pelo método L. C.

O tratamento L.C., que consiste na aplicação dum torniquete de borracha, mostra-se mais fácil de usar que o do frio prolongado que exige coisas, como o gêlo, etc., difíceis de encontrar no interior.

(Conclusão da pag. 34)

do, hoje, os preços de alguns produtos, como a batata e ovos. Cotia, com japoneses, brasileiros, italianos, etc. realiza o cooperativismo que convém ao agricultor. É uma glória nacional.

Estudem os agricultores cariocas e das vizinhanças do Distrito Federal, o que acabei de relatar, em rápidas palavras; meditem sôbre a situação de suas coperativas e vamos nos unir, como um indestrutível feixe, fundindo tôdas essas pequenas cooperativas em uma, duas ou, no máximo, três grandes entidades, só assim, teremos quem venda a bom preço o que produzimos com tanto sacrifício. As atuais cooperativas funcionariam como depósitos, postos ou armazens da grande. Ao Ministério da Agricultura e às Secretarias de Agricultura do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro solicitar-se-ia uma doação ou empréstimo na base de Cr$ .. 1.000,00, para cada associado, destinados a subscrição como sua cota na grande cooperativa.

Expressivos Resultados Apresentados pela Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Jacobina, Resp. Ltda.

De fundação relativamente recente, tendo em vista que está em funcionamento efetivo a partir de 1953. A Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Jacobina, Responsabilidade Limitada, sediada no Estado da Bahia, demostra, de maneira cabal, os magníficos resultados obtidos por uma sociedade cooperativa perfeitamente entrosada dentro das suas finalidades precípuas.

Objetivando o incremento da agricultura e da pecuária, a citada Cooperativa congrega em seu quadro social 1192 associados, prestando-lhes real assistência tanto no campo material como, também, no social.

Os dados relativos ao exercício de 1958 corroboram, insofismàvelmente, tais assertivas. Com o capital realizado de Cr$ ...... 22.254,00 as operações do ano totalizaram Cr$ ...... 93.935.779,30, assim discriminados:

Empréstimos Cr$ .. ... 92.855.987,00; Compras em comum: Cr$ 531.671,80; — Vendas em comum: Cr$ ... 548.210,50.

Outrossim, as obras assistenciais apresentam posição de relevo, considerando que a Sociedade, até a presente data, concedeu, sòmente pelo falecimento de cooperados, auxílios no total de Cr$ 252.500,00 estando escriturada à conta do Fundo de Previdência e Assistência Social a importância de Cr$ 878.504,60.

Bem administrada, a Entidade possui sólida situação econômica-financeira, como se vê, o que lhe assegura posição proeminente no consenso geral das cooperativas brasileiras.

Foi ela financiada pelo Banco do Nordeste, dada precisamente a s suas condições supra-citadas, condições que poucas apresentam no Leste Setentrional e no Nordeste Oriental e Ocidental.

A AGRICULTURA NO SÃO FRANCISCO

São inúmeras as possibilidades da agricultura no Vale do São Francisco.

A Comissão do Vale do S. Francisco vem, dentro de suas possibilidades, assistindo aos agricultores daquela vasta região do território nacional, através da distribuição de sementes, revenda de materiais agrícolas e assistência técnica.

Focalizamos para comprovar a afirmativa, algumas culturas de largas possibilidades no S. Francisco.

Em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, o algodão I. A. C. 817 deu o rendimento de 1.200 quilos por hectare.

Para o plantio do algodão em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, adquiriu a C. V.S.F. 450.000 quilos de sementes de algodão, do Instituto Agronômico de Campinas.



Em breve os mercados do Sul receberão magníficas uvas do Vale do São Francisco, como as que vemos na foto

No setor da fruticultura as possibilidades são enormes.

No que diz respeito à videira, tem a C.V.S.F. fomentado o plantio dessa fruteira, tanto que em 1956 adquiriu e distribuiu 108.500 enxertos e estacas provenientes de boas cestas cultivadas no Rio Grande do Sul e em 1957, importadas de S. Paulo 30.000 mudas das variedades Niagara, Moscatel Branco, Rosada, Moscatel de Hamburgo, Golden Queen, Diamante Negro e outras. Em 1958 adquiriu em São Paulo 31.350 bacelos de castas selecionadas pelo Instituto Agronômicol de Campinas.

Igualmente promissor é o futuro de citricultura, tanto que a C.V.S.F. em seu estabelecimento que pertencia ao Ministério da Agricultura, e que passou para a sua responsabilidade, em Januária, está produzindo mudas cítricas (laranjas, limões, tangerinas, etc.) para distribuição em todo o vale.

Grande tem sido a distribuição de mudas de coqueiro anão, face aos resultados que tem apresentado.

Outras fruteiras que tem merecido a atenção da C.V. S.F. são o cajueiro, a bananeira, etc.

A produção do trigo de que tanto carece o país encontra ambiente favorável em muitas zonas do vale.

Em Patos de Minas, o rendimento por hectare, é apreciável.

Em Montes Claros, as possibilidades são enormes visto como é ela uma zona há mais de um século produtora de tão nobre cereal.

Na Bahia, é indicada como muito promissora a Zona de Vitória da Conquista.

Experiências vem sendo feitas no médio S. Francisco (Gravatá, Estado de Pernambuco), onde os resultados tem sido também, favoráveis.

O milho é cultivado em todo o vale.

Visando aumentar a produção de tão importante gramínea, adquiriu recentemente a C.V.S.F. 20.000 quilos de sementes de milho híbrido e distribuiu-os nos municípios de Montes Claros, Januária, Pirapora e São Francisco.

Grande desenvolvimento e expansão econômica tem tido a cultura da cebola no baixo-médio S. Francisco.

Os maiores produtores são os municípios de Coripós, Cabrobó, Jatinã, Petrolina, Floresta, em Pernambuco e Petrolândia, Joazeiro, Curaçá e Casa Nova, na Bahia.

Nas zonas áridas do médio São Francisco, são grandes as possibilidades de semear o alho.

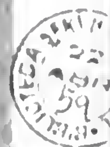
Conforme se verifica, são enormes as possibilidades do Vale.

A Comisão do Vale do S. Francisco, pelo seu pioneirismo e dinamismo merece a consideração de todos quantos se interessam pelo desenvolvimento da nossa agricultura.

O que já tem ela realizado pela região e pelo homem do Vale do S. Francisco e o muito que ainda pode realizar garantirão, sem dúvida, o desenvolvimento de tão vasta área do nosso território e o levantamento sócio-econômico de sua população.



O Vale do São Francisco produz algodão de primeira qualidade como o que se vê acima, em uma fazenda em Guanambi (Bahia)



À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

161

ZONEAMENTO AGRICOLA

Editou a Sociedade Nacional de Agricultura pronunciamentos do seu vice-presidente Dr. Edgard Teixeira Leite, membro do Conselho Nacional de Economia, antigo deputado federal e Secretário da Agricultura nos Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro, onde é agricultor, sôbre o projeto de lei que cria e institui, no Ministério da Agricultura, o Plano de Zoneamento Agricola, da Comissão Nacional de Politica Agrária.

Considero um dever chamar a atenção da classe rural brasileira que deve estudar e, com inteiro conhecimento de suas causas, efeitos e consequências, procurar, pelos seus órgãos de classe, influir junto ao Congresso Nacional, a quem deverá ser submetido o projeto de lei, para retirar-lhe as disposições compulsórias, os prazos fatais, improrrogáveis, imprimir-lhe caráter de utilidade atual e, afinal, de exequibilidade sem agravar as relações entre os empresários rurais (proprietários e parceiros) e seus empregados (trabalhadores rurais, etc.).

162

MARCHAS DA PRODUÇÃO

Temos, repetidamente, chamado a atenção da classe rural brasileira, para os efeitos negativos das chamadas marchas da produção, das greves, etc.

Devemos, no próprio interesse da classe, a todo custo, evitá-las.

Uma Associação Rural não tem, a rigor, necessidade, para encaminhar e defender, com êxito, os problemas de seus associados, de promover tais demonstrações que, em última análise, levam a resultados diferentes, muito diferentes dos pleiteados.

163

GRÃO DE BICO

Entre as leguminosas — (papilionáceas) pouco cultivadas no Brasil, embora consumidas e muito apreciadas, sobretudo no preparo de pratos "cozido à portuguesa" e "puchero" da predileção da colônia espanhola, está o grão de bico, — *Cicer arietinum, L.* —, que, bem o merece, poderá aumentar sua área de cultitras regiões do país.

E' o seu cultivo, atualmente, feito na região Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Antes era importado, principalmente, do Chile.

O grão de bico é cultivado, em larga escala, na Europa (meridional), Africa (norte e nordeste), Asia, sobretudo na India, América (norte, central e sul).

Entre os povos árabes e balcânicos é o grão de bico muito estimado.

Além das preciosas sementes, largamente empregadas na alimentação, é o grão de bico planta forrageira de largas possibilidades na alimentação do gado leiteiro

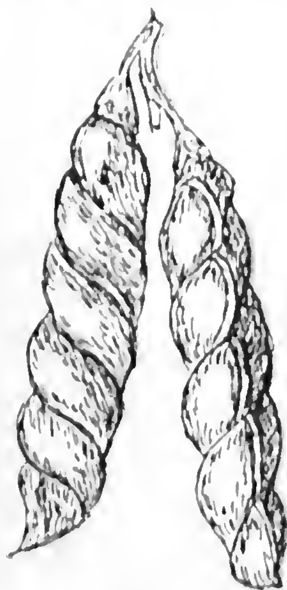
Cabe aos Institutos Agronômicos e Estações Experimentais, a indicação das variedades para as diferentes regiões do país.

164

GUANDO

A leguminosa (papilonácea) conhecida pela denominação de guando — *Cajanus indicus Spreng*, era, no Brasil, muito estimada pelos escravos, sobretudo pelos remanescentes africanos.

Entrava o feijão guando no preparo de pratos saborosos e nutrientes. Não constituíam, porém, objeto de obrigatório alimentação.



Vajem de guando, Cajanus indicus Spring., leguminosa de grande futuro no Brasil

Era o guando cultura de aceiros, beiradas de cercas e proximidades das habitações dos escravos.

Com a abolição e, consequentemente, o abandono das lavouras, declinou e, mesmo, desapareceu o interesse pela cultura do guando que, pouco a pouco, tornou-se semi-selvagem, indicando velhas tapèras e aceiros.

Só, relativamente, há poucos anos, têm-se procurado restabelecer o gosto pela cultura, tornando conhecidos novos empregos para o guando.

Além dos grãos e da farinha de guando, utilizados

na alimentação humana, novas aplicações foram divulgadas visando seu emprego como forragem e o preparo de rações alimentares, cada dia mais variadas e procuradas.

E' o guando, especialmente, indicado como planta de cobertura e adubação verde.

Seria conveniente intensa propaganda orientada no sentido do plantio do guando, planta muito decorativa, de boa sombra, junto aos galinheiros e habitações rurais, sem prejuízo da cultura regular da utilíssima leguminosa.

165

ZORÔ

Entre as receitas de pratos tradicionais que figuram em MIGALHAS FOLKLÓRICAS — Edição da Gráfica Laement, Ltda. — 1951, de MARIZA LIRA, pedimos licença para transcrever:

"Aferventam-se camarões e mulato velho; cortam-se em pedaços e refoguem-se em azeite, com salsa, pimenta do reino, cebola, cebolinha e tomates. Junte-se, depois, maxixe, jilós ou quiabos, cortados em rodelas, e um pouco de água. Deixe-se cozinhar bem. Sirva-se com angú de milho."

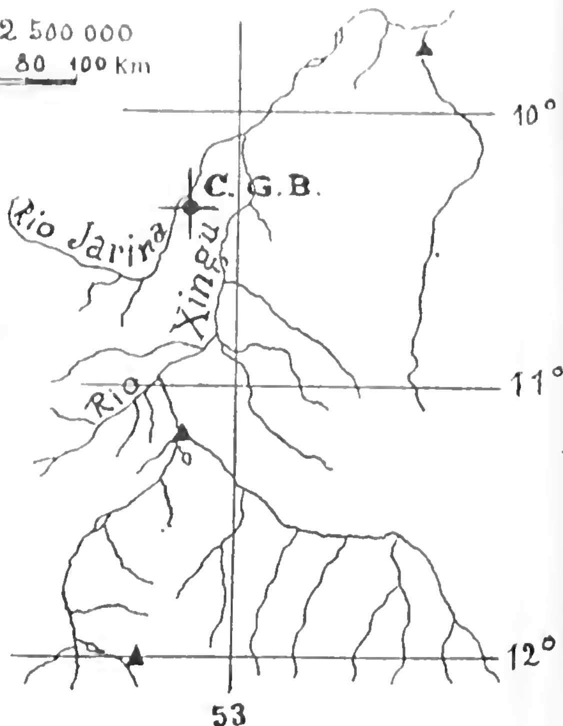
CENTRO GEOGRAFICO DO BRASIL

Foi atingido e demarcado, à margem direita do Rio Jarina, afluente da margem esquerda do Rio Xingu, o Centro Geográfico do Brasil.

Situado ao Norte do Estado de Mato Grosso, no ponto de cruzamento das coordenadas Latitude Sul 10°20' e Longitude 53°12' W. de Greenwich.

E' o terreno acidentado, fôfo e enraizado. Nêle será erguido o marco e perto, onde melhores as condições, construido um aeroporto.





Mostra o "croquis" a situação do Centro Geográfico do Brasil (C. G. B.) e os três campos de aviação mais próximos.

E' mais uma vitória da Fundação Brasil Central, de que é o presidente o engenheiro José de Paula Retto.

A Expedição foi dirigida pelos irmãos Vilas Boas, sertanistas de nome feito.

167

MÃOS A' OBRA!

Não é demais insistir e aconselhar aos agricultores e suas Associações Rurais para os trabalhos de florestamento das terras de campo e de reflorestamento das terras de cultura.

São esses trabalhos necessários e úteis. As terras de cultura, não exigem, como pensam, novas derrubadas. Mas, as de mato, devastadas, exigem, sempre, o replantio.

Mãos à obra! Ninguém se arrependerá.

168

CAFEEIROS DEFICITARIOS

A eliminação, pura e simples, como têm aconselhado, nossa lavoura cafeeira, dos cafeeiros deficitários, não resolve a situação de

O que é necessário, e se impõe, é dar solução agrícola, aos métodos de exploração da cultura, elevandose, progressivamente, os rendimentos.

E' essencial, sobretudo, plantar em terras já trabalhadas e, sempre que possível, de topografia favorável. As novas plantações devem prescindir do ritual das derrubadas e das queimadas.

As despesas com derrubadas e queimadas devem, sempre que possível, ser eliminadas. Importam, assim, na defesa do nosso patrimônio florestal.

As adubações serão necessárias durante a formação da lavoura e do seu sombreamento. Depois, as árvores de sombra, pela queda das folhas e desenvolvimento do sistema radicular das plantas, asseguram a fertilidade do sólo e a melhoria das condições físicas, constante e regularmente.

O trato da lavoura será, naturalmente, reduzido em bneficio da economia do cafeicultor. Com a eliminação das de frutificação irregular e, consequentemente, melhorada, pela uniformidade do produto, será a produção brasileira valorizada realmente.

O problema da produção do café no Brasil e da sua qualidade, é, essencialmente, um problema agrícola.

169

SOMBREAMENTO COM INGAZEIROS

Indicam Rogério de Camargo e Adalberto de Queiroz Teles Jr. (O CAFÉ NO BRASIL — Vol. I), entre outros, os seguintes ingazeiros para sombreamentos:

a) Ingá rabo de mico ou cipó (*Inga edulis* Mart.), bom porte e folhagem ocupando as extremidades dos ramos, derrubando, anualmente, cêrca de dois quilos de folhas e frutos, por metro quadrado. Sombreia, cada árvore adulta, cerca de 125 metros quadrados;

b) Ingá de quinas (*Inga striata* Benth.), podendo aplicar-se os mesmos atributos e qualidades artibuidas ao ingá rabo de mico ou cipó;

c) Ingá facão ou admirável (*Inga spectabilis* (Vahl Wild.), originário do vale amazônico, usado no sombreamento dos cafésais colombianos. E' planta rústica, indicada para terras cansadas, frutos grandes, folhagem abundante. Derruba, anualmente, 4-5 quilos de folhas e frutos, por metro quadrado;

d) Inga mirim (*Inga Sellowiana* Benth.), atinge a árvore cêrca de 12 metros de altura;

e) Ingá ferradura, (*Inga sessilis* (Vell.) Mart.), árvore de grande porte, mais de 15 metros de altura, bifurcando-se a regular distância do sólo, galhos esparramados, formando belíssima copa, passando 50% de luz. Oferece sobre o ingá rabo de mico, menor trabalho de poda e, ainda, época de frutificação permitindo a apanha das sementes para a semeadura no início das águas nas regiões Leste meridional e Sul;

f) Ingá do mato (*Inga vera* Willd.), porte médio, resistente às geadas[a] derruba abundante folhagem e frutos;

g) Ingá rosário (*Ingá spuria* Humb. & Bonpl.), porte médio, ramagem aberta e espalhada, derruba abundante folhagem e frutos.

170

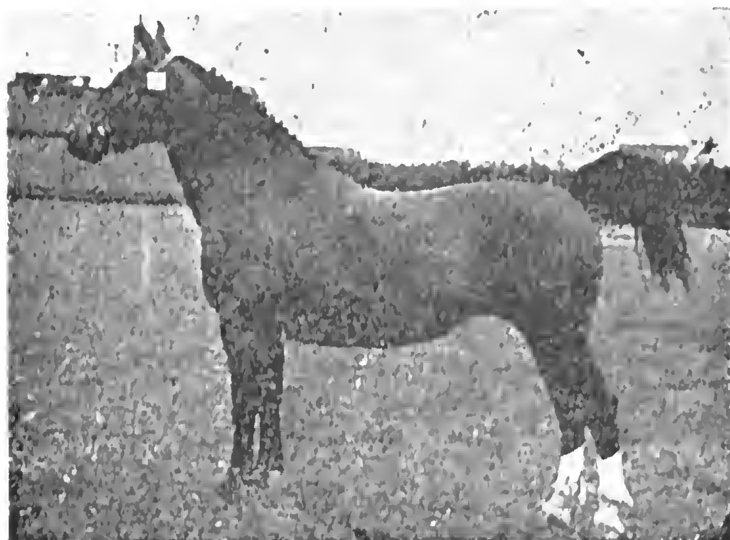
PARQUE NACIONAL DA LAGOA BAEPENDI

O Prof. Magalhães Corrêa, de sempre lembrada memória, ao escrever e ilustrar, a bico de pena, O SERTÃO CARIOCA (Livraria J. Leite), sugeriu a criação na lagoa de Marapendi e matas adjacentes, em maioria tropófilas, de uma RESERVA BIOLÓGICA, — viveiro permanente para a conservação das espécies animais e vegetais.

"Toda a caça ou pesca, todas as explorações florestais, agrícolas ou mineiras, as escavações ou pesquisas, sondagens, desmontes e construções, os trabalhos tendentes a modificar o aspecto do terreno ou da vegetação, todo ato de natureza a trazer perturbações à fauna, toda introdução de espécies zoológicas ou bo-

(Conclui na pág. 50)

RAÇÕES PARA EQUINOS



RAÇÕES PARA EQUINOS

CAVAL-1 — Concentrado 28%

Concentrado de proteínas para ser fornecido juntamente com grãos e capins ou fenos na dose diária de 300 gramas para cada 50 quilos de pêso do animal. Um animal adulto deve receber de 2 a 3 quilos por dia. Contém as vitaminas e minerais que o animal necessita para a manutenção das funções vitais. Ideal para reforçar a alimentação dos animais de salto e corrida.

CAVAL-2 — Crescimento 18%

Suplemento ao leite materno após a idade de dois meses. Na desmama, com cinco a seis meses, fornecer misturada a um bom capim até completar dois anos de idade. Os cavalos de corrida e salto devem ser especialmente preparados no crescimento a fim de terem uma musculatura e ossatura perfeitas para poderem suportar os grandes esforços a que são destinados. Devido a isto o sucesso futuro, de um cavalo, depende da alimentação que recebe enquanto é potrilho; músculos perfeitos são possíveis sòmente com alimentação de boa proteína. Da mesma forma a ossatura é formada por um perfeito equilíbrio mineral na ração.

CAVAL-3 — Manutenção 12%

Fornecer aos animais em tratamento de cocheira na dose de um quilo para cada cinqüenta quilos de pêso do animal, por dia e dividida em três doses.

misturada a um bom capim. Pode ser administrada a partir da idade de dois anos. No caso de animal em descanso, diminuir a ração e fornecer mais capim ou feno.

CAVAL-I — Geral (popular) 14%

Ração para a manutenção de animais mestiços de pouco trabalho e com pouco trato de cocheira. Dar três quilos durante o dia misturado a capim ou alfafa.

ATENÇAO

O cavalo é dos animais mais sensíveis quanto à alimentação. Seu estômago é de pequena capacidade e o aparelho digestivo muito sujeito a distúrbios. Devido a isto é sempre preferível fornecer o alimento diário dividido em várias refeições. Esta é a razão dos cavalos destruírem os pastos mais que os outros animais, pois, pastam a noite inteira, comendo e pisoteando o capim. A água deve ser fornecida antes das refeições e nunca quando estiver cansado, fazendo uma previsão de quarenta litros por dia. Um animal adulto em trabalho moderado necessita de 10 a 12 quilos de alimentos por dia.

Sempre que fôr mudado um regime alimentar, isto deve ser feito com cuidado, trocando de ração aos poucos. De início podem aparecer diarréias que passam aumentando a dose de capim ou alfafa. Especialmente os cavalos em cocheira, sem exercício, são os mais sujeitos a distúrbios e, além disto, pegam vícios como engulir ar, roer o cocho, etc. Para evitar isto devem ser exercitados pelo menos uma hora por dia ou serem soltos num bom pasto. Não há melhor remédio para um cavalo que uma boa pastagem.

INFORMAÇÕES ÚTEIS AO CRIADOR DE EQUINOS

Quais os cuidados na alimentação de equinos?

Os cavalos devem ser alimentados individualmente, o criador procurando verificar qual a melhor dieta para cada animal. As rações devem ser fornecidas várias vêzes durante o dia em pequenas quantidades e não muito de uma vez. O estômago do cavalo é muito pequeno, comportando de sete a quinze litros, funcionando melhor quando sòmente cheio 2/3 do total. Não exercitar o animal fortemente após uma refeição farta, pois o sangue é desviado do aparelho digestivo para os músculos e com a dilatação do estômago falta espaço para expansão dos pulmões. Não fornecer muita água de uma vez, especialmente quando o animal estiver muito cansado por exercício. Não fornecer ração muito fina, mas sim misturada com aveia ou milho ou capim. No caso da ração ser de fácil formação de poeira, umedecê-la um pouco. Assim são evitadas irritações no aparelho respiratório.

Qual a razão das cólicas nos equinos?

Devido à conformação de seu aparelho digestivo, o cavalo é dos animais mais sujeitos a cólicas por distúrbios gástricos. Entre as várias causas, as principais são: mudança súbita de alimentação, muita alimentação ou muita água, comer ou beber quando muito cansado, dentes maus, variações climatéricas, capins ou alimentos novos em excesso e verminoses fortes. As cólicas são evidenciadas pela presença da dor que faz o animal tornar-se irrequieto, tentar escoucear o abdômen, sapatear, olhar os flancos, deitar-se e levantar-se em seguida, suores e tentativas repetidas de defecação. O médico veterinário deve ser chamado imediatamente.

Como interpretar nas fezes a condição do animal?

O cavalo defeca de oito a dez vêzes em 24 horas, a aparência

(Conclui na pág. 76)

CLIMA, PRAGAS E DOENÇAS REDUZIRAM A SAFRA TRITÍCOLA SUL-AMERICANA

1957 — *Ano adverso para a triticultura da América do Sul*

Foi de 781 143 toneladas a quantidade de trigo nacional produzida em 1957, segundo dados definitivos agora divulgados pelo Ministério da Agricultura (S.E.P.), contra 854 971 toneladas em 1956 e 1 101 315 toneladas em 1955. Ocorreu, assim, sensível redução nas duas últimas safras, as quais foram sèriamente prejudicadas, não só pelas condições climáticas adversas, mas, sobretudo, pelas doenças e pragas, entre as quais a lagarta das gramíneas, que provocou estragos avaliados em 15 a 20 por cento das colheitas. As estimativas feitas anteriormente previam quantidades maiores em virtude das áreas cultivadas, que em 1957 atingiram 1 153 517 hectares contra .... 885 573 hectares em 1956 e 1 196 063 hectares em 1955. Entretanto, as circunstâncias desfavoráveis não afetaram apenas a produção tritícola brasileira, mas também a da Argentina, Uruguai e Chile. Na Argentina, por exemplo, as estimaitvas oficiais, em face da incidência de pragas e moléstias, previram uma colheita de apenas 4 900 000 toneladas em 1957 contra 7 100 000 no ano de 1956.

Na opinião dos técnicos, mais danosas que as pragas são as moléstias do trigo, uma vez que para aquelas já dispõem os Postos de Defesa Sanitária Vegetal de inseticidas moderníssimos, de reconhecida eficácia, como o Canfeno Clorado e o Dieldrin.

As Estações Experimentais do Ministério e das Secretarias Estaduais têm lançado mão do único meio de combate às fitonoses tritícolas, que é a escolha de linhagens capazes de resistir às doenças, tendo mesmo declarado o genticista Iwar Beckman que possuímos variedades consideradas das melhores do mundo. Mas nem nos Estados Unidos e na União Soviética, onde os genticistas são providos de recursos incalculáveis, foi possível, até hoje, obter variedades que resistam às adversidades climáticas e ao ataque combinado das doenças do trigo.



Aspecto do plenário da Confederação Rural Brasileira, quando falava o Presidente Iris Meimberg.



NOSSA CAPA

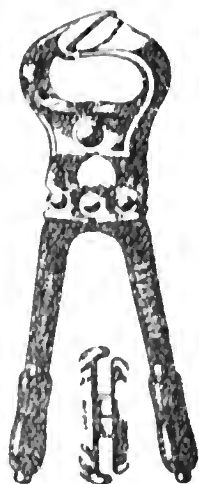
Supõem-se tenham sido os colonos franceses, estabelecidos no vale de Anápolis, os primeiros plantadores de macieiras no Canadá.

CHEGOU O NOVO MODELO

Torqueses "BURDIZZO"

DE FAMA MUNDIAL

POSSUI DETENTOR DO CORDÃO, SEGURA O CORDÃO TESTICULAR NO PONTO PRECISO PARA SUA RUPTURA OU ESMAGAMENTO, SEM CORTAR NEM FERIR A PELE DO ESCROTO... NÃO CAUSA LESÕES SUSCEPTÍVEIS DE INFECÇÃO

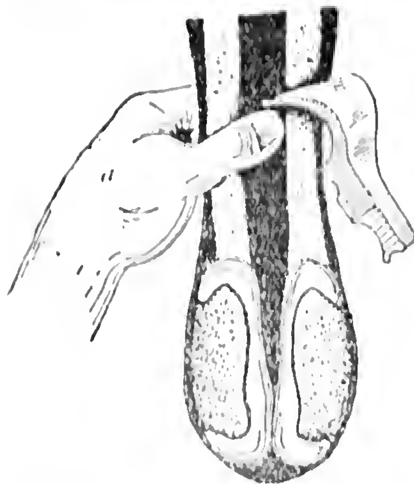


Cada torquês é acompanhada do LIVRO DA TÉCNICA PARA CASTRAR



Uma operação simples, segura e inofensiva. Qualquer Fazendeiro com um ajudante, pode castrar seus animais.





Desenho mostrando os cordões e os testículos, assim como a posição dos dedos e da torquês pronta para apertar

Desenho mostrando como se separa e empurra, com o indicador e polegar da mão esquerda, o cordão direito para um lado, forçando-o contra a parede do escroto para isolá-lo, ajustando-o depois à torquês.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES DIRIGE-SE AOS DISTRIBUIDORES

HERMAN JOSIAS S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

Rua dos Mercadores, 88-A — RIO DE JANEIRO

À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Fabricantes : N. BURDIZZO — Torino, Itália

VIAGEM DE 200 MILHAS PARA VENDER GADO

FAZENDEIRO CANADENSE VIAJA UMA VÊZ POR ANO

(Fotos do Instituto Nacional do Filme do Canadá)



Robert, o bebê da família Phillips, acompanha a expedição, embora conte apenas 5 meses de idade. Será, um dia, outro bravo fazendeiro canadense...

Todos os anos, em outubro, uma longa caravana de rezes da raça Hereford chega à cidade canadense de Quesnel, na Colúmbia Britanica. E' a época da venda de gado aos abatedores, e o fazendeiro Floyd Phillips atravessou, com tôda a família, 200 milhas de estradas cortadas por rios caudalosos, montanhas altíssimas, enfrentando calor intenso ou frio impiedoso, para vender seu gado.



Ate chegar a Quesnel, o gado atravessa montanhas e rios, enfrentando a espécie de climas, desde o calor intenso ao frio impiedoso

O rancho de Phillips é considerado o mais inacessível de todo o Canadá, pois fica situado a 50 milhas do mais próximo armazem ou localidade. Phillips e casado e pai de 3 filhos. A vida da fazenda, embora primitiva, satisfaz à família, que tem na viagem a Quesnel a única oportunidade anual de ver a cidade.

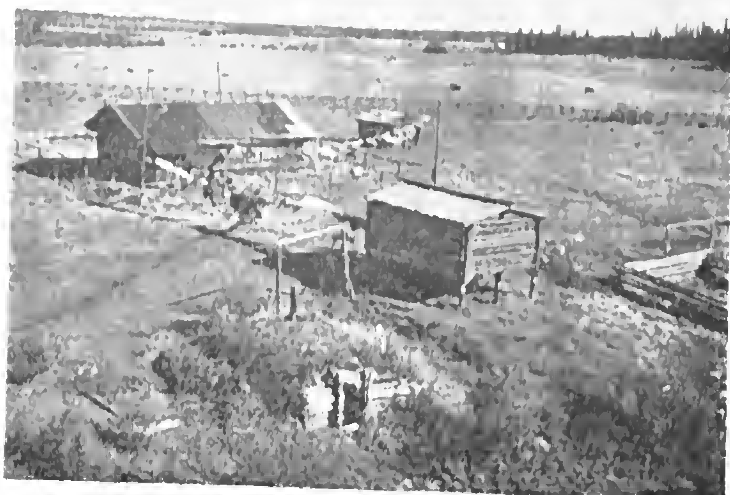
A senhora Phillips, o bebê de 5 meses e a menina Diane

viaja numa carroça puxada por cavalos, enquanto o rapaz William vai montado, ajudando seu pai a tocar o gado. Uma outra ocasião, durante o ano, em que a família sai da fazenda, é a expedição de julho ao Lago Anahim.

(Conclusão da pag. 40)

tânicas, quer sejam indígenas ou importadas, selvagem ou não, serão estritamente interditas sôbre toda a extensão do parques nacionais assim constituidos. E será proibido, sem autorização do administrador, penetrar, circular ou acampar na reserva, como introduzir armas de fogo, armadilhas e cães."

Assim justificava o Prof. Magalhães Correa sua indicação que poderá, ainda, ser considerada pela Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura.



Distante 50 milhas do povoado mais próximo, a fazenda de Philips raramente recebe visitas, mais a família é de opinião que a vida ali, embora primitiva, é agradável

FUSÃO DAS PEQUENAS COOPERATIVAS

JOÃO VIEIRA DE OLIVEIRA
Eng.º agrônomo. - Presidente da Cooperativa Bandeirantes

Há trinta anos, aproximadamente, que estudo, propago e pratico cooperativismo agrícola, não tanto por dever profissional, mas, sobretudo, por me ter convencido, desde cedo, lidando com pequenos agricultores, que, num país onde a classe agrária é tão desunida, tão individualista e fiel ao compadre comerciante da cidade; num país onde a instrução é pouco difundida no meio rural e o rurírico vive largado à sua própria sorte, só o cooperativismo é capaz de proporcionar-lhe justa recompensa pelo seu ingente labor.

Na roça nasci; a ela sempre ligado tenho vivido, embora minha função pública me prendesse na cidade. Agora, voltei para o meu sertão... carioca e nêle luto dia e noite, ao sol e à chuva. Para nós, agricultores, não há tormenta. Não há-nem pode haver — ainda horário, feriado, dia santo, salário mínimo, garantias e vantagens.

Os que vivem na cidade e até os que da roça vieram, dela fugindo ou desanimados, ignoram ou cedo se esquecem das agruras da vida no campo e da incerteza do empreendimento agrícola. Gritam os jornais e o rádio que o feijão está caro, o arroz pela hora da morte, leite ninguém mais pode tomar, carne é comida de rico e frutas só para doentes. Caro estão e cada vez mais, porém, é preciso que o povo saiba que a culpa da carestia não cabe absolutamente, ao agricultor e que êle não se beneficia com os aumentos. E quem é o culpado- De um lado ,os Govêrnos, com seus tabelamentos, sua Cofap e Coaps, seus fiscais, suas delegacias de economia popular, sua política inflacionária, novos impostos, etc. provocando câmbio-negro, abandono dos campos, encarecimento dos transportes e materiais diversos; de outro lado, o intermediário, o atacadista e o varegista, principalmente êste, que quer ganhar multíssimo mais que o produtor, por motivos, talvez defensáveis. O fato é que os distribuidores, via de regra, vivem bem instalados e suas famílias se multiplicam como cogumelos. Ganham na certa, vivem confortàvelmente, apesar dos fiscais, dos congelamentos, dos aluguéis monstruosos, das luvas astronômicas, dos impostos escorchantes e das entorpecentes exigências burocráitcas do Poder Público.

Produção há muita e até se dá aos porcos. O que não há é quem colete a produção do agricultor e lhe venda pela melhor oferta ou a distribua, se preciso. E isso só se consegue com a união dos agricultores, em outras palavras, com o grande cooperativismo.

Só êle conseguirá arrancar o agricultor do pauperismo, ao mesmo tempo que provocará uma ponderável redução no custo de vida. O agricultor vive assim, explorado e abandonado, porque não se une, nem lhe incutem no espírito a conveniência de unir-se, de defender-se contra os preços miseráveis que recebe pelas suas mercadorias. Chego a pensar que o estado, em última instância, em vista dêsse medo infantil ou aversão à união, deveria obrigar os agricultores a se unirem em cooperativas, como já o fêz, com ótimos resultados, para a venda do leite nos grandes centros.

É exatamente sôbre essa inadiável e imprescindível união material dos agricultores do Distrito Federal e municípios limítrofes que desejo abordar, neste dia de festa da Sociedade Nacional de Agricultura e de sua renomada revista, "A Lavoura".

Direi, inicialmente, que a finalidade precípua de uma cooperativa agrícola é coletar e vender a produção dos seus associados. Cooperativas como quase tôdas as que operam no Distrito Federal, que, por falta de crédito em número suficiente de associados, se transformaram em estabelecimentos vendedores de rações e alguns poucos materiais, só deveriam existir como protesto aos que desejam matar o cooperativismo; só deveriam funcionar em holocausto à doutrina e para manter acêso o facho que aquêles beneméritos tecelões de Rochdale acenderam.

O cooperativismo é, sem nenhuma dúvida, uma política aconselhável, que, notadamente agora, deveria merecer o mais escandaloso auxílio dos Govêrnos, até mesmo como meio de atenuar as aflições da coletividade e arrebentar o ímpeto de idéias aviltantes. Infelizmente, há muitos agentes dos govêrnos que, subrepticiamente, combatem o cooperativismo, talvez, por ignorância, pensando que êle pretende destruir o comerciante honesto.

Não estou exagerando ao afirmar que o auxílio deve ser escandaloso; estou, apenas olhando para as várias cooperativinhas agrícolas cariocas, sem recursos para pagar uma sede condigna e atraente, sem dinheiro para pagar um caixeiro e um guarda-livros; estou olhando a realidade, o panorama triste, de marcar-passos, por que atravessa a pequena cooperativa. É uma casa de pobre, onde os filhos reclamam muito por falta de pão, todos têm razão, mas não ajudam. Os associados não aparecem às reuniões, não entregam seus produtos à cooperativa, nem se animam para organizar um sistema de venda em comum, não compram senão ração. Não possuem êsse espírito de solidariedade, de união, essa espécie de glebismo que tem feito a grandeza de várias localidades.

Cooperativa, com reduzido número de associados e âmbito distrital, constituída de pessoas que se conhecem, se estimam e exercem a mesma atividade econômica, é uma organização lírica e que tem contribuído, de certo modo, involuntàriamente, para desmoralizar o cooperativismo. Entidade com 100, 300, 500

associados, 1.000 mesmo, não pode preencher suas finalidades, nem sequer concorrer com o comércio, apesar de isenta de impostos. Falta-lhe capital e fregueses. Veículos não possui para apanhar as mercadorias dos seus associados, dinheiro não tem para alugar lojas na cidade e um grande armazém na sede. Os estabelecimentos que negociam com dinheiro não o emprestam (e fazem muito bem) às associações de vida precária, com problemático movimento financeiro. Além disso, a diretoria, face às constantes crises, atuando mais em função da Cofap, por misericórdia desta, receia contrair compromissos. Uma grande parte dos membros de uma pequena cooperativa é inativa, isto é, não compra e isto gera dessalento, decepções e incertezas.

Mais de quatro séculos sob o signo de um liberalismo econômico exagerado e estimulado por comerciantes e industriais gananciosos contribuíram para o brasileiro não se imbuir de entusiasmo pela classe a que pertence. É natural, e justificável, portanto, que o agrário não frequente a sua cooperativa, nem sequer se una para auferir melhores proventos. União é para japonês, holandês, sueco, americano, etc. Por isso, vive o lavrador (produtor de vegetais) esfarrapado, abandonado, nas trevas, prêsa fácil do intermediário. Os que dêle se livram, arcam com inenarráveis e penosos encargos, trasformando-se em feirantes e, às vêzes, em industrial. A função do agricultor é produzir vegetais e animais úteis ao homem. Isso de acordar de madrugada, encarapitar-se num caminhão entre cestos, balaios e capoeiras e ficar na feira até ao meio-dia, bancando camelô e agradando fiscais, é uma inversão, está errado, é prejudicial à economia nacional e à saúde. A única solução para evitar essa invasão na seara alheia, esse prejuízo para a agricultura nacional, é uma cooperativa coletar a produção e vendê-la para o associado, pelo preço da praça, retirando pequena percentagem para as despesas. Entretanto, para atingir esse objetivo, é indispensável capital, muito dinheiro e muito auxílio dos governos. Duas ou três grandes cooperativas, cada uma com quatro, cinco mil associados, representam uma potência econômica. Com o tempo, com os lucros e as com atrações, nascerá o tão decantado espírito-cooperativista.

O Govêrno sabe, através do testemunho dos seus técnicos, que as cooperativas pequenas não progridem, não vão para a frente, nem resolvem o problema da distribuição e que só as grandes podem resolvê-lo, dando lucro compensador ao agricultor e provocando a baixa do custo dos produtos ao consumidor. Se o que disse não convencer, se os exemplos da Alemanha, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos da América e outros não servirem, verifiquem os métodos dessa vitoriosa e grande Cooperativa Agrícola de Cotia, com seus cinco mil associados, todos ativos, satisfeitos, bem arranjados e dispersos num raio de ação que abrange os territórios paulista, fluminense e carioca. Cotia coleta, diàriamente, a produção do agricultor, classifica-a e vende aos comerciantes ou nos seus (dela) postos, fazen-

(Conclui na pág. 30)

PROBLEMAS RURAIS NAS CONSTITUÇÕES ESTADUAIS

ESTADOS DE ALAGOAS E DE SERGIPE

Geraldo Goulart da Silveira
Engenheiro Agrônomo

Em prosseguimento ao estudo que estamos fazendo sôbre "Problemas Rurais nas Constituições Estaduais", (A LAVOURA, números de setembro-outubro e de novembro-dezembro de 1958), vamos focalizar hoje as constituções de dois pequenos Estados: um, da região nordeste: Estado de Alagôas, e outro da região leste: Estado de Sergipe, onde, problemas rurais de vital importância não foram olvidados.

No Titulo V: "Da ordem econômica e social", da Constituição do Estado de Alagôas vários artigos focalizam problemas rurais.

O artigo 108, trata do aproveitamento das terras públicas e seus parágrafos, da conservação de matas e áreas reflorestadas, da posse de terras públicas e posse da terra por ocupação.

O referido artigo e seus parágrafos estão assim redigidos :

Art. 108 — O Estado promoverá o aproveitamento das terras públicas desnecessárias aos seus serviços, dando-as à exploração agrícola, em arrendamento, a baixo prêço, em lotes não superior a 25 hectares, às pessôas que não possuam terras nem meios para adquiri-las, assegurada a preferência aos seus ocupantes.

§ 1.º — Não estão compreendidas neste artigo as terras cobertas de matas ou reflorestadas, que o Estado assim conservará.

§ 2.º — O Estado assegurará aos posseiros de terras públicas que nelas tenham morada habitual, preferência para sua aquisição até 25 hectares.

§ 3.º — Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio trecho de terra não superior a 25 hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nêle sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

O artigo 109 assegura ao pequeno proprietário rural isenção de impostos, e está assim redigido:

"a pequena propriedade rural não excedente de cinco hectares, único bem produtivo de proprietário que, não tendo outra profissão lucrativa dela retire os meios de sua subsistência é isenta de qualquer impôsto estadual ou municipal".

Objetivando o crédito agrícola aos pequenos e médios produtores rurais, estipula o artigo 110 que:

"O Estado assegurará aos pequenos e médios produtores e criadores, crédito agrícola e pecuário, atravez de estabelecimentos especializados, na forma que a lei determinar".

Vários artigos do Titulo V — Da ordem econômica e social, do capitulo único da Constituição do Estado de Sergipe visam as atividades rurais.

Assim é que no artigo 119, vários itens se referem diretamente às atividades rurais, estipulando que o Estado organizará planos com os fins de assegurar:

a — facilidades de crédito em geral, especialmente aos pequenos e medios produtores;

b — organização e intensificação da agricultu-



O ensino profissional agricola é indispensavel ao desenvolvimento da agricultura. Na foto um aspecto dos alunos da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, em trabalhos praticos

ra e da pecuária, tendo em vista as condições geo-econômicas do Estado;

e — instalação e funcionamento de cooperativas em geral, especialmente das de credito, produção e consumo;

d — assistência tecnica completa que permita o incremento das atividades agropecuárias e industriais.

Visando facilitar a formação de cinturoes verdes destinados ao abastecimento das cidades estipula o artigo 120 e seu parágrafo único, o seguinte:

Artigo 120 — O Estado promoverá a desapropriação de areas de terrenos das grandes propriedades situadas em torno das cidades e vilas, loteando-os a prazos longos e juros modicos, visando ao abastecimento de generos de consumo imediato, assegurando credito para as respectivas instalações.

Paragrafo unico — Dentro de suas possibilidades financeiras, o Estado promoverá a aquisição de terrenos que serao loteados entre agricultores de preferencia casados e de familia numerosa, a prazos longos e juros modicos, assegurados credito e assistencia tecnica para o seu desenvolvimento, obedecen-

do o disposto do artigo 141, parágrafo 16, da Constituição Federal.

O artigo 121 e seus parágrafos cuidam de assuntos da mais alta relevância para o desenvolvimento da produção, tais como a organização de:

a — um Instituto de Tecnologia e Pesquisas;

b — um Instituto de Fomento à Produção.

Artigo 121 — No intuito de desenvolver a produção, o Estado dividirá o seu território em regiões geo-econômicas, criará o Instituto de Tecnologia e Pesquisas, e organizará um Instituto de Fomento à Produção, è base da respectiva taxa, com a finalidade de orientar e melhorar o trabalho agricol ae industrial.

Parágrafo 1.º — nas regiões geo-econômicas, serão instaladas escolas práticas de capatazes, anexas a campos experimentais de cultura e estações de remonta;

Parágrafo 2.º — o Instituto de Fomento fará empréstimos a pequenos e médios agricultores, através de suas organizações, na forma por que a lei determinará.

Os artigos 122, 123 124, e 125 tratam de problemas relacionados com o aproveitamento da regra, e estão assim redigidos:

Artigo 122 — no interêsse do bem estar social, o Estado promoverá a extinção progressiva dos latifúndios;

Artigo 123 — a propriedade da terra acarreta o dever do seu cultivo ,exploração e aproveitamento. As terras não aproveitadas serão taxadas progressivamente pelo Estado ou pelo município, ressalvadas as terras coberias por matas;

Artigo 124 — As terras não aproveitadas poderão ser desapropriedas por utilidade pública, para posterior loteamento, doação e venda;

Artigo 125 — o Estado promoverá o aproveitamento das terras devolutas e de sua propriedade, estabelecendo planos de colonização, doação e vendas de lotes, respeitada a proridade dos moradores.

O artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estipula que:

"O Estado levantará o seu patrimônio, arrolando as terras devolutas e as propriedades que lhe pertencem e se achem exploradas por particulares e promoverá o seu loteamento entre os agricultores, de preferência casados e de família numerosa, a prago longo e juros módicos, assegurados crédito e assistência técnica para o seu desenvolvimento.

(Conclusão da pág. 64)

tante as condições climáticas, daquele país, completamente diferentes em comparação com a Holanda, os patos Khaki Campbell conseguem alcançar ali, o mesmo elevado nível de produção, evidentemente, desde que recebam um tratamento idêntico.

Por isso, há tôda razão de se supor que, também, no Brasil, esta raça ofereça perspectivas favoráveis.

O uso de ovos de patos nos hotéis e nas confeitarias poderia resultar numa baixa dos preços de vários pratos, bolos, etc., e, assim, poderia contribuir, embora de maneira modesta, com esforços para combater a inflação.

Finalmente, cumpre acrescentar, ainda, que em comparação com as galinhas, os fatos, nos seus hábitos de alimentação, são muito mais moderado e além disso, possuem maior resistência.

AVICULTURA

Criação de Patos na HOLANDA

Da Holanda são mundialmente conhecidas as tulipas, os moinhos, a louça azul, da cidade de Delft, a manteiga, o queijo, os ovos, etc.. Menos conhecido, pelo menos fora da Europa, é que a Holanda exporta também, em grande escala, aves vivas. Além das galinhas e dos pintos de um dia, desempenham ainda um papel importante, nesta exportação, os filhotes de patos. A mais famosa raça de patos é a Khoki Campbell Holandesa, insuperável, quanto à sua vitalidade e capacidade de postura.

Existem granjas de patos, desta raça, onde foi alcançada, no primeiro ano de postura, uma produção média de 330 ovos, ou, mesmo, até mais, graças a uma seleção rigorosa, efetuada durante muitos anos e tomando em consideração todos os fatores que, de maneira alguma, podiam influir na produtividade.



A criação de patos, na Holanda, é uma atividade altamente lucrativa

Não, somente, dispõe, o criador holandês de patos, dos seus conhecimentos práticos e de sua longa experiência, mas, além disso, pode aproveitar os conselhos que recebe, gratuita-



A Holanda cria, em grande escala, a famosa raça de patos Khoki Campbill Holandesa

mente, de entidades governamentais como, por exemplo, o Instituto Nacional de Avicultura, o Serviço Veterinário, etc., Até mesmo a alimentação e o tratamento em geral foram estudados, profundamente, por cientistas especializados. A fiscalização contínua, efetuada sob as diretrizes do Ministério da Agricultura, tinha por consequência que os donos das granjas se desfizeram de todos os animais impróprios para a criação o que contribuiu muito para a vitalidade dos patos.



Poucos sabem que a Holanda exporta, em larga escala, filhotes de patos

Assim, a habilidade profissional, os conhecimentos práticos e a fiscalização oficial concorreram para que os patos holandeses alcançassem o atual nível bem elevado. Um aumento futuro na produção, quase, já não é mais possível, sendo que o pato Khoki Campbell Holandês, pràticamente, põe um ovo por dia. Não é de estranhar, assim, a severa fiscalização, pois, devem ser mantidas as boas qualidades.

Evidentemente, os criadores às vêzes se queixam sôbre as inconveniências dêste controle, mas por outro lado sabem muito bem que sòmente desta maneira a alta qualidade dos seus patos se tornou uma realidade. As inspeções regulares das granjas abrangem também as acomodações, a higiene e a saúde dos animais. As granjas maiores que se dedicam, exclusivamente, à produção de ovos

de incubação destinados à produção de pintos de um dia, a serem exportados, são visitadas quase que diàriamente, por um fiscal ou por um veterinário.

Em consequência dêste conjunto de medidas drásticas e da alta qualidade dos patos, por elas obtidas, as granjas holandesas não deixaram de atrair a atenção dos criadores de muitos outros países. As rápidas ligações aéreas possibilitaram a remessa segura para todos os cantos do mundo, de pintos de um dia e de ovos de incubação.

No momento a Holanda ocupa, na Europa, o primeiro lugar como exportadora de ovos. Semanalmente a exportação média importa em 40 milhões de ovos frescos de galinhas e de patos, 500.000 de ovos de incubação, e, 450.00 de pintos e filhotes de patos de um dia.

Entre os países que continuamente compram filhotes de um dia de patos holandeses, está o México, em posição destacada. Não obs-

(Conclui na pág. 60)

10 REGRINHAS PARA EVITAR AS DOENÇAS DOS PINTOS

1. Não se coloca no pinteiro um número de pintos maior do que sua capacidade. É preferível mesmo colocar sòmente 80% da lotação, para que os pintos se criem com mais liberdade.

2. O pinteiro deve ter um ambiente protegido, principalmente de correntes de ar, mas sêco e ventilado.

3. É preciso evitar a todo custo o frio e a chuva — pinto molhado é pinto doente.

4. Se aparecer na criação algum pinto encurajado e de asas caídas não se pense em curá-lo — é melhor eliminá-lo.

5. Os pintos não devem ser criados com aves adultas.

6. Na quarta semana, todos os pintos devem ser vacinados contra a bouba.

7. É preciso ter cuidado com os ratos. Proteger bem o pinteiro contra a bouba.

8. Não se alimentam os pintos com restos de comida — para êles só ração balanceada.

9. Nunca adquirir aves no mercado para criar traz sempre uma porção de parasitas e de doenças, sendo por isso perigosa para a criação sadia.

10. Só adquirir pintos de um dia em granjas que possam garantir isenção de polurose e que mantenham o seu plantel um bom estado sanitário.

UM ÔVO POR DIA, POR PESSOA

O consumo de ovos nos Estados Unidos segundo as últimas estimativas, tende a se elevar consideràvelmente no decorrer dêste ano.

Enquanto no ano anterior, êsse consumo, já elevado é récorde no mundo inteiro, era de cêrca de 365 ovos em média, por pessoa, agora deverá ultrapassar êsse número em mais algumas unidades, perfazendo um total de 370 ovos, por ano. Assim, em 1958, o cidadão americano consumirá um ôvo ou pouco mais, por dia.

Embora não possamos ter a pretensão de igualar êsse récorde, a avicultura brasileira está em condições de contribuir para elevar bastante o consumo médio de ovos, desde que os planos de desenvolvimento em execução não sofram descontinuidade.

A ação anti-anêmica do ôvo é um fato científico. Além de outros minerais, o ôvo encerra ferro, cuja ausência é indispensável pela anemia. O ôvo fornece êste mineral anti-anêmico.

DEMONSTRAÇÕES AVÍCOLAS NO SUL

Os técnicos do projeto 42 (avicultura) do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos realizarão várias conferências e demonstrações técnicas avícolas em municípios do Rio Grande do Sul, no corrente mês. Na Escola de Treinamento Agrícola de Veranópolis será mantido um pequeno curso com os extensionistas da ASCAR.

As demonstrações e cursos rápidos de avicultura já realizados e outros que estão sendo programados para a região sul do País têm despertado o maior interêsse para instalação de novas granjas.

CARACTERÍSTICAS DO FRANGO DE CORTE



O frangote — "broiler" dos americanos — é uma ave jovem, geralmente com 4 meses de idade, que apresenta carne tenra, com a pele solta e macia e a cartilagem do osso do peito flexivel. O seu pêso de 1.800 gramas ou menos. Atualmente, em nosso país, principalmente nas zonas que abastecem os grandes centros populosos, a produção industrial de aves de corte é feita de acôrdo com determinados padrões, a fim de que as características do frangote sejam atingidas. A distribuição e a comercialização também são realizadas em boa escala, racionalmente, de modo que os consumidores possam obter produtos bons, de ótimas qualidades e apresentados de maneira atrativa em perfeitas condições de higiêne. A ampliação da rêde de granjas especializadas e de abatedouros modêlos vai, assim fornecendo cada vez em maiores quantidades, frangotes especiais aos consumidores brasileiros que por sua vez, exigem também melhores produtos.

TRANSPORTE AÉREO DEFICIENTE PREJUDICA A AVICULTURA

Representantes de entidades avícolas, na última reunião plenária da Comissão Nacional de Avicultura, revelaram fatos de suma gravidade quanto ao transporte aéreo de pintos por algumas emprêsas. Ficou evidenciado que, ao contrário do que ocorre em tôdas as demais nações onde a avicultura representa uma atividade básica do abastecimento de carnes e ovos, o transporte aéreo de pintos de 1 dia, no Brasil, é mais precário. Encareceram os representantes das entidades de classe a importância do transporte aéreo de pintos de 1 dia na economia nacional, principalmente quando como ocorre presentemente, o Govêrno está empenhado na recuperação e expansão de todas as atividades agrícolas básicas que se destinem à melhoria das condições de alimentação de nossa populações rurais e citadinas.

A Comissão Nacional de Avicultura já fêz sentir aos departamentos técnicos competentes e aos responsáveis pelas emprêsas nacionais e estrangeiras que a avicultura é a entidade rural que mais ràpidamente pode alcançar o objetivo de fornecer alimentos proteicos (carnes e ovos), mas que para a instalação de novas granjas e a multiplicação dos atuais planteis é indispensável maior rapidez no transporte de pintos. Conforme alegam os representantes da entidades avícolas, pouca atenção tem sido dada ao problema, por parte de algumas emprêsas, quer no tratamento preferencial, quer na organização de horários, quer na adequada acomodação das caixas condutoras.



COMECE BEM COM PINTOS DE 1 DIA

O surto de avicultura que se observa atualmenteé bastante justificado. A produção de alimentos valiosos como a carne e o ôvo possui tôdas as condições de êxito, e é por isso mesmo que um número cada vez maior de pessoas se interessa, no momento, pela criação de galinhas.

Em todos os pontos do pais, as autoridades de fomento, tanto do Ministério da Agricultura, como das Secretarias Estaduais, estão sendo insistentemente solicitadas para orientar novos avicultores.

A grande maioria deseja, realmente, produzir mais ovos para fornecimento às populações que se aglomeram nas cidades; uma boa parte pensa fornecer, apenas, frangos de corte, cujo consumo aumenta consideràvelmente nas capitais dos Estados; um número cada vez mais frescente se interessa pela criação de galinhas com a finalidade de obter melhores adubos orgânicos que se conhece, e cuja aplicação, em São Paulo, demonstrou capacidade de recuperação das terras cansadas de zonas cafeeiras.

Quer para a produção de carnes, quer para a produção de ovos, quer ainda para obtenção de bom adubo, a criação de galinhas precisa ser dirigida tècnicamente, desde o seu início, a fim de que possam ser obtidos os melhores resultados. A orientação aconselhada pelos técnicos indica o PINTO DE 1 DIA para a formação dos plantéis.

Isto quer dizer: ao invés de começar com frangos ou incubação dos ovos, o avicultor deve povoar seu aviário partindo do PINTO DE 1 DIA; deve ser lembrado, porém, que o pinto de 1 dia é um ser delicado e que precisa cuidados especiais. Os locais onde vão ser criados devem estar sêcos e livres de corrente de ar. A umidade é um fator limitante no povoamento do galinheiro. Deve-se ter sempre em mente o conselho dos técnicos: adquira pintos de 1 dia em granjas que possam garantir que êles estão livres de pulorose e da neurolinfomatose.

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

(Conclusão da pág. 82

de 2 gramas em cada quilo garante a proteção.

4 — As perdas em pêso, verificadas nos grãos, foram normais, visto que o produto era bastante infestado, e as larvas abrigadas no interior das sede chegarem ao estado de adulto é que entram em contacto com o inmentes não são atingidas; só depois seticida. Assim, para produtos prèviamente expurgados, a proteção poderá ser total.



NORDESTE JÁ EXPORTA LAGOSTAS E ATUM

EM AÇÃO O PLANO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO DA PESCA NO PAÍS

Existem no Brasil cerca de 250 mil pescadores que manobram 110 mil embarcações, das quais apenas 1.500 são motorizadas, segundo dados coligidos pelo Ministério da Agricultura através da D.C.P. Em face de um quadro estatístico tão pouco animador para as atividades incalculável potencialidade pesqueiras nacionais, apesar da tiologica dos nossos mares e rios, o Governo Federal, há mais de um ano concedeu autorização em caráter excepcional para a vinda de braços japoneses, espanhois, italianos e norte-americanos.

MAIS DE 26 BARCOS

Em sua atual administração, o Ministério da Agricultura, objetivando um rápido desenvolvimento dessas atividades, tanto marítimas quanto fluviais, ultimou a construção de 26 barcos para a Escola de Pesca de Tamandaré, em Pernambuco, e para revenda a pescadores nordestinos. Ainda no Nordeste, fez realizar pesquisas para a localização de cardumes de atum.

Mediante acôrdo firmado com a FAO, todo o litoral brasileiro, aliás, tem sido objetivo de pesquisas oceanográficas e de biologia da pesca. Com o fim de expandir a indústria do pescado, tecnológicos nos entrepostos de foram instalados laboratórios pesca das cidades de Rio Grande na Escola de Pesca Tamandaré e Santos, uma salga modêlo daré, em Pernambuco, e uma usina piloto para industrialização de pirarucu, na Amazonia.

Promissores resultados vêm sendo obtidos com essas e outras realizações do Ministério para o desenvolvimento pesqueiro, tanto que no Nordeste já se desenvolve a exportação de lagosta e atum, tendo alcançado mais de 400 mil dólares em 1957.



No restaurante da Mesbla a Cooperativa Agricola de Cotia, homenageou a delegação de cooperativistas Uruguaia, chefiada por Don José Tomaschini, que se encontra em visita as entidades cooperativas desta Capital e de São Paulo, ao almôço compareceram como convidados de honra o Ministro da Agricultura, Dr. Mario Meneghetti, o Dr. Gervasio Tadaski Inoue, presidente da C.A.C., o Cel. Quintilliano Moreira Cesar, diretor financeiro da Cotia, Sr. Manoel Vieira Tiradentes, presidente da Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil, Sr. Flavio da Costa Brito, presidente da União das Cooperativas do Distrito Federal, além de outros representantes das Classes Rurais do Distrito Federal.

ESBOÇO DE PROGRAMA DE TRABALHOS DA "CASA RURAL"

Por A. SEVERO

(Presidente do C. R. do S.S.R., no R. G. do Sul)

Em várias oportunidades temos observado que o associativismo rural, no Brasil, está precisado de definir rumos, de traçar um programa de trabalho. Ainda há pouco, na 1.ª Mesa Redonda dos presidentes dos Conselhos Regionais, do Serviço Social Rural, e de seu Conselho Nacional, na Capital Federal, na voz de mais de um presidente, tivemos a declaração de existirem, em sua imensa maioria, associações rurais meramente no papel.

E' uma verdade que deve ser reconhecida francamente, não para se criticar e malsinar o homem dessas regiões, senão com o propósito muito alto e muito patriótico de fixar as causas e remediá-las, pois que tal atitude é a que convém e está nas finalidades do Serviço Social Rural, definidas no diploma legal que instituiu. De um certo modo, os Conselhos Regionais, nessas associações rurais, como nas inexistentes, onde deveriam existir, surpreendem o primeiro desajustamento de comunidades, que cumpre remover.

Mas é preciso saber o que se vai fazer. Um programa de ação, bem claro, é o primeiro remédio. Naturalmente, cada região terá o "seu" caso, e, pois, a sua terapêutica. Assim, as fórmulas feitas, figurarão, apenas, como roteiro, como sugestão. E' o que oferecemos nêste modesto trabalho.

Em certa ocasião, lá pelos idas de 43, conhecendo o que ocorria com as associações rurais do Rio Grande do Sul, que precisavam de ser dinamizadas, apresentamos ao XIII.º Congresso Rural insignificante tese, propondo moldes de organização da "CASA RURAL". Êsse trabalho foi aprovado com louvores, e constitui uma colaboração ou subsídio à organização e programa de trabalhos das associações rurais.

Bem é de ver que cada zona, cada município, com seus problemas próprios, pedirá outros moldes de atividade. À inteligência dos ruralistas locais fica a tarefa da adaptação conveniente, com a cordial advertência de que não se faz grêmio rural sem trabalho.

A tése em referência, na sua forma original, é a seguinte:

"I — *PROPAGANDA PELO TRABALHO*

Não mais se discute, ou jamais se discutiu, a convenien-

cia de congregar-se o ruralismo em unidades de colaboração e representativas da classe. Não obstante, ainda hoje lamentamos a ausência de espírito associativo entre os elementos que deviriam compôr êsse sorganismos e prega-se a necessidade da constituição de grêmios e da coordenação dêstes em um ente superior.

Estamos unidos a êste pensamento, mas não acreditamos em que o verbo, a méra palavra falada ou escrita, vença as resistências finais, que são frutos do próprio ambiente em que o ruralista se formou e vive.

O fazendeiro não é indiferente ao movimento associativo. De outra parte, o seu lugar de atividade produtiva é na fazenda, não lhe ficando tempo e lhe escasseando traquejo para os planos gremiais e sua efetivação. E' êste outro campo de ação, que requer não só conhecimentos especializados, como também vocação temperamental.

Neste assunto teremos de seguir outra estrada daqui para diante. À organização, ao trabalho, à constante assistência, devemos recorrer como novos e mais eficientes meios de propaganda.

Por finalidade, como pelas relações que nos unem, o grupo social rural não é estático, parado, que atinge o seu equilíbrio e se realiza a si mesmo no haver o elemento de acôrdo sobrepujado o elemento de antagonismo, na caracterização do Dupréel.

A defesa dos interêsses da classe, objetivo inicial, e o ideal associativo puro, não esgotam o dinamismo imanente no organismo social rural. Por muito belo que se apresente êsse ideal ficará sempre num movimento de superfície, ganhando apenas os mais sensíveis à emoção solidarista. A vida é mais rica de contrastes e o homem mais contraditório, que na aparência.

Para ganhar penetração e movimentar as camadas profundas, é necessário tornar êsse espírito de solidariedade ativo na cooperação efetiva, dando expressão *visível, real,* ao conteúdo das palavras.

A simples existência da Associação Rural, com ou sem séde, tem pouca significação social se não se verificar a sua atuação profunda e constante no meio rural, por forma que represente uma parte importante e necessária na tarefa do homem que vive no campo. Se o ruralista encontrar em sua associação apenas uma entidade decorativa, nominal, arrecadadora das anuidades (algumas nem isso fazem!), ou, quando

mais, preparadores de recintos para exposições e elaboradoras de memoriais, função burocrática, e não mais a encontrando ao largo de todo um ano de trabalho, esse ruralista, que precisa de ir a escritórios particulares para ter serviços imprescindíveis, convicto embora do ideal associativo, não poderá ter interesse, muito menos entusiasmo, por esse grêmio de fachada.

As nossas rurais, e há muitas neste caminho, devem tomar organização e mais sentido humano. Compreender o trabalho do nosso homem rural e prestar-lhe não cooperadora nesse trabalho, que êle já não pode realizar sòzinho.

Organização é trabalho; boa vontade só, não basta. Ação ordenada e persistente — espírito de sacrifício; tolerância e compreensão, eis os materiais com que se há de elevar, em cada município, a CASA RURAL.

Em nosso município — Caçapava do Sul —, após alguns anos de trabalho, para melhor realizar o nosso ideal de CASA RURAL, entregamos a sua direção a um técnico rural diplomado. Por esse modo, aos serviços já prestados, que compreende tudo o que o fazendeiro ou o agricultor precisa, por forma que êle não sai da sede social sem ser servido e bem servido, aproximamos o ruralista da assistência, habituando-o ao contacto com os técnicos.

Além das sugestões para reformas ou instalações nos estabelecimentos; planos de culturas, produção de forrageiras; formação e cuidados dos pomares, hortas jardins, abrigos, açudes; aplicação imediata aos casos concretos da terapêutica indicada, teremos possibilidade de contribuir, também, pelo ensino prático, demonstrativo, para a formação do trabalhador rural consciencioso, os bons lavradores, bons hortaleiros, jardineiros, pomicultores, silvicultores, e, especialmente, hábeis cuidadores do gado. São ensinamentos que entram pelos olhos e dão agilidade, perícia às mãos.

E' uma experiência que está a ser exigida num esfôrço urgente de levantar o nível de capacidade do operário rural, a questão das questões na realização da reforma dos velhos e introdução de novos métodos de trabalho nos campos.

Com um trabalho que pode ser sintetizado em uma só palavra — TRABALHO —, as nossas rurais serão centros vivazes de ruralismo de verdade, de onde sairá para os campos a consciência renovadora.

Não faz mal que o ruralista não vá ali logo de princípio. E' que êle está acostumado a procurar em outros lugares o auxílio, o serviço que lhe é devido pela CASA RURAL. Dia virá, porém, em que e a comprovada e evidente vantagem da associação, num serviço prestado, vencerá o seu cetismo e estará conquistado o colaborador.

Organização nesses moldes não pode ser dada só pelo fazendeiro. E' ao técnico, com preparação especial e conhecimentos médios de agronomia e veterinária, pràticamente preparado para exercer o se umistér, de modo que já a sua maneira de lidar inspire confiança, é que devemos entregar êsse trabalho.

II — *PROGRAMA DE TRABALHOS*

Com a experiência dos serviços prestados pela Associação Rural de Caçapava do Sul aos seus associados, de cinco anos a esta parte, e nos programas para desenvolvimento em futuro próximo, sugerimos que tôdas as Rurais, de acôrdo com o meio, em suas sedes sociais, ofereçam aos seus associados os seguintes serviços (esquemas anexos):

ESQUEMA N.º 1

Serviços administrativos e burocráticos

Guias de trânsito — de tropas, de frutos, etc., organizando o processo nas diversas repartições e o acompanhando. O fazendeiro remete a II via do talão de vendas e consignações, ou carta de ordem, ou telegrama. A CASA RURAL remete a guia até para o destino do produto, sem que o interessado precise vir à cidade.

Escrituração do livro de registro de vendas e consignações. Êste livro fica na CASA RURAL permanentemente; o talão de guias (modelo II) é que o fazendeiro tem em casa.

Correspondência — redação, expedição, recebimento e encaminhá-la ao interessado na campanha ou aguardar seja procurada.

Contratos — redação e legalização, conforme cada caso: arrendamento, parceria, sociedade e o de penhor (crédito rural).

Emplacamento de veículos — auto, carreta, carretinha, etc.

Registro de marcas na Prefeitura e no Ministério da Agricultura, organizando na CASA RURAL o arquivo e o mapa geral das marcas (fêrra de gados).

Registro genealógico — pedidos de inscrição, transferência de certificados, e tudo o mais que se relacionar com a Ass. do Registro Genealógico, com a Sec. de Agricultura no registro de plantéis p. por cruza, como promover o registro dêstes plantéis.

Informações — situação dos mercados, negócios de gados e campos procurados município (serviço interno afixado em quadro: gados gordos, de invernar, campos à venda ou para arrendamento. A CASA RURAL não faz corretagem).

Consultório — apenas para atender o serviço técnico e para consultas pròpriamente de legislação rural.

Boletim Rural — informativo, de propaganda da CASA

RURAL, e contendo pequenos artigos de interêsse e ensinamentos úteis e práticos.

Esses serviços comportam um amplo estimulo dado pelos poderes públicos ao desenvolvimento das Associações Rurais. E um modo prático é reconhecer autêntico todo trabalho encaminhado pela CASA RURAL, dispensando procuração reconhecimento de firmas e formalidades menores, como dando acentuada preferência no encaminhamento à solução.

ESQUEMA N.º 2

Relações com o Fisco e Poderes Públicos

Impôsto de Renda — declaração de renda feita com o máximo cuidado e à vista de documentos de comprovação: talões de impostos, notas de liquidação, livro de vendas, etc. A cópia da declaração e os documentos ficam na CASA RURAL, formando a pasta de cada associado

Recolhimento de impostos devidos com o prenchimento de guias, etc., de modo que o contribuinte não vai à repartição. As quitações — da declaração de renda e do pagamento do tributo — serão incluidas na pasta.

Para fazer a declaração de renda a CASA RURAL tem que exigir a presença do associado. Não esquecer que é dos trabalhos.

A mais completa assistência nos casos de lançamento ex-oficio, aliás a CASA RURAL não pode deixar que o seu associado seja lançado ex-ofício, assim como imposição de multas e outras situações.

Pagamento de impostos municipais, estaduais e federais. O associado remete a importância à CASA RURAL, e esta faz os pagamentos, devolvendo os talões.

Requerimentos, memoriais à autoridades em nome e representação da classe

Está compreendida no Esquema n.º 2 toda e qualquer relação com os poderes publicos, quer de caráter geral, quer particular, de cada associado, ou especial.

ESQUEMA N.º 3

Fornecimento de material em geral

Compreendendo os utensilios de trabalho e bens de produção:

a) agrários — arados, grades, motores, capinadeiras, trilhadeiras, enxadas, pás, etc., etc.
b) benfeitorias — arame, cimento, madeiras, etc. etc.

Nesta secção cabe o fornecimento de bolsas e fios para lã; sacos para produtos agricolas e todos os artigos de aplicação na exploração agricola ou pecuária.

E' uma modalidade de cooperação de consumo: a CASA RURAL compra e distribui entre os associados, ou segundo as encomendas. O desconto que o atacadista concede, como a isenção de impostos, serão distribuidos entre o associado e a CASA RURAL.

III — Há uma série enorme de serviços que só podem ser prestados em cooperação com a SECRETARIA DA AGRICULTURA e MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Vejamos:

ESQUEMA N.º 4

Fomento Pecuário

Exposições — pecuária, agricola, podendo ser incluida a industrial, onde houver. A exposição deve ser: mostra da pecuária e agricultura, e como tal tem fim educativo; depois, é uma oportunidade para distribuição de reprodutores e sementes.

Formação de plantéis — bovinos e ovinos, puros por cruzamento, aproveitando a contribuição que oferecer a Secretaria de Agricultura seleção, registro.

Estimular a formação de plantéis puros de "pedi

gree". No nosso quadro social contamos com 15 núcleos e podemos dizer que foi OBRA DA RURAL.

Assistência zootécnica — Indicação de raças adaptáveis ao meio, escolha de reprodutores, alimentação de touros (forrageamento) plantéis, orientação nos processos de cruzamentos, etc. As CASAS RURAIS precisam ter em suas sédes alguém que saiba falar sôbre êstes assuntos.

O programa nesta secção comporta vasto desenvolvimento e das mais fecundas realizações. Ficamos na exemplificação do que é possível fazer já.

ESQUEMA N.º 5

Fomento Agricola

Distribuição de sementes em geral. A Secretaria de Agricultura fornece ou a CASA RURAL compra e distribui aos agricultores associados: trigo, milho, feijão, hortaliças, essências florestais, árvores para quebra-ventos, abrigos, ornamentais, etc.

A mais ampla e completa assistência à pomicultura: organização do plano do pomar, instruções para o plantio ou fazê-lo; pódas tratamento em geral.

Fomento à Apicultura, com instalação e assistência à colmeia, e fornecimento do material de manipulação do mel e sua comercialização.

Pedidos de mudas de fruteiras à Secretaria de Agricultura e granjas especializadas.

Visitas periódicas às lavouras e ministração de ensinamentos no próprio campo, sem ataque violento ao que se viu de rotina.

Organização de viveiros pela CASA RURAL. Aqui, outra vez, pede-se auxílio às Prefeituras.

O programa é vastíssimo porque tudo está por fazer neste terreno, mas devemos ter coragem para fazer alguma coisa, visto que é a assistência à parte mais esquecida do ruralismo: O PEQUENO AGRICULTOR, SEM CRÉDITO NOS BANCOS.

ESQUEMA N.º 6

Defesa sanitária animal e vegetal

Inspetoria veterinária do Estado localizada na CASA RURAL. O fazendeiro deve entrar na Inspetoria levado por sua associação. A Inspetoria terá tôda a colaboração da RURAL.

Manter a farmácia veterinária na CASA RURAL: vacinas, sôros, medicamentos em geral, carrapaticidas, vermicidas, canfênos, etc., etc.

Material veterinário: seringas, agulhas, emasculadores, etc. Êste material deve ser *standardizado*, facilitando a aquisição das peças sobressalentes.

A experiência e a atuação da Inspetoria Veterinária dirão o que convém ter no depósito.

No campo vegetal, cabe a mesma ação. Agrônomo regional em íntima cooperação com a CASA RURAL, recebendo dela e a ela remetendo os casos a resolver.

Vamos dar por finda esta exemplificação. Queremos advertir desde já que isso não é teoria, mas os trabalhos atuais de uma Associação Rural, talvez a mais modesta entre as suas co-irmãs. Com isso, o seu quadro social conta 510 associados (Agora 850) e já não convida mais ninguém do município para inscrever-se; os ruralistas é que vêm se propor para sócio.

Como foi dito, o ruralista por si não pode fazer êsse trabalho. Temos que lançar mão de pessôa antes preparada ou prepará-la onde fôr possível. Achamos que os técnicos rurais estão no caso de serem chamados a êsse trabalho, concordes com os objetivos de seu curso técnico, abrangendo as variadas atividades esquematizadas. Os conhecimentos que lhes faltam — de natureza burocrática e de organização interna — seriam adquiridos com o estágio em uma de nossas CASAS RURAIS já bem organizadas. Entre outras dignas co-irmãs, as de Alegrete, Rosário, Santa Vitória, Caxias, Caçapava, podem receber êsses funcionários e, em um ou dois meses, devolvê-los em de realizarem, aos poucos, o programa esboçado.

O funcionário em apreço não carece de competência. E' preciso muito mais: precisa ter vocação pelo trabalho rural, conhecer e compreender a luta do ruralista e ter entusiasmo da Terra Gaúcha, de libertação econômica do BRASIL.

Caçapava do Sul, julho de 1943".

(Conclusão da pág. 17)

das fezes dando uma boa indicação das condições físicas do animal. No caso de serem duras, a causa pode ser alimentos muito secos ou pouco exercício. Fezes aquosas ou muito moles são devidas a comer muito farelo, pastar demais, muito trabalho ou ligeira irritação gástrica. Dejeções com aspecto pegajoso com odor ofensivo são em geral devidas à injestão de muitos alimentos concentrados ou proteinosos ou então devido à irritação no aparelho digestivo. A presença de grãos inteiros nas fezes é uma indicação de maus dentes ou de comer rápido demais.

Quais os sintomas de doença no cavalo?

O pulso normal de um cavalo varia de 36 a 40 por minuto, um pouco mais rápido nos potros, e atinge 80 a 90 após exercício; a respiração é de 9 a 12 por minu em repouso elevando-se a 70 ou mais quando exercitado; a temperatura normal, tomada no reto durante três minutos, é de 37,8º C. Os primeiros sinais de distúrbio são: temperatura acima de 38º C, pulso e respiração rápidos, inquietude, descarga nasal, tosse, diarréia, constipação, manqueira, mucosas inflamadas, suores profusos, coceiras, pisoteio e inchaços. Chamar imediatamente o médico veterinário.

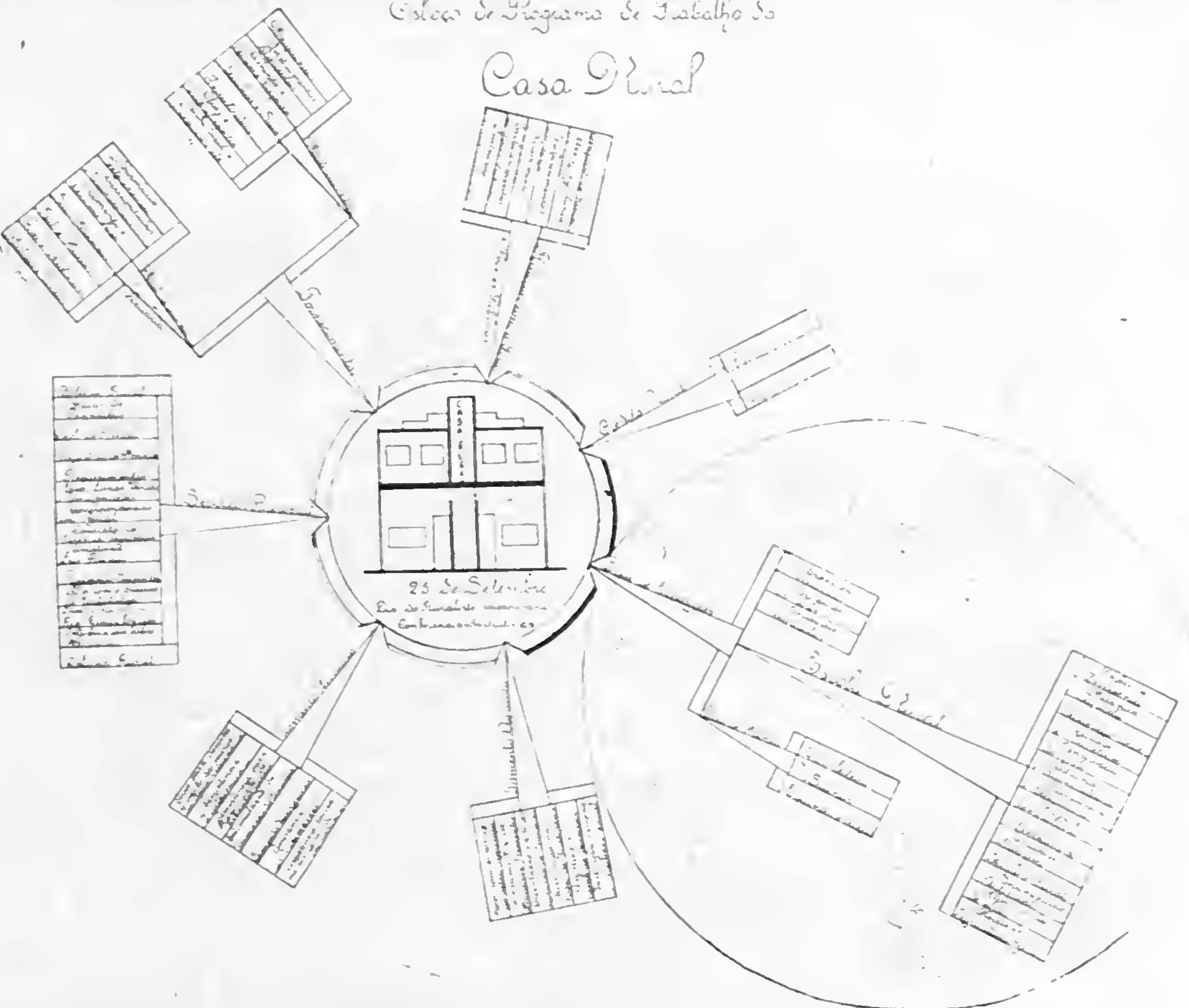
Qual a alimentação que deve ser dada aos cavalos?

Os animais em trabalho de salto ou corrida ou os reprodutores devem receber uma alimentação perfeitamente equilibrada para dêles ser obtido o máximo. Para isto, o criador deve fornecer as rações SANTA HELENA na base de metade do total ingerido diàriamente, o saldo sendo capim bom. Calcular o total de ração na base de 1,5 quilo por cem quilos de pêso do animal, diàriamente.

Associação Rural de Caçapava - R. G. do Sul

Esboço do Programa de Trabalho da

Casa Rural



Cultura da Seringueira em Mato Grosso

Conomali — Gleba Arinos



Viveiro de seringueiras em Gleba Arinos de propriedade da COLONIZADORA NOROESTE MATOGROSSENSE LTDA. — C O N O M A L I

Na região do Rio Arinos, no norte do Estado de Mato Grosso, região favorecida pelas condições de clima e sólo, conforme o comprovam os seringais naturais existentes na zona, estão sendo realizadas plantações de seringueiras, tanto pela Conomali como por todos os agricultores e fazendeiros de Gleba Arinos, empregando material das mais aprimoradas variedades já existentes no Brasil. Com o desenvolvimento da cultura da seringueira, por métodos racionais, está Gleba Arinos contribuindo para eliminar o déficit de borracha para a nossa indústria manufatureira.

Nas matas de Gleba Arinos encontramos também grande qauntidade de cacaueiros nativos, já tendo sido iniciada também a cultura do cacau de variedades selecionadas.

Outrossim, desenvolve-se com resultados extraordinários a cafeicultura, não sendo menos favorecida a agricultura em geral.

A Colonizadora Noroeste Matogrossense Ltda. — CONOMALI — iniciou a sua obra colonizadora em 1955, apresentando cada ano melhor índice de desenvolvimento e progresso, oferecendo aos moradores e imigrantes de sua gleba mais ampla garantia e assistência, pois, já existem escolas, hotel, moinho, serrarias, farmácia, hospital atendido por médico operador, campo de pouso próprio, etc.

Informações e Venda:

Rua Dr. Joaquim Murtinho, 744 - Cuiabá — Mt.
Rua Prof. Sarmento Barata, 84 — P. Alegre-RGS.
Av. Pres. Vargas, 417-A-s/1105 — Rio de Janeiro-DF
Rua Condor, 552 — Araponga-PR.

Pragas dos produtos armazenados

A armazenagem constitui uma das operações vitais de tôda a produção agricola. Não se pode entender um planejamento de produção sem se considerar uma armazenagem apropriada.

Só é possivel uma distribuição correta e econômica dos produtos agricolas produzidos, dispondo-se de uma armazenagem bem organizada. Esta armazenagem é bastante dificultada pela ação destruidora dos insetos.

No Brasil, produzimos, em 1955, cêrca de 13 milhões de toneladas de grãos alimentícios, no valor de 45 bilhões de cruzeiros. Os carunchos, os gorgulhos, as traças e as mariposas devoraram ou depreciaram 20% dessas quantidades. AS PRAGAS DOS PRODUTOS ARMAZENADOS NO BRASIL FORAM RESPONSÁVEIS, EM 1955, PELA PERDA DE 2,6 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS, NO VALOR DE NOVE BILHÕES DE CRUZEIROS!

A FAO (uma organização das Nações Unidas), depois de uma pesquisa cuidadosa, estimou que a quantidade de grãos estragados ou destruidos pelos insetos, durante o ano da pesquisa, era suficiente para alimentar MAIS DE CEM MILHÕES DE PESSOAS!

A falta de uma rede de armazens, para estocagem, e as precárias condições dos armazens existentes no pais, constituiem um problema fundamental para o Brasil, exigindo uma solução urgente.

Empregam-se vários métodos de contrôle das infestações nos grãos armazenados. Constituem práticas comuns em todo o mundo:

— a fumigação em câmara de expurgos, armazens, navios, moinhos, fábricas, lonas e silos, com brometo de Metila, bissulfureto de carbono, gás cianídrico, e outros fumigantes;

— o tratamento dos grãos com pós inseticidas de baixa toxidez para o homem e alta toxidez para os insetos.

Para possibilitar a identificação dos insetos que atacam os produtos armazenados, temos a satisfação de publicar, nas páginas seguintes, uma série dos mais importantes dêsses insetos. Esta lista foi confeccionada pela DEGESH, Frankfurt (M), Alemanha.

Pragas dos produtos armazenados

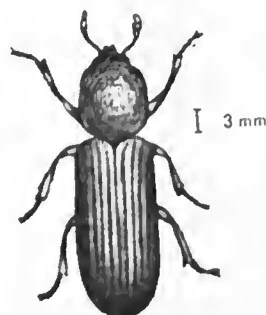
OS INSETOS DESTROEM, ANUALMENTE, GRÃOS SUFICIENTES PARA ALIMENTAR MAIS DE 100 MILHÕES DE PESSOAS!

Os carunchos, gorgulhos, traças, mariposas, etc., destroem ou depreciam, no Brasil, mais de 20% dos produtos agrícolas armazenados. Isto representou, em 1955, uma perda de 2,6 milhões de toneladas de grãos, no valor de 9 bilhões de cruzeiros.

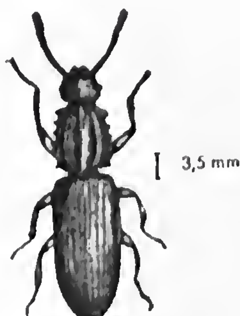


TINEA GRANELLA
"Traça dos cereais"

Lagarta em milho e outras sementes armazenadas.



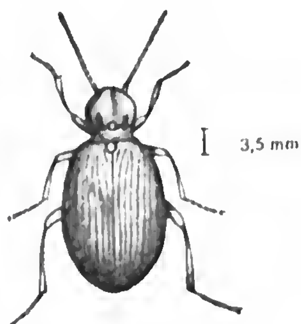
RHIZOPERTHA DOMINICA
Cevada



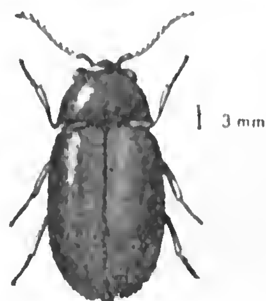
ORYZAEPHILUS SURINAMENSIS
Cevada e noses



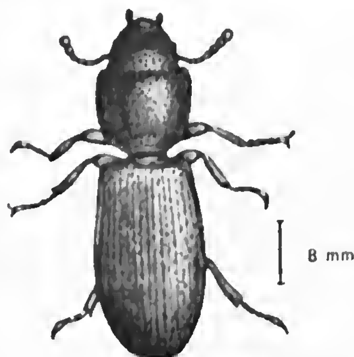
LAEMOPHLOEUS FERRUGINEUS
Milho e outras sementes armazenadas



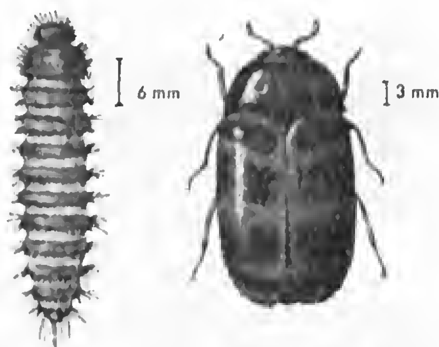
PTINUS TECTUS
Chocolate em pó, cacau, noses



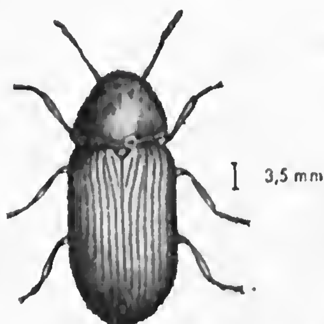
LASIODERMA SERRICORNE
"Caruncho do fumo"
Fumo sêco e sementes armazenadas



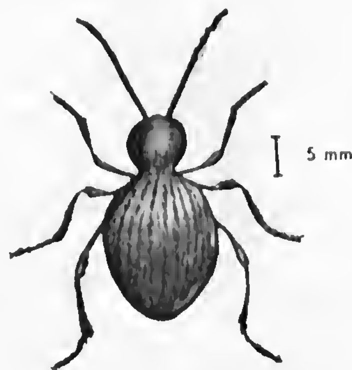
TENEBROIDES MAURITANICUS
Milho e trigo



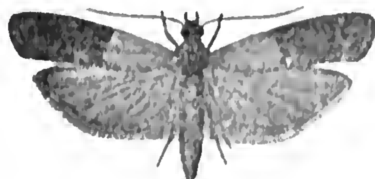
TROGODERMA GRANARIUM
Arroz e outros grãos



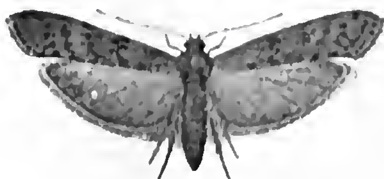
STEGOBIUM PANICEUM
Pão, farinha e alimentos



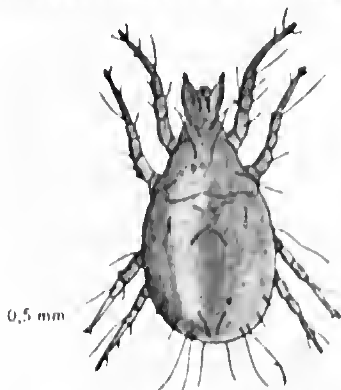
NIPTUS HOLOLEUCUS
Cereais, farinha e cacau



PLODIA INTERPUNCTELLA
Lagarta em tubérculos de batata, milho, feijão, etc.



EPHESTIA KUEHNIELLA
"Traça da farinha"
Lagarta em farinha e cereais armazenados



TYROGHYPHUS FARINAE
"Acaro da farinha"
Farinha, vegetais sêcos, queijo, milho, frutas sêcas.

PROTEÇÃO DE SEMENTES E GRÃOS ALIMENTÍCIOS

R. GOMES COSTA
Eng. Agrônomo

É evidente o dano causado pelos gorgulhos, e outros insetos, em sementes destinadas ao plantio e grãos alimentícios. São necessárias, portanto, medidas de proteção a êstes produtos, durante o período de armazenamento. Vários inseticidas orgânico-sintéticos são recomendados para a proteção de grãos armazenados; mas a maioria dêles não serve para o tratamento direto, quando os grãos se destinam à alimentação.

O MALATHION a 2%, indicado para o tratamento de gãos, tem o nome de MALAGRAN, e embora com base fosfórica e tóxico para os insetos, não é perigoso para o homem e animais domésticos, nas doses usuais contra gorgulhos e outras pragas. Levando em conta estas propriedades, e para indicá-lo, com conhecimento de causa , resolvi experimentá-lo em trigo já infestado, principalmente por **Sitophilus oryzae** (L. 1763).

Para que a experiência refletisse aproximadamente a realidade, o trigo infestado foi dividido em partes de 1.000 gramas, acondicionado em saquinhos de aniagem e protegido pelo inseticida, salvo nos saquinhos reservados para testemunhas.

O tratamento foi feito pela MALATHION a 2%, misturado diretamente aos grãos, em três doses diferentes: 0,5 gramas, 1 grama e 2 gramas e a testemunha sem tratamento.

A experiência foi realizada em blocos ao acaso, com 5 repetições. Feita a mistura do inseticida aos grãos, foram esses colocados nos saquinhos, e depois fechados, amarrados e rotulados. Desta maneira permaneceram os saquinhos dispostos em prateleiras, com separação de mais ou menos 10 centímetros.

Após um ano, da interpretação estatística, baseada nos dados obtidos em relação à perda de pêso, resultaram as seguintes conclusões:

1 — Nos primeiros três meses, o MALATHION a 2% foi eficaz, mesmo na dosagem de 0,5 gramas por quilo de semente;
2 — A quantidade de 1 grama por quilo é suficiente para defender as sementes armazenadas, durante 6 meses;
3 — Para um período de 12 meses, a dose

(Continua na pág. 68)


Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias...



A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

AUXÍLIO DA MUNICIPALIDADE À LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

O legislativo do Distrito Federal, graças à iniciativa do vereador Osmar Lopes de Rezende, representante da lavoura na Comarca do futuro Estado da Guanabara, vem de conceder subvenções a várias organizações rurais desta Capital.

O vereador Osmar Rezende comunicou oficialmente a S. N. A. que o Sr. Prefeito do Distrito Federal já havia determinado o pagamento das organizações contempladas com subvenções e que são as seguintes:

Sociedade Nacional de Agricultura (Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal);
Sociedade União dos Agricultores;
Ass. Rural da Reta do Rio Grande;
Ass. Rural de Guaratiba;
Ass. Rural de Viégas;
Ass. Rural de Jacarepaguá;
Ass. Rural da Cachamorra;
Ass. Rural de Santa Eugênia;
Ass. Rural de Palmares;
Ass. Rural de Mendanha;
Ass. Rural de Coqueiros;
Ass. Rural do Realengo;
União das Cooperativas do Dist. Federal;
Coop. Cons. Avic. Dom. Jacarepaguá;
Coop. Agrícs. Criads. Sertão de Jacarepaguá e Guaratiba;
Coop. Bandeirantes;
Coop. Agríc. de Bangu;
Coop. Agrícs. Criads. Irajá Ltda.;
Coop. Agrícs. Criads. Campo Grande.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE OUTUBRO DE 1958

QUOTA DO DARDIF

	Sacos
Coop. Agrics. Criads. Jacarepaguá	180
Coop. Cons. Avic. Dom. Jacarepaguá	200
Coop. Agric. de Bangu	160
Coop. Agrics. Criads. Campo Grande	160
Coop. Agrics. Criads. Guaratiba	160
Coop. Agrics. Criads. Ilha de Guaratiba	200
Coop. Agrics. Criads. Irajá Ltda.	120
Coop. Agrics. Criads. Mato Alto	120
Coop. Lavrads. Criads. Zona Rural Ltda.	100
Coop. Bandeirantes	50
Coop. Mista Agropecuária Sta. Cruz	120
Coop. Avics. Sta. Cruz	100
Coop. Agrics. Criads. Sertão de Jac-Guaratiba	160
Coop. Agric. Mista Guanabara, Resp. Ltda.	60
Coop. Agro-Avic. Mista da Vila da Penha Ltda.	80
Ass. Rural de Coqueiros	100
Ass. Rural de Jacarepagua	130
Ass. Rural de Realengo	100
Ass. Rural de Viégas	200
Ass. Rural de Sta. Eugênia	60
Ass. Rural de Rio da Prata	100
Ass. Rural de Mendanha	150
Ass. Rural da Cachamorra	60
Ass. Rural da Reta do Rio Grande	60
Soc. União dos Agricultores	110
Coop. dos Avics. de Benfica	150
Soc. Nac. Agricultura	120
TOTAL	3.000

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE OUTUBRO DE 1958

QUOTA DA P.D.F.

	Sacos
Coop. Agrics. Criads. Jacarepaguá	300
Coop. Cons. Avic. Dom. Jacarepaguá	200
Coop. Agrics. Criads. Sertão Jac-Guaratiba	100
Coop. Agrics. Criads. Guaratiba	160
Coop. Agrics. Criads. Irajá Ltda.	130
Coop. Lavrads. Criads. oZna Rural Ltda.	70
Coop. Bandeirantes	100
Coop. Agrics. Criads. Ilha Guaratiba	100
Ass. Rural de Realengo	100
Ass. Rural de Palmares	100
Ass. Rural Rio da Prata	180
Ass. Rural de Mendanha	70
Ass. Rural da Cachamorra	70
Ass. Rural Reta do Rio Grande	70
TOTAL	2000

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESIDUOS DE TRIGO DO MES DE NOVEMBRO DE 1958

QUOTA DO D.A.R.D.I.F.

	Sacos
Coop. Agrics. Criads. Jacarepaguá	100
Coop. Cons. Avic. de Bangu	100
Coop. Agrics. Criads. Mato Alto	160
Coop. Agrics. Criads. Irajá Ltda.	130
Coop. Funcionários do Banco do Brasil	100
Ass. Rural de Viégas	100
Ass. Rural de Realengo	100
Ass. Rural de Coqueiros	100
Coop. Agro-Avic. Mista da Vila da Penha	

Ltda.	100
Coop. Mista Agro-pecuária de Sta. Cruz ..	100
Coop. Agrics. Criads. Campo Grande	100
Ass. Rural de Cachamorra	100
Ass. Rural de Sta. Eugênia	100
Coop. Bandeirantes	50
Ass. Rural de Jacarepaguá	50
Coop. Avics. Benfica	100
Ass. Rural da Reta do Rio Grande	100
T O T A L	2000

MAPA DE DISTRIBUIÇAO DE RESIDUOS DE TRIGO D OMÊS DE NOVEMBRO DE 1958

QUOTA DA P.D.F.

	Sacos
Coop. Cons. Avics. Dom. Jacarepaguá	150
Coop. Agrics. Criads. Jacarepaguá	150
Coop. Agrics. Criads. Irajá Ltda.	100

Coop. Agrics. Criads. Sertão de Jacarepaguá-Guaratiba	100
Ass. Rural de Jacarepaguá	50
Ass. Rural Rio da Prata	150
Ass. Rural de Palmares	50
Coop. Mista Agropecuária Santa Cruz	150
Coop. Lavrads. Criads. oZna Rural Ltda. ..	50
Coop. Agrics. Criads. Guaratiba	150
Cop. Agrics. Criads. aIlha de Guaratiba ..	200
Ass. Rural de Mendanha	50
Ass. Rural de Realengo	50
Coop. Avics. Santa Cruz	100
Coop. Bandeirantes	50
Coop. Agrics. Criads. Campo Grande ...	100
Ass. Rural da Cachamorra	100
T O T A L	1.750

ATA DA 50a. REUNIAO SEMANAL, ORDINARIA DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 2 de setembro de 1958, sob a PRESIDENCIA do SR. FLÁVIO DA COSTA BRITO

Juvenal da Silva Azevedo

Fernando Nunes da Cruz

Antonio Vaz

Antonio Paes dos Santos

Manoel Agapito

Agricola Castello Borges

Às 15 horas do dia 2 de setembro de 1958, presentes os srs. representantes de Coperativas e Associações Rurais acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gen. Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião deste Departamento, sob a Presidência do Sr. Luiz Marques Pollano. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada sem alterações. Do expediente constou: a) comunicação da Coop. Agrics. Criadores de Jacarepaguá, tendo conta da eleição de sua nova Diretoria; b) quotas de resíduos de trigo para o mês de setembro. Da Ordem do Dia: a) assuntos gerais. Franqueada a palavra aos presentes, o Sr. Agricola Castello Borges, representante da Sociedade União dos Agricultores, comunicou à Casa ter trazido os documentos, dados e elementos outros que comprovam sua área de ação na região de Jacarepagua, nas áreas que vem colidindo com a Associação Rural de Jacarepaguá e que ali se encontrava em vista de uma convocação que lhe foi feita, para debater o assunto de limitação de zona de sua Sociedade com o Sr. Antonio Caseiro, presidente da Associação Rural de Jacarepaguá. Como êste não se encontrasse presente, epesar de ter sido convocado, o Sr. Luiz Marques Pollano, achou de bom alvitre que o Sr. Agricola Castello Borges, explanasse aos presentes o limite da área da Sociedade União dos Agricultores, seu tempo de fundação que remonta a mais de vinte anos e os relevantes serviços que vem prestando nos agricultores que lhe são filiados. Finda a explanação do Sr. Agricola Castello Borges que a todos agradou e convenceu, sugeriu o Sr. Luiz Marques Pollano que o Sr. Castello Borges entrasse em entendimentos com o Sr. Antonio Caseiros, e cedesse à Associação Rural de Jacarepaguá a área que a mesma necessitasse para constituir a sua zona territorial e obter o competente registro no Ministério da Agricultura. Frizou o Sr. Luiz Marques Pollano tratar-se de organizações rurais filiadas à Sociedade Nacional de Agricultura e que tem por objetivo precípuo o desenvolvimento do associativismo rural na lavoura do Distrito Federal, evitando-se de qualquer maneira contendas sôbre limites. As proposições do Sr. Luiz Marques Pollano, foram todas aprovadas, findo o que S.S. comunicou aos presentes que no pró-

ximo dia 22 seria inaugurado no salão nobre da Confederação Rural Brasileira, um retrato a óleo do Dr. Iris Meinberg, seu atual presidente, que naquela data completa o seu 7º ano de fundação, para cuja festividade covnidava todos os presentes. As 18 horas, nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente, nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 51a. REUNIAO SEMANAL, ORDINARIA DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 14 de outubro de 1958, sob a PRESIDENCIA DO SR FLÁVIO DA COSTA BRITO

Abel de Almeida

Flávio da Costa Britto

Alberto Ravache

José de Carvalho Seabra

Antonio Paes dos Santos

Manoel Agapito

Antonio Vaz

Agrícola Castello Borges

Aos catorze dias do mês de outubro de 1958, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, acima assinadas e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171-2º andar, mais uma reunião deste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o sr. presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada sem alterações. Com a palavra o Sr. Flávio da Costa Britto, comunicou já haver se entendido com as autoridades da COFAP, sôbre o fato do Moinho da Luz, até a presente data, não ter entregue ainda as quotas de resíduos do mês de setembro. Esse Moinho, como é sabido, alega não ter moido, por falta de matéria prima, e já se comprometeu junto à COFAP de entregar as quotas em atrazo, tão logo receba trigo para moagem. Em seguida o Sr. Presidente, chamou a atenção de todos os presidentes e representantes de organizações rurais, contempladas pela Prefeitura para que os mesmos compareçam à Secretaria do DARDIF a fim de requerer as referidas subvenções. A secretaria já expediu telegramas a todas as contempladas encarecendo a necessidade do comparecimento para preparação dos documentos hábeis e competente requerimento, pois o prazo se extinguirá a 31 de dezembro do corrente ano. Franqueada a palavra aos presentes, fez uso da mesma o Dr. Alberto Ravache, que leu um longo ante-projeto sôbre direitos do trabalhador rural a ser apresentado na Comissão de Política Agrária. O Sr. Alberto Ravache comprometeu-se a fornecer cópias do ante-projeto aos membros do DARDIF, para que os mesmos tenham conhecimento mais seguro sôbre o assunto, por ser

o mesmo de especial relevancia. As 18 horas, como não houvesse mais quem quizesse fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente, nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 52a. REUNIÃO SEMANAL, ORDINARIA, DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 2 de dezembro de 1958, sob a PRESIDENCIA do SR. FLAVIO DA COSTA BRITO

Antonio Paes dos Santos

José de Carvalho Seabra

Manoel Agapito

Abel de Almeida

Flávio da Costa Britto

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e cinquenta e oito, presentes os srs. representantes de Coperativas e Associações Rurais, acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av Gal. Justo, 171-2º andar, mais uma reunião deste Departamento, sob a Presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada sem alterações. Com a palavra o Sr. Presidente comunicou a Casa que o Sr. Abel de Almeida, presidente da Comissão de Demarcação das Zonas Territoriais, tinha em vista ler um relatório sôbre a delimitação das áreas das associações rurais. Infelizmente não havia número suficiente para a audição de matéria tão importante, razão pela qual, determinara a secretaria que fossem convocadas para o próximo dia 9 do corrente as 15 horas, todos os presidentes ou representantes legais de associações rurais a fim de tomarem conhecimento do relatório do Sr. Abel de Almeida. Em seguida, ante várias reclamações de associados presentes contra a ausência de remoido nas quotas da COFAP para o mês de novembro, o Sr. Presidente determinou a redação de um oficio ao Presidente da COFAP, solicitando as necessárias providências. As 17 horas, nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente, nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 53a. REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 9 de dezembro de 1958, sob a PRESIDENCIA do SR. FLAVIO DA COSTA BRITO

Theobaldo José Ribeiro

Antonio Ferreira Caseiro

Antonio Paes dos Santos

Antonio Vaz

Fernando Nunes da Cruz

Francisco José de Moraes

Manoel Rodrigues

Eleuzipio Cândido da Silva

Manoel Agapito

Agrícola Castello Borges

Flávio da Costa Britto

Aos 9 dias do mês de dezembro de 1958, presentes os senhores representantes de Coperativas e Associações rurais, acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171-2º andar, mais uma reunião deste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Abel de Almeida, que leu o relatório sôbre a delimitação de zonas territoriais, manifestando-se por uma decisão definitiva da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA em tôrno da área de Jacarepaguá, em cuja zona estão funcionando a Sociedade União dos Agricultores e a Associação Rural de Jacarepaguá, esta sem o competente registro no Ministério da Agricultura, porem, funcionando a mais de 4 anos e aquela completamente registrada, fundada há mais de 40 anos, sendo a mais velha entidade rural do Distrito Federal. O assunto acarretou acelerados debates entre o Sr. Agricola Castello Borges e o Sr. Antonio Caseiro, ambos mostraram-se irredutiveis em abrir mão dos direitos de suas associações. Por fim, por proposta do Sr. Luiz Marques Poliano, acordaram os dois em se reunirem no ano vindouro, visando uma fórmula que conceda da área de Jacarepaguá uma parte que abrigue os associados da Associação Rural de Jacarepaguá. Com a palavra o Sr. Presidente mostrou a conveniência de que o assunto tenha uma solução amigável eq ue não degenere em litigio para o bom nome do associativismo rural no País. O Sr. Presidente falou em seguida sôbre o esforço que o Vereador Osmar Rezende vem fazendo para a obtenção das subvenções destinadas pela municipalidade às associações rurais e demais filiadas da Sociedade Nacional de Agricultura. Em seguida foi concedida a palavra ao Sr. Theobaldo José Ribeiro, presidente da Associação Rural dos Coqueiros, que encareceu a necessidade de uma série de providências por parte das autoridades municipais em favor dos lavradores daquela região. O Sr. Presidente prometeu tomar as necessárias providencias, tendo ocasião ainda de fazer elogios à vida associativa daquela entidade, que congrega grande número de esforçados lavradores, de há muito integrados na vida rural do Distrito Federal. O Sr. Juvenal da Silva Azevedo propôr que a entrevista concedida pelo Sr. Presidente do DARDIF ao Correio da Manhã desta Capital, por se tratar de relevante documento, que bem revela a situação dos lavradores não só do Distrito Federal mas como do Brasil inteiro, fosse anexada à ata dos trabalhos. Essa proposta foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Associação Rural do Mendanha apresentou uma série de reclamações sôbre emprego da vacina "Salk", solicitando que o DARDIF fizesse um apêlo às autoridades municipais para melhor aplicação daquela vacina, conforme sugestões que apresentou por escrito. Não havendo mais quem quizesse fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

O PROBLEMA DO CAFÉ

JOSÉ FRANKLIN DOS SANTOS

Muito se tem dito e escrito sôbre o café, neste País. Muito se dirá, ainda, até que se encontre a solução ideal para o grande problema — mantermos a hegemonia mundial na exportação de café.

A maioria do povo brasileiro desconhece a importância do café na economia da Nação. Sabe, apenas, que produzimos e vendemos café. Precisava, inicialmente, haver uma campanha de esclarecimento, de orientação, de educação nesse sentido: — sem café não teríamos atingido êsse desenvolvimento; sem o café não teríamos dinheiro, não teríamos divisas para nossas importações essenciais. Sem o café, não seríamos mais do que uma nação atrazada, semi-colonial. Isso, em primeiro lugar, é o que se deveria dizer ao povo brasileiro: — saudemos o café como símbolo da nossa grandeza, do nosso desenvolvimento. Instituamos o "Dia do Café", fazendo plantar nas praças de nossas cidades um cafeeiro, como um monumento ao produto que permitiu e nos permite crescer e atingir a maioridade política e econômica de hoje. Isso não é exagero, pois graças ao café, com os recursos que nos proporcionou no passado e nos proporciona no presente, pudemos atingir o progresso sem igual num país de clima tropical.

Mas, tôda essa grandeza, tudo o que nossos antepassados e a geração presente realizaram — tudo, poderá estagnar-se, sofrer uma paralização que se constituirá num terrível retrocesso, se não fôr encontrada uma solução urgente para o problema do Café. E se a geração de hoje assistir impassível ao desmoronamento de nossa economia, de nossas riquezas, com a baixa constante das exportações de café, será um crime terrível que a história nunca nos perdoará.

O que ocorre, atualmente, é a pressão que meia dúzia de firmas importadoras, que controlam o mercado americano; faz sôbre o café brasileiro. E isso é justo? Podemos deixar à mercê de meia dúzia de importadores a sorte, podemos dizer, de uma Nação? O bem estar, a possibilidade de desenvolvimento, de paz social, de 60 milhões de brasileiros? Não! e muitas vêzes não! É justo que fiquemos na dependência de firmas que só compram café no Brasil quando não há possibilidade de se adquirir o produto noutros países? Não! Precisamos reagir, para forçar a venda do nosso principal produto de exportação.

Se elas — as firmas importadoras — não querem comprar nosso café para vender, vamos, então, nós mesmos, demonstrando nossa capacidade, vender diretamente ao consumidor americano. Esta é a solução. Vendamos nosso café diretamente ao consumidor estrangeiro — em cada estado, em cada cidade, em cada bairro, em ada rua. Dec casa em casa. Como são vendidos a gasolina, a Coca-Cola ou o Kibon neste País. É uma medida complexa, porém urgente e inadiável, pois é de Salvação Nacional.

Há os que dizem que não vendemos mais café porque o

preço é caro. Os números, no entanto, contradizem essa afirmativa, feita por ignorantes do assunto, por mal informados, ou por interessados em ocultar a realidade. Em 1929, o Brasil exportava .... 14.500.000 sacas, aproximadamente. E o mundo consumia 24 milhões. Hoje, o mundo consome 40 milhões e o Brasil exporta, apenas, 14 milhões. O consumo mundial aumentou, e o Brasil exporta menos. Por quê? Preço? Não! E os números, outra vez, vão provar o contrário: em 1929, conforme dissemos, o Brasil exportava 14.500.000, sacas, ao preço aproximado de 190 000 a saca. Depois de 1930, durante 15 anos do govêrno Vargas, exportamos a média anual de 13.600.000 sacas, ao preço médio de 170,00, aproximadamente. Por um preço inferior — menos Cr$ 20,00 em saca, exportamos menos. Por quê? Porque as firmas importadoras — por uma razão inexplicável, apenas compram do Brasil o que não podem comprar noutras fontes. E vamos, de braços cruzados, aceitar esta situação? Não é possivel. É crime contra os altos interêsses do Brasil.

Por que o café é inferior? Também não! O café africano de pior qualidade, sem gôsto, sem aroma. No entanto, tôda produção africana encontra mercado.

O que não se entende, à primeira vista, é a política dos importadores americanos. Sabemos perfeitamente, que as divisas acumuladas com a venda do café, nós as gastamos nos Estados Unidos, pràticamente nossos únicos fornecedores. Ao passo que os dólares gastos pelos americanos na compra do café africano — na África Oriental Britânica, principalmente, não voltam como os nossos, ao bolso americano. São canalizados para as metrópoles européias. Por quê, então, essas preferências? Tememos, até, em admitir a hipótese de que alguma fôrça tenta travar ou prejudicar, de qualquer modo (dificuldades econômicas, que produzem perturbações diversas) o desenvolvimento do Brasil.

Se cruzarmos os braços, na marcha ré em que vamos, dentro de uns 10 anos estaremos exportando a insignificância de umas 6.000.000 de sacas. E podemos aceitar, sem reação, que isso se consume? É justo que firmas comerciais, e de outra nação, ditem o que e o quanto devemos produzir?

nas condições atuais, quando nossa produção é inferior ao consumo mundial (e também quando a produção cafeeira dos demais países não atingiu ao montante das necessidades do mundo consumidor), ainda podemos reagir, adotando o plano de venda direta ao maior comprador do café brasileiro — o povo americano. Mas essa política precisa ser executada agora. Se deixarmos que o tempo — que não é nosso aliado, no caso, possibilite aos produtores, principalmente aos da Africa, aumentar consideràvelmente sua produção, o que se tem que admitir como certo, tudo ficará mais difícil, quase impossível. E isso por quê? Porque se vendermos o café dire-

tamente ao consumidor americano, agora, as firmas importadoras, apesar de seus interêsses contrariados, terão que comprar do Brasil o restante de suas necessidades, pois a produção dos outros países ainda é insuficiente para suprir o consumo mundial. Admitamos que no primeiro ano possamos vender, diretamente, 2.000.000 de sacas. Se as firmas importadoras nos compram, atualmente, 14 milhões, ainda serão obrigadas a adquirir 12 milhões de sacas de café do Brasil para suprir às necessidades do consumo, pois não encontrarão, noutros produtores, o café exigido pelo consumo mundial. Poderão raciocinar: mas à medida que a África aumentar a produção, a importação do café brasileiro diminuirá. Mas, também, nossa venda direta ao consumidor, com o desenvolvimento e aperfeiçoamento do plano, terá aumentado grandemente. E é indiscutível que, mesmo sem a providência sugerida, nossas exportações diminuem enquanto sobem as da África. Somente, conforme dissemos, por uma questão de preferência do importador americano. E não devemos esquecer que a venda direta ao consumidor, nossa reação para manter nosso mercado, inclusive estocando alguns milhões de sacas de café nos Estados Unidos (sem nunca esquecer outros mercados, também) são providências que se constituirão num estímulo aos produtores africanos ou às firmas importadoras que nos queiram prejudicar.

Muitos, mais comodistas, argumentarão: outros produtos — ferro, petróleo, automóveis, substituirão o café na balança comercial brasileira, dando-nos as divisas necessárias. Mas perguntamos — não seria preferível que, ao lado dêsses produtos, figurasse, ainda, o café?

Outros dirão que o problema é de propaganda. Não duvidamos que a propaganda, de fato, poderá, noutros países, criar novos mercados. Mas não basta. Verifica-se pela estatística, que a propaganda não adiantou — a exportação média diminuiu, nos últimos anos, e os gastos com a propaganda continuaram. Mesmo porque, café não se introduz nos hábitos de um povo, de um dia para o outro. É necessário que se torne quase um hábito. O mesmo ocorreria se tentassem, à custa de propaganda, fazer o povo brasileiro tomar chá.

O problema, sem dúvida, é outro. É bem diferente. O problema é de preferência. Não tenhamos dúvida: o importador americano, em igualdade de condições (até preferindo um café de qualidade inferior, em sabor e aroma) deixa de comprar nosso café.

Por isso — acima de preço, de propaganda e até de qualidade — afirmamos, sem receio: — para enfrentar com êxito o desinterêsse das firmas importadoras, que dão preferência ao café de outras procedências, sem considerar gôsto ou aroma, e que, mesmo com o preço baixo, no período de 1930 a 1945, nunca importaram quantidades superiores do Brasil, conforme os números apresentados, repetimos — só a venda direta ao consumidor americano salvará o mercado cafeeiro do Brasil.

Arriscamos as seguintes sugestões: — fundaremos uma companhia de economia mista sob a orientação do IBC; instalaremos depósitos — armazéns frigoríficos; garantiremos armazéns alugados, comprados ou construídos; garantiremos transporte marítimo, de preferência em vapores nacionais, para o produto; montaremos torrefações em todo território americano. Serão convidadas firmas brasileiras ou americanas, já especializadas no ramo, para colaborar na execução do plano de venda do produto. Tôdas as firmas de idoneidade comprovada. O IBC auxiliará, com a remessa de ponderáveis quantidades de café, em consignação, as firmas que se interessarem pelo negócio ou novas firmas que se organizarem para explorá-lo. Sempre sob a fiscalização supervisão do IBC, que exigirá o preparo do café — torrado ou bebida — de acôrdo com o sistema brasileiro ou o gôsto americano. Assim, cremos, poderemos vender milhões de sacas de café nos Estados Unidos, a bom preço, eliminando alguns intermediários, e proporcionando bom lucro às firmas que se interessarem em colaborar. , inclusive, poderemos vender o café até mais barato, angariando a simpatia do consumidor americano, que compreenderá o objetivo da política do IBC — apenas

conservar o mercado norte-americano.

Se as firmas americanas reconhecerem a necessidade de comprar nosso café — compreendendo, além do interêsse comercial, o absurdo da preferência pelo produto de outros países, em detrimento de um tradicional amigo da grande nação do norte — poderemos, sem prejuizo para as firmas que estiverem colaborando com o IBC, fazer um acôrdo com os importadores, desde que, durante um largo período, se comprometam a adquirir do Brasil a média anual de 16 milhões de sacas, a preço razoável. E o IBC, paralelamente, tomará as providências para controlar o plantio, evitando, no futuro, que haja super-produção. E um acôrdo dessa amplitude obrigará os produtores de outros países a controlar sua produção, diminuindo-a, para evitar mais tarde, problemas de super-produção.

Esta é, a nosso ver, a única solução. Não há outra. Do contrário, em breve estaremos exportando uma quantidade insignificante de café. Sabemos que um plano dessa magnitude encontrará uma série de grandes obstáculos: — comodismo, indiferença; receio da execução; campanha contrária dos interessados atingidos; má fé.

Mas a luta pela conservação dos nossos mercados cafeeiros deve ser considerada como uma cruzada. Cruzada para conservar o ritmo do nosso desenvolvimento. Grande desnevolvimento que, com a solução próxima e já visível do problema do Petróleo, levará o Brasil ao seu elevado destino na história da humanidade.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL





O café continúa sendo o maior fornecedor de divisas para o país, e a cultura cafeeira a de maior possibilidades para fins de expertação.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA PELA LEI N.º 3 519, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — DR. MIGUEL CALMON DUPIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — ITAGYBA BARÇANTE
4.º Secretário — CINEAS DE LIMA GUIMARAES
1.º Tesoureiro — KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TECNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITAO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SOCIOS TITULARES)

N.º	CADEIRA	OCUPANTE
1	ENNES DE SOUZA	Arthur Tôrres Filho
2	MOURA BRASIL	Alberto Ravache
3	CAMPOS DA PAZ	Geraldo Goulart da Silveira
4	BARAO DE CAPANEMA	Kurt Repsold
5	ANTONINO FIALHO	Luiz Marques Poliano
6	WENCESLAO BELLO	Antônio Arruda Câmara
7	SYLVIO RANGEL	Ennio Luiz Leitão
8	PACHECO LEAO	Frederico Murtinho Braga
9	LAURO MULLER	Valentim F. Bouças
10	MIGUEL CALMON	Heitor Grillo
11	LYRA CASTRO	Joaquim Bertino M. de Carvalho
12	AUGUSTO RAMOS	Edgard Teixeira Leite
13	SIMÕES LOPES	Luiz Simões Lopes
14	EDUARDO COTRIM	Jayme Bernardes Cotrim
15	PEDRO OZÓRIO	Paulo Simões Lopes
16	TRAJANO MEDEIROS	Antônio José Alves de Souza
17	PAULINO CAVALCANTE	Cynéas Lima Guimarães
18	FERNANDO COSTA	Iris Meinberg
19	SÉRGIO DE CARVALHO	Itagyba Barçante
20	GUSTAVO D'UTRA	Oswaldo Ballarin
21	JOSÉ TRINDADE	José Augusto B. de Medeiros
22	IGNACIO TOSTA	Ignácio Tosta Filho
23	JOSÉ SATURNINO	Fábio Luz Filho
24	JOSÉ BONIFÁCIO	Mário Pentendo de F. e Silva
25	LUIZ DE QUEIROZ	Francisco de Assis Iglesias
26	CARLOS MOREIRA	Alfredo L. de Ferreira Chaves
27	ALBERTO SAMPAIO	Honário Monteiro Filho
28	NAVARRO DE ANDRADE	José Carlos de Macedo Soares
29	ALBERTO TÔRRES	Rômulo Cavina
30	SA FORTES	Otto Frensel
31	THEODORO PECKOLT	Oswaldo Lazzarini Peckolt
32	RICARDO DE CARVALHO	Rômulo Joviano
33	BARBOSA RODRIGUES	José Sampaio Fernandes
34	GONZAGA DE CAMPOS	Sylvio Fróes de Abreu
35	AMÉRICO BRAGA	José Assis Ribeiro
36	EPOMINONDAS DE SOUZA	Moacyr Alves de Souza
37	MELLO LEITAO	João Carlos Bello Lisboa
38	ARISTIDES CAIRE	Milton Freitas de Souza
39	VITAL BRASIL	Paulo F. de Parreiras Horta
40	GETÚLIO VARGAS	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ORGAOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplentes: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LXII — Março-Abril 1959



ECONOMIA CAFEEIRA

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Diante da retração verificada no comércio mundial para o café do Brasil (com 12.175.000 sacas retidas), o Govêrno, através do Instituto Brasileiro do Café e mediante garantia de preço mínimo para o produtor, teve de intervir no mercado, daí resultando o acúmulo nos portos, que já atinge nível elevado, sendo êste fato objeto de preocupações gerais porquanto o café representa 61% do valor da exportação brasileira para o exterior Bastará dizer que, em 1957, as saídas foram de 14.319.119 sacas, no valor de US$ 845.531.118,00. Dêsse total exportado, a América do Norte absorveu 8.872.436 sacas e a Europa 4.464.463.

Conforme vem de revelar o presidente do I.B.C. à segunda sessão plenária da Junta Administrativa (abril de 1958), a safra de 1957-1958 (julho a março), foi de 20.050.000 sacas, de que os maiores produtores foram São Paulo, com 9.321.000 sacas; Paraná, com 4.565.000 sacas; Minas Gerais, com 3.350.000 sacas; e Espírito Santo, com 1.862.000; seguindo-se Estado do Rio, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso, Paraíba e Santa Catarina. Seria muito importonte que, com dados de previsão segura, tanto quanto possível pudessemos avaliar a safra 1958-1959. Pelo relatório do presidente do I.B.C., a futura safra é prevista em cêrca de 25 milhões de sacas.

Diante dêsse panorama da economia cafeeira e pelo seu papel fundamental para a economia financeira do País, o Govêrno lhe destinou amplos recursos, pelo decreto n.º 41.151 de 4-6-57, provenientes das sobretaxas cobradas pela lei nº 2.145 e da venda de cafés adquiridos em 1954, pela Comissão de Financiamento da Produção. A política cafeeira que se adotou nessa emergência foi não só a da garantia de preço mínimo ao produtor como também a de concessão de um

prêmio ao exportador, a partir de um preço básico de US$ 48,00, FOB.

Conforme declara o presidente do I.B.C., "a Administração garante um preço mínimo interno, em cruzeiros, ao mesmo tempo que estimula, no exterior, a manutenção de boas cotações do produto".

Deve-se pôr em destaque a feliz orientação do presidente da República criando a Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura, com papel importantíssimo na orientação e defesa do café brasileiro no exterior; fazendo sua propaganda no interior e amparando o cafeicultor internamente; dando-lhe, enfim, a máxima assistência técnica, econômica e social.

É evidente que se depara ao Brasil a necessidade de traçar uma política cafeeira que acomode a produção à realidade do consumo mundial. Diante dos excedentes que tendem a crescer com a concorrência nos mercados internacionais de outros produtores, principalmente africanos, impõe-se que sejam estudadas as fórmulas de redução da produção brasileira.

É nesso sentido que, a nosso ver, o I.B.C. deveria traçar a orientação a seguirmos. Dentre os critérios a adotarmos, os técnicos e economistas poderão prestar valiosa colaboração com o conhecimento do cadastro de nossas lavouras cafeeiras pelas zonas produtoras.

O I.B.C. que, com grande acêrto, mantêm acôrdo com os Estados para pesquisas, experimentações e assistência à lavoura cafeeira, poderá traçar um plano seguro de defesa da cafeicultura brasileira pela sua renovação. Ainda em março do corrente ano, o engenheiro agrônomo Felisberto Camargo, profissional de largo tirocínio reconhecido no País e no estrangeiro, pronunciou uma conferência na Confederação Rural Brasileira em que, com segurança e competência, traçou os rumos para a lavoura cafeeira de São Paulo, fazendo ainda sugestões em pról da restauração econômica da lavoura de café no País, salientando a baixa produtividade das lavouras velhas de café.

Pelo critério do zoneamento ou o da produtividade — o certo é que temos de reconstituir a nossa lavoura cafeeira dentro de diretrizes agronômicas traçadas pelo Instituto Agronômico de Campinas.

A Folha da Manhã, de São Paulo, de 22 de abril de 1958, na conceituada seção "Economia e Finanças", tratando da aquisição do café no interior pelo I.B.C., declara, depois de criteriosas ponderações, ser indispensável que "o sistema do

intervenção do I.B.C. no mercado, para a defesa das cotações funciona de forma mais eficiente em proveito do lavrador, corrigindo as falhas que se observaram neste ano". É de crer que a intervenção de compra se tenha realizado em consequência da queda das cotações do café no mercado internacional, para cuja luta competitiva com os cafés de outras procedências, muito principalmente dos africanos, o Brasil terá de se preparar.

E, de conformidade com a recomendação do presidente da República, em Ribeirão Preto, o Brasil precisa melhorar a qualidade de seus cafés; e é de destacar-se nesse particular a orientação do I.B.C. que, na safra 1957-58 alcançou ...... 7.192.000 sacas de cafés arábicos preferenciais e despolpados, correspondentes a 1/3 da safra. Êsse resultado é digno dos melhores louvores em pról do café brasileiro no mercado mundial. E essa vitória é de se esperar que continue, para a conceituação do café brasileiro como bebida. Isso significa que a **planificação** a ser traçada e seguida será tanto no domínio **agrícola** como no **comercial**, isto é, **global.**

PRÊMIO "ENNES DE SOUZA", DE 1958

Em sessão solene realizada no dia 28 de Janeiro, fez a Sociedade Nacional de Agricultura a entrega do Prêmio "Ennes de Souza", de 1958, ao Engenheiro Agronomo Walter Augusto Gross Braun e ao medico Veterinario José Carlos Ferreira Campelo.

O referido premio obedeceu ao seguinte regulamento:

PREMIO
"ENNES DE SOUZA"

I — A êste prêmio, constante de medalha de ouro, distribuida anualmente, poderão concorrer agronomos e veterinários brasileiros (última turma), diplomados pelas nossas escolas oficiais ou reconhecidas:

a) classificados entre os três primeiros da turma;
b) sem nenhuma reprovação durante o curso;
c) que figurarem nas listas enviadas pelas respectivas Escolas até o dia 30 de abril.

II — Para efeito do disposto no item anterior, alinea *c*, deverão as Escolas de Agronomia e as Escolas de Veterinaria remeter, com os respectivos curriculos, a lista dos três primeiros da ultima turma (diplomados do ano anterior) que satisfaçam as exigencias das alineas *a* e *b*.

III — Os candidatos que satisfizerem as exigencias do item I, alineas *a*, *b* e *c*, deverão inscrever-se durante o mes de abril e remeter trabalho, sobre assunto anualmente fixado, à Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura, até o dia 31 de julho, em três vias, com 30 a 40 páginas datilografadas, tamanho almasso.



Aspecto da solenidade quando falava, agradecendo, o Medico Veterinario José Carlos Ferreira Campelo.

IV — As ilustrações serão consideradas fóra do texto.

V — O julgamento será feito durante a segunda quinzena de agosto, tendo-se em vista:

a) o curriculo do candidato — peso um;
b) o valor do trabalho apresentado — peso três.

VI — Os trabalhos classificados terão a sua publicação assegurada no órgão oficial da Sociedade e em separata, da qual 100 exemplares serão fornecidos aos respectivos autores.

VII — A entrega dos prêmios-diploma e medalha de ouro será feita em sessão solene realizada em setembro.

VIII — A Sociedade Nacional de Agricultura concederá aos premiados passagem e ajuda de custo para hospedagem, no caso de residirem fora desta Capital.

IX — Na hipótese do premiado ser casado, será fornecida passagem para o ca-



Aspecto da mesa que presidiu os trabalhos, vendo-se o Dr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e o Snr. Luiz Marques Poliano, Secretario Geral da mesma.

sal e na de se tratar de moça solteira será concedida passagem a um acompanhante

X — Haverá duas Comissões Julgadoras, presididas por um Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura e integradas por três técnicos cada uma, sendo a primeira composta de três agrônomos, e a segunda de igual número de veterinários, dos quais um agrônomo indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e um veterinário indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

XI — O julgamento será feito isoladamente pelos membros da comissão julgadora:

a) em votos escritos e devidamente justificados, entregues ao Secretário Geral da Sociedade, em envelope fechado;

b) o Diretor da Sociedade, integrante da comissão, coordenará os resultados, em reunião sob sua presidência, da qual será lavrada ata, por todos assinada;

c) em caso de empate, haverá reexame do trabalho, prorrogando-se a reunião pelo tempo que for julgado necessário.

XII — São os seguintes os temas de 1957:

AGRONOMIA — Defesa dos recursos naturais do país.

VETERINARIA — Pecuária de corte nas regiões tropicais.

AJUDA DE CUSTO — CR$ 5.000,00, além da passagem.

●

A Comissão Julgadora do Prêmio "Ennes de Souza" de 1956 foi assim constituída:

PRESIDENTE: Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor Técnico da S.N.A.

SECRETARIO: Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S.N.A.

EXAMINADORES: — *Agronomia*: Engenheiros Agrônomos José Pacheco Pimenta, indicado pela Sociedade Brasileira de Agronomia e Cyneas Lima Guimarães e Itagyba Barbante, indicados pela S.N.A.

Veterinária. Médicos Veterinários Aloízio Lobato Valle, indicado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária e Taylor Ribeiro de Mello e Guilherme Hermsdorff, indicados pela S.N.A.



Aspecto da solenidade, quando falava, agradecendo, o Engenheiro Agrônomo Walter Augusto Gross Braun.



O Reitor Substituto da Universidade Rural, Prof. Jadir Vogel, entregando a medalha e o diploma ao Veterinário José Carlos Ferreira Campelo.



O Dr. Antonio Magarinos Torres, Presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia entregando a medalha e o diploma ao Engenheiro Agronomo Walter Augusto Gross Braun.

Receberam a medalha e o diploma o Engenheiro Agrônomo Walter Augusto Gross Braun, autor do trabalho "Contribuição ao estudo da erosão no Brasil e seu Contrôle", e o Médico Veterinário José Carlos Ferreira Campelo, autor do trabalho "Pecuária de corte nas regiões tropicais" diplomados respectivamente pela Escola Nacional de Agronomia e pela Escola Nacional de Veterinária, da Universidade Rural.

A mesa dos trabalhos, presidida pelo Dr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente de S.N.A., tomaram assento ainda o Snr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da S.N.A., o Dr. Kurt Repsold, Tesoureiro da S.N.A., o Dr. Antonio Magarinos Torres, presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia, o Dr. Ivens Freitas de Souza, representante do Serviço Social Rural, o Dr. Jadir Vogel, Reitor substituto da Universidade Rural, Dr. Renato Domingues, representante do Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal e Prof. Geraldo Goulart da Silveira, representante da Confederação Rural Brasileira.

Falou, inicialmente, em nome da Sociedade Nacional de Agricultura o Dr. Edgard Teixeira Leite que disse da satisfação com que a diretoria conferia, anualmente, a medalha "Ennes de Souza" a jovens diplomados em Agronomia e Veterinária.

Convidados pelo Presidente, entregaram os prêmios o Reitor substituto da Universidade Rural e o Presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia.

Agradecendo, falaram os agraciados, que, em rápidas, mas sinceras palavras expressaram a satisfação com que recebiam da S.N.A tão honroso prêmio.

Compareceram à solenidade, entre outros, o Dr. Arthur Natividade Seabra, representando o Instituto de Óleos, o Dr. José Pacheco Pimenta, representando a Comissão do Vale de São Francisco, Dr. José Viana Solarinho, representando o Dr. Valentim Bouças, o Dr. Walter Saur do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos, o Dr. Humberto Bruno do M.A., o Dr. Vicente Leite Xavier, Prof. da Escola Nacional de Veterinária.

NOTÍCIAS

IX.º CONGRESSO BOTANICO INTERNACIONAL

Realizou-se-á de 19 à 29 de Agôsto de 1959, na cidade canadense de Montreal, o IX Congresso Botânico Internacional.

SOCIEDADE PAULISTA DE METEOROLOGIA

Foi fundado a Sociedade Paulista de Meteorologia, idealizada pelo Prf. Ag. Hernani Godoy, Chefe da Seção de Climatologia Agricul. do Instituto Agronômico de Campinas.

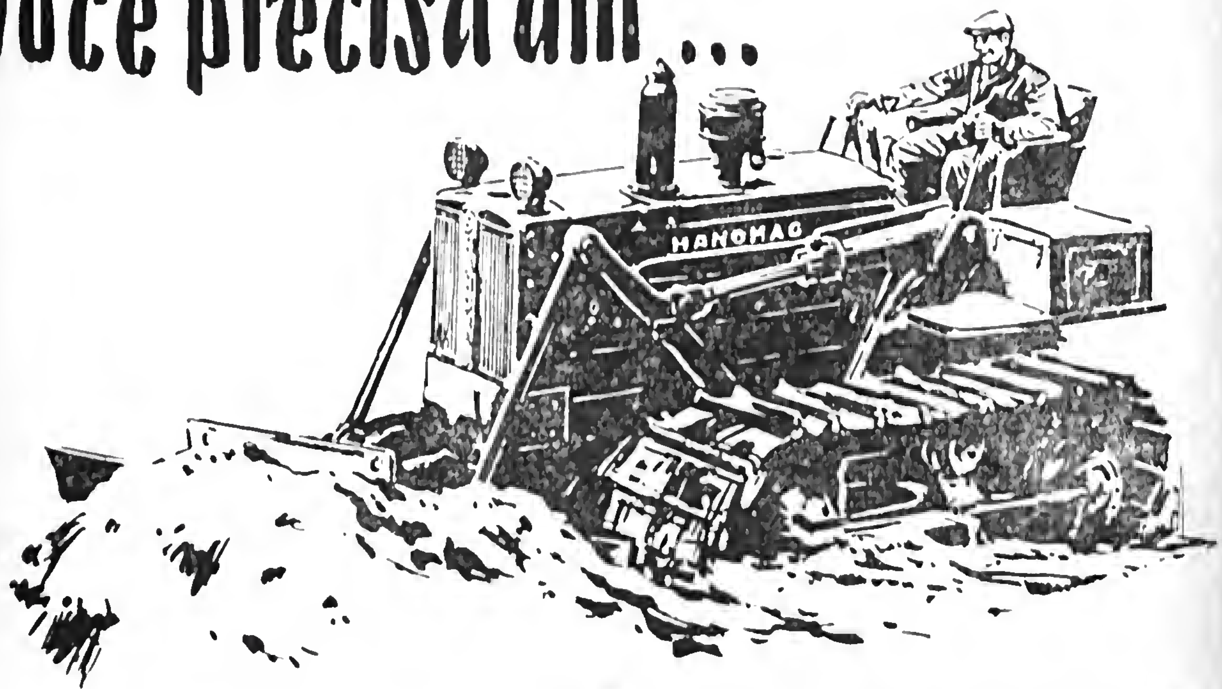
POLITICA CAFEEIRA DO BRASIL

O Sr. Francisco Kruel Eblins, enviado do Govêrno do Estado de São Paulo, em junho de 1958, com trabalho subordinado ao título "Politica Cafeeira do Brasil".

CONGRESSO INTERNACIONAL DE AGRICULTURA

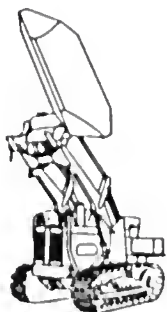
Realizou-se sob os auspícios do Govêrno de Israel, comemorando o 10° aniversário de Israel, um Congresso Internacional de Agricultura

Você precisa um ...



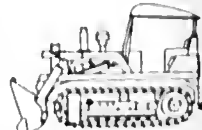
... porque: HANOMAG significa uma garantia de qualidade, economia, assistência técnica, peças, oficinas especializadas, pronta entrega

HANOMAG apresenta uma linha completa de tratores de rodas de 12 a 55 HP e de esteiras de 60 a 90 HP para qualquer serviço, bem como todos os implementos necessários na agricultura. Além disso, a HANOMAG oferece um financiamento de 3 anos!





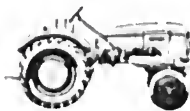




Consultem nossos concessionários:

SULBRA S. A.
Av. Farrapos, 3628 — **Pôrto Alegre**
CIA. HOEPFNER
Rua Nove de Março, 397-1.º — **Joinville.**
Filial: R. Emiliano Perneta, 188 — **Curitiba.**
SABRICO S. A.
Av. Duque de Caxias, 61-73 — **São Paulo.**
GASTAL S. A.
Av. Brasil, 2298 — **Rio de Janeiro.**
Filiais: **Belo Horizonte, J. de Fóra, Campos.**
BERGER LTDA.
Av. Duque de Caxias, 175 — **Vitória.**
SIMTRAL S. A.
Av. Frederico Pontes, 120 — **Salvador.**
SOFERMASA S. A.
Av. Marquês de Olinda, 214 — **Recife.**
PAULA IRMAO & CIA.
Pr. Augusto Severo, 260 — **Natal**
Filial: Rua Cel. Gurgel, 440-4 — Mossoró
Rio G. do Norte.
J. MACEDO S. A.
R. Floriano Peixoto, 176 — **Fortaleza**
F. AGUIAR S. A.
R. Djalma Dutra, 36 — **São Luiz**
SOMAC S. A.
Rua 13 de Maio, 188-192 — **Belem**
BENARROS & IRMAO
Rua Marechal Deodoro, 268 — **Manaus**







HANOMAG

INTERAMERICANA LTDA.

Av. Presidente Vargas, 642 - 5º and.,
Rio de Janeiro · Telefone 43-9425

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

— 171 —

CAJUINA

A Inspetoria Regional de Fomento da Produção Vegetal, no Ceará, editou monografia da lavra do Engenheiro Agrônomo Esmerino Gomes Parente, sob o título NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DA CAJUINA.

Trata-se de um trabalho objetivo, escrito, como convém, ao meio rural.

A cajuina é uma bebida refrigerante, muito agradável, rica em ácido ascorbico, de côr amarela-ambar, obtida do suco de caju, a que dão, no Estado do Ceará ,o nome de "mocororó".

Reproduzimos, a seguir, as principais normas aconselhadas:

"1 — Marcar, preliminarmente, as árvores produtoras de cajus reconhecidamente dôces e limpar as áreas debaixo das copas antes do início da colheita.

2 — Fazer a colheita entre 6 e 9 horas da manhã, escolhendo cajus bem maduros e sãos. Desprezar os caídos no dia anterior, danificados por pássaros ou insetos e que apresentam comêço de fermentação, porque favorecem o desenvolvimento de um fungo na cajuina, desvalorizando-a.

3 — Transportar os cajus em cestos, caixões, caçuás, vasilhas de alumínio, barro ou outro qualquer material inoxidável. Evitar o contato com vasilhame de ferro.

4 — Descastanhar, isto é, separar a castanha do pedúnculo. Esta operação é feita torcendo-se a castanha até separá-la do caju. Utiliza-se, também, um cordel forte, preso em uma das extremidades a um portal, mesa ou borda de tina, faz-se um falso laço, passando-o entre a castanha e o caju, o qual, ao ser esticado com fôrça, faz desprender a castanha.

5 — Lavar cuidadosamente os cajus para limpá-los da terra ou de outras impurezas adquiridas por ocasião da colheita, deixando-se, por algum tempo, em peneiras, em uma grade de madeira ou tabuleiro inclinado, para enxugar.

6 — Passar os cajus no "rasgador", que os dilacera, facilitando a retirada do suco. O "rasgador" é uma caixa de madeira ou de material inoxidável, com dentes do mesmo material, tendo na parte inferior um depósito para aparar os cajus dilacerados e uma parte do suco resultante dessa operação.

7 — Colocar os cajus dilacerados na prensa para, sob compressão, ser feita a extração total do suco. A prensa é geralmente de madeira, assemelhando-se ao tipo usado na fabricação de queijo. Consta de duas colunas, um parafuso para compressão, um alçapão, um depósito para receber os cajus e um recepiente para o suco.

8 — Depositar o suco ("mocororo") em tinas de madeira ou cimento para "colagem". Esta operação é feita da seguinte forma: — dissolve-se em água fervente a cola comum, de carpinteiro, até ficar com a consistência xaroposa, adicionando-se, em média, 60 centímetros cúbicos dessa cola para cada 10 litros de suco, agitando violentamente para rápida e completa difusão da cola no suco. Por êsse processo, verifica-se dentro de 60 a 90 segundos a precipitação do tanino. Se nêsse espaço de tempo não se notar a precipitação, deve-se adicionar um pouco mais de cola. Não é aconselhavel colocar os tabletes de cola diretamente no suco porque, além de anti-higiênico, a precipitação do tanino é demorada, tornando a cajuina turva e propícia ao desenvolvimento de fungos.

9 — Filtrar então o suco em uma série de rêdes de pano ("algodãozinho"), colocadas umas sôbre outras ou em "capacetes" de feltro. O número de rêdes varia de 3 a 5. Passa-se o suco nessas rêdes uma ou mais vêzes, até que se apresente com aspecto cristalino. Nêsse estado, denomina-se "água colada" que é bebida suave e sabor agradável, mas não pode permanecer em repósitos abertos porque fermenta fàcilmente.

10 — Terminada a filtração, deve-se fazer, imediatamente, o engarrafamento, arrolhar bem as garrafas e submetê-las a Banho-Maria pelo espaço de 60 a 100 minutos, para esterilização e dar a côr amarelo-ambar a cajuina"

Concluidas essas operações, está pronta a cajuina. Deve ser servida, de preferência, gelada.

— 172 —

MILHO VERDE

O milho, na alimentação humana, tem várias aplicações.

Fornece pratos delicadíssimos, com denominações diversas, nos diferentes centros de produção. Bem aceitos, geralmente, não representam, seja no estado de verde, maduro ou sêco, desperdícios a combater. Em todos os casos, porém, concorre o maior consumo de milho, para a melhoria das nossas condições alimentares.

O emprêgo do milho verde e do maduro, na alimentação humana, é feito do milho em espiga (milho assado e cozido) e do milho ralado (canjica de milho verde, pamonha, mingaus, etc.).

O milho assado e o cozinhado são as espigas descascadas e limpas, inclusive dos ferimentos por lagartas e passarinhos e, a seguir, assadas na brasa ou cozinhadas, com água e sal, de mistura

com a palha do milho verde ou do milho maduro. No caso de estar o milho maduro, ralar ou cortar, ligeiramente, os grãos antes de cozinhar a espiga.

Para a canjica de milho verde, também chamada curáu, crême, mingau e papas e, bem assim, quanto à pamonha de milho verde depois de descaseadas e limpas as espigas, sao elas raladas, reunida a massa, penelrada e temperada segundo o gôsto e preferências regionais.

A canjica, muito comum nas festas de Santo Antônio, S. João e S. Pedro, na Região Nordeste, tem grande consumo e a pamonha, feita, de preferência, cozinhada na palha do próprio milho verde ou maduro, o que lhe empresta sabor especial.

É a canjica, curáu ou crême de milho verde, prato tradicional e muito apreciado. Temperam-na com leite de coco, leite de vaca, açucar, etc. Enfeitam-na com canela, confeitos, etc.

Resta aconselhar fazer a cultura do milho para o consumo em verde, separada, na horta, à volta da residência, etc. evitando-se, assim, a colheita "clandestina" nas plantações destinadas ao milho sêco.

— 173 —

GALIFORMES DA AMAZÔNIA

O Professor CANDIDO FIRMINO DE MELO LEITÃO, de sempre lembrada memória, em trabalho sôbre a Fauna Amazônica, incluido na "AMAZÔNIA BRASILEIRA — I.B.G.E. — 1944" — diz:

— "Aves de vôo curto e geralmente memoricolas, apresetam os Galiformes um certo número de espécies caracteristicamente amazônicas, entre as quais merecem ser citadas o urumutum (*Nothocrax urumutum*) da parte oriental do Peru e Equador e norte de Amazonas, o mutum-êlê (*Mitu mitu* e *Mitu tomentoso*), o primeiro chegando até ao norte de Mato Grosso, o outro mais da provincia Caribe, so tendo sido visto na Amazônia no Rio Branco e alto Rio Negro); o mutum-poranga (*Crax nigra*) de leste da Colômbia, sul da Venezuela e norte do Amazonas e Pará; o mutum (*Crax pinime*) é do Pará e Maranhao e o mutum fava (*Crax globulosa*), vai da porção oriental do Equador e do Peru até ao Madeira e ao Guaporé. Dos jacus podemos citar como próprios da Amazônia *Penelope marail*, que vem do sul da Venezuela e Guianas até à margem esquerda do Amazonas, a leste do Rio Negro; *Penelope jacquacu jacquacu*, de quase tôda a bacia amazônica, *Penelope superciliaris superciliares* (a jacupemba) da margem direita do Amazonas e afluentes, o jacu-vermelho (*Penelope pileata*) do Madeira e do Tapajós. São igualmente da Amazônia as aracuãs (*Ortalis molmol motmol*) da margem esquerda do Amazonas, (*Ortalis motmot ruficeps*) da margem direita do baixo Amazonas e (*Ortalis guttata guttata*) dos afluentes da margem direita do Equador ao Madeira. Das espécies do gênero *Pipile* podemos dizer que os cujubis (*Pipile pipile cujubi*, *Pipile cumanensis cumanensis*, e *P. c. naumburburgo*) são amazônicas e e as jacutingas são das outras provincias. Tôdas as espécies que vimos de referir pertencem à familia Crácidas. Os Fasiânidas são aí representados pelos urus (*Odontophorus gujanensis gujanensis*) ,de quase tôda a bacia amazônica, e (*Odontophorus stellatus*) de área de distribuição um pouco mais restrita. É de tôda a Amazônia, que ultrapassa um pouco em todos os seus limites, essa curiosa cigana (*Opisthocomus hoazim*), único representante de uma sub-ordem especial".

— 174 —

CANGACEIROS E SUAS VITIMAS

Estamos informados que as Associações Rurais da região Nordeste e suas Federações, n'um movimento saneador e, sem dúvida, de repercussão, vão prestar culto de homenagem, à memoria das vitimas do cumprimento do dever, sobretudo, das autoridades assassinadas por cangaceiros e seus comparsas.

É conveniente, entretanto, que a seleção dos homenageados, não desperte rivalidades e nem provoque reações. O certo seria a escolha recair em nomes do passado, desaparecidos, digamos, há cinquenta anos ou mais.

Cada Associação Rural escolheria um nome para homenagear no ano seguinte.

— 175 —

VINHO BRASILEIRO NO EXTRANGEIRO

A colocação dos vinhos de produção nacional nos mercados internacionais, iniciada com êxito, precisa ser cautelosamente defendida. Os mercados americanos, sobretudo os Estados Unidos, e os mercados europeus, como a Alemanha, França e outros, são exigentes e rigorosos.

A produção brasileira, muito melhorada, assistida, como tem sido, pelo Instituto de Fermentação, poderá, em bases reais e honestas, assegurar condições favoráveis à nossa exportação.

— 176 —

REBANHO BOVINO

O nosso rebanho bovino tem aumentado e melhorado consideralmente.

Conforme o Serviço de Estatistica da Produção, em 1957, era de 69.548 000, avaliado em Cr$ 198.861.064.000,00, assim distribuido: — REGIAO NORTE, 1.215.000 bovinos, sendo Rondônia 9.000, Acre 34.000, Rio Branco 140.000, Amazonas 128.000, Pará 849.000 e Amapá, 55 000 cabeças; REGIAO NORDESTE 7.248.000 bovinos sendo Maranhão 1.307.000, Piaui 1.341.000, Ceará 1.690.000, Rio Grande do Norte 598,000, Paraiba 740.000, Pernambuco 1.071.000 e Alagoas 501.000

cabeças; REGIAO LESTE 23.290.000 bovinos, sendo Sergipe 541.000, Bahia 5.374.000, Minas Gerais 15.771.000, Espírito Santo 757.000, Rio de Janeiro 1.437.000 e Distrito Federal 10.000 cabeças; REGIAO SUL 22.558.000 bovinos sendo São Paulo 9.961.000, Paraná 1.668.000, Santa Catarina 1.510.000 e Rio Grande do Sul 9.419.000 cabeças; REGIAO CENTRO-OESTE 15.237.000 bovinos sendo Mato Grosso 8.932.000 e Goiás 6.305.000 cabeças.

Estimam o rebanho atual em cêrca de 72.500.000 bovinos.

— 177 —

TORNEIO LEITEIRO

Patrocinado pela NESTLÉ teve início, em Tres Corações, Sul de Minas, o torneio leiteiro, da região. Inscreveram-se fazendeiros que mantêm gado leiteiro com nivel de produção surpreendente, em condições comuns.

A produção das trinta vacas inscritas, num só dia, foi de 577,825 quilos de leite, dando a média individual, sem preparo prévio, de 19,027 quilos de leite. O teor em gordura foi de 2,95%, inferior ao padrão. Concluídas as provas, — três durante o período de latação, — indicarão os resultados o melhor caminho a seguir.

— 178 —

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇAO NAS COOPERATIVAS

São do Prof. Clifford Alston, da Universidade de Arkansas, América do Norte, os seguintes conselhos sôbre a formação dos Conselhos de Administração das Sociedades Cooperativas:

1.º Ser honestos, leais, enérgicos e decididos.

2.º Estudar continuamente aspectos da cooperativa para incrementar a eficiência de suas operações.

3.º Aprender a analisar e interpretar corretamente as situações financeiras.

4.º Antepor os assuntos da cooperativa aos seus negócios pessoais.

5.º Propor um gerente competente. (Nunca um parente ou um membro do Conselho de Administração).

6.º Expor medidas bem estudadas à gerência e verificar se elas são seguidas.

7.º Aceitar a vontade da maioria.

8.º Aceitar críticas.

9.º Ouvir permanentemente os associados para determinar seus desejos.

10.º Informar os associados sôbre as operações da cooperativa.

11.º Permitir ao gerente que selecione seu pessoal.

12.º Vender seus produtos por intermédio da cooperativa e abastecer-se nela.

(*Continua na pág. n.º 40*)

O SOLO E A SUA COBERTURA COM VETIVÉR

ARIOSTO RODRIGUES PEIXOTO
Eng.º Agrônomo

A cobertura morta do solo tem por fim protegê-lo contra erosão, reduzir a evaporação de sua umidade, evitar grande oscilaçao de temperatura, auxiliar a mantença da fertilidade, evitar capims e impedir açáo direta prejudicial do sol quente, que destrói microrganismos úteis.

Consiste essa vantajosa prática em cobrir a superfície do terreno com camada de 10 ou mais centímetros de espessura uniforme de casca de arroz, serragem, ou melhor, de capim jaraguá, colonião e outros, cada três ou quatro anos, quando se renova por ter sido decomposta e beneficiado o solo.

Alguns cafeicultores paulistas mais adiantados, milhares de viticultores jundiaienses, além de inúmeros pomicultores já enfrentaram o problema; estão auferindo ótimos resultados e cada dia aumentam a área coberta de capim sêco, porque compensa todos os trabalhos e dificuldades.

Os lavradores iniciantes já têm observado o bom êxito da cobertura, mas consideram difícil o trabalho de cultivar três hectares de capim jaraguá para tapetar a superfície de um hectare. Pensam que a cobertura precisa ser aplicada de uma etapa em tôda a cultura; esquecem-se de que pode ser parcelada e começada no talhão mais invadido de ervas más, na quadra mais declivosa, no terreno mais sujeito à erosão e nos mais erodidos.

Embora sirva qualquer material ou cultura, tem-se dado preferência no capim jaraguá; já existe máquina nas fazendas paulistas que ceifa, mói e enche carroções de capim para fabricar "composto"; essa mesma máquina pode servir, picando o capim em pedaços de 10 cm ou mais, para cobertura de solo.

Um recurso ainda para baratear a cobertura é cultivar o capim vetivér, aproveitando as raízes para a indústria de óleo já existente em S. Paulo, e a parte aérea para cobrir o solo. É bem certo que a produção de massa entre os dois capins é muito diferente em quantidade; o lucro da venda das raízes possibilita o lavrador tapetar sua cultura.

O vetivér tem raízes e fôlhas odoríferas; não o confundam com o capim limão, encontradiço à margem das rodovias, que encerra óleo apenas nas fôlhas; ambas essas gramíneas são exploradas no Rio e São Paulo.

A cultura do vetivér apresenta diversas vantagens, exceto a de não servir de alimento aos animais; presta-se ao preparo de "composto" indispensável à lavoura, cama de animais, cobertura de solo, afugentar insetos, inclusive o transmissor da moléstia de Chagas, comum em certas zonas brasileiras.

O aproveitamento citado, de raízes que encerram óleo essencial que se extrai por destilação na incipiente indústria nacional, teria oportunidade de mais amplo desenvolvimento, e ainda como fornecedora de subproduto agrícola para a cobertura de solo, que se tornaria menos dispendiosa, porque o rendimento de palha é menor.

O aroma singular e agradável é um tanto semelhante ao de sândalo e ao de mirro, sobretudo quando a matéria-prima foi esmagada e umedecida.

Rendimento — A taxa de óleo contido nas raízes sêcas oscila entre 0,50 e 0,65 por mil de pêso total, ou mais claramente, 1000 quilos de raízes podem fornecer 5,5 a 6.5 quilos de óleo. Cem quilos de raízes sêcas de vetivér, cultivadas no Estado do Rio de Janeiro, produziram 857,10 gramas de oleo, segundo Peckolt, químico brasileiro.

Essa essência tem grande aplicação na perfumaria como fixador, porque sua volatibilidade é muito baixa.

A estimativa é a de que um hectare cultivado, em condições normais, de capim vetivér, seja capaz de produzir cêrca de 15 kg de óleo por ano, com a vantajosa circunstância de fornecer duas colheitas e duas camadas de palha para cobertura de solo.

CLIMA — Esta gramínea tem sido encontrada vegetando em condições ecologicas muito variaveis, desde 400 até 1.800 metros acima do nível do mar, o que indica a possibilidade de sua cultura em climas diferentes

É essência de luz, requer forte insolação para fornecer elevada taxa de óleo.

ZONAS — Vive em estado selvagem nos flancos ou sopés do Himalaia, na Índia; está disseminado por diversos países, como o Ceilão, Maláia, Congo Belga, Haiti, Java, Reunião, Ilhas Seicheles; também na Lusitânia (EE.UU.) e nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

SOLO — Embora vegete em variado tipo de solo, o rendimento econômico se obtém quando os solos são férteis. Deve-se cultivar sòmente em terreno leve, sôlto, para facilitar a extração das raízes, desde 5 até 30 cm de comprimento e 1 a 2 milímetros de diâmetro.

CONSOCIAÇÃO — O vetivér pode ser cultivado nas margens de estradas ou consociados com culturas de grande porte, como seja a nogueira de óleo, o tungue e outras de largo espaçamento. Quando se necessita de grande quantidade de palha, pois o seu rendimento em cada colheita é pequeno, convém cultivá-lo em separado.

PREPARO DO SOLO — Deve ser bem preparado, arado fundo nos terrenos já muito trabalhados, gradeados para extirpar e limpar bem das ervas daninhas, principalmente daquelas que podem oferecer dificuldade às colheitas de raízes e com elas fazerem confusão.

SUBSOLAGEM — Esta operação é aconselhada pelo motivo de facilitar o desenvolvimento das raízes, para aumentar a absorção de substâncias nutritivas, além de facilitar a colheita.

PROPAGAÇAO — Procede-se por meio de enraizados, de divisão de touças ou partes munidas de raízes, para que formem novas touceiras, tal qual procede-se na multiplicação do capim limão.

ESPAÇAMENTO — Pode-se plantar as mudas na distância de 1 metro em todos os sentidos; ou aumentar o espaço entre as linhas para 1,50 m, e reduzir aquêle entre os enraizados para 60 cm, o que facilita as capinas e colheitas.

PLANTAS POR HECTARE — São necessárias mais ou menos 10.000 mudas para plantar um hectare, ou 25.000 por alqueire paulista.

ÉPOCA DE PLANTIO — A mais favorável é durante as primeiras chuvas da primavera, de setembro em diante.

CAPINAS — Executa-se a primeira, cêrca de 30 a 40 dias após a plantação; nesta ocasião procede-se ao replantio para uniformizar a cultura.

ADUBAÇAO — É muito sensível à fertilidade do solo; nos solos fracos o desenvolvimento é pequeno; nas terras férteis as colheitas são abundantes e a cultura mais econômica.

COLHEITA — Pratica-se decorridos 18 a 24 meses após o plantio. Antes de realizá-la, ceifa-se a parte aérea, depois se arrancam e catam-se as raízes de todos os tamanhos possíveis, com auxílio do tridente.

É preciso dispensar muito cuidado nas colheitas para não perder as pequenas raízes e radicelas, que precisam ser lavadas e secadas. Podem-se empregar crianças, velhos e mulheres para realizá-la, por empreitadas bem fiscalizadas, o que é fácil, porque os maus colhedores sòmente retiram as raízes longas e mais grossas.

PANORAMA DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA PALAVRA DE VELHO PROFESSOR

Por ocasião da realização da última assembléia geral da Sociedade Nacional de Agricultura, seu presidente, professor Artur Tôrres Filho teve ocasião de tecer considerações sôbre o panorama atual da agricultura brasileira.

Salientou inicialmente, que o problema florestal assume proporções alarmantes ante a devastação desordenada das matas, a tal ponto de ter chamado a atenção do Presidente da República, que em carta dirigida ao ministro da Agricultura solicitou fôsse constituido no referido Ministério Grupo de Trabalho, que formulasse plano de "ação pronta e eficaz", a fim de pôr têrmo a situação de tão graves consequências.

Lembrou o professor Tôrres Filho que a Sociedade Nacional de Agricultura no devido tempo, já havia alertado o país sôbre tão insólito problema, atravez de inquérito de âmbito nacional, que realizou.

O problema da adubação mereceu, igualmente, lugar de destaque na exposição do professôr Tôrres Filho.

Reconhecem os economistas e técnicos agricolas que se faz mister planificação segura, que garanta a conservação na fertilidade do solo do Brasil.

A indústria de fertilizantes e bem assim a de corretivos calcáreos devem merecer as maiores atenções governamentais.

Releva salientar que o problema de adubos fosfatados está, em parte, resolvido com o aproveitamento dos depósitos de fosfatos minerais existentes no país e já em franca exploração e o problema de adubos nitrogenados ficará resolvido através da Fábrica de Fertilizantes de Cubatão, da Petrobrás.

Constituindo a mecanização da lavoura condição básica para o desenvolvimento da agricultura nacional, mereceu ela, também, capítulo especial na exposição do presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Evidenciou o trabalho que, com o crescimento demográfico do país, agravou-se o problema do desiquilíbrio entre a indústria e a agricultura e, como bem acentuado ficou na Reunião de Secretários da Agricultura, no período de 10 a 27 de novembro de 1946, a mecanização da lavoura é o recurso que possibilita o aumento da capacidade individual de produção, pela compensação da falta de braços consequente ao êxodo das populações rurais para as vilas e cidades, na fase de industrialização por que passa o país.

Igualmente foram abordados outros problemas de grande relevância, entre os quais merecem lugar de destaque os movimentos migratórios e o êxodo rural, especialmente das áreas de baixo poder produtivo, para as de alto poder produtivo; a organização agricola pela integração vertical, isto é, a capacidade de poder produzir (terras, trabalho e capital), saber produzir (preparação técnica) e colocar a produção (venda no mercado). A importação de produtos agrícolas mereceu parecer contrário. Foi destacada a necessidade do estímulo aos pequenos e médios agricultores, através do crédito agrícola supervisionado.

A exposição do professor Tôrres Filho reflete o que vai acontecendo no setor agricola nacional, nos seus altos e baixos, nas suas hesitações e nos seus cometimentos audaciosos.

Poderá servir como roteiro a uma planificação que ainda não se fêz e acreditamos não se fará nunca.

(*Diário de Notícias*, 1-3-59).





A TERRA TAMBÉM SE CANSA

Existem, ainda, em nosso meio rural agricultores que não querem compreender que a terra também se cansa. Acham que é só plantar, plantar... Nada disso. A terra, como tudo na natureza, e como nós mesmos, fica velha e cansada. Temos, então, de tratá-la e, pela adubação, devolver-lhe os elementos que as colheitas sucessivas foram retirando. Assim, a adubação é o recurso de que o lavrador lança mão para impedir que a terra fique pobre, ou quando já está cansada, para enriquecê-la novamente.

Para que a terra dê bons colheitas, produções lucrativas e compensadoras, a adubação é essencial. E não existe para a lavrador patrimônio mais valioso do que o solo fértil. E um solo para ser verdadeiramente fértil, precisa dos seus componentes naturais indispensáveis: nitrogênio, fósforo e potássio. Todavia, a necessidade nutritiva de cada cultura deve ser conhecida a fim de que a adubação seja empregada convenientemente. O algodão, por exemplo, retira do solo 44 quilos de nitrogênio, 14 de fósforo e 40 de potássio, por hectare; o arroz, sempre nessa ordem — nitrogênio, fósforo e potássio — retira 22, 12 e 32 quilos, por hectare; a banana, 26, 6 e 95; a cana, 62, 9 e 56 por hectare; o feijão, 31, 8 e 8 e o milho, 47, 9 e 32 quilos por hectare. Sabemos, portanto, que, se não forem restituídos ao solo os elementos nutritivos retirados com aquelas culturas, muito ràpidamente êle deixará de ser fértil.

Sendo assim, o lavrador deve, sempre que possível, consultar os especialistas em adubação e conservação do solo para que a sua terra seja protegida e possa produzir bem.

COOPERATIVAS ESCOLARES NUMA EXPERIÊNCIA PILOTO DA ARGENTINA

Para o Centro de Documentação da Universidade de Buenos Aires foi remetido, pelo Serviço de Economia Rural, o livro "Cooperativas Escolares", da autoria de Fábio Luz Filho, atendendo à solicitação do mesmo Centro.

Realiza o Departamento de Extensão Universitária, daquela Universidade, um programa de educação fundamental e dessenvolvimento da comunidade, promovendo, no momento, uma experiência piloto num dos subúrbios da capital portenha e no qual o cooperativismo constitui um dos pontos mais importantes.

Encontrarão, por certo, mestres e estudantes, na obra de conhecido técnico brasileiro, um sem número de ensinamentos e normas de ação, de vez que "Cooperativas Escolares", além de abordar, com riqueza de informações e orientação, todos os aspectos do sistema aplicado às escolas, focaliza e analisa conceitos pedagógicos, legislação, etc. como disserta sôbre o movimento cooperativo no mundo.

ANIMADOR O QUADRO DA ECONOMIA CANAVIEIRA

PRODUÇÃO E CONSUMO EM PERMANENTE AUMENTO

O crescimento da produção de açúcar de usina no Brasil tomou nos últimos anos desenvolvimento singular. O volume fabricado nas usinas do País, que se mantinha em tôrno da casa dos 35,5 milhões de sacos, passou, na safra de 1956/57 para 37,5 milhões. Já na safra seguinte, de 1957/58, a produção subiu a 44,3 milhões de sacas, para atingir a cêrca de 50 milhões ou precisamente as 49,4 milhões na safra em curso de 1958/59.

Êsses totais adquirem maior expressão quando confrontados com o volume produzido na safra de 1933/34, na época de fundação do Instituto do Açúcar e do Álcool quando a fabricação de açúcar de usina não atingia a dez milhões de cruzeiros. É evidente que o progresso alcançado no período diz diretamente do acêrto da política canavieira vigente e da maneira pela qual vem sendo ela executada.

A política econômica em causa corresponde ao intervencionismo do Estado na economia da cana-de-açúcar e se traduz, na prática, pela observância do contingentamento estatístico vale dizer do ajustamento da produção ao consumo. O princípio teve sua origem na grave crise de super-produção existente nos primeiros anos da década dos 30 e que comprometeu, de maneira perigosa, a estabilidade da economia canavieira. O equilíbrio estatístico foi aplicado mediante a atribuição de quotas às fábricas existentes e mantido através de uma fiscalização continuada.

O que se deve ter presente é que o consumo não ficou de modo algum comprometido pela política em causa. Já em 1956 a demanda interna atingia a 33,5 milhões de sacos, evoluindo, ràpidamente, até chegar a 36 milhões de sacos em 1958. O consumo em elevação é fruto tanto do crescimento da população quanto do aumento do poder aquisitivo de numerosos grupos populacionais. Considerando ùnicamente o açúcar de usina e gasto anual *per capita* situa-se, presentemente, em tôrno dos 34 quilos, taxa das mais promissoras do mundo, superada apenas por meia dúzia de países muito mais desenvolvidos e ricos do que o nosso.

O surto da produção açucareira, apesar de excepcional, não limitou o crescimento da fabricação de álcool, hoje das mais elevadas no Brasil. Na safra de 1956/57 o total produzido foi de 252 milhões e 395 mil litros de álcool de todos os tipos. Os dados ainda incompletos da safra seguinte indicam uma produção de 340 milhões e 600 mil litros. Para a safra de 1958/59 em curso a previsão é de 450 milhões de litros, dos quais 145 milhões e 600 mil litros de álcool hidratado e 303 milhões e 400 mil litros de álcool anidro.

A importância dêste último tipo de álcool, que no ano de 1934 era produzido em uma única destilaria com a capacidade de 100 mil litros anuais, reside na sua utilização como carburante em mistura à gasolina. Trata-se de prática altamente vantajosa pois garante a expansão da produção alcooteira e favorece a economia de divisas pelo País, graças à substituição do carburante estrangeiro pelo nacional.

Semelhantes resultados atestam, como afirmamos, a excelência da política canavieira vigente e, também, comprovam a segurança da sua aplicação pelo I.A.A. claro no entanto, que não teria sido possível estimular de forma tão surpreendente a produção e o consumo do açúcar e do álcool não fôsse a atuação permanente do órgão responsável. Com efeito, no decorrer de sua existência o I.A.A. tem sabido amparar os produtores e estimular a produção através de medidas oportunas e adequadas. Quer no setor financeiro, mediante a assistência creditícia ampla aos produto-

res agrícolas e industriais, quer no técnico, por meio da ajuda destinada a melhorar a produtividade, o trabalho do I.A.A. vem se revelando ajustado às exigências da economia canavieira e em particular e da economia nacional em geral.

E isso tem sido feito sem esquecimento do elemento humano. Muito pelo contrário, a agro-indústria da cana-de-açúcar dispõe hoje de um plano de assistência médico-hospitalar sem paralelo em nenhum outro setor rural. Hospitais, ambulatórios, centros e postos-médicos estão em funcionamento nas diversas regiões canavieiras, assegurando aos trabalhadores, tanto da indústria quanto da lavoura e às suas famílias uma assistência efetiva e proveitosa. Realidade tanto mais encorajadora quanto é certo que êsse plano, dispondo de receita própria, está destinado a crescer proporcionalmente à produção, com resultados cada dia mais eloquentes. Êsse cuidado pelo homem é, certamente, um dos aspectos mais expressivos de intervencionismo estatal na economia da cana-de-açúcar.



Variedade de Cana — Usina São José, Campos — Estado do Rio

BERNARDO SAYÃO, UM REALIZADOR

No dia 15/1/1959, faleceu na Rodovia Brasília-Belém, estrada que era seu grande sonho, o agrônomo Bernardo Sayão de Carvalho Araujo, Vice-Governador do Estado de Goiás e Diretor da NOVACAP.

Nasceu o grande bandeirante do século vinte em 18 de junho de 1901, na Tijuca, Distrito Federal.

Fez os cursos primário e secundário nos colégios São Bento, de S. Paulo e Anchieta, de Nova Friburgo, e o superior, de agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

Casou-se em primeiras núpcias com a Sra. D. Lygia Mendes Pimentel em 1925, em segundas núpcias, em 1941, com a Sra. D. Hilda Fontenele Cabral.

Ponto alto de sua atuação como profissional foi a sua gestão, a frente da Colônia Agrícola de Goiás, do Ministério da Agricultura.

Vencendo inúmeros obstáculos, fundou a Colônia Agrícola à margem do Rio das Almas. Surgiu a Colônia Agrícola e com ela a cidade de Ceres que conta hoje com mais de 40.000 habitantes.

Construiu, a seguir, a estrada Anápolis-Ceres, o que possibilitou, em pouco transformar-se a Colônia em cidade.

Ultimamente dedicou-se êle à construção da estrada Goiânia-Anápolis, em fase de pavimentação, a estrada Anápolis-Brasília, já asfaltada e em tráfego e, últimamente, a Brasília-Belem, o seu grande sonho.

O destino, entretanto, não permitiu que êle visse concretizado êsse último ideal.

Quinze dias antes da conclusão da vasta estrada que corta uma região quasi desconhecida do território nacional, uma árvore caiu sôbre o bandeirante, enlutando a NOVACAP, o Estado de Goiás e todo o Brasil.

O entêrro do bandeirante em Brasília foi uma consagração e reconhecimento ao pioneiro que deixando o conforto das cidades muito fez pelo país.

Bernardo Sayão morreu, mas o seu exemplo ficou, como um farol sempre aceso, indicando aos moços o caminho do desbravamento que fará a grandeza e a pujança do Brasil.

AMPLIA-SE A ASSISTÊNCIA DO CRÉDITO COOPERATIVO

Novos suprimentos para ampliação de financiamentos as Cooperativas — Em ação a política oficial em pról da melhoria da produção Agro-pastoril

Através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que é o órgão especializado do govêrno federal para assistir, financeiramente, às cooperativas, vêm estas recebendo empréstimos substanciais para fomento da produção agro-pastoril, visando, especialmente, a produção de gêneros de subsistência alimentar.

Para que se tenha idéia do desenvolvimento alcançado, basta referir que, enquanto no ano de 1951 o volume dos empréstimos, basta referir que, enquanto no ano de 1951 o volume dos empréstimos foi de Cr$ 161.298.100, no ano passado atingiu a Cr$ 1.175.803.198, o que representa um incremento de 729%, demonstrando, ainda, a grande capacidade do Banco para difundir o crédito entre os pequenos produtores cooperativados.

Comparados os dois últimos biênios, verifica-se que em 1955/56 foram emprestados Cr$ 1.019.519.216 e no de 1957/58 o total atingiu a Cr$ 2.225.325.738, o que corresponde ao aumento porcentual de aproximadamente 120%. Sòmente com a verba de Cr$ 500 milhões recebida por conta da receita dos ágios cambiais, o Banco realizou, em 1958, financiamentos a 147 cooperativas que congregam cêrca de 100.000 produtores. Os produtos financiados foram arroz, batata, milho, feijão, mandioca, soja, trigo, produtos hortícolas, frutas, café, açúcar, óleos comestíveis, cacáu, mate, chá, pescado, aves, ovos, banha subprodutos suinos, laticínios, carne bovina e derivados — no grupo dos produtos alimentares. Foram ainda contemplados outros produtos como algodão, fumo, madeira, e a compra de sementes, adubos, inseticidas, veículos, máquinas e utensílios.

Além da Agência Central na séde (Avenida Franklin Roosevelt, 39), mantém o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, agências instaladas em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Novas perspectivas de desenvolvimento lhe são agora abertas, com a próxima entrega de novo suprimento de Cr$ 500.000.000,00 por conta de receita dos ágios cambiais, para cuja aplicação a sua Diretoria já elaborou o plano respectivo, tendo em conta sua experiência e o conhecimento objetivo das necessidades regionais do Movimento.

Sua atual Diretoria está integrada pelos Senhores Edgard Magalhães (presidente), Cyro Wernock de Souza e Silva, Alvaro Baptista de Magalhães e José Edwards Ribeiro

PORMENORES SÔBRE O TRABALHO TÉCNICO DO LIVRO GENEALÓGICO DO GADO HOLANDÊS

(NEDERLANDSCH RUNDVEESTAMBOEK) (N.R.S.)

Como se sabe, o N.R.S. tem por objetivo a criação e também o aperfeiçoamento de cada uma das três raças de gado holandês.

Ao passo que a raça preta malhada frísia-holandesa se encontra em tôdas as dez províncias onde funciona o N.R.S., a raça M.R.Y., ao contrário, sòmente se encontra, salvo raras exceções, nas quatro províncias que, juntas, constituem, quase inteiramente, as fronteiras oriental e meridional do país.

Quanto às regiões, pode-se observar que aquelas onde é criada a raça M.R.Y. formam uma unidade natural com as zonas onde são criados os animais vermelhos malhados na Alemanha, Bélgica e Luxemburgo. A raça Groninga, que tem a particularidade de apresentar uma mancha negra em tôrno dos olhos, é criada na província de Groninga (seu berço) e na Província da Holanda Meridional. Também na Província de Utrecht se encontram exemplares dessa raça.



Magnífico exemplar de Gado Frísia (Grietje 92 Nº 152.319), que em 316 dias de lactação em 1951 produziu 5.331 quilos de leite; em 291 dias de lactação em 1955 forneceu 5.742 quilos de leite e em 367 dias, em 1956, forneceu 6.309 quilos de leite, com porcentagem de gordura, nunca inferior a 3,81.

O trabalho técnico da manutenção dos registros do N.R.S. é realizado por uma equipe de inspetores, chefiados por inspetores gerais, encarregados da direção e do contrôle de suas atividades. Êsses inspetores gerais são agrônomos especializados em zootécnica e os inspetores são, geralmente, filhos de criadores.

Sendo o mais importante a conservação da pureza das raças, cada inspetor só examina uma raça. Devido à sua colaboração com as organizações provinciais, sua esfera de atividade abrange, geralmente, uma província.

Em que consiste a tarefa completamente independente que êsses inspetores realizam?

Em obediência às instruções recebidas, comprovam se todos os touros e vacas apresentados podem ser registrados de acôrdo com sua conformação. Todos os touros já se acham inscritos, por ocasião do primeiro exame, no Registro para Bezerros do N R S. No que diz respeito às fêmeas, o caso é diferente, pois o N.R.S. tambem tem um registro para vacas de ascendência desconhecida oficialmente.

Embora o inspetor pudesse se limitar a examinar apenas a conformação, na realidade não perde de vista a produção das vacas apresentadas. E, quase sempre, é seguido seu conselho, no sentido de desistir da inscrição, ou pelo menos adiá-lo, quando se trata de um animal que, embora possuindo a conformação necessária, não demonstrou, até a data da inscrição, senão qualidades medíocres, no que diz respeito à produção de leite.

Convém salientar que os criadores filiados estão obrigados a só usar touros registrados e, além disso, têm que apresentar as vacas para inspeção, na ocasião oportuna. Os animais rejeitados não pagam a taxa de inspeção.

Primeiramente, o inspetor divide os animais apresentados em dois grupos, a saber: exemplares que serão admitidos e exemplares que serão rejeitados. No caso de rejeição, existe a posisbilidade de recusar a classificação (novo exame). Em tal caso, uma comissão de três pessoas, o inspetor geral e dois membros do serviço do Livro Genealógico, examinam de novo os animais em questão. Conquanto o número de animais n ãoregistrados seja sempre considerável, a prática demonstrou que quase nunca se usa o direito de recurso n ocaso das vacas e só excepcionalmente no caso dos touros.

Em seguida, é redigido um memorial sôbre os animais registrados Falaremos mais adiante pormenorizadamente a respeito dêsse material De qualquer maneira, é fácil compreender que, para o cargo de inspetor do N R.S., só podem ser empregadas pessoas que disponham de uma combinação de qualidades bastante raras, tanto mais quanto ajam com absoluta independência, ao realizarem inspeções em seu distrito. Entre essas qualidades, são indispensáveis: conhecimento profundo do gado, prestígio pessoal, imparcialidade absoluta e honestidade. Pelo número reduzidíssimo de animais para os quais é requerido novo exame, é fácil deduzir a importância que se atribui à opinião pessoal do inspetor.

Ao fazer o exame da conformação do animal, o inspetor tem de ter em mente a conformação ideal da raça. Quando, baseado nessa norma, julga um animal digno de ser registrado, redige um memorial e toma as medidas de nove partes do corpo. A opinião sôbre a conformação é expressa por uma letra para cada parte e por uma letra para a conformação total e o tipo.

A significação dessas letras é a seguinte:

a	ideal	= 100%
ab	= excelente	= 90%

(Continua na pág. n.º 39)



O magnífico exemplar de couve-flor que se vê na gravura diz bem das possibilidades agrícolas da região do Baixo São Francisco.

O TRATOR AUTOMÁTICO PODE REVOLUCIONAR A AGRICULTURA

Saiu sòzinho do pátio da granja e efetuou uma serie de operações pre-determinadas, obedecendo, tambem, aos sinais do trânsito — Espera-se a criação de um sistema complementar, destinado às mais variadas tarefas — A revolucionária experiência realizada na Universidade de Reading, Inglaterra

Técnicos do Departamento de Mecanização Agrícola da Universidade de Reading, Inglaterra, e da Associação da Pesquisas Elétricas, em sucessivos trabalhos de aperfeiçoamento, conseguiram que um trator, sem motorista, saísse, sòzinho, do pátio da granja pertencente à Universidade. Em seguida, a máquina, que é controlada automàticamente, atravessou os dois portões, dirigiu-se ao campo e ali efetuou uma serie de operações pré - determinadas. Tanto na entrada como na saída, submeteu-se aos sinais comuns de tráfego e tocou a buzina em certo ponto, escolhido antes.

Essa prova com o chamado "trator ideal", independente da supervisão humana, representa o início de um projeto capaz de revolucionar a agricultura em todo o mundo.

Perspectivas ilimitadas

Segundo os esclarecimentos do sr. J. A. C. Gibb, professor de Mecanização Agrícola da Universidade de Reading, o contrôle resulta de um sistema que permite atribuir à máquina um conjunto de serviços pre-estabelecidos. Isso permite a substituição do tratorista nos trabalhos habituais de reboque, em rotas normais, e o controle de operações perigosas, como, por exemplo, a aplicação da direção gama, tudo com diminutas despesas de funcionamento. Com a continuação das pesquisas, espera-se criar um sistema complementar, destinado a tarefas variadas, tais como aragem, cultivo, semeadura, pulverização e colheita.

Na opinião do Prof. Gibb, as perspectivas são ilimitadas. Os especialistas britânicos procuram aperfeiçoar, cada vez mais, o projeto, que representa um novo instrumento para aumentar a eficiência e a produtividade agrícolas no mundo inteiro.

AVICULTURA

VANTAGENS DAS RAÇÕES BALANCEADAS

São perfeitamente justificáveis todos os esforços feitos no país para instalar em bases sólidas e definitivas a indústria da ração balanceada. Não é mais possível que o criador nacional continue adotando os métodos que importam em um menor índice de produtividade. Modernos princípios técnicos devem orientar a utilização das matérias-primas disponíveis no país ou aqui transformadas (resíduos de trigo, farinha de peixe etc.). O fornecimento puro e simples de matérias-primas valiosas aos criadores, para que manipulem as rações dos seus animais, tem se mostrado ineficaz. É preferível que o criador, conforme se faz na América do Norte e em todos os demais países de pecuária adiantada, encontre rações já prontas no mercado. Evitam êrros e economizam mão-de-orba. Algumas vantagens das rações balanceadas podem ser, assim resumidas: 1. composição definida, equilibrada, em seus teores de proteínas, porduras, hidratos de carbono, fibras e cinzas; 2. utilização de matéria-prima, de qualidade comprovada, e até mesmo de análise prévia; 3. incorporação de vitaminas que não sejam destruídas durante a estocagem; 4. incorporação de antibióticos e coscideostáticos para certos tipos de rações; 5. contrôle químico e biológico dos produtos manufaturados; 6. formação de técnicos especializados, em nutrição animal; 7. manipulação econômica do matérias-primas escassas; 8. melhoria do parque industrial do país, dando ocupação a milhares de operários; 9. aproveitamento mais racional de novas forragens; e 10. distribuição regular a todos os centros produtores.



O maior consumo ou a preferência dos criadores para os produtos já manufaturados determinará, sem dúvida, a instalação definitiva, no país, de boas fábricas de rações e permitirá que a nova indústria possa concorrer, direta ou indiretamente, para o progresso da pecuária e economia nacionais.

ADQUIRA PARA AS AVES RAÇÕES DE BOA EFICIÊNCIA

Por muito tempo foram os avicultores protegidos por favorável margem na relação entre preço do ôvo e preço das rações. Isto criou um certo comodismo, deixando muitos criadores de controlar tanto o consumo de ração como a postura, assim que se perdia no balanço anual a produção oveira da criação, o que também impedia estudar os pontos fracos do empreendimento.

Hoje, a situação é bem diferente. Os preços dos ingredientes para as rações sofreram altas acentuadas, de modo que, atualmente, o criador é obrigado a controlar a qualidade da ração, o consumo e aprodução, se deseja lucros. Assim, tem que apelar para a eficiência das rações, pois não é nada lucrativo empregar alimentos caros e de pouco rendimento e em lotes de boas poedeiras. Criando aves de alta produtividade, verifica-se que não é interessante gastar ração de inferior qualidade.

A eficiência das rações de postura se mede, dividindo-se o total da ração consumida pelo total de ovos produzidos. O resultado da divisão, multiplicado por 12, dá o total de ração por dúzia de ovos produzida. Considera-se de boa eficiência a ração que, com 2.500 a 3.000 gramas, produza uma dúzia de ovos. Tentar fazer rações eficientes é problemático. Para o criador é mais prático, econômico e de resultados mais positivos, adquirir rações balanceadas, de eficiência comprovada, pois são preparadas tècnicamente, com todos os ingredientes recomendados, e experimentalmente controladas.

—●—

PARA BOAS RAÇÕES

Qualidade e não, apenas, quantidade das proteínas

O simples fato de uma ração consignar, no rótulo, ou na propaganda do fabricante, que possui esta ou aquela percentagem de proteínas nada significa. Atualmente, segundo os estudos dos técnicos especializados na nutrição animal, mais vale a qualidade das proteínas que sua quantidade. Para dar ao avicultor uma idéia do problema, podemos imaginar a proteína como um edifício. Para formar o edifício, utilizam-se materiais de várias procedências. Se a qualidade do material fôr excelente, o edifício será sólido. Como se sabe, nem todos os edifícios são iguais, nem se usam os mesmos materiais. Da mesma maneira, as proteínas são desiguais e as estruturas são diferentes. Há proteínas melhores e piores, como há belos e feios edifícios. O elemento básico das proteínas, assim como uma espécie de argamassa ou alicerce do edifício, é o amino-acido. Existem 22 dêles bem conhecidos, alguns considerados essenciais, mas todos importantes para a formação das proteínas. Estas existem em todos os alimentos naturais, mas não possuem os mesmos aminoácidos, nem êstes estão combinados da mesma

(Continua na pág. 43)



Pavilhão «Ildefonso Simões Lopes», da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha, D. Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

EXCELENTE O FENO DE SOJA

Saiba você que a soja dá um excelente feno para a alimentação dos seus animais — um feno da mais alta qualidade para mantê-los sadios e com que não há melhor ração do que o feno de soja para os bovinos de corte e de leite, ou para equinos, e caprinos e até mesmo para suínos e aves.

Este feno pode reduzir consideràvelmente a quantidade de concentrados adquiridos no comércio, que, além de caros, nem sempre são encontrados na localidade. A soja constitui, por si só, uma das melhores e mais econômicas fontes de proteínas para balancear a ração dos animais. Em comparação com a alfafa, que é a rainha das forrageiras, a soja tem as seguintes vantagens: é mais rica em proteínas, em matéria graxa (gorduras) e matéria não azotada; além disso, tem menor quantidade de matéria sêca e celulose.

Em regiões onde a alfafa, por diversos motivos, não produz econômicamente, a soja é o seu grande substituto. A sua fenação é fácil e pode ser feita da mesma forma que para as outras leguminosas. Com um pequeno segredo, porém: é que o "ponto de corte" da soja, ao contrário das demais leguminosas, tem que ser mais tardio, isto é, quando os grãos estiverem bem formados é que estará em condições de ser cortada.

Um feno bom pode-se obter em qualquer estado vegetativo, desde o período em que as vagens já estão formadas até o amarelecimento das suas fôlhas inferiores, antes, é claro, que estas fôlhas caiam. Assim, pois, reserve para os seus animais uma ração rica de propriedades nutritivas como é a de feno feito de soja. E, lembre-se: quando tudo falha, o feno de soja salva a situação.



A criação em bases técnicas do gado holandez, constitue, sem dúvida, fator de prosperidade para os pecuaristas, de Pennsylvania, Estados Unidos.

Zé Patrício tem uma grande idéia!













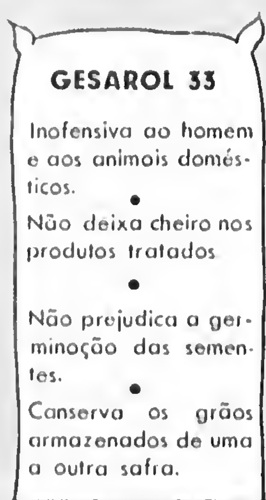












GEIGY DO BRASIL S. A., Produtos Químicos
Matriz: RIO DE JANEIRO - Caixa Postal 1329
Filiais: São Paulo - Caixa Postal 2544 • Pôrto Alegre - Caixa Postal 431



A SÊCA SERÁ ESQUECIDA

"Dêem-nos mais motobombas, mais tratores, técnicos e recursos de manutenção e multiplicaremos por mil o número de famílias fixadas nêste sertão. Construiremos aqui a nossa civilização e a sêca será esquecida". Esta afirmação foi feita pelo bispo de Mossoró, D. Eliseu Mendes, que é o Presidente do Plano de Valorização dos Vales do Açu e Apodi, destinado a proporcionar aos habitantes da região condições para fixá-los à terra. Os primeiros resultados desta ação já estão abrindo novas perspectivas para as 6.200 famílias que residem naqueles vales aparentemente estéreis. O principal problema da produção agrícola — a irrigação — foi solucionado com a distribuição de mais de 200 motobombas e a perfuração de cêrca de 130 cacimbões. Estas medidas conjugadas com outras de fomento e defesa da lavoura (tratores, inseticidas, sementes e mudas), permitiram que os Vales produzissem logo no segundo ano 40 toneladas de mandiosa, 3 mil quilos de arroz, 20 mil quilos de tomate, 4 mil de feijão, 3.500 de milho, conhecendo-se ainda 360 mil bananas e 12 mil laranjas, além de uvas e outras frutas até então só produzidas no sul do país. A população dos Vales do Açu e Apodi, no Rio Grande do Norte, já não teme as sêcas, pois na fase mais aguda do último flagelo, quando em outros Estados havia o êxodo, nem uma só família dali abandonou suas terras.

Aves de curral

NOVA YORK — Um organismo fungoso que infecta de 25 a 30 por cento as aves de curral tem sido vencido pela primeira vez por um antibiótico recentemente descoberto.

Segundo experiências científicas dadas a conhecer no sexto simpósio anual sôbre os antibióticos,, o qual se reuniu há pouco em Washington, o organismo é encontrado as vêzes em aves que parecem sans. Seguem os estudos para determinar a porcentagem de aves doentes entre os portadores do fungo.

Os cientistas que informaram sôbre a nova droga são os Drs. H. Yacowitz, S. Wind e J. Levin do Instituto Squibb para experiências médicas, Nova Brunswick, Estado de Nova Jersey. Segundo seu informe ante o simpósio, a droga é chamada Nistatina ou Micostatin, a mesma que se tem empregado durante o ano passado para tratar doenças fungosas do homem. A infecção específica é chamada Moniliase.

Embora, raramente as aves tenham morrido da infecção mesma, ficam debilitadas, pôem menos ovos, ganham pouco pêso ou o perdem, e se tornam doentes fàcilmente de outras infecções.

Até há alguns anos, não era suspeitada a alta incidência da Moniliase entre as aves. Os cientistas inglêses, Dr. J. D. Blaxland e o Dr. F. T. W. Jordon, deram com o primeiro indício há cinco anos. Os cientistas do Squibb confirmaram suas experiências.

Os cientistas norteamericanos puseram um pouco de Nistatina em uma alimentação preparada com proteína de soja, cerelose, óleo vegetal vitaminas e minerais. Aos pintos deram a Nistatina num nível graduado.

Encontraram que foi efetivo o antibiótico, para os propósitos do contrôle da infecção fungosa, em quantidades entre 71 a 113 mg. por kilograma de alimentação.

MANTENHA OS LARANJAIS LIVRE DE PRAGAS

O citricultor moderno precisa estar aparelhado com maquinária e materiais necessários aos tratamentos preventivos contra as principais doenças e pragas das frutas cítricas. Os viveiros e pomares novos dispensam, perfeitamente, os aparelhos de grande capacidade e alta pressão, podendo ser tratados eficientemente com os pequenos aparelhos de costas.

Em pomares com menos de mil árvores já formadas, pode ser usado um pulverizador de uns 200 litros, com bomba manual, montado sôbre rodas e puxado por um animal. Trabalhado por bons operários, esta máquina faz muito bom serviço, pulverizando 150 árvores por dia. Entretanto, para as grandes plantações, é de tôda conveniência utilizar um aparelho pulverizador motorizado, com capacidade de quinhentos a mil litros, provido de bomba de alta pressão.

Em média, deve o citricultor ter um bom pulverizador motorizado para cada vinte mil árvores formadas. E preciso considerar, também, que todo pomar deve ser pulverizado em um período máximo de 20 dias, a fim de evitar a reinfestação. Os pulverizadores de motor têm, em geral, duas mangueiras que devem ser manobradas por três operários; dois pulverizam e o terceiro dirige os animais e cuida do motor.

A melhor maneira de executar o serviço consiste em fazer a pulverização simultânea de duas linhas de árvores, conduzindo a máquina entre elas. O operário deve iniciar o tratamento, colocando-se ao lado da árvore, mas afastado do pulverizador. O jato em forma de nevoeiro deve ser dirigido primeira para o interior da árvore, passando, em seguida, para o lado externo, de maneira que o líquido atinja tôda a folhagem. A medida que o operário vai trabalhando, desloca-se no redor da árvore até atingir o ponto inicial, passando em seguida para outra árvore. O jato de esguicho deve ser dirigido, sempre, de baixo para cima.

Não pulverize quando as árvores estiverem molhadas; se chover logo após a pulverização, o tratamento deve ser considerado perdido e feito novamente.

O CRÉDITO ESPECIALIZADO, O MOVIMENTO COOPERATIVO BRASILEIRO

Fábio Luz Filho

Reiniciando minha colaboração, que motivos de trabalho e saúde haviam interrompido, quero focar mais detidamente o tema em epígrafo.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, até pouco sob a presidência do **Dr. Fernando Nóbrega**, atual ilustre ministro do Trabalho, já vem prestando serviço incontestes ao movimento cooperativo brasileiro. Se não faz mais, as causas devem ser buscadas principalmente na exiguidade de numerário disponível para rostear um movimento que cresce sempre, sobretudo o da produção cooperativada suína.

Eis como operou êsse Banco especializado em 1957 e 1958:

a) Durante o exercício de 1957 foram financiadas 208 cooperativas num total de Cr$ 1.049.522.540,20 a saber:

Ag. Central	— 16	Cr$	68.449.743,60
Ag. B. Horizonte	— 38	Cr$	154.276.525,50
Ag. Curitiba	— 15	Cr$	58 578.383,30
Ag. P. Alegre	— 39	Cr$	327.924.778,90
Ag. Recife	— 19	Cr$	62.083.558,80
Ag. São Paulo	— 67	Cr$	304.861.650,10
Ag. Salvador	— 14	Cr$	73.348.000,00
	208	Cr$	1.049.522.540,20

maiores imobilizações com suas sedes, instalações, etc., considerando-se os seus recursos próprios (capital e reservas), às vêzes modestos, e a necessidade, cada vez maior, de ampliação de suas atividades.

Estão sempre, as cooperativas, mesmo as mais fortes, necessitando de auxílios financeiros para a movimentação de seus negócios.

A falta de escoamento das safras e outras situações do mercado próprio (arroz) e mesmo o externo (cacau) tem influenciado na liquidação, por parte das cooperativas, dos compromissos existentes. Essas causas e outras, como uma safra ruim, etc., provocam, às vêzes, a necessidade de serem concedidas prorrogações de contratos, reformas com pequenas amortizações, etc.

Os prazos dos empréstimos, sendo, todavia, a maioria, de 1 (um) ano. Para operações de descontos de títulos (promissórias, duplicatas), o vencimento máximo é para 180 dias.

As garantias oferecidas (e exigidas) têm sido suficientes. De acôrdo com cada caso particular, variam as garantias, sendo observadas, todavia, sempre, a idoneidade moral e administrativa dos dirigentes da cooperativa solicitante. As garantias reais, sempre que possível, são exigidas (penhor, hipoteca, etc.)

Como o afirmam seus técnicos, de um modo geral o comportamento das cooperativas na liquidação de seus compromissos tem sido bom. A maioria das cooperativas, no entanto, não apresentou uma situação financeira bem equilibrada, geralmente em consequência de

Aplicações no 1.º Semestre de 1958, por produtos ou principais ramos de atividades.

	Cr$
Avícolas	13.850.000,00
Açucar	9.000.000,00
Cacau	3.600.000,00
Carne Bovina	69.341.589,50
Arroz	34.281.690,00
Trigo	1.730.000,00
Banha	49.931.870,00
Fumo	22 518.400,40
Café	320.000,00
Algodão	8.500.000,00
Mate e chá	27.068.441,00
Lã	5.362.859,20
Laticínios	75.474.054,80
Madeiras	5.611.606,50
Vinhos	14.271.287,50
Hortícolas	19.114.142,00
Consumo	15.602.800,00
Crédito urbano	2.438.215,80
Crédito Agrícola	7 733.000,00
Agropecuárias	15.688.000,00
Agrícolas mistas	7.275.00,00
Agrícolas	121.962.300,00
Diversas não Classif.	15.886.790,00
Batata	8.470.000,00
Feijão	4.379.290,00
Frutícolas	8.355.000,00
Milho	9.226.650,00
Porco	640.000,00
Prod. Suíno Div	2.412.527,70
Veículos, Máquinas e Utensílios	6.670.284,00
Inseticidas	4.200.000,00
Total	602.022.846,40

No 1.º Semestre de 1958 foram financiadas 154 cooperativas, no total de Cr$........... 602.022.846,40.

Ag. Central	11
Ag. B. Horizonte	27
Ag. Curitiba	13
Ag. P. Alegre	37
Ag. Recife	15
Ag. Salvador	12
Ag. São Paulo	39
	154

Apenas há um reparo que fazer, no quadro acima, o que nos leva a uma das conclusões do Tema VII do **Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola**, já citado (de 1 a 19 de setembro de 1958, em Recife): os prazos:

"Inegàvelmente, onde mais opera o crédito agrícola cooperativo é no setor do prazo curto, cobrindo, no geral, um período de um ano, no máximo. No entanto, dada a importância que tem as inversões em bens de capital para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, seria conveniente que as organizações que operam com crédito agrícola cooperativo, tratassem de atender a esta necessidade, mediante a concessão de empréstimos a prazos médio e longo, na medida de suas possibilidades, com fundos próprios ou de outras fontes, e isto vale sobretudo no crédito a cooperativas, a fim de dotá-las das instalações ou bens de que necessitam para atender a seus fins.

Na minha tese e em "Crédito Agrícola e problema agrário" dou ressalto a êsses aspectos.

Mas, os algarismos dos quadros acima já são índices expressivos, não há dúvida, e a

experiência diuturna, a pressão das necessidades emergentes, uma participação efetiva do movimento na direção do citado órgão autárquico de crédito especializado, estou certo levarão à meta ideal, nesse martelante trabalho construtivo do tempo, na inexorabilidade de sua isonomia.

A questão dos juros no crédito agrícola é outro tema lancinante, nossa preamar inflacionária que recoluteia e se alteia, agoural, proletarizando a tôdas as que tem vencimentos fixos e como é clássico, beneficiando minorias que se abastam.

Em relação a êsse tema, contendores, no Centro já citado, foram porfiosos, em correntes que se digladiaram, sem terem chegado a uma conclusão aceitável: juros correntes (no Brasil está sendo comum, pela retenção do crédito, um juro "camarada" de 24% e muito mais); juros baixos, taxas preferenciais, juros módicos para as atividades rurais, sabidamente de baixa rentabilidade, de "depressão crônica", nessas plagas latino-americanas...

Os índices constantes dos quadros acima já são, não há dúvida bem expressivos, representando passos decisivos à frente.

Mas, a meu ver, maiores poderão ser êsses benefícios se as cooperativas também integrarem, em situação de paridade ou majoritária, a administração do B.N.C.C., o que atualmente não acontece, de vez que são elas admitidas como tomadoras de capital apenas, o que, aliás, não se verificou na escala esperada, o que é lamentável, embora compreensível.

Participando da direção do B.N.C.C., terá o movimento cooperativo brasileiro legítimos representantes seus no lado de delegados governamentais, num entrosamento que só poderá dar resultados satisfatórios. E êsses elementos devem ser indicados por seus órgãos de cúpula, fazendo pesar seus reais interêsses Não se justifica essa permanente ausência das cooperativas da administração dessa entidade, na pessoa dêsses legítimos representantes, indicados diretamente pelo movimento superestruturado.

Devem êsses órgãos cooperativos de cúpula consciência efetiva de seu papel, aliando no plano moral e educativo o plano prático, objetivo, sobretudo no domínio do crédito agrícola, seu verdadeiro conceito e suas implicações. Vejam-se os conclusões do Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola de que p a r t i c i p e i como integrante da delegação brasileira e no qual apresentei uma tese sôbre o crédito agrícola cooperativo (que o Serviço de Economia Rural acaba de publicar). Sôbre o assunto também apresentou tese o Dr. Cyro Wernek da Silva, também delegado brasileiro e diretor do B.N.C.C., e que, como ilustre presidente de U.C.E.S.P. tem realmente vinculação real e direta com o movimento cooperativo brasileiro, situação que poderia ampliar-se, para atingir um nível de paridade ou mesmo majoritário, sem prejuízo, claro, de representação do Estado. Por que, no Brasil vivemos sempre sob o signo incôngruo das coisas inacabadas?

As teses acima serviram de base no respectivo documento de debate e às **Conclusões**, de vez que estas repousaram naquele e sofreram ligeira alteração nas discussões últimas do Plenário.

E essas Conclusões (já divulgadas pela A.B.C.A.R. e pela F.A.O) são, a respeito dêsses órgãos creditícios governamentais, peremptòrias, como o são no sentido de educação cooperativa.

Não se compreende bem por que, podendo participar do capital, não podem participar, as cooperativas brasileiras da administração de seu único órgão especializado. (Ver "**Crédito Agrícola e problema agrário**", que acaba de ser lançado em São Paulo).

Será que houve nisso, também, uma intenção política ou foi mera inadvertência? Inclino-me para a segunda hipótese, dados as credenciais de ser fundada por **José Arruda de Albuquerque** que do mesmo foi logo afastado pelas tricas e maranhas da baixa politiquice.

Já é tempo de o movimento cooperativo brasileiro dar maio-

A FOTO INTERNACIONAL



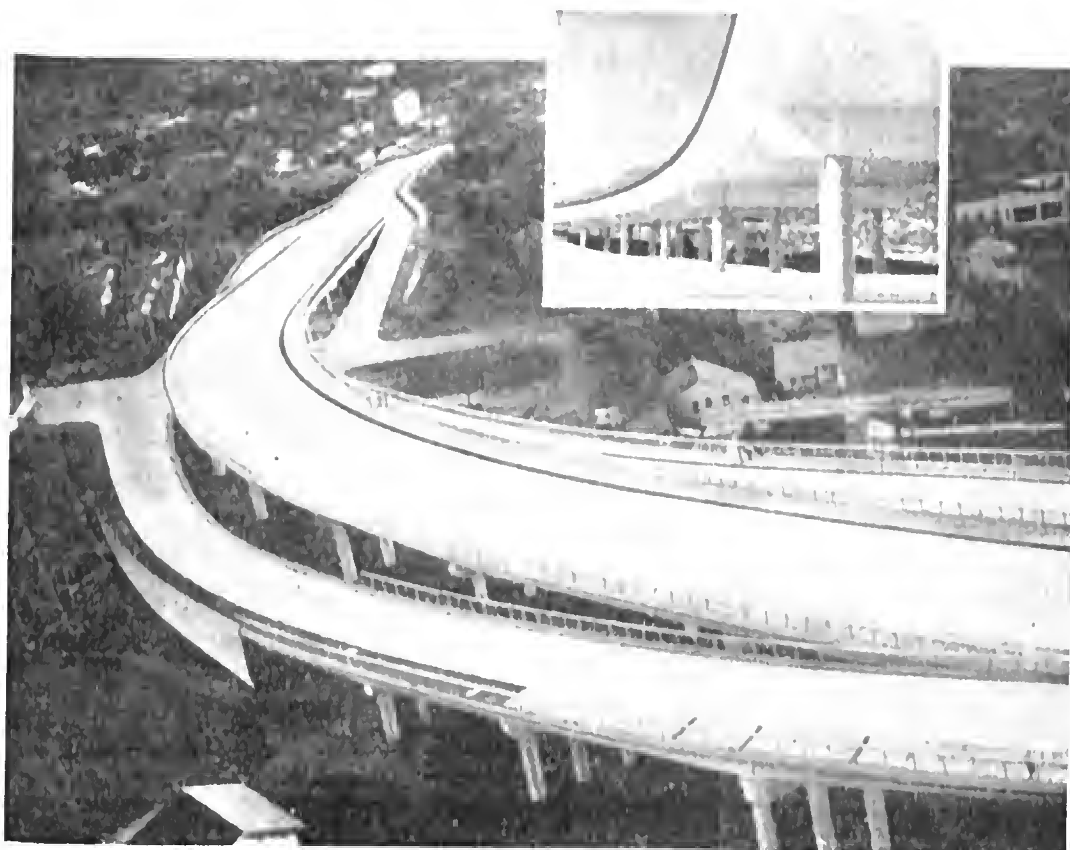
O Estado de Pennsylvania pode ser considerado como um símbolo da Agricultura nos Estados Unidos, não somente pela qualidade de seus produtos, como também pela extensão de suas magníficas culturas. O clichê nos mostra um campo de trigo da mais fina qualidade, semeado com rigor técnico e dentro dos princípios mais modernos da cultura tritícola no país. Como esse, outros extensos campos de trigo são encontrados na Pennsylvania. Foto do IPS, especial para «A LAVOURA»).

res provas de maturidade, de fôrça unitária. Há necessidade de pronunciamentos unívocos como expressão de independência, vigilância e amadurecimento, sobretudo face a certas atitudes cominatórias do próprio poder publico

É que êsse movimento se capacite da relevância do setor educativo. A indiferença com que tem sido ate hoje tratado, não obstante os ingentes esforços do **Centro Nacional de Estudos Cooperativos**, do **Serviço de Economia Rural** e de alguns Departamentos estaduais de cooperativismo, é uma das maiores falhas dêsse movimento, o que causa estranheza a técnicos estrangeiros que nos visitam, trazendo-nos a preciosa soma de sua experiência e cultura. Acentuaram-no agora em Recife (Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola) meus distintos amigos, Dr. George Seigens, da F. A. O. e **Yudi Elzquierdo**, da O E.A.

A educação cooperativa ainda e assimilada, pela imensa maioria das cooperativas brasileiras, a ideias meramente teoreticas, o que é grave erro

Lembrem-se de que **Hans Muller** já as acentuou que o cooperativismo não e somente o produto mecânico da evolução econômica, mas é, em grau superior, o produto do espirito que reina no seio de um povo, e também a expressão de um movimento intelectual particular.



SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Até 30-11-1958

COOPERATIVAS REGISTRADAS 1958		Total	Canceladas	Existentes
Guaporé	—	2	—	2
Acre	—	11	2	9
Amazonas	—	32	5	27
Rio Branco	—	1	—	1
Pará	1	118	32	86
Amapá	—	4	—	4
Maranhão	4	74	29	45
Piauí	5	38	9	29
Ceará	2	181	61	120
Rio Grande do Norte	2	103	2	101
Paraíba	5	209	23	186
Pernambuco	14	407	96	311
Alagôas	—	126	23	103
Sergipe	—	51	10	41
Bahia	18	333	13	320
Minas Gerais	23	484	173	311
Espírito Santo	4	73	14	59
Rio de Janeiro	6	383	172	211
Distrito Federal	14	369	165	204
São Paulo	92	1.324	500	824
Paraná	11	291	57	234
Santa Catarina	4	197	29	168
Rio Grande do Sul	64	879	280	599
Mato Grosso	—	37	2	35
Goiás	1	57	22	35
Totais	275	5.784	1.719	4.065

PROBLEMAS AGRÍCOLAS NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul

Eng. Agr. **Geraldo Goulart da Silveira**, Diretor Técnico da S.N.A.

Em continuação ao trabalho que estamos publicando em "A Lavoura", abordamos hoje a constituição de um Estado onde a pecuária e a lavoura tem grande expressão econômica: o Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação à isenção de imposto, tratam do assunto, os artigos de números 172, 173, 175 e 176, da referida Constituição.

O parágrafo único do artigo 172 trata da isenção do impôsto de transmissão **inter vivos e causa mortis** para aquisição de pequena propriedade rural, conforme se verifica adiante:

Artigo 172 — Será isento de impôsto de transmissão inter vivos e causa mortis o prédio ou o terreno destinado à moradia de adquirente de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite que a lei fixar.

Parágrafo único — Esta isenção é extensiva, nas mesmas condições, à aquisição de pequena propriedade rural pelo trabalhador urbano ou agrícola.

O artigo 173, ao fixar os pontos básicos de assistência que o Estado deverá prestar aos trabalhadores urbanos e rurais e aos pequenos agricultores isento dos impostos, como preceitua o seu parágrafo único, as cooperativas, conforme se verifica adiante:

Artigo 173 — O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem estar.

Parágrafo único — Ficam isentas de impostos as respectivas cooperativas.

Quanto ao impôsto territorial, a isenção está condicionada ao que preceitua o artigo 175, assim redigido:

Artigo 175 — Estão isentos de impôsto territorial as áreas não excedentes de vinte e cinco hectares, quando cultivadas, só ou com sua família, pelo proprietário que não possua outro imóvel.

Outra isenção interessante e de grande alcance é a que se refere o artigo 176, que tem a seguinte redação:

Artigo 176 — Ficam isentos de tributos os veículos de tração animal e demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor empregado no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

O artigo 174 e seus cinco parágrafos tratam do direito de propriedade, seus limites e uso; da divisão e distribuição da propriedade; da colonização e fixação do homem à terra e da organização de fazendas coletivas e granjas cooperativa, assuntos, sem dúvida, da mais alta relevância para o desenvolvimento do meio rural.

O referido artigo e seus parágrafos estão assim redigidos:

Artigo 174 — O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1.º — O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.

§ 2.º — Atendendo aos interêsses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.

§ 3.º — O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando as finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida fôr pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.

§ 4.º — O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo planos de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.

§ 5.º — Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas orientadas ou administradas pelo poder público destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

A aquisição da propriedade mediante sentença declaratória devidamente transcrita, do trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares está previsto no artigo 177 e no parágrafo único:

Artigo 177 — Toto aquêle que não sendo proprietário rural ou urbano ocupar dez anos ininterrúptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nela a sua morada adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória, devidamente transcrita.

Parágrafo único — Em se tratando de terras publicas estaduais ,o mencionado direito reconhecimento de domínio alheio.

Dois artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do referido Estado focalizam, igualmente, dois pro-

blemas de grande alcance para a vida rural: o artigo 20 e o artigo 25, conforme se pode verificar adiante.

Artigo 20 — Dentro de trinta dias a contar da promulgação dêste Ato, o Governador nomeará uma comisão de pessôas de notório conhecimento sôbre o asunto, para elaborar um projeto do Código Rural do Rio Grande do Sul.

Artigo 25 — Dentro de seis mêses, a contar da promulgação dêste Ato, o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa um estudo sôbre a criação de estabelecimento bancário de amparo e fomento à agricultura, à pecuária e à outras iniciativas de interêsse coletivo.

Medidas oportunas, interessantes e objetivas para o meio rural estão indicadas nesta e em outras Constituições Estaduais, faltando apenas, regulamentá-las para que os lavradores e pecuristas delas se beneficiem.

(Conclusão da pág. 23)

b =	normal, bom	= 80%
bc =	um tanto divergente	= 70%
c =	divergente	= 60%

São estas as letras que podem ser somadas para as diversas partes do corpo. Para o aspecto geral, vale também a classificação:

b + =	muito bom	= 85%
b — =	muito digno de ser registrado	= 78%
bc + =	digno de ser registrado simplesmente	= 75%

Quando um animal não obtém pelo menos a classificação bc + para o seu aspecto geral, não é registrado. O animal que tenha obtido a classificação c numa região importante do corpo terá de ter classificação muito elevada nas demais para ser aceito. Para emitir sua opinião a respeito do aspecto geral, ainda mais minuciosamente, o inspetor acrescenta à letra já conferida um número redondo de pontos. Assim, uma vaca classificada como *b* pode obter 77, mas também 79 e, da mesma maneira, pode-se indicar, no memorial de inspeção, de uma vaca *b* +, tanto 83 como 85 pontos.

Finalmente, o inspetor menciona no relatório o estado de nutrição do animal.

Visitando regularmente os rebanhos dos filiados ao N.R.S. e atuando como julgadores nas exposições e concursos, os inspetores do N.R.S. acabam entendendo, como poucas outras pessoas, do nivel da criação em seu distrito, das qualidades dos reprodutores e das vacas. Ao lado de seus trabalhos meramente técnicos, seus conselhos têm contribuido em grau elevadissimo para o aperfeiçoamento dos plantéis dos filiados ao N.R.S., o que, por sua vez, tem influência muito favorável sôbre a criação dos animais registrados.

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇÃO RURAL DO VALE DO RIO GRANDE

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria para o biênio 1959/1960.

Presidente — Lourival Ribeiro Mendonça.
Vice-Presidente — Josaphat Marcondes.
1.º *Secretário* — Antonio Carlos de O. Rôlle.
2.º *Secretário* — Dr. Mozart Ferreira.
1.º *Tesoureiro* — Francisco W. Theodoro de Andrade.
2.º *Tesoureiro* — Alberto Seragini.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE ALFENAS

É a seguinte a nova diretoria da Associação Rural de Alfenas, Estado de Minas Gerais:

Presidente — Florencio Alves Dias.
Vice-Presidente — Dr. Manuel Taveira de Souza.
1.º *Secretário* — Antonio Taveira Barbosa.
2.º *Secretário* — Antonio Paulino da Costa.
1.º *Tesoureiro* — José Tiburcio de Souza.
2.º *Tesoureiro* — João Paulino da Costa.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE UBERLANDIA

Para o biênio 1959/1960, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — Virgilio Galani.
1.º *Vice-Presidente* — Edson de Souza Cunha.
2.º *Vice-Presidente* — Geraldo Carneiro de Carvalho.
Secretário Geral — Herculano Rodrigues Naves.
1.º *Secretário* — José Zacharias Junqueira Jr.
2.º *Secretário* — Walter Pereira.
1.º *Tesoureiro* — Bolivar Ribeiro.
2.º *Tesoureiro* — Paulo Margarino.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGRONOMIA

Foi eleita e empossada para o biênio 1959/1960, a seguinte diretoria:

Presidente — Antonio Francisco Magarinos Torres.
Vice-Presidente — Humberto Bruno.
1.º *Secretário* — Ulysses Cavalcanti de Mello.
2.º *Secretário* — Jehovat Wally Rosa.
1.º *Tesoureiro* — João Baptista Cortes.
2.º *Tesoureiro* — Simplicio Jorge Hage.

ASSOCIAÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE GUARATINGUETÁ

Foi eleita em Dezembro, para o exercicio de 1959, a seguinte diretoria:

Presidente — José Augusto Vieira.
Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes.
1.º *Secretário* —Antônio Coelho Guimarães.
2.º *Secretário* — José de Faria.
1.º *Tesoureiro* — Manoel Soares de Azevedo.
2.º *Tesoureiro* — Joaquim Bebiano de Almeida.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Foi eleito presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco, para o biênio 1959/1960, o Eng. Almir Campos de Almeida Braga.

CENTRO ACADÊMICO "LUIZ DE QUEIROZ"

Foi eleito presidente do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", o Snr. Antonio Dinaer Piteri.

CENTRO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS AGRO-TÉCNICOS

Foi eleito presidente do Centro dos Estudantes dos Cursos Agro-Técnicos, de Viamão, Rio Grande do Sul, o Snr. Luiz Severo Pauta.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE GUAIBA

Para o periodo 1958/1959, foi eleito presidente da Associação Rural de Guaiba, o Snr. Nilton Heller Fichtner.

(*Conclusão da pág. n.º 13*)

13.º Comparecer a tôdas reuniões do Conselho de Administração.

14.º Apoiar o gerente, quando estiver êle com a razão.

15.º Utilizar o dinheiro da cooperativa como se fôsse o seu próprio.

16.º Considerar o interêsse das cooperativas vizinhas.

17.º Fazer da cooperativa uma organização de seus associados e não de seus diretores ou de seu gerente.

18.º Representar a cooperativa como tal e não a uma comunidade.

19.º Servir pelo desejo de ser útil e não para obter beneficios pessoais, politicos ou religiosos.

20.º Compreender que os privilégios podem causar sérios prejuizos à cooperativa.

21.º Discutir os problemas do Conselho nas reuniões dêste e não com os conselheiros separadamente.

22.º Não se envolver em negócios as operações que signifiquem concurrência.

23.º Compreender que a gerência tem funções diferentes das do Conselho de Administração.

OUTROS PRODUTOS DO MOINHO SANTA HELENA

Mistura Iodo-Cálcio-Fosfatada com Cobalto, Cobre e Manganês

Mistura de fósforo e cálcio associada a três elementos muito importantes que são o iodo, o cobalto e o cobre. Com o uso desta mistura os animais ficam supridos contra qualquer deficiência, e isto sem o criador dispender dinheiro em elementos inúteis. Todos os nutrientes na fórmula se encontram sob formas fàcilmente assimiláveis pelos animais. É misturado às rações na dose de 1% (dez quilos por tonelada) ou então ao sal na dose de um quilo por saco de sessenta. Apresentado em latas de 1 quilo, de 10 quilos e sacos de 25 quilos.

"Sal Americano"

É um complemento alimentar destinado aos animais doentes. Não é um medicamento, mas sim um suplemento à alimentação normal e que supre carências de nutrientes básicos. Em sua composição não entram ervas ou substâncias irritantes e duvidosas, mas somente elementos exigidos pela moderna ciência da nutrição animal. É uma fórmula moderna destinada em especial aos bovinos, equinos, ovinos e suinos. Condiciona os animais, evitando o morbo, a peste de secar, o mal de colete, a sabiose e outros estados doentios provocados por uma alimentação incompleta. Apresentado em latas de um quilo.

"Sal Verde"

Moderna fórmula de cloreto de sódio associado ao vermífugo fenotiazina e mais cobalto, iodo, cobre e zinco. Seu uso previne e combate as verminoses, controlando os parasitas internos nos bovinos, caprinos, ovinos e suinos. Combate as carências de minerais traços. Não é um medicamento, mas uma associação de alimentos comuns a um vermífugo. Consultar um médico veterinário para a cura das verminoses. O "Sal Verde" permite quebrar o ciclo evolutivo dos parasitas pela eliminação dos ovos nas pastagens. Apresentado em latas de um quilo e de dez quilos.

"Adubo Vitacampo Solúvel"

Pela primeira vez no país é apresentado um adubo químico altamente concentrado, contendo 33% de N-P-K (nitrogênio, fósforo e potássio) e mais onze micronutrientes (boro, bromo, cobalto, cobre, ferro, iodo, magnésio, manganês, molibdeno, níquel e zinco). Completamente solúvel em água, o que o torna de fácil aplicação na rêga e altamente assimilável pelos vegetais. Calculado cientìficamente para o uso em plantas ornamentais, flores em vasos, gramados, canteiros, hortas, árvores frutíferas, etc. Com seu uso é evitado o emprêgo de estrume de cocheira, que por sua natureza orgânica contém grande quantidade de micro-organismos causadores de infeções e doenças várias, além de um baixo valor como nutriente de vegetais. Especial para cultura hidropônica. A presentado em latas de um quilo.

"Adubo Vitacampo Condicionador do Sólo"

Outro produto **Santa Helena** lançado no país pela primeira vez e que se destina em especial aos jardins caseiros, plantas de vasos e hortas de alta produtividade. Sua composição permite condicionar o solo, tornando-o mais poroso e com maior capacidade de retenção de humidade, permitindo assim maior vitalidade aos micro-organismos que ajudam os vegetais na absorção dos nutrientes. Contém elemento pela primeira vez usado em nossos meios agrícolas. Sua fórmula contém uma concentração de 18% de N-P-K e mais dez micronutrientes. Apresentado em sacos de 25 quilos.

"Adubo Vitacampo Organo-Químico Composto"

De acôrdo com a técnica atual de procurar renovar no máximo a matéria orgânica dos solos, apresentamos êstes fertilizante que se destina às grandes lavouras e horticulturas. Contém 18% de N-P-K e mais onze micronutrientes (boro, bromo, cobalto, cobre, ferro, iodo, magnésio, manganês, molibdeno, níquel e zinco). Apresentado em sacos de cinqüenta quilos.

Rações Diversas

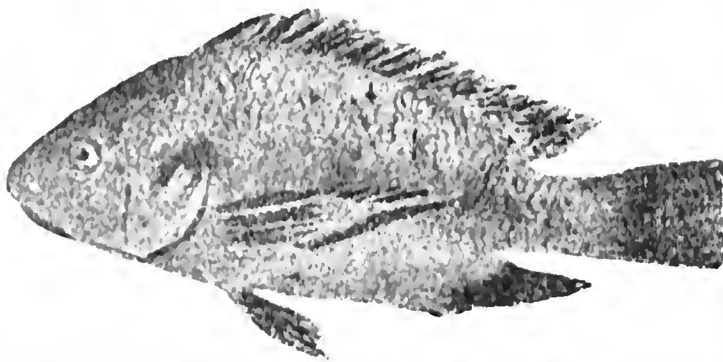
Aceitamos encomendas para fabricação de rações medicamentadas assim como rações para coelhos, cobaias e ratos de laboratório, marrecos, maricos, faisões, cabras, carneiros, peixes, abelhas e qualquer animal silvestre. Atendemos a qualquer consulta sôbre nutrição animal, para o que pedimos aos Srs. Criadoses que nos escrevam consultando. Convidamos também aos que usam nossas rações que venham assistir no fabrico da mesma a fim de se certificarem da qualidade do nosso produto. A entrada na fábrica é livre para ser assistida a fabricação.

PEIXE HERBIVORO FORNECE PROTEÍNA POR PREÇO BAIXO

Animadores os estudos sôbre a "tilapia melanopleura" no Posto de Fomento da Piscicultura, situado em Colatina — 20 000 exemplares à disposição dos Fazendeiros

O Pôsto de Fomento da Piscicultura, de Itapina, da Divisão de Caça e Pesca, do D.N. P.A., do Ministério da Agricultura, situado no município de Colatina, no Estado do Espírito Santi, Vale do Rio Doce, possui, à disposição dos fazendeiros, 20.000 exemplares de "tilapia melanópleura", já selecionados, para serem criados nos águas fechadas das propriedades.

Os estudos até agora realizados no Pôsto de Itapina, são bastante animadores, no sentido de que se venha ter, com essa espécie, uma piscicultura assentada em bases verdadeiramente econômicas. Sua criação é facílima, pois é herbívoro por um tratamento à custa de fôlhas verdes de capim, bananeira, ramas de batata doce, de mandioca, hortaliças em geral e, até mesmo, com restos de cozinha.



TILAPIA — Melanopleura Duméril — natural das águas doces do Congo Belga, Africa.

Chegaram os técnicos, em suas primeiras observações, à conclusão de que, nas águas do Espírito Santo, a "tilapia" pode ser explorada como o mais barato fornecedor de proteína animal, para o homem do campo.

Pede a Divisão de Caça e Pesca aos fazendeiros localizados nos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais e no Sul da Bahia, que procurem o Pôsto de Fomento da Piscicultura de Itapira e façam seus pedidos de peixe para criar.

O Pôsto em aprêço espera produzir, em 1959, 100.000 "tilapias" para distribuir não só aos fazendeiros do Espírito Santo, como aos de outros Estados da federação.

(*Conclusão da pág .n.º 27*) maneira. O número de amino-ácidos, sua qualidade e sua combinação na molécula protéica determinam, assim, o valor real da proteína. Via de regra, as proteínas de origem vegetal (tortas oleginosas, resíduos de cereais, forragens verdes, ou fenadas, etc.) são de qualidade inferior, comparativamente às de origem animal (farinha de carne, de fígado de peixe, de leite, etc.). A percentagem final de proteínas de uma ração deve resultar, para que ela seja eficiente, de uma combinação de proteínas de origens diversas. Por isso mesmo, as rações para aves só devem ser consideradas completas quando as proteínas são formadas por adição de farinhas de origem animal e tortas ou farelos de alto teor proteico. Cabe assim, aos avicultores, bem como nos criadores em geral, exigirem dos fabricantes de rações ou misturas a revelação dos ingredientes que delas participam e a garantia técnica de uma combinação perfeita dos elementos.

O GRANDE INIMIGO DA PECUÁRIA: FEBRE AFTOSA

Vamos tratar, hoje, caro leitor, do maior inimigo da pecuária nacional, daquele que mais prejuizos traz à criação de bovinos. Naturalmente você já advinhou que vamos tratar da Febre Aftosa. Em qualquer fazenda, do norte ou do sul, do centro ou do oeste, a aftosa aparece com bastante freqüência. É um inimigo difícil de combater.

Nem sempre o criador pode dispor de vacinas para a proteção de seus animais: as vacinas contra a aftosa precisam ser aplicadas de 4 em 4 meses e devem ser conservadas em geladeiras. A sua eficiência depende muito do tipo de virus que está grassando na região. Vacinas que são boas contra certo tipo de virus são ineficientes contra os outros. Muitas vêzes, a vacinação resulta inútil, se não fôr determinado antes o tipo de virus regional para aplicação da vacina específica.

Mesmo com estas dificuldades para proteger os bovinos contra a aftosa através da vacinação, o criador pode tomar algumas medidas para anular os efeitos das incursões da doença em sua fazenda. Algumas destas providências são as seguintes: isolamento da fazenda, se houver aftosa nas vizinhanças; construção de uma passagem obrigatória, contendo cal extinta, para desinfecção dos pés ou sapatos de pessoas, cascos de animais e rodas de veículos que necessàriamente devem entrar na fazenda; e alimentação cuidadosa e de boa qualidade.

No caso de aparecer algum animal doente, fazer o tratamento sintomático e redobrar as medidas de higiene geral das instalações. O tratamento mais simples consiste na desinfecção das lesões da bôca e dos cascos com soluções de permanganato de potássio, ácido bórico, creolina, etc. Além disso, alimentação de fácil mastigação, forragens novas, tortas e concentrados. Lembre-se, também, que neste caso, ainda, mais vale prevenir que remediar.

PRIORIDADE PARA PINTOS DE UM DIA NO TRANSPORTE AÉREO

A Comissão Nacional de Avicultura, por diversas vêzes, tem debatido o grave problema do transporte aéreo de pintos de 1 dia. Segundo comunicações recebidas por aquela entidade, algumas emprêsas não davam a êste tipo de transporte o devido tratamento, do que re sultavam inúmeros acidentes. Além disso, dificultavam a planificação de um programa de fomento que permitisse fornecer a tôdas as regiões do interior as aves necessárias para a formação de plantéis produtores. Após vários expedientes, segundo comunicação do presidente da Comissão Nacional de Avicultura, as próprias emprêsas estão dispostas a modificar o critério com que vinham agindo e passarão a conceder ao pinto de 1 dia a prioridade que êste deve receber, como elemento capaz de fomentar riquezas no país. Na última reunião daquela Comissão, foram recebidas informações das emprêsas Lóide Aéreo, Varig e Cruzeiro do Sul relativas ao interêsse em prestigiar a avicultura nacional, pelo transporte tecnico dos pintos de um dia. A Cruzeiro do Sul fêz-se representar, pessoalmente, pelo comandante João Francesch Ferreira, que estudará com os órgãos técnicos da CNA as condições para assegurar melhor eficiência daquele transporte.

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

A escassês de resíduos de trigo no Distrito Federal — O representante das Cooperativas no plenário da COFAP fala sôbre o Assunto — Providências urgentes.

A escassês de resíduos de trigo "in natura" para atender as necessidades vitais da lavoura metropolitana, está se intensificando de maneira a exigir imediatas providencias da Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Desde janeiro p. passado que os lavradores e criados filiados ao Departamento das Associaçoes Rurais da Sociedade Nacional de Agricultura não recebem suas cotas mensais. O Moinho da Luz, alegando nao ter um so saco de resíduo em seus depositos (mas está abarrotado de raçoes) ainda não entregou as cotas liberadas pela COFAP correspondentes ao mês de dezembro de 1958, sendo que os interessados já efetuaram o pagamento das guias, porém, o referido Moinho informa so ser possivel entregar as cotas em abril vindouro. O chefe do Serviço do Trigo e Derivados, Dr. Paulo de Miranda, procurado insistentemente pelos dirigentes do DARDIF, explica que a situação é grave. Não há trigo e os Molnhos só poderão atender a lavoura do Distrito Federal, a partir de maio vindouro.

Ante essa calamidade que ameaça dizimar os plantéis da lavoura carioca, a Sociedade Nacional de Agricultura, orgão federativo da classe, já entrou em entendimentos com as autoridades competentes para uma solução urgente do assunto.

Assim é que, o Sr. Flavio da Costa Britto, diretor do DARDIF e representante das cooperativas no plenário da COFAP, já se inteirou da dramática situação da lavoura metropolitana e, na reunião do plenário daquele órgão controlador de preços, fez sugestoes no sentido de que o Govêrno venha a conciliar com os industriais, moageiros uma situação que solucione a crise de resíduo de trigo no Distrito Federal.

ATA DA 54.ª REUNIAO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 27 de janeiro de 1959, sob a presidência do SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO.

ANTONIO VAZ
MANOEL AGAPITO
ABEL DE ALMEIDA
FLAVIO DA COSTA BRITTO
FRANCISCO JOAQUIM FERNANDES
LUIZ JOSÉ DOS SANTOS
ELEUZIPIO CANDIDO DA SILVA

Aos 27 dias do mês de janeiro de 1929, presentes os srs. representantes de cooperativas e Associaçoes Rurais, acima assinados e filiados a Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidencia do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Com a palavra o Sr. Abel de Almeida passou a tratar do caso existente entre a Sociedade União dos Agricultores e a Associação Rural de Jacarepaguá. A Sociedade União dos Agricultores, convidada a comparecer para uma solução definitiva sôbre a delimitação de sua área, não enviou o seu representante à reunião, Sr. Agrícola Castello Borges que se acha viajando. Sôbre o assunto o Sr. Secretário-Geral já transmitira o pensamento da S.N.A. segundo a qual, como não houvesse uma solução naquela reunião a Sociedade Nacional de Agricultura iria decidir em definitivo. O Sr. Abel de Almeida, resolveu então tratar do caso diretamente com o Sr Secretário-Geral para que as demais delimitações das associaçoes rurais, já concluídas sejam remetidas ao Ministério da Agricultura. Com referência aos oficios enviados pelo Sr. Chefe do Serviço de Economia Rural e propostas verbais feitas pelo mesmo, decidiu a mesa deixar os casos para serem informados e solucionados através de oficios do DARDIF a critério do Sr. Secretário-Geral. As reclamações feitas pela Coop. Lavrads. Criads. Zona Rural e Associação Rural da Rota do Rio Grande, decidiu a casa, que o encarregado do expediente do DARDIP, preste as informações solicitadas. As 18 horas, nada mais havendo, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

•

ATA DA 55.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇOES RURAIS DO DISTRITO FEDE-

RAL, realizada em 17 de fevereiro de 1959, sob a presidência do SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO.

ABEL DE ALMEIDA
JUVENAL DA SILVA AZEVEDO
FERNANDO NUNES CRUZ
ANTONIO PAES DOS SANTOS
MANOEL AGAPITO
ELEUZIPIO CANDIDO DA SILVA
ANTONIO VAZ

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 1959, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião deste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente comunicou o regosijo geral de todos pela feliz escolha do Exmo. Sr. Prefeito do Distrito Federal levando o Dr. Antonio Correia da Silva, para ocupar o cargo de Chefe do Gabinete do Secretario de Agricultura da municipalidade carioca. O Agronomo Correia da Silva, que já exerceu varios cargos de destaque na lavoura do Distrito Federal, integra hoje a direção da Comissão Nacional de Politica Agraria, tratando-se de um velho companheiro do DARDIF foi aprovado por unanimidade a proposta do Sr. Juvenal da Silva Azevedo, no sentido de ser telegrafado ao Prefeito do Distrito Federal, felicitando-o por tão acertada escolha. Prosseguindo, o Sr. Presidente teceu considerações a respeito do abastecimento em Brasilia no que diz respeito aos produtos horticolas e da aplicação do braço japonês, não só na futura capital do país como em diversos outros pontos do Estado de Goiás. Referiu-se o Sr. Presidente às demarches efetuadas junto ao Dr. Ferreira Landim, no sentido do mesmo protelar a liquidação de um débito da UCODIF (RZF) referente a serviços profissionais do aludido advogado na ação proposta em favor das cooperativas, para que as mesmas, ficassem assim isentas de impostos, ação essa, que não logrou exito desejado. Determinou o Sr. Presidente que fosse providenciado copias do acórdão e remetidas a todas as interessadas. O Sr. Belizário dos Santos propôs um voto de merecido louvor ao companheiro Juvenal da Silva Azevedo, presidente da Ass. Rural de Viégas, pela atuação eficiente e colaboração prestada às cooperativas, através da sua ação brilhante no Conselho de Recursos Fiscais da Prefeitura do Distrito Federal, onde tão dignamente representa a lavoura metropolitana, como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura. O companheiro Juvenal da Silva Azevedo, conforme documentação por todos manuseada conseguiu firmar jurisprudencia da não incidência de impostos sobre cooperativas, assunto de alta relevância para a lavoura do Distrito Federal. O voto foi aprovado por unanimidade, determinando Sr. Presidente que se encaminhasse um oficio de agradecimento ao companheiro Juvenal. Presente a reunião e depois de agradecer a manifestação de apreço de que foi alvo o Sr. Juvenal teceu longas considerações a respeito das antigas e frequentes irregularidades na distribuição de residuos pelos Moinhos desta Capital. Declarou S.S. que a situação já está merecendo uma enérgica atitude da UCODIF e do DARDIF por intermedio de seus representantes no plenario da COFAP. Frizou o Sr. Juvenal, a necessidade de um tabelamento das rações balanceadas tomando-se por base, o seu teor técnico de fabricação. Vários dos presentes manifestaram-se pela impossibilidade do tabelamento, tendo o Sr. Tonnysson Gareez, Presidente da Coop. Cons. Avic. Doméstica de Jacarepaguá, demonstrado que as oscilações nos preços dos ingridientes das rações: farinha de carne, milho, babçú e outros, tornam impossivel o tabelamento desejado. O Sr. Henrique de Abreu Maya, entrando nos debates, teceu comentários sobre as anomalias oriundas dos tabelamentos parciais de produtos. Após esses debates e apreciações, o Sr. Presidente passou a esclarecer detidamente determinados aspectos do assunto no que diz respeito à dificuldade do governo para o tabelamento geral de produtos. Mostrou as dificuldades que dificultam a produção de residuos e o considerável aumento do consumo dos mesmos. Em aparte, para robustecer o seu ponto de vista, o Sr. Juvenal sugeriu que o Sr. Presidente como conselheiro da COFAP estudasse a maneira de tabelar aquele produto, de acordo com a fórmula CDL atualmente muito em voga naquele organismo controlador de preços. O Sr. Presidente declarou que iria solicitar da COFAP um levantamento criterioso sobre o assunto. Os Srs. Marcos de Mello, da Coop. Mista Agro-Pec. Santa Cruz, Joaquim Fernandes da Coop. de Irajá, Ontonio Vaz, da Ass. Rural do Realengo, Agricola Castelo Borges, da Soc. União dos Agricultores, Abel de Almeida, representante da lavoura no S.S R. e demais presentes, foram unânimes em apresentar reclamações e queixam contra a conduta dos moinhos, prejudicando sensivelmente a lavoura do Distrito Federal. O Sr. Presidente depois de tecer várias considerações sôbre o confisco cambial e asfixia das grandes lavouras referiu-se ao problema do crédito para as lavouras de substistência, prometendo na proxima reunião apresentar uma tese sôbre financiamento para as cooperativas de consumo e crédito e de produção, devendo nessa oportunidade nomear uma comissão para tratar do assunto. O Sr. Belizário dos Santos Chaves, secretário da UCODIF comunicou a casa que a Cooperativa Mista dos Motoristas fará realizar no dia 28/2/59 sua assembléia geral, para o que solicitou o comparecimento de um representante

da União, bem como do DARDIF. Dado o adiantado da hora, e para atender compromissos inadiáveis na COFAP e no Conselho Coordenador do Abastecimento, o Sr. Presidente passou a direção dos trabalhos ao companheiro Juvenal da Silva Azevedo, que comunicou a esa ir a mesma deliberar sôbre controvérsias de limites territoriais e jurisdição de associadas entre a Sociedade União dos Agricultores e a Associação Rural de Jacarepaguá. Como os dois litigantes estão de pleno acôrdo com a sugestão do secretário-geral da Sociedade Nacional de Agricultura, Sr. Luiz Marques Poliano, para que o assunto seja decidido pela S.N.A. já que os dois não chegaram a um acôrdo, decidiu a casa, por intermédio do Sr. Abel Almeida levar o assunto ao conhecimento daquele secretário-geral para a solução que se fizer necessária. O companheiro Manoel Agapito, Presidente da Associação Rural do Mendanha, queixou-se novamente ao abandono em que vivem a lavoura e os lavradores daquela região, sem auxilio de espécie alguma por parte das autoridades municipais e do Serviço Social Rural, criado há mais de 2 anos e que até o presente momento, nada fez pela lavoura. Esclareceu o reclamante que o que existe no Mendanha é obra exclusiva de seus incansáveis moradores e convidou a todos os presentes para oportunamente fazerem uma visita àquela região. Às 18 horas nada mais havendo, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 56.ª REUNIAO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 10 de março de 1959, sob a presidência do SR. FLÁVIO DA COSTA NETTO.

MANOEL AGAPITO
ANTONIO VAZ
FERNANDO NUNES DA CRUZ
FRANCISCO JOAQUIM FERNANDES
AGRICOLA CASTELO BORGES

Aos 10 dias do mês de março de 1950, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, acima assinados e filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal Justo, 171-2.º andar, mais uma reunião deste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Com a palavra o Sr. Presidente levou ao conhecimento da casa, ter chegado a bom têrmo, a pendência entre a Sociedade União dos Agricultores e a Associação Rural de Jacarepaguá, tendo sido comunicado ao Sr. Secretário-Geral o resultado da demarcação a que chegou a comissão presidida pelo Sr. Abel de Almeida. Em seguida, foi aprovado um voto de louvor à direção da revista "A LAVOURA", pelo bem confeccionado numero referente ao 62.º aniversário da Sociedade Especial de Agricultura. Sôbre a escassês de residuos de trigo, bem como, das providências que estão sendo tomadas em favor dos prejuizos que vem sofrendo a avicultura do Distrito Federal, falarem os srs. Abel de Almeida, Joaquim Fernandes, Fernando Nunes Cruz, Antonio Vaz, Antonio Paes que relataram a série de dificuldades oriundas da falta desse produto e do descaso dos moinhos em não atender na data cesta as guias passadas pela COFAP e Prefeitura do Distrito Federal. O Moinho da Luz, desde outubro de 1958, não vem entregando as cotas, sôbre alegação de não ter residuo, mas põe à venda em abundância, rações balanceadas de sua própria fábrica, por preços verdadeiramente ex-

A LAVOURA

(ÓRGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUEZ POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técniso

Engº. Agronomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES
Chefe de Publicidade

Redação e Administração:
General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinado,

Representante em S. Paulo:
NEWTON FEITOZA
RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE" C.P., 7257 — SAO PAULO —

torsivos. O Sr. Presidente informou ter se entendido sôbre o assunto com o Sr. Paulo Garcia de Miranda, Chefe do Setor do Trigo e Derivados da COFAP, o qual informou, nada poder fazer, pois a escassês do trigo é um fato absolutamente notório e que devemos ter paciência, pois só dentro de algumas semanas, os moinhos poderão atender as côtas atrasadas, bem como as que a COFAP possa vir a distribuir. Em seguida, o Sr. Presidente levou ao conhecimento da casa, certas atividades do companheiro Manoel Agapito, presidente da Associação Rural do Mendanha, e que, segundo noticiário dos jornais, tem se conluiado com elementos comunistas para tratar de assuntos sem a devida permissão desse Departamento. Como tal conduta, se lhe afigura contrária aos regulamentos, digo, estatutos, encaminhou o caso a Secretaria Geral da S.N.A. para o devido conhecimento e providências que forem julgadas necessárias. Às 17 horas, não havendo quem quizesse fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

EM DEFESA DOS PNEUS DO SEU TRATOR

JOÉDIMO DE CASTRO PEIXOTO

O trabalho do trator é baseado no atrito dos pneus. Tanto quanto a marcha, as mudanças de direção concorrem para o atrito no solo, e desgaste da borracha. Visando prolongar sua duração e o melhor rendimento, vamos examinar primeiramente o problema da pressão correta dos pneus.

Pressão errada

Pressão baixa: causa cortes e mordidas na câmara de ar e no bico da válvula; enseja a fuga do aro, e rugas nos lados, que diminuem a resistência das lonas.

Pressão alta: é responsável por maior índice de perfurações ao contacto de pequenos objetos perfurantes; desgaste acentuado na faixa do centro, a que toca no solo; maiores quiques e perda de aderência por menor área de apôio.

Pressão correta

Pneus Dianteiros:
- Pneus de 4 lonas 28 lbs.
- Pneus de 6 lonas 36 lbs.

Pneus Traseiros:
- 12 lbs. Pondo-se, porém, maior 4 lbs. no pneu que trabalha dentro do sulco de aração.

Controla-se estas pressões com um calibrador, com intervalos de 50 horas de trabalho

Nos pneus traseiros a calibragem deve ser executada estando os bicos de válvulas na posição alta.

Agora, vejamos outras observações:

Limpeza

Os pneus de borracha, seja natural ou sintética, sofrem reações que apressam sua decomposição, em contacto com gasolina, óleos graxos e certos produtos químicos empregados na agricultura. É muito comum ver-se tratoristas desentupir bombas de lubrificação fazendo pressão com o bico das mesmas nos pneus, e quando desentopem, deixam lá grande quantidade de graxa na superfície dos

pneumáticos. Quando não é isso, derramam o combustível e até mesmo limpam o dedo sujo de graxa ou óleo, como se pneu fôsse estopa! Estas práticas devem ser evitadas a todo custo!

Assim que se notar qualquer substância estranha nos pneus, devemos limpá-los lavando sòmente com bastante água e sabão.

Patinagem

Cargas pesadas ou terreno molhado e sôlto, são as causas do patinamento, que trazem, em conseqüência, perda de tração, produz um deslizamento improdutivo dos pneus, abreviando a vida dos mesmos, em virtude do atrito desnecessário que sofrem.

Para reduzir o patinamento, aumenta-se o pêso do trator enchendo-se seus pneus traseiros de água, na proporção de 3/4, e colocando-se nas rodas dianteiras arruelas de ferro, presas pelos parafusos da roda. Aumenta-se assim o pêso e a aderência e, consequentemente, a capacidade de tração.

Objetos Cortantes

Os tocos, pedras, arames e pregos são os maiores inimigos dos pneumáticos, e assim devemos prestar atenção máxima ao terreno que o trator vai percorrer, a fim de poder evitá-los.

Deve-se fazer diàriamente uma revisão no estado dos pneus, e os que apresentarem cortes deverão ser imediatamente enviados ao borracheiro para serem vulcanizados, pois que o protelamento de seu envio e o emprêgo de manchões ocasionam sua inutilização total e acarretam maiores gastos.

Repouso dos pneus

Quando o trator estiver sem uso, deve-se dar um descanso aos pneumáticos, aliviando-os do pêso e protegendo-os da umidade. Procede-se do seguinte modo:

Toma-se 4 cepos de madeira com medidas tais que, firmados nos eixos dianteiros e traseiros, e fixados no solo, mantenham os pneus no ar. Diminuem-se então as pressões para a metade do normal.

Lubrificação sólida

É recomendável o uso do talco, lubrificante sólido, de origem mineral, na montagem do pneu, pois êle aumenta a vida da câmara de ar.

Para cada pneu basta um punhado de talco que se espalha na parte interna do panu e na superfície da câmara de ar.

CONSERVAÇÃO DAS PELES PELA DEFUMAÇÃO

IRON PEREIRA DE ARAUJO E SILVA

As peles e couros podem também ser conservados pela defumação. Este processo, embora não seja o mais eficiente, pode ser adotado quando não se tenha à mão o sal para a bastante conhecida salgação ou simplesmente *salga*.

A defumação pode ser adotada principalmente pelos caçadores que procuram peles, pois que, geralmente, êstes nunca levam em seus "trens" (bagagem), sal que possa dispor para tratar as peles. Se assim fizessem, grande parte de suas cargas, para não dizer a maior, seria a de sal, que é pesado e de difícil transporte, pois deve ser guardado e protegido da umidade.

Para solucionar êste problema, entremos no referido processo de defumação.

1. Logo que as peles forem extraídas das carcaças dos animais abatidos, devem ser removidos tôda a carnaça e sangue nelas contidos.

2. Depois disto feito, as peles devem ser esticadas em varas em forma de "X". Esta estiragem é bem conhecida em todo o nosso interior. Usam-se, para isto, geralmente, varas de bambu.

3. Quando estiverem bem esticadas, devem ser penduradas em uma sombra onde circule bem o ar. O local preferido deve ser galhos baixos de árvores bem enfolhadas.

Em caso de chuvas, as peles devem ser recolhidas em abrigos à prova de intempéries, como barracas de lona, "rabo de jacú", tapera etc.

4. Assim que as peles estejam sêcas, devem ser levadas ao defumadouro, da maneira como que aqui se explica:

Em baixo do próprio galho que serve para a primeira secagem, podemos fazer a defumação.

Em primeiro lugar devemos observar que o galho deve guardar uma certa distância do chão para que o excesso de calor da fogueira, que falaremos adiante, não toste ou queime as peles.

A fogueira tem por finalidade produzir fumaça e calor para as peles. Esta operação não passa de outra secagem para as peles.

Para isto, é preciso que se faça uma fogueira de lenha. Logo que o fogo estiver bem esperto, coloca-se sôbre êle, um bocado de fôlhas verdes.

Quando estiver subindo bastante fumaça, penduram-se as peles no galho acima da fogueira, de modo que sejam bem envolvidas pela fumaça.

A fogueira deve manter uma temperatura e fumaça constante, suficientes para que as peles se desidratem completamente das gorduras naturais. Em geral, 10 a 12 horas é um prazo suficiente para êste mistér.

5. Quando se notar que as peles estão completamente sêcas e os pêlos uniformemente soltos, podemos parar a defumação.

6. Isto feito, as peles devem ser enfardas e embrulhadas em invólucros impermeáveis, de preferência.

7. O enfardamento deve obedecer as seguintes regras:

a — Se as peles forem grandes, devem ser dobradas de forma que os pelos sempre fiquem para dentro, isto é, com o couro pròpriamente dito, para fora a fim de proteger a pelagem; e

b — No caso de peles de animais de pequeno porte, devem ser supespostas de maneira que fiquem voltados os carnais (couro) para carnais e pelos com pelos.

Desta maneira conseguimos com que as peles cheguem aos centros curtidores ou de comércio especializado em perfeito estado de conservação.

●

VAMOS ESPANTAR ASSIM O "MOLEQUE" DA BANANEIRA

A broca da bananeira é um besouro que constitui séria praga e grande inimigo dos plantadores de banana. Muitos o conhecem por "moleque". É, assim, o moleque dos bananais.

Êsse bicho abre com as mandíbulas pequenos orifícios no ponto de inserção da bainha das fôlhas, junto à coroa do bulbo, e aí as fêmeas colocam os ovos, branco-leitosos e muito pequenos, dos quais saem as larvas (brocas), que penetram no interior da planta e passam a devorá-la. Abrem galerias em

(Continua na pág. seguinte)

OS ÁCAROS SÃO MAIS PREJUDICIAIS DO QUE JULGAMOS

EURICO SANTOS

Em trabalho anterior, intitulado "É preciso conhecer os ácaros", demos uma notícia sôbre êstes artrópodes, esclarecendo alguns aspectos da sua biologia. De posse daqueles conhecimentos está o leitor melhor aparelhado para ler, com mais proveito, estas informações de caráter mais objetivo e mais prática.

Na realidade os homens do campo, sejam lavradores ou criadores, ou simples rurícolas, que exerçam outras atividades, têm nos acarinos animais molestos e grandemente prejudiciais. Para os criadores basta lembrar o carrapato do boi (*Boophilus microplus*) causador da tristeza do gado, doença que por si só impede o progresso da nossa pecuária. Além dêste, temos ainda as sarnas que atacam não só o homem como todos os animais domésticos: carneiros, coelhos, cães, etc. etc.

PRAGAS DE LAVOURA

Deixando os acarinos prejudiciais aos animais, já muito estudados, vamos apontar os que constituem verdadeiras pragas da lavoura ainda não suficientemente estudados, ou melhor, sôbre os quais ainda não estão bem advertidos os lavradores.

Comecemos pela aranha vermelha dos cafèzais (*Paratetranychus ilicis*) que Calza e Sauer, em longo estudo (O Biológico, n.º 12, 1952), dizem: "Sua importância como praga agrava-se anualmente, quer pela intensidade do ataque às culturas, quer pela extensão a sua distribuição nas regiões cafeeiras".

Quanto ao combate, aquêles autores preconizam o emprêgo do BHC (1% de isômero gama) adicionado a 0,40% de parathion ou 40% de enxôfre, que capacitará o contrôle dessa praga, nas doses de 40 quilos por mil pés, na forma de polvilhamento. A situação dos ácaros sôbre a fôlha, bem como a tela que lhe fica aderida, concorrem para facilitar o combate, pois os acaricidas os atingirão e se fixarão com maior facilidade.

Outro ácaro que se está mostrando muito prejudicial é o chamado ácaro tropical (*Tarsonemus latus*). Êste ataca o mamoeiro aqui no D. Federal; no Norte (Bahia, Ceará e Pernambuco) é praga das leguminosas, em S. Paulo é o autor da rasgadura das fôlhas dos algodoeiros, causando consideráveis prejuízos. Tem sido ainda encontrado nas plantas das hortas (pimentão) e jardins zínias e dálias. Pode ser combatido por qualquer acaricida, tendo como base o enxôfre.

Há alguns ácares de gêneros diversos que causam manchas nos frutos cítricos e bem assim nas mangas e caju-manga.

Estas lesões enfeiam e desvalorizam as frutas. São os chamados frutos com ferrugem.

L. Leiderman (O Biológico, agôsto de 1955), referindo-se aos frutos dos *Citrus*, escreve:

"Os frutos com ferrugem" geralmente são menores, pesam menos, têm o conteúdo de suco menor e mostram pior aspecto que os frutos sem ataque".

"Os ácaros da "ferrugem" são controlados muito bem com enxôfre na forma de polvilhamento ou de pulverização ou com calda sulfocálcica, diz Leiderman, que acrescenta: "Observou-se na Florida que o fungo destrói grande número de ácaros após as chuvas de verão, em certos casos eliminando mesmo a infestação, o que torna importante a época da aplicação da calda bordalêsa, que, como se sabe, aumenta a infestação do ácaro". Depois o autor acima citado entra em minúcias de grande importância para o combate da praga, que não podemos acompanhar por carência de espaço.

O nosso fito neste comunicado é apenas chamar atenção para os malefícios dos ácaros e por isto citamos apenas os de maior importância, apontando as medidas gerais de combate.

Lembraremos ainda que o ácaro *Eriophyes vitis* causa muitos prejuízos aos viticultores riograndenses, causando a conhecida erinose.

Para concluir a ligeira informação, recordaremos as várias punilhas tão prejudiciais aos grãos armazenados e suas farinhas e ainda ao chamado ácaros que atacam os presuntos, queijos e outros produtos armazenados.

Ùltimamente a punilha do queijo tem sido combatida com sucesso pelo brometo de metila.

(Conclusão da pág. anterior)

todos os sentidos, através do bulbo. Apresentam-se, no seu desenvolvimento máximo, com uns 12 milímetros de comprimento, enrugadas, curvadas no dorso e sem patas. São de côr branca, com a cabeça e peças bucais asastanhadas. Por tais características, todos podem reconhecer êsse inimigo que tantos prejuízos causa no bananal.

Em conseqüência dos danos causados pela broca no interior do bulbo, as fôlhas vão ficando amareladas e os cachos diminuindo em número e pêso. Com o enfraquecimento progressivo que a infestação provoca as fôlhas dobram-se sôbre o tronco e as bananeiras acabam morrendo.

O polvilhamento do solo com inseticida (BHC a 3%), nas partes baixas das plantas, e o descascamento do rizoma para plantio, são as providências indicadas pelos técnicos para libertar as bananeiras de moleques, que, quando atacam, provocam danos enormes.

242

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

1959 62 MA/Junho





Transporte de cana animal — Usina Sapucaia — Campos — Est. do Rio

SUMÁRIO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LXII Maio-Junho 1959

O CONGELAMENTO DE PREÇOS E SEU MALOGRO

Prof. Arthur Torres Filho
Presidente da
Sociedade Nacional de Agricultura

A instituição do **congelamento de preços**, que o Govêrno Federal levou a efeito premido pela forte elevação do **custo de vida**, pode-se dizer que não correspondeu aos objetivos visados, sendo, antes, coroado pelo insucesso. Conforme fêz sentir a Confederação Rural Brasileira logo que teve conhecimento da providência tomada pelo Sr. Presidente da República, face ao clamor público, diante da crescente alta da subsistência, atingindo tôdas as classes sociais, a Confederação, em memorial, fêz sentir a apreensão de que foi tomada com o fato de que o **congelamento de preços** ia atingir apenas os produtos agrícolas. Como salientou a Confederação, o problema não é de preços e sim de abastecimento.

O fenômeno econômico-financeiro em face do crescimento populacional do Brasil, exige o estudo do mecanismo dos mercados e a aplicação de medidas dentro de um plano de conjunto. A elevação da venda **per capita** do homem rural será, acima de tudo, a condição básica para que reine o bem-estar no meio rural.

É de salientar que desde a I Guerra Mundial os problemas agrícolas se veem impondo às cogitações das autoridades e, no presente, foram perfeitamente expostos ao presidente da República pela Confederação Rural Brasileira.

Merece ser destacado do memorial da Confederação Rural Brasileira dirigido ao Sr. Presidente da República a seguinte observação sôbre

a manifestação da classe: «Houve um unânime pronunciamento no sentido de que as medidas de contenção adotadas pelas autoridades da República tiveram um sentido discriminatório, pois abrangeram tão sòmente os produtos da terra». E, como observa a Confederação, «e no entanto, os produtos agrícolas, por serem perecíveis, são os menos sujeitos a especulações altistas». Essas e outras observações do memorial da Confederação confirmaram-se demonstrando que o problema na atual conjuntura econômico-financeira, que vem de há muitos anos, é de amparo à produção agrária e de organização do **abastecimento e distribuição** da produção com o estímulo e amparo direto ao **produtor agrícola**, como foi compreendido e executado pelo benemérito presidente Wenceslau Braz durante a primeira guerra mundial. Está comprovado que não poderá haver bôa **situação econômica** e o sistema de tabelamento de preços está condenado, pois o congelamento na atual situação inflacionária exigiria um programa capaz de proporcionar a elevação do nível de vida da população rural com a melhoria do seu bem-estar social.

As diretrizes do presidente Wenceslau Braz foram: «Parcimônia nos gastos» e estímulo à produção agro-pecuária, criando o **«Comite da Produção Nacional»**, que confiou à competência e dedicação do eminente engenheiro Vieira Souto.

Sintoma sem dúvida alarmante é o representado pelo poder público recorrendo à importação de artigos alimentares para acudir à situação alimentar, com o acentuado desequilíbrio entre o campo e a cidade. E êsse estado social reflete um mal-estar que tende a agravar-se com o desequilíbrio cada vez mais acentuado entre as atividade da agricultura e da indústria em nosso país.

A elevação da produtividade agrícola e consequente do nível de vida do homem rural resultará da assistência profissional que se der aos pequenos e médios agricultores, facilitando-se-lhes o crédito agrícola, assim como aos posseiros e arrendatários, assegurando-lhes a circulação dos produtos e o abastecimento dos centros de consumo. A fim de desenvolver a produção de gêneros alimentícios, poder-se-ia facilitar o loteamento rural e o seu financiamento, dentro de 100 quilômetros do perímetro urbano das principais cidades. É sabido a deficiência em quantidade e qualidade de produtos de consumo imediato, dentro das proximidades das nossas cidades. Somos de parecer que o loteamento bem conduzido, para formação de granjas, sítios e chácaras, dentro de um círculo de transportes rápidos, com armazenamento adequado poderá concorrer para minorar de modo sensível o custo de vida nos centros urbanos e nas demais concentrações humanas.

As granjas agrícolas nas organizações militares já vão desenvolvendo papel salutar com essa finalidade.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA EROSÃO NO BRASIL E SEU CONTRÔLE

WALTER A. G. BRAUN
Engenheiro Agrônomo

Trabalho apresentado e premiado no concurso "Prêmio Ennes de Souza" instituído pela Sociedade Nacional de Agricultura

Universidade Rural
Rio de Janeiro
1957

I — INTRODUÇAO

De conformidade com a regulamentação que rege o "Prêmio Ennes de Souza", ficou estabelecido, para a elaboração dos trabalhos a serem apresentados pelos engenheiros agrônomos que a êle concorrem, o seguinte tema: "Defesa dos Recursos Naturais do País".

Dada a ampla significação dêste tema, uma vez que abrange todos os recursos naturais do país, pelo menos os renováveis, como os recursos naturais da flora, da fauna, do solo, da hidrografia etc., o que requereria um prazo de tempo demasiadamente longo para uma pesquisa cuidadosa sôbre o assunto e não poderia ser sintetizado em poucas linhas, e ainda, dado o grande volume de bibliografia cientifica ou não cientifica sôbre o assunto em geral, ou sôbre cada um de seus itens especificamente, teve o candidato que limitar-se a escolha de apenas um dêsses itens como assunto de seu trabalho, recaindo então esta escolha sôbre a defesa do recurso natural do solo em seu mais importante aspecto que é a defesa contra a erosão.

Escolhendo êste item como assunto de seu trabalho, crê o autor ter realmente satisfeito os requisitos do tema estabelecido. Isto porque, o solo é o mais importante recurso natural que possuímos e no dizer de Quintiliano de A. Marques (19), conservando-se o solo, estaremos indiretamente conservando os demais recursos naturais renováveis como a flora, a fauna, a hidrografia etc.

Por outro lado, torna-se ainda mais importante a defesa do recurso natural do solo se considerarmos que "é o Brasil a última grande reserva de terra agricultável do mundo ocidental e isto torna o seu aproveitamento um problema de projeção mundial" (6).

Dêste modo, de acôrdo com o assunto escolhido, são apresentados neste trabalho os graves aspectos de que se reveste o fenômeno da erosão hídrica no Brasil e as principais razões que facilitam a sua ação, bem como, são também aqui estudados os processos de contrôle da erosão hídrica e problemas referentes à conservação de solos no país.

A maior atenção dada, pelo autor, aos problemas da erosão nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, decorre do fato de ser nesses dois primeiros Estados, e principalmente no primeiro, que tem sido feito e publicado maior número de estudos sôbre a erosão, como também é onde o problema de conservação do solo se apresenta de maneira mais imperiosa; e quanto ao terceiro dêles, cabe, também, a maior atenção que lhe é dada, ao fato de ter o autor algumas observações próprias sôbre a agricultura neste Estado, bem como, informações fornecidas por alguns membros da equipe que procedeu ao levantamento de solos para a confecção da Carta de Solos do Estado do Rio.

II — O NOMADISMO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

As características nômades da agricultura brasileira encontram como principal causa, entre outras, que também concorrem para lhe conferir êste aspecto, a queda de fertilidade do solo que se produz em virtude dos meios primitivos com que se procedem operações agrícolas.

A não utilização das práticas racionais na agricultura conduz sempre a um decréscimo na fertilidade das terras, que se processam em maior ou menor número de anos conforme as condições do solo, a topografia, o clima e as culturas que lhes são impostas.

O uso da foice, o fogo e a enxada, são práticas secularmente usadas no Brasil e que, segundo dados estatísticos, persistem ainda em uma maioria esmagadora sôbre os métodos e instrumentos modernos de cultivo do solo.

O alheiamento ou desconhecimento das normas de conservação do solo trazem em conseqüência a necessidade de se procurar constantemente novas terras que venham substituir àquelas cujo solo, empobrecido pelas culturas e pela erosão, já não é mais capaz de produzir colheitas econômicamente compensadoras.

Rômulo Cavina (6), analisando os sistemas agrícolas do Brasil, refere-se à "pequena lavoura", de maneira generalizada, relacionando-a a dois sistemas: o de rotação de terras e o de rotação de culturas. Mais adiante, diz o seguinte, quando se refere ao primeiro sistema: "Verificada a diminuição das colheitas, o solo demonstrando esgotamento, o agricultor deixa a área e queima outra. É a agricultura nômade, é a "shifting cultivation", da qual se conhecem sinais nas regiões tropicais e até em zonas temperadas, principalmente montanhas, de transporte difícil e mercado distante".

A rotação de culturas se faz combinada com a criação de gado. Neste caso a agricultura é mais evoluída, pois os campos são arados e adubados. Assim, adubações com estêrco mantém em parte a fertilidade do solo e a agricultura se estabiliza. Porém, as práticas de contrôle à erosão e demais normas conservacionistas não são ainda empregadas.

Sôbre as grandes lavouras refere-se ainda o autor citado, da seguinte maneira: "São em geral monoculturas de plantas arbóreas e por isso não é possível a rotação. Provoca o esgotamento de grandes áreas de solos virgens e a contínua procura de novas terras florestadas, o que lhe dá um caráter migratório."

Vê-se, portanto, mais uma vez confirmada a quase inexistência das práticas conservacionistas na agricultura brasileira,

e esta que ocupa em sua maior parte terrenos declivosos, encontra como principal causa de seu declínio a queda da fertilidade do solo que tem na erosão um de seus mais importantes indutores.

Esta mobilidade de agricultura brasileira urge ser sustada, pois traz em conseqüência a perda da melhor parte das terras do país, localizadas perto dos grandes centros consumidores e cuja recuperação irá requerer o emprêgo de práticas dispendiosas e de lucro não imediato; por outro lado, acarreta os desflorestamentos contínuos que abalam as suas reservas florestais.

III — CONSIDERAÇÕES SÔBRE A EROSÃO

Ressaltada que foi, no capítulo anterior, a importância da erosão, no desgaste e depauperamento de nossos solos, necessário se faz algumas considerações sôbre as suas causas, seus diferentes tipos de ocorrência e os seus efeitos.

a) — Causas de erosão.

A erosão tem como causa fundamental, a ação da água em suas diferentes modalidades de ocorrência sôbre a terra, e do vento sôbre o solo.

Ayres (2) chega mesmo a dizer que poder-se-ia considerar que sem solo, água e vento não haveria erosão.

A água, de acôrdo com a sua forma de ocorrência, quer seja sob forma líquida, no caso principal das chuvas e secundàriamente para êste estudo, no caso das águas fluviais ou marítimas, quer seja sob forma de gêlo, determina tipos de erosão de intensidade e formas diversas.

A chuva no cair sôbre a superfície desprotegida do solo, ela penetra pelos seus poros livres. Se, porém, a permeabilidade do solo é pequena, a velocidade de infiltração diminui, e então, em face de uma precipitação intensa a água, não tendo tempo para se infiltrar, começa a correr pela encosta, quando o terreno é declivoso, arrastando consigo materiais constituintes do solo, erodindo-o assim.

A erosão pela neve se processa de dois modos: ou pelo deslizamento de blocos de neve sôbre a superfície do solo, ou pela ação das águas provenientes do degêlo; tendo estas então, ação semelhante à dos deflúvios. Esta erosão pràticamente não ocorre em nosso país.

A ação do vento se faz sentir nas regiões onde êle alcança grandes velocidades, sendo capaz dêste modo, de arrancar e transportar às vêzes a longas distâncias, as partículas menores como as argilas, o silte e a areia fina, de determinados tipos de solo cujas características de estrutura e textura os tornam sujeitos à erosão eólea.

Esta erosão é muito pouco estudada no Brasil e de pequena importância quando comparada com a erosão pela água.

b) — Classificação das modalidades de erosão.

Fazem os autores menção a duas classes de erosão: a erosão geológica ou natural e a erosão acelerada. A primeira é lenta e contínua e persistirá sempre, sem que o homem possa dominá-la. Esta erosão geológica é responsável pelas modificações que o relêvo terrestre apresenta naturalmente e que se processam no decorrer do período de tempo imensamente dilatados.

Exemplos dessa classe de erosão, tem-se no entalhamento do Grand Canyon pelo rio Colorado, no fenômeno tão conhecido das terras caídas do rio Amazonas e ainda muitos outros fenômenos de natureza eólea ou glacial.

A erosão acelerada é ao contrário um processo rápido, influenciado pelo homem e que em pouco tempo provoca às vêzes profundas modificações do relêvo. Êsse processo, acelerado pelo homem, apresenta diversas formas ou tipos de ocorrência, condicionados êstes, a diversos fatores que serão tratados mais adiante.

Na classificação dêsses tipos de erosão do solo, pode-se considerar a classificação clássica citada por Wanderbilt (3).

1) Erosão em lençol ou laminar
2) Erosão em deslisamento
3) Erosão em queda
4) Erosão em cavões ou vassorocas.

1.º) Erosão em lençol ou laminar — êste tipo de erosão se caracteriza pela perda de solo por camadas uniformes; ela se processa em terrenos de declive uniforme sem depressões que possam canalizar a água.

A época em que se processa mais essa erosão é principalmente na ocasião das semeaduras quando o solo está desprotegido e quando justamente se iniciam as precipitações.

Este tipo de erosão é o mais desastroso, pois a retirada de solo de um modo uniforme, torna-se difícil de ser percebida pelo fazendeiro, que só consegue constatar os seus efeitos, traduzidos no decréscimo de suas colheitas. Êste tipo de erosão é fácil de ser constatado nas culturas de milho, feitas nas encostas de elevações de declive regular que são freqüentes nos Estados do Rio de Janeiro e em M. Gerais. Aí o milho, cultivado quando a curva das precipitações começa a subir, deixa o terreno desprotegido pelas capinas e sujeito a ação das chuvas cujas águas arrastam consigo uma fina e uniforme camada de solo.

2.º) Erosão por deslizamento — ocorre pela ação da água que desce pelos declives de terra deixando nelas rasgões, e arrastando a terra junto.

3.º) Erosão em queda — desenvolve-se êste tipo de erosão quando a água do deflúvio, formando uma pequena correnteza, encontra uma queda do terreno; ela então corrói a parte inferior desta queda e a banqueta formada cai em seguida, sendo arrastado pela água. Segundo Gustafson (16), êste tipo de erosão se não é controlada no início pode conduzir à formação de vassorocas de consideráveis dimensões.

4.º- Erosão em cavões ou vassorocas — êste tipo de erosão é o mais aterrador pelo aspecto destruidor que apresenta, sendo por isto o mais fàcilmente perceptível. Êle começa por qualquer pequena depressão do terreno, como por exemplo, os sulcos entre as linhas de uma cultura mal orientada, as depressões causadas pelos animais nas pastagens, ou depressões naturais do terreno, para onde afluem as águas resultantes do deflúvio e que em função de seu volume e velocidade possuem grande fôrça erosiva. Nestas condições, a ação da água provoca grandes perdas de solo

nessas depressões, que vão aumentando consideràvelmente suas dimensões, indo assim constituir os cavões ou vassorocas. Este tipo de erosão atinge às vêzes tão graves proporções, que pode tornar um terreno inteiramente imprestável para qualquer finalidade agrícola.

E' interessante citar aqui ainda dois tipos de erosão freqüentemente tratados em livros americanos. São êles: a "rill erosion" que é a erosão em pequenas valetas e a "finger gullying" que pode ser traduzida como erosão em valetas convergentes.

O primeiro tipo ocorre, segundo Bennett (4), quando a água ao descer uma encosta de forma e declive regular, se concentra em pequenas correntezas, aumentando dêsse modo a sua capacidade de arrancar partículas do solo. Pela ação desta forma do deflúvio dá-se a formação de canalículos bem definidos que constituem então a "rill erosion". Estes canais tomam às vêzes disposições quase ortogonais ao declive em virtude de características de textura do solo.

O segundo tipo, ou "finger gullying", considerado por Ayres (2), diferencia-se dêste primeiro, apenas pelas disposições dos canalículos, que neste caso são todos convergentes, como se fôssem os dedos de uma mão. Isto se dá em terrenos que apresentam uma ligeira concavidade para onde convergem os canalículos formados pelo deflúvio.

O "finger gullying" é considerado por Ayres como sendo um estágio entre a erosão em lençol e a erosão em vassorocas; pois a reunião dêsses canais produz um grande volume de deflúvio, aumentando em conseqüência a sua fôrça erosiva e formando-se assim uma vassoroca no entroncamento dos mesmos.

Há ainda um tipo de erosão, que é considerado por alguns autores como erosão vertical e por outros como erosão por gravidade. Esta erosão se dá em virtude da percolação da água infiltrada, através do perfil do solo. Segundo Wanderbilt (3, esta erosão que se processa principalmente em solos tropicais, não é mais que a lixiviação da matéria orgânica e elementos minerais para as camadas inferiores do perfil.

c) — **Fatores que influem na erosão.**

Analisando a erosão acelerada Baver (§) resume os diferentes fatôres que influem nesse processo através da seguinte equação descritiva:

E = f (Cl, R, S, V, H)

Em que E significa erosão acelerada, Cl clima, R relêvo, S solo, V vegetação e H homem.

Não considerando o fator homem na equação acima, ter-se-á a equação correspondente à erosão natural ou geológica. Portanto, é o homem o fator mais importante do processo erosivo acelerado. Êle age sôbre os demais fatôres modificando-os mais ou menos intensamente conforme a ação exercida.

Os diferentes fatôres que compõem a equação da erosão acelerada podem ser analisados dentro dos seguintes itens:

1) Clima
2) Topografia
3) Variáveis físicas do solo
4) Fatôres influenciados pelo homem.

1.º) Clima — Como as características climáticas das diferentes regiões determinam o tipo de vegetação que as recobrem, a vegetação como agente que influi na erosão pode ser classificado dentro do grupo de fatôres climáticos.

Dos fatôres climáticos o mais importante é sem dúvida a precipitação. Em outros países, o vento apresenta também grande importância como agente de erosão, no Brasil, entretanto, é de importância incomparàvelmente menor que as chuvas.

A principal influência da precipitação no processo erosivo não é considerada apenas pela quantidade anual de chuva, mas principalmente pela distribuição das chuvas durante o ano.

Assim nas regiões de precipitação abundante e regularmente distribuída há geralmente a formação de solos profundos e permeáveis que resistem bem à erosão. Nestes solos desenvolvem-se florestas exuberantes que os protegem totalmente do impacto das chuvas e retêm fàcilmente os deflúvios. Tais regiões em nosso país ocorrem principalmente no Norte compreendendo grande parte da região amazônica.

(§) Citado por Castro (8)

Nas regiões em que as chuvas são mal distribuídas, havendo um período sêco, como acontece nas regiões sub-tropicais onde se encontra a maior parte da área cultivada do Brasil, é bastante desastrosa a ação das chuvas da primavera e do verão que encontram geralmente o solo desprotegido pelos cultivos e provocam bastante erosão.

No nordeste do Brasil, no triângulo da sêca, onde as chuvas são muito esporádicas e o solo quase desprotegido de vegetação, o impacto das chuvas torrenciais retira grande quantidade de solo que é transportada para os rios por deflúvios arrasadores.

A cobertura vegetal é de primordial importância na determinação do grau de erosão a que um solo está sujeito.

Os diferentes tipos de vegetação que recobrem o solo: floresta, mata, cerrado, campo, etc., têm influências diversas no comportamento do solo em face da ação erosiva da água ou do vento.

Um solo florestado pràticamente não apresenta erosão, mesmo sob os mais terríveis aguaceiros, as águas dos rios, que em geral atravessam as regiões florestadas, embora se tornem mais caudalosas, apresentam-se claras, exceção feita a certos rios cujas margens são erodidas mais intensamente pela erosão geológica ou natural.

A água das chuvas encontra a primeira barreira na copa das árvores, caindo assim com menos fôrça sôbre o solo onde uma parte se infiltra fàcilmente devido às boas características físicas que lhe confere a grande quantidade de matéria orgânica em decomposição, fôlhas e musgos que cobrem a superfície dos solos das florestas.

A proporção que vai decrescendo a intensidade da vegetação, os terrenos vão se tornando mais sujeitos a erosão, já que menor proteção contra o impacto das chuvas e menos

impecilhos ao deflúvio êles apresentam.

Assim, nos campos naturais, de acôrdo com as gramíneas e ervas que os compõem e de acôrdo com a capacidade de cobertura do solo que elas apresentam, varia o grau de erosão a que o terreno está sujeito.

Já nas regiões áridas e semi-áridas, o tipo de vegetação oferecendo uma insuficiente cobertura do solo torna-o sujeito a avançados graus de erosão.

Segue-se abaixo um quadro extraído de uma recente publicação da F. A. O. (10), em que se relacionam os diferentes tipos de climas, as vegetações correspondentes e a erosão do solo, na América Latina:

2.º) Topografia — No grupo dos fatôres topográficos, há a considerar principalmente: declividade dos terrenos, as formas dos mesmos, a regularidade e a extensão do declive.

No caso da erosão hídrica, o terreno quanto mais declivoso tanto mais fàcilmente erodível se torna; ao passo que na erosão eólia quanto mais plano, mais êste tipo de erosão se faz sentir.

Quanto à erosão hídrica, o crescimento da declividade aumenta a tal ponto o seu grau, que hoje em dia, de acôrdo com as normas de conservação do solo, constitui para certos terrenos um fator limitante da agricultura, a qual só poderia ser feita nesses casos com o emprêgo de difíceis e trabalhosas práticas de contrôle à erosão.

Duley e Hays (*), em experimentos feitos em estufas e no campo, observaram que, o "runoff" aumenta ràpidamente entre 0 e 3% de declive e daí por diante o seu aumento é relativamente suave para cada 1% de crescimento do mesmo. As perdas de solo crescem gradualmente até um gradiente de 4%, após isso e até 7 ou 8%, o crescimento é mais rápido e daí para cima continua crescendo ainda mais ràpidamente.

O aumento de declividade acarreta como conseqüência o aumento de velocidade do "ru-

CLIMA	VEGETAÇAO	EROSAO DO SOLO
Super-úmido	Florestas de muita umidade	Ligeiras ou moderadas perdas de terras e algumas profundas vassorocas em terrenos instáveis.
Úmido	Florestas	Erosão moderada ou severa em terrenos inclinados onde há claros cultivados por culturas em linhas.
Sub-úmido	Gramíneas altas	Geralmente de nenhuma a moderada erosão nas terras mais planas, de moderada e severa erosão em terrenos declivosos, nos climas mais quentes.
Semi-árido	Gramíneas pequenas	De nenhuma a moderada erosão em terrenos planos nas regiões mais frias, moderada e severa erosão sôbre as áreas extensas.
Árido (misturada com semi-árido)	Plantas de deserto principalmente arbustos xerófitos e cactus.	Moderada e severa — muita erosão geológica, acelerada pela pastagem.

noff" e com êste cresce também a sua capacidade erosiva, sendo assim retirados do solo mais número de partículas e materiais mais grosseiros que a argila e o silte. Se, porém, diminui a velocidade do "runoff" com a amenização do declive, haverá como conseqüência a deposição de uma parte das partículas carregadas, começando pelas de maior diâmetro.

A forma das encostas influi principalmente no tipo de erosão que se processará. Numa encosta de forma plana ou levemente convexa tenderá, de um modo geral, a se processar erosão em lençol; já em encosta com a superfície côncava, a erosão, que terá início a princípio, poderá evoluir para a erosão em vassarocas devido a convergência das águas para a parte mais baixa da superfície.

Geralmente, formam-se pequenos canais que se reúnem num só na parte mais baixa da superfície constituindo a "finger Gullying", e de cujo entroncamento resulta quase sempre uma vassoroca.

A regularidade da encosta tem também a sua influência na intensidade da erosão, principalmente pelo tipo de erosão que poderá determinar.

Geralmente, a erosão em vassorocas inicia-se devido a pequenas irregularidades da superfície de um terreno declivoso, principalmente pequenas depressões, ou buracos que pela ação do deflúvio vão aumentando suas proporções.

(*) Citado por Ayres.

A extensão da declividade influi na quantidade de água que corre pela superfície do solo com as precipitações e influi ainda, na velocidade que é atingida pelo deflúvio, sendo assim um fator que condiciona grandemente a intensidade da erosão.

3.º) Variáveis físicas do solo — estas variáveis consideradas por alguns autores em estudos sôbre a erodibilidade dos solos são: a profundidade, a textura, a permeabilidade e a estrutura.

A profundidade do solo tem uma grande influência no processamento da infiltração. Nos solos pouco profundos, embora a infiltração possa se conduzir bem, de acôrdo com a permeabilidade do solo considerado, ela encontra uma barreira intransponível na rocha matriz que ocorre há pequena profundidade e que sendo impermeável fará com que a água se acumule no perfil, saturando-o ràpidamente' O "runoff' que se formará em conseqüência, terá assim facilitado o seu trabalho erosivo.

Quanto à textura, há solos que a possuem mais ou menos uniforme em todo o seu perfil, e então, quando tiveram também boa permeabilidade e foram regularmente profundos, não se dará tão fàcilmente a saturação, mesmo em face de precipitações intensas, sendo, portanto, solos menos sujeitos à erosão.

Há solos, entretanto, que apresentam uma variação, ás vêzes, muito intensa de textura nas diferentes camadas de seus perfis. Isto acarreta diferenças nas velocidades de infiltração a diversas profundidades, o que poderá torná-los fàcilmente erodíveis. Assim é o caso de solos que possuem um horizonte A de textura relativamente aberta e o subsolo bastante impermeável. Êstes solos, semelhantemente àqueles de pouca profundidade, sob determinadas precipitações, ficam com o Horizonte A ràpidamente saturado e o deflúvio que se forma desce pela encosta com desastrosos resultados.

Segundo J. de La Rubia e F. Blasco (30), a permeabilidade é um fator importante no processo erosivo ,e qualquer decréscimo dela acarreta um conseqüente aumento do "runoff" formado. Uma permeabilidade muito grande, tem, entretanto, um efeito prejudicial, pois causa uma percolação excessiva provocando, assim, a erosão vertical, que é a lixiviação das partículas menores do solo para as camadas inferiores.

A estrutura do solo, de acôrdo com o grau de estabilidade que possui, isto é, a maior ou menor facilidade de formar agregados estáveis, têm uma influência destacada no grau de erodibilidade de um determinado solo. Isto depende da quantidade de argila, humus e outros elementos coloidais do solo. A água atua sôbre êste complexo coloidal produzindo uma maior ou menor floculação do mesmo e conseqüente formação de agregados que definem sua estrutura. Deve-se considerar também na formação dessa estrutura, a presença de uma parte semi-dispersa que atua como material de sustentação da parte aglutinada, como é o caso do silte.

Verifica-se fàcilmente a importância do silte na estrutura do solo, se considerar que no equilíbrio: colóides-silte-água ⇄ agregados, removendo-se o silte, haverá uma diminuição no tamanho dos agregados, de tal modo, que o solo adquirirá propriedades indesejáveis de porosidade, permeabilidade, etc.

A fôrça erosiva da água sôbre um solo, depende de sua capacidade de arrancar as partículas dêste solo e carregá-las em suspensão. E a resistência que o solo oferece à essa fôrça erosiva é função do estado de agregação em que se acham os seus componentes, ou seja, a maior ou menor estabilidade de seus agregados, o que se traduz pela resistência que êles oferecem aos agentes de dispersão.

Baseados nesses quatro elegados do solo, têm sido feitas gados do solo, têm sisdo feitas diversas tentativas de se estabelecer fórmulas que permitam estimar os graus de erodibilidade, que apresentam os diferentes tipos de solos, quando consideradas apenas essas variáveis do solo, sem atentar-se, portanto, para os demais fatôres que influem na erosão.

H. E. Middleton (*), procurando relacionar os dados de análises de laboratório, de diversos tipos de solo, e os seus diferentes comportamentos no campo ,em face da erosão pela água, verificou que apenas três dos dados de laboratório apresentavam correlação com o grau de erosão dêsses solos.

(*) Citado por Ayres

Êstes dados foram: 1) razão de dispersão, que é a percentagem de argila natural (dispersão em água), cujo valor diminuía à proporção que aumentava a resistência dos solos à erosão; 2) a relação colóide: equivalente de unidade que é a percentagem de colóide total dividida pela unidade equivalente e cujo valor crescia juntamente com a resistência à

(Continua na pág. 17)

TRIBUNA COOPERATIVISTA

Roberto Bezerra de Menezes

O mestre Fábio Luz Filho, decano dos cooperativistas nacionais, cujos serviços prestados ao movimento no país são incalculáveis (merecendo, por isto mesmo, a gratidão e o respeito de todos os brasileiros) e, hoje em dia, uma das maiores sumidades no assunto, sendo internacionalmente conhecido o citado pelos mais abalizados técnicos cooperativistas de outras nações.

Na viagem que empreendemos, o ano passado, a diversos países da América Latina, tivemos a oportunidade e satisfação de constatar o carinho que os mesmos irmãos cooperativistas do Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia, México, etc. dedicam à pessoa de Fábio Luz Filho considerando-o uma das mais expressivas e dinâmicas figuras do movimento cooperativista mundial.

A sua numerosa bibliografia, que já se compõe de algumas dezenas de livros abordando os mais variados temas sôbre a doutrina e prática rechdaleana, está sendo introduzida em diversas línguas, dada a importância e o conceito desfrutado pelo autor nos meios cooperativistas internacionais.

Como um dos representantes da delegação brasileira no Seminário Sul Americano de Crédito Agrícola, realizado em setêmbro p. passado na cidade de Recife, sob o patrocínio da FAO, Fábio Luz teve a oportunidade de apresentar, como uma das mais valiosas contribuições, agora enfeixada numa pequena monografia.

Nêsse trabalho, o autor, valendo-se dos seus profundos conhecimentos a respeito do assunto, aborda o tema sob vários aspectos, principalmente no que se refere a verdadeira conceituação do crédito agrícola.

Citando Jiminez, procura fazer a distinção existente entre o crédito agrícola e o territorial ou hipotecário, dizendo que há "profundas e marcantes diferenças que provém de suas respectivas aplicações econômicas, de suas formas jurídicas e de dificuldades técnicas".

O crédito territorial, segundo o conceito de Jimenez, é utilizado como meio de obter os capitais necessários à aquisição de propriedades e para cobrir despesas de estabelecimento de uma empresa agrícola, "por ter sua garantia na prosperidade da mesma".

Quanto ao crédito agrícola, "concede-se ao empresário rural, proprietário ou colono, antecipando-lhes o fundo circulante indispensável para atender às despesas correntes da exploração. A natureza da sua garantia é uma mobiliária, que consiste no capital representado pelo misto, de funções econômicas material agrícola, o gado e os frutos ou colheita, ora pessoal, reforçado comumente com a fiança de um terceiro, ou com a responsabilidade solidária, quando o crédito é de caráter coletivo, isto é, concedido a cooperativas".

Lembra, apoiado em afirmativas feitas pelo grande economista rural Gragoni, que o principal problema e conveniente, das "duas necessidades fundamentais: perfeito conhecimento dos agricultores individualmente e do ambiente em que operam e da massa de capital indispensável".

Daí a necessidade de "organismos locais de base cooperativa, vantajosos por estabelecerem um contrôle recíproco entre todos aqueles que recorrem ao crédito e uma espécie de garantia recíproca entre si".

Mostra, Fábio Luz Filho, que na Europa, o aumento crescente do capital de exploração tornou indispensável outras formas de empré-

timos, só possíveis pelo crédito pessoal, dando margem assim ao surgimento das cooperativas de crédito agrícola, "a partir da segunda metade do século dezenove, e vitoriosas em todo o mundo".

Com relação aos países subdesenvolvidos, esclarece que a experiência tem demonstrado, principalmente no Brasil e Argentina, que o tipo ideal de cooperativa com atuação nos meios rurais é o múltiplas.

A mesma tese é defendida pela FAO quando acentua que, nos países menos desenvolvidos econòmicamente, a eficácia do financiamento cooperativo aumentará consideràvelmente se as atividades de crédito e economia se unirem com as das cooperativas de comercialização.

Êsse ponto de vista também é defendido por outros técnicos, como Campbell e Belshaw ao afirmarem que "a provisão de crédito, por si só, não basta muitas vêzes. Portanto, a sociedade há de estar em condições de desenvolver outras atividades mais, por exemplo, de ajudar a um membro a vender a sua colheita com a maior vantagem possível".

Aquino Nordeste as cooperativas agrícolas mistas, com secções distintas de crédito, compras e vendas em comum, tiveram grande disseminação em todos os Estados, mas, infelizmente, por deficiência de recursos próprios, de orientação técnica e maior compreensão dos dirigentes e associados, não alcançaram ainda o grau de eficiência que era de esperar, vez que a maioria delas funciona apenas com a seção de crédito, ou seja, como afirma Campbell, citado por Fábio Luz, vivem "um estágio incompleto" do ciclo de sua evolução econômica, integral.

Concluindo a sua brilhante tese, Fábio Luz Filho, depois de demonstrar que o cooperativismo brasileiro já apresenta índices animadores em vários Estados, mostra a necessidade, para a expansão do verdadeiro crédito agrícola, de se levar na devida consideração as cooperativas de crédito agrícola específicas, as cooperativas agrícolas simples e as de funções múltiplas (mistas), assim como os seus órgãos de segundo grau, as centrais e federações.

Considera, entretanto, fundamental, "a ação dos órgãos oficiais na organização, assistência e fiscalização das cooperativas, isto é, uma assistência do Estado em sua função supletiva, e campanha educativa, pré e pós-cooperativa".

PROBLEMAS RURAIS NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Constituições dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira — Diretor Técnico da S.N.A.

Em continuação ao estudo que estamos fazendo sôbre *"Problemas rurais nas Constituições Estaduais"* iniciado em "A Lavoura" de Setembro-Outubro de 1958, visando, principalmente, salientar a necessidade da regulamentação dos textos constitucionais vigentes como um meio de chegar-se à chamada reforma agrária, que, na realidade, nada mais é do que a estruturação agrária em bases objetivas e reais, tendo em vista as peculiaridades do meio rural brasileiro, abordaremos agora as constituições dos Estados de Minas Gerais e de Mato Grosso.

No que diz respeito à Constituição do Estado de Minas Gerais, os artigos 118 e 119 do Título X (da Ordem Econômica e Social) tratam de problemas ligados à terra, como sejam:

a — extinção de latifúndios;

b — loteamento, colonização, cessão e venda de terra públicas.

O artigo 118 está assim redigido:

Artigo 118 — No interêsse social o Estado promoverá a extinção progressiva do latifúndio".

O artigo 119 e respectivos parágrafos têm a seguinte redação:

Artigo 119 — O Estado estabelecerá planos de aproveitamento das terras públicas, loteando-as e colonizando-as ou cedendo-se ou vendendo-as a quem outras não tiver para cultivar.

§ 1.º — Aos posseiros de terras devolutas que nelas tenham morada habitual e pratiquem a agricultura ou a pecuária continuamente, assegurar-se-á preferência para sua aquisição nos têrmos da lei.

§ 2.º — Qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a duzentos e cincoenta hectares dependerá de prévia autorização legislativa.

§ 3.º — Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos trato de terras devolutas não superior a vinte e cinco hectares tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á propriedade.

O artigo 2.º de Ato das Disposições Constitucionais do Estado de Minas Gerais trata de problemas relacionados com o crédito rural e o cooperativismo e tem a seguinte redação:

"O Govêrno do Estado promoverá e executará plano de intensificação do crédito rural e cooperativo, facilitando financiamentos a juros baixos e a longo prazo e utilizando, para êsse fim, os estabelecimentos bancários de

sua propriedade ou administração".

Os problemas relacionados com a conservação das matas e o reflorestamento, não foram esquecidos.

A artigo 21 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Minas Gerais determina que:

"O Estado deverá zelar pela conservação das reservas florestais de seu território e provar o reflorestamento das terras devastadas".

No que diz respeito às tributações, os parágrafos 1.º, 3.º, 4.º e 5.º do item II do artigo 104 do Título VIII (da discriminação das rendas) são de interesse dos agricultores e estão assim redigidos:

§ 1.º — O imposto territorial não incidirá sôbre sítio de área não excedente a vinte hectares, quando o cultive só ou com sua família, o proprietário que não possue outro imóvel.

§ 2.º — Fica isento do imposto de transmissão intervivos o adquirente do sítio a que se refere o parágrafo 1 e,

....

....

§ 4.º — ....

.... sôbre os terrenos de cultura o imposto territorial será regressivo, de modo que pague proporcionalmente maior tributo o proprietário que cultive menor área.

§ 5.º — Na classificação a que se refere o parágrafo anterior não se levará em conta o valor das benfeitorias, matas e serviços de reflorestamento.

O artigo 115 do Título VI (Da ordem econômica e social) da Constituição do Estado de Mato Grosso trata de questões relacionadas com a assistência técnica aos agricultores, ao crédito agrícola, ao ensino agropecuário, ao cooperativismo e aos problemas de terras, pròpriamente ditos.

De acôrdo com o referido artigo o Estado e os Municípios deverão desenvolver e fortalecer as fontes de produção por meio de:

I — assistência técnica, agrícola e industrial;

II — concessão de crédito especializado principalmente ao pequeno e médio produtor;

III — melhoramento e ampliação dos meios e vias de transportes;

IV — ensino profissional agropecuário e industrial gratuito;

V — proteção aos agricultores, pecuaristas e industriais que adotarem processos de racionalização e mecanização de trabalho, visando o aumento da produção;

VI — isenção de impostos por tempo determinado, não superior a dez anos para a exploração de atividades humanas havidas como de interêsse nacional, estadual ou municipal;

VII — loteamento de terras devolutas de sua propriedade e, nos têrmos da lei, de doações a colonos nacionais ou extranjeiros, tendo preferência os primeiros;

VIII — estímulo ao cooperativismo;

IX — preferência para aquisição até duzentos hectares, aos posseiros de terras devolutas que nelas tenham

morada habitual ou cultivo de lavoura.

Tendo em vista o condicionamento do uso da propriedade ao bem-estar social e a extinção progressiva dos latifúndios os parágrafos 1 e 2, do artigo 116 da Constituição de Mato Grosso estipulam:

§ 1.º — Considera-se latifúndio a propriedade extensa, da qual sòmente um terço ou menos da área aproveitável está utilizado com rendimento suficiente. Faz-se-á sua extinção decorridos cinco anos da intimação para aproveitamento ou fraccionamento:

a) — pela duplicação, em cada ano, do impôsto territorial;

b) — pela desapropriação, por utilidade pública, para loteamento e revenda, com preferência aos trabalhadores rurais;

§ 2.º — A lei definirá os conceitos de extensão e aproveitamento, levando em conta as características regionais.

De grande importância e objetividade é também, o artigo 129, que está assim redigido:

"O Estado poderá desapropriar, para colonização, após loteamento, mediante cessão ou revenda, as faixas de terras próprias à agricultura, não devidamente utilizadas, que forem beneficiadas pelas rodovias estaduais.

O artigo 146, do Título XI (das disposições gerais) tem a seguinte redação:

"Fica criada a Comissão de Planejamento da Produção, com atribuições fixadas em lei ordinária".

A AGRICULTURA PRECISA DE TÉCNICOS

Eng. Agr.
Geraldo Goulart da Silveira
Diretor-Técnico da S.N.A.

A Confederação Rural Brasileira, orgao de cúpula do associativismo rural em nosso país, tem salientado sempre a necessidade imperiosa de um maior número de técnicos para a assistência à agricultura nacional.

Faltam agrônomos e veterinários para a batalha da produção que é, em última análise, a batalha que consolidará a situação econômica do país.

O quadro de técnicos do Ministério da Agricultura é excessivamente reduzido face à nossa extensão territorial e aos elevados encargos que deve desempenhar para que seja, realmente, o Ministério da Produção.

A classe rural prestigia o Ministério da Agricultura e lamenta que seja êle tão parcimoniosamente contemplado no Orçamento Federal e tão impiedosamente sacrificado nos chamados "Planos de Economia".

É de extranhar-se até que, com tão parcos recursos e tão poucos técnicos, consiga, assim mesmo, o Ministério da Agricultura trabalhar.

Um simples exemplo, diz bem das dificuldades do referido Ministério para assistir convenientemente aos agricultores.

Trata-se da defesa sanitária vegetal, cuja importância para o desenvolvimento da agricultura não pode ser subestimada.

Para atender aos 2.469 Municípios brasileiros (número de Municípios instalados até 31/12/1957), conta a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, com, apenas, oitenta e três agrônomos, o que significa, aproximadamente, um agrônomo para cada trinta Municípios.

O quadro adiante dá bem uma idéia dessa excassez de técnicos no setor da defesa sanitária de nossas culturas, que abrangem uma área de cerca de vinte e três milhões de hectares, isto é, um agrônomo para quase trezentos mil hectares de culturas.

Regiões	*Número de Municípios instalados até 31.12.57*	*Número de agrônomos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal*
Norte	119	4
Nordeste	563	14
Leste	814	45
Sul	787	18
Centro-Oeste..	185	2
Totais	2.468	83

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técniso

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES
Chefe de Publicidade

Redação e Administração:
General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:
NEWTON FEITOZA
RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE" C.P.. 7257
— SAO PAULO —

DIRETORES DA COOPERATIVA CENTRAL AGRÍCOLA DE SÃO PAULO NA SQUIBB



A convite da Divisão Agro-Pecuária da E. R. Squibb & Sons S. A., esteve em visita aos laboratórios daquela organização, em Santo Amaro, uma comitiva de diretores e filiados da Cooperativa Central Agrícola de São Paulo, importante entidade cooperativa que congrega, sob sua égide, mais de quarenta mil lavradores e criadores do Estado.

Em companhia de funcionários da firma, a comitiva teve oportunidade de percorrer demoradamente as instalações da fábrica Squibb em Santo Amaro e apreciar de perto as várias dases da manufatura de produtos veterinários e farmacêuticos.

DIVISÃO DA TERRA EM PORTO RICO

Como parte do programa de reinstalação de agregados organizado pela "Administração de programas sociais" do Departamento de Agricultura e Comércio de Pôrto Rico, realizaram-se 6 novas divisões de glebas, durante o transcurso de "Semana da Terra" celebrado entre 25 e 31 de Maio de 1958.

Estas divisões de terra constituem o primeiro passo para o estabelecimento de novas comunidades rurais, em obediência às prescrições dispostas na nova lei de terra de Pôrto Rico, que estabelece "que cada pessoa que trabalhe a terra deve ser dono desta mesma terra que o sustenta".

Com estas 6 novas divisões já se reinstalaram 47.649 famílias de agregados", na zona rural

As famílias beneficiadas por êste programa têm direito ao usufruto perpétuo das glebas que lhe couberem por sorteio. Estas parcelas variam de tamanho entre 200 m² a 3 "cuerdas". Os usufrutuários podem, ao construir suas casas, beneficiar-se ainda de um outro plano "de ajuda mútua e ajuda própria", pertencente ao programa de construção de casas populares.

A terra deve ser utilizada para fins agrícolas e residenciais, e exclusivamente para o uso do proprietário e de sua família, e com o propósito de promover o bem-estar, a liberdade econômica e a justiça social dos agregados, e para uma melhor utilização das terras de Pôrto Rico.

Espera-se que no futuro estas comunidades rurais possam dispor de todos os serviços e facilidades necessárias ao bem-estar.

O projéto prevê construções de escolas, parques, centro médico, cooperativas, igrejas, clubes 4 H, comércio, etc., e conta com a ajuda e a cooperação da "Administração de programas sociais", e outras agências, que colaboram para o melhoramento social e econômico das famílias reinstaladas.

Para o fomento da agricultura e melhor utilização de terra, os usufrutuários recebem assessoramento técnico sôbre as práticas agrícolas modernas. Mediante êste programa, o Departamento de Agricultura fomenta o amor à terra, uma vez que contribui para maior produtividade na economia agrícola e o melhoramento social e econômico de Pôrto Rico.

Conclusão da pág. n.º 51

gas axilares ou terminais. Ocorre em Mato Grosso.

Além das citadas de 1 a 6 enumera outras que ocorrem do Pará ao Rio Grande do Sul.

Aconselhamos aos interessados na cultura da BAUNILHA, inclusive Associações Rurais e suas Federações, ouvir os Institutos Agronômicos, Estações Experimentais e Orquidários sôbre a variedade ou espécie aconselhada para sua zona.

(Continuação da pág. 10)

erosão; 3) finalmente Middleton considerou um terceiro fator, que é a razão de erosão em cuja determinação relacionava os dois dados anteriores, isto é:

$$\text{razão de erosão} = \frac{\text{razão de dispersão}}{\text{equivalente de umidade.}}$$

Relacionando êste fator com o comportamento dos diferentes solos estudados, em face da erosão causada pela água, quando em condições de campo, verificou Middleton que para cada tipo de solo, a proporção que o seu valor diminuia, a resistência à erosão aumentava.

Grohmann e Catani (15), em experiências feitas em São Paulo, com os três principais grupos de solos do Estado: o arenito de Bauru, o arqueano e a terra roxa, procuraram também correlacionar dados obtidos pela análise dêsses solos em laboratório com os seus respectivos comportamentos, no campo, com respeito à erodibilidade.

Determinaram êstes autores uma relação entre a percentagem de limo + areia fina e a percentagem de argila, obtendo assim um fator que chamaram de razão argila. O seu valor é tanto mais alto, quanto mais erodível é o solo.

Seguem-se no quadro abaixo, os resultados obtidos por êstes dois autores.

Conforme se pode observar, segundo os valores obtidos para a razão argila, o arenito de Bauru é, dos três solos, o que menor resistência oferece à erosão. O que, de fato, tem sido confirmado na prática.

J. de La Rubia e F. Blasco (30), fizeram estudos recentes em solos notàvelmente erodíveis em que compararam três métodos usados para determinar o grau de estabilidade estrutural dos solos.

Os métodos comparados foram: o de Tiulin, que utiliza uma relação entre percentagem de silte e capacidade de saturação, obtendo um valor a que chamou de "fator mecânico-coloidal, o qual determina a quantidade de agregados que podem

S o l o	Areia Grosa	Limo + Areia fina	Argila	Razão Argila
Orenito de Bauru	75%	15%	10%	9
Arqueano	45%	35%	20%	4
Terra roxa	8%	60%	32%	2

ser formados por unidade de material de cimentação. A fórmula usada por Tiuli é a seguinte:

$$F.M. = \frac{\%\ Silte}{capacidade\ de\ saturação} \times 100$$

O método de Bouyoucos consiste em determinar-se a diferença entre o equivalente de umidade com água e o equivalente de umidade com um eletrólito para o solo estudado. O valor obtido representa a estabilidade estrutural do solo. Este método é muito usado na Espanha, porém, freqüentemente dá valores negativos.

Finalmente, o método de Allen que relaciona a argila total e a argila natural e é dado pela fórmula abaixo:

$$Fator\ de\ estrutura = \frac{Argila\ total - argila\ natural}{argila\ total} \times 100$$

Em face desta análise comparatória, Rubio e Blasco, estabeleceram uma fórmula que acharam mais precisa e que é baseada na de Tiulin; porem, êles usam o equivalente de umidade em lugar da capacidade de saturação. A fórmula é a seguinte:

$$Indice\ de\ estabilidade = \frac{umidade\ equivalente}{\%\ Silte} \times 100$$

Em seguida estabeleceram 5 classes de solos de acôrdo com os possíveis valores dados pela fórmula acima. Seguem-se abaixo as 5 classes estabelecidas:

Estabilidade	Indice
Muito boa (MB)	0 30
Boa (B)	31 — 60
Regularmente boa (R)	61 — 110
Má (M)	111 — 150
Muito má (MM)	

4.º) Influência do homem — esta influência se faz sentir sôbre os fatôres considerados anteriormente, e é a principal responsável pela erosão acelerada.

Desde a cobertura vegetal do solo até o próprio clima podem ser modificados pela ação do homem.

O clima que é o fator que mostra menos acentuadamente a ação do homem, sofre às vêzes sérias modificações, principalmente na umidade e precipitações. Essas modificações são induzidas pelo homem em virtude dos desflorestamentos que produz na sua ânsia de buscar novas terras ou explorar as reservas florestais de maneira inconsciente.

Já que tais modificações climáticas numa determinada região, são acarretadas principalmente pelas mudanças que se processam na cobertura vegetal de seus solos, conclui-se que a principal influência do homem nos fatôres que concorrem para a erosão, se faz sentir, principalmente, nas modificações fitofisionômicas que êle impõe às terras como decorrência dos diferentes tipos de exploração agronômica.

A topografia do terreno é bastante influenciada pelo homem, quer nas zonas urbanas, quer nas zonas rurais.

As grandes operações de terraplanagem modificam às vêzes totalmente a topografia de certas áreas. A construção de estradas determina cortes nas encostas que expõem à erosão tanto a rampa cortada, cum o atêrro, constituindo por isso, um assunto importante, o contrôle da erosão na conservação da estradas. Na agricultura, porém, as modificações de relêvo já não são tão intensas e se traduzem principalmente, pela regularização da topografia das terra cultivadas, através das dragagens e arações e modificações mais intensas quando se emprega os processos mecânicos de contrôle à erosão.

As propriedades físicas do solo principalmente com relação à estrutura sofrem sérias modificações, nas camadas superficiais, pela ação das arações, adubações e outras práticas agrícolas empregadas.

IV — EFEITOS DA EROSÃO NO BRASIL

Os efeitos da erosão são por vêzes catrastróficas. Nos tratados sôbre êste assunto encontra-se numerosos exemplos disto. São freqüentes as citações de civilizações que tiveram a sua decadência condicionada à queda da fertilidade de suas terras ocasionada, entre outros fatôres, pela ação destruidora da erosão.

Aqui mesmo no Brasil, nota-se a estabilização do progresso de alguns municípios, cuja base econômica residia na agricultura, e que devido ao decréscimo de rendimento de suas terras, ocasionado pelo empobrecimentos do solo, resultado de uma agricultura mal conduzida, regrediu a produção agrícola e reduziu-se a renda municipal.

O desflorestamento das matas, o uso de práticas agrícolas desaconselhadas e a má localização das culturas, têm determinado para o país perdas irreparáveis do prinipal recurso natural renovável que é o solo.

O desflorestamento é o fator para o depauperamento do solo. Muitas vêzes o processo erosivo se inicia logo após o desflorestamento, porém, não chega a progredir muito porque a terra é abandonada após a derrubada, e como a manta de matéria orgânica que recobre o solo é grande e os restos da exploração da madeira são deixados sôbre o terreno, há ainda assim uma certa proteção quando as condições de declive não são muito acentuadas, permitindo então o restabelecimento da vegetação, que se dará quando as condições climáticas da região e as condições de solo o permitirem.

Se, porém, o solo é deixado sem proteção e ainda submetido

à queimada após a retirada da madeira, como é prática comum, então a perda da matéria orgânica e as perdas de solo pela erosão não permitirão mais a recomposição dessa mata.

Certas regiões cujas características de relêvo do solo, da profundidade dêste e do clima, não permitiriam nunca o desflorestamento, se observadas as normas de conservação de solos, têm sido impiedosamente despidas da cobertura florestal para alimentação das indústrias, estradas de ferro e consumo doméstico de lenha e carvão.

Segundo Guido Rando (29, o consumo de lenha só no Estado de São Paulo ,pelas estradas de ferro e indústrias, no período bélico de 1939-1945, elevou-se a 40.320.000 m³. Tomando-se um rendimento básico de 400 m³ por alqueire, a área devastada nesses 6 anos seria de 100.800 alqueires ou 243.936 hectares. Considerando-se ainda o consumo doméstico de lenha e carvão ,poder-se-ia estimar a área devastada nesses 6 anos em São Paulo, de 300.000 hectares.

Essas áreas desflorestadas foram em grande parte agricultadas com algodão que é uma das culturas que mais perdas por erosão ocasiona no Estado de São Paulo.

O desflorestamento têm continuado, de maneira assustadora, em todo o território nacional para alimentar as diferentes indústrias que utilizam as reservas florestais empregando-as como lenha, carvão, dormentes, madeira para construção e outras finalidades.

Para se ter uma idéia da progressão em que se encontra o desflorestamento no B r a s i l, basta considerar alguns dados do I.B.G.E. (*), que dizem respeito a dois tipos de exploração dos recursos naturais e ambos de relevada importância no processo de devastação das matas que vem se desenvolvendo continuamente.

Esses dados que são referentes à produção de carvão vegetal e à produção de dormentes no Brasil, serão apresentados no quadro abaixo:

ANOS	CARVÃO Produção em Kg.	DORMENTES Produção em unidades de dormentes
1950	671.187.606	2.980.989
1951	701.434.925	2.984.439
1952	842.564.925	3.563.991
1953	762.982.880	3.643.880
1954	804.645.148	3.722.364

Nota-se assim pelos valores apresentados no quadro acima, um aumento de 133.457.542 Kg. de carvão vegetal no período compreendido entre os anos de 1950 e 1954 e um aumento de 741.375 unidades de dormentes durante o mesmo período.

Êstes dados traduzem bem a enorme devastação das matas que tem sido ainda intensificada de ano para ano.

No Estado do Rio, onde os recursos florestais já são bastante reduzidos e as florestas que restam, localizadas principalmente em zonas montanhosas como a Serra do Mar, as derrubadas continuam de maneira inconsciente, para alimentar, entre outras, a indústria do carvão cuja produção, embora tenha decrescido nestes últimos anos, foi ainda de cêrca de 39.451 toneladas em 1954

Na figura 1, vê-se uma área do Estado do Rio do município de Angra dos Reis, junto à divisa com Bananal, São Paulo, onde as derrubadas, no contrário do que comumente se vê, caminham do interior para o litoral. Êstes terrenos intensamente desclivosos, pertencem à Serra do Mar e as características locais desaconselham totalmente a utilização dessas terras para qualquer outro fim que não seja o florestamento.

(*) Estatística da Produção do Carvão Vegetal 1952/1954, I. B. G. E.

O solo é pouco profundo (litosol) e as precipitações e a umidade atmosférica são bastante altas na região. Nestas condições, êste solo quando desflorestado, embora possa recompor relativamente rápido o revestimento florestal devido às condições climáticas favoráveis, torna-se fàcilmente erodível em face de sua pouca profundidade. A erosão que então se processa produz em alguns lugares, com relativa facilidade, o afloramento da rocha tornando às vêzes impossível o reflorestamento nestas áreas.

Vê-se na fotografia 1 a intensa derrubada que vem se processando nessas terras. Os terrenos menos declivosos são ainda aproveitados pela agricultura, porém, como o emprêgo de práticas condenadas que permitem a erosão; e esta que devido às condições ecológicas da região se processa ràpidamente, em breve irá acrescentar mais uma área, a já tão vasta área desaproveitada dêste Estado.

Após o desflorestamento provocado ou não pelo fazendeiro segue-se normalmente a agricultura, a qual é instalada logo a eliminação dos restos de galhos que sujam o terreno, pela ação destruidora do fogo.

Vê-se, portanto, que já antes de iniciar o cultivo na nova terra ,o agricultor provoca uma perda intensa de matéria orgânica e conduz um processo de acidificação do solo.

Na fotografia 2, vê-se um terreno que foi desflorestado e queimado recentemente. Neste terreno de grande declividade será instalada, segundo informações obtidas, uma cultura de Citrus, que de acôrdo como normalmente procedem os citricultores da região, não receberá nenhuma prática de defesa contra a erosão.

As culturas, que são então instaladas nesses terrenos, na maior parte declivosos e em muitos casos com declividades totalmente condenadas para qualquer prática agrícola, provocam uma diminuição constante da fertilidade pelo uso de métodos que favorecem o



Foto n.º 1 — Fotografia aérea de uma área na Serra do Retiro, divisa de São Paulo com Rio de Janeiro. — 1 — Áreas em côrte; 2 — Áreas de vegetação baixa nos pontos mais altos, o que indica pouca profundidade do solo; 3 — Áreas com os primeiros indícios de erosão; 4 — Área agricultada

carreamento do solo pelas enxurradas

Assim são feitas as lavouras no Brasil de modo geral

Com exceção de alguns fazendeiros mais esclarecidos, que já adotam em parte alguns métodos de conservação, a maioria dos agricultores, principalmente do Estado de Minas e Rio de Janeiro, orientam as linhas de suas culturas invariàvelmente no sentido da declividade dos terrenos.

As culturas capinadas, como a do milho e do fumo acarretam graves perdas de solo pela erosão laminar que se processa com extrema facilidade, devido às condições em que são feitas essas culturas. Principalmente nos Estados do Rio e de Minas Gerais, onde a topografia é intensamente acidentada e estas culturas são feitas em declividades que às vêzes quase impedem as operações de cultivo, mesmo pela enxada, sendo suas linhas quase que invariàvelmente orientadas na direção do declive, a ação dos deflúvios formados com as precipitações e que descem com grande velocidade nestes declives, intensos, provoca a perda da melhor parte desses solos, que é a camada superficial.

Ainda no Estado do Rio, uma outra cultura que induz graves perdas de solo sob o efeito da erosão laminar, é a cultura de Citrus, que é encontrada frequentemente nos terrenos declivosos das elevações que afloram na Baixada Fluminense e em terrenos de intensas declividades em quase tôda a Serra da Mendanha

Essas culturas são invariàvelmente feitas com a disposição das árvores em quadrado e de modo que um de seus lados caia na direção do declive, sendo, em última análise, uma plantação em linhas de declive. Tais culturas instaladas sem a menor preocupação de defesa contra a erosão, plantadas em terrenos de declividade muitas vêzes excessiva e o que agrava mais, submetidas geralmente a quatro capinas anuais deixando o solo a descoberto durante grande parte do ano. O resultado destas práticas já se faz sentir sôbre muitos dêsses pomares que apresentam-se em condições bem precárias. Pela queda de fertilidade do solo, as árvores diminuem o seu crescimento e a produção é reduzida.



Foto n.º 2 — A fotografia mostra uma área que foi recentemente submetida a uma queimada, após ter sido roçada. Nela será instalada uma cultura de Citrus. Nota-se a grande declividade do terreno, que já requer práticas complexas de defesa contra a erosão.

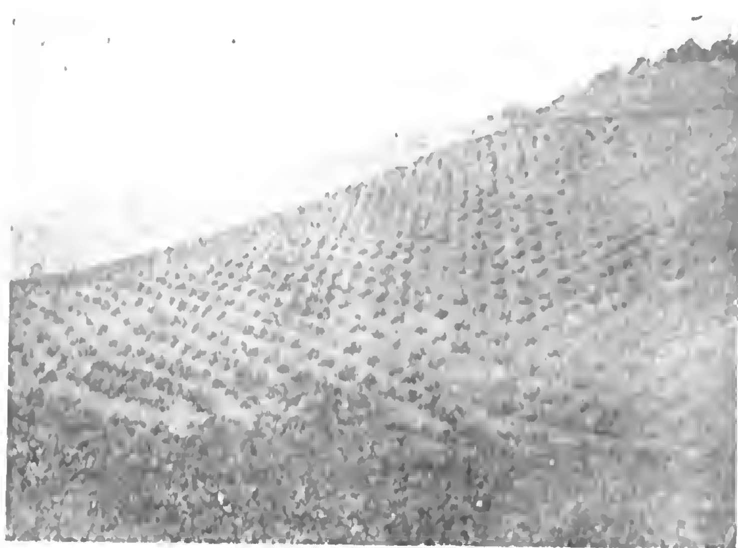


Foto n.º 3 — A fotografia é de um pomar ainda novo e que não tardará a sofrer a ação da erosão. A considerável declividade do terreno, a ausência de qualquer prática de defesa contra a erosão e as capinas que deixam o terreno desprotegidos facilitarão a ação da água.

Um dêsses pomares de Citrus, que bem caracteriza êste sistema de práticas adotadas, pode ser visto na fotografia 3.

E' um pomar ainda novo, porém, nas condições em que foi instalado, nunca poderá atingir uma produção considerada boa para esta região, se não fôr adotada qualquer prática que defenda o solo contra a ação erosiva dos deflúvios.

Muitos dêsses pomares de Citrus de instalação recente estão sôbre terras que já foram agricultadas anteriormente como a cultura cafeeira que teve um declínio completo no Estado do Rio. Portanto ,são terras que se recuperaram parcialmente conseguindo restabelecer uma vegetação de campo ou cerrado, sendo deste modo, terras de fertilidade baixa.

Muitas dessas terras, após a decadência da agricultura que sofreram, são hoje aproveitadas, como pastagens, de um modo geral muito pobres, e nas quais se vê com freqüência os sinais da erosão que ainda se processa.

Na fotografia 4, vê-se perfeitamente em uma pastagem bem deficiente na cobertura vegetal, os efeitos da erosão em lençol que se desenvolveu devido à forma regular da elevação e estrutura do solo. Vê-se também algumas depressões em nível formadas pela erosão e que são devidas às pequenas irregularidades do terreno e principalmente às características próprias de sua estrutura. Estas depressões podem futuramente desenvolver-se em vassorocas, se as condições do solo forem propícias.

A referida foto, é de um terreno localizado em Sebastião de Lacerda, Estado do Rio, e que na carta de solos do Estado do Rio está mapeado como Red-Yellowpodsol.

Na fotografia 5, vê-se ainda em uma dessas pastagens, localizada em Cantagalo, Estado do Rio, uma vassoroca de consideráveis proporções. O pasto de cobertura rala e uma ligeira depressão do terreno, para onde aflui o deflúvio, devem ter dado início à sua formação e ela continua se desenvolvendo para a sua cabeceira, aumentando cada vez mais a área de terreno perdida.

Um pouco mais à esquerda, na mesma fotografia, vê-se uma outra vassoroca se iniciando também numa depressão do terrenos pouco protegida e para onde converge considerável volume do deflúvio.

A estrutura dêste solo favorece bastante o desenvolvimento dêste tipo de erosão. Êste solo está mapeado na Carta de Solos do Estado do Rio como red-yellow-mediterrâneo e tem se mostrado bastante sujeito à erosão por vassorocas. Em São Paulo ,duas são as culturas que graves perdas causam ao solo do Estado, quer pelas suas próprias características culturais que mantêm o solo desprotegido, quer por serem as que ocupam as maiores áreas cultivadas do Estado. São elas a cultura do algodão e a do café.

A maior parte da cultura algodoeira (80%), bem como a cafeeira (60%) ocupam, segundo estimativa de Grohmann e Catani (15), solos do arenito de Bauru que por suas caracterí-



Foto n.º 4 — Neste solo quase totalmente desprotegido de cobertura vegetal, pode ser visto o resultado da erosão em lençol ou laminar e também a "rill erosion" cujos canais tomam disposições quase horizontais em virtude de características de texturas dêste solo.



Foto n.º 5 — A cobertura deficiente dessa pastagem e as características físicas do seu solo, bastante favoraveis á esse tipo de erosão permitiram o desenvolvimento dessa grande vassoroca e o início da menor ao lado

ticas físicas se apresenta como o solo mais erodível do Estado.

Estes dois técnicos fizeram um estudo sôbre as perdas de solo ocasionadas pela cultura algodoeira no arenito de Bauru da Estação Experimental de Pindorama e observaram que numa precipitação anual de 80 mm., os talhões experimentais estudados apresentaram uma perda de 37,3 toneladas de solo por hectare.

Num quadro comparativo êstes autores mostram os três tipos de perda sofridas por êste solo estudado.

Neste quadro que se segue abaixo, nota-se o intenso esgotamento que sofre o arenito de Bauru submetido a cultura algodoeira e evidencia-se também, que tal efeito é devido principalmente à erosão.

Vê-se por êste quadro, que nas condições em que foi feito êste experimento, as perdas por erosão alcançam as altas percentagens de 77,5% de N, 64% de P, 65,4% de K, 97,9% de Ca e uma percentagem elevadíssima de matéria orgânica que constitui uma das perdas mais graves para o solo, pois com a perda dos colóides orgânicos e argilas, o solo terá a sua capacidade de adsorção bastante reduzida.

Em Minas Gerais, a cultura de milho tem também induzido graves perdas por erosão nos solos onde é cultivada. Principalmente na Zona da Mata onde o milho é em geral cultivado em rotação com o fumo.

Quadro Comparativo dos Três Tipos de Perdas sofridas pelo Solo.

Agentes de empobrecimento	N Kg/Ha	P Kg/Ha	K Kg/Ha	Ca Kg/Ha	Matéria Orgânica-kg/Ha
Solo transportado pela enxurrada	46,5	7,4	7,0	79,0	780,0
Enxurrada	—	0,6	5,3	11,2	—
Erosão total	46,5	8,0	12,3	90,2	780,0
Cultura de algodoeiro.	13,5	4,5	6,5	1,9	—
Perdas totais	60,0	12,5	18,8	92,1	780,0

(Continua na pág. 35)

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE HORTICULTURA

"FLORIADE 1960", EM ROTERDAM, HOLANDA

Pouco mais de um ano nos separa, ainda, do grande acontecimento de 1960, que haverá em Roterdam. Trata-se da inauguração, no dia 25 de março, da Exposição Internacional de Horticultura "Floriade 1960".

Esta exibição de flores e plantas ao ar livre tem despertado grande interêsse. Por causa disso, os organizadores da mesma aconselham, aos participantes estrangeiros, a reserva imediata do espaço necessário, pois grande parte do mesmo já foi concedida.

Na data da inauguração a exposição inteira será dedicada aos bulbos de flôres. A área reservada para esta primeira coleção primaveril já está quase totalmente ocupada. Entretanto, há ainda um espaço destinado a exibições estrangeiras de dálias, gladíolos (palmas de Santa Rita), lírios, íris, begônias, tuberosas, plantas anuais e bienais, plantas perenes, plantas alpinas, etc. Existem também possibilidades para, ao lado dos jardins holandeses a serem formados, serem organizadas exibições da arquitetura estrangeira de jardinagem.

As despesas do espaço a ser concedido, da preparação da terra, da adubação e da cobertura do solo contra geadas, correrão inteiramente por conta da organização da exposição. Serão igualmente pagas tôdas as despesas de transporte, desde a fronteira da Holanda, ou de um dos seus portos, até o terreno da exposição em Roterdam. Pode-se solicitar a remessa do regulamento da exposição no ar livre, nos organizadores da "Floriade 1960" no seguinte endereço: Wijtemaweg 34 — Roterdam — Holanda. Neste mesmo endereço também podem ser entregues os pedidos de participação, que devem conter as seguintes particularidades:

a) descrição dos produtos a serem expostos;
b) o espaço desejado em metros quadrados;
c) o meio de transporte a ser utilizado;
d) a data provável da chegada da coleção a Roterdam;
e) o que deve ser considerado de maior importância com respeito à exibição da coleção.

A "FLORIADE 1960" DE ROTERDAM

Como já é do conhecimento do público, será organizada em Roterdam, Holanda, uma grande exposição internacional de horticultura, de 25 de março até fins de setembro de 1960, denominada "Floriade 1960", seguindo o moto: "Desde o germe até a fôrça".

Esta Floriade será uma competição internacional entre todos os horticultores, cujos produtos gozaram, antigamente, do patrocínio da deusa romana Flora, sendo que, dêste modo, são abrangidos tanto os produtos hortícolas comestíveis, como os de adorno.

Além da grande exposição ao ar livre, serão organizadas também, nos edifícios disponíveis, mais nove exposições internas, que já despertaram um vivo interêsse em muitos países.

A inauguração da Floriade coincidirá com o centenário da Associação Real Geral de Bulbicultura da Holanda, o que explica o fato da primeira exposição interna (de 26 de março até 5 de abril) ser dedicada, inteiramente ,aos



Um campo plantado com uma das famosas variedades holandesas de linho de fibras. Dstinado à produção de sementes, os fiscais do N.A.K., (Serviço Oficial Holandês de Controle das Sementes) vem verificar a sua qualidade fitosanitária.

bulbos de flôres tais como tulipas, jacintos, narcisos etc.
As datas e os produtos constam das especificações abaixo discriminadas:

1.ª exposição interna —

26 de março a 5 de abril — Bulbos de flôres (sob os auspícios da Associação Real Geral de Bulbicultura);

2.ª exposição interna —

14 de abril a 25 de abril — Produtos da arboricultura e da floricultura (entre outros: ciclames, azáleas, iris, orquídeas, etc.);

3.ª exposição interna —

6 de maio a 16 de maio — Produtos da horticultura:
4.ª exposição interna —
e.o. plantas de jardim, iris, orquídeas, plantas de vasos em floração ou não, etc.;

25 de maio a 7 de junho — Plantas verdes, Sinningias, Bougainvilleas e outros produtos da horticultura;

5.ª exposição interna —

7 de julho a 18 de julho — Lathyrus (ervilhas de cheiro) de 7 a 11 de julho e rosas de 14 a 18 de julho. Outros produtos hortícolas tais como: Anthurium, lírios, Delphinium, Bougainvillea, tremôço, etc.;

6.ª exposição interna —

Exposição dedicada à arte de arranjos de flôres (sob os auspícios da Seção Holandesa da Fleurop — Interflora);

7.ª exposição interna —

10 de agôsto a 15 de agôsto — Jardins botânicos, gladíolos, e o.;

8.ª exposição interna —

31 de agosto a 5 de setembro — Dahlias, e.o.;

9.ª exposição interna —

16 de setembro a 26 de setembro — Verduras, frutas, crisântemos, e o.

Estão em preparação os regulamentos para as competições internacionais. Já podem ser obtidos na secretaria da exposição (Wijtemaweg 34 — Roterdam — Holanda) os formulários para inscrição provisória e os regulamentos de participação.

Espera-se que, tanto da parte do público como da parte dos horticultores do mundo inteiro, haja demonstrações de grande interêsse por esta magnífica exposição internacional de horticultura, que será organizada em um parque com uma área de 40 hectares, situado nas imediações de um dos mais importantes portos do mundo.

Depois de uma visita às exposições internas, ao rosal, aos terraços de flôres, aos jardins das nações, etc., poder-se-á gozar de uma ampla vista do centro do delta do Reno, no restaurante a ser construído no tôpo da Tôrre Européia, que terá uma altura de 100 metros.



Batataicultura na Holanda. Aterragem das linhas a fim de promover o desenvolvimento dos tubérculos e facilitar, mais tarde, a colheita.

A SOLIDARIEDADE

FABIO LUZ FILHO

Em varios livros, e no que acabamos de lançar — *"Crédito agricola e problema agrário"*, damos multiplos exemplos, no campo biologico e no dominio social, da fôrça reformatoria do sentimento de solidariedade. Dentre outros citamos as formigas, as abelhas e as termitas; os cinocefalos e os lobos; a simbiose no reino vegetal, e tantos outros. No campo social: na antiguidade os atos ou organizaçoes com traços cooperativos como a refeiçao em atos ou organizações com traços cooperativos como a refeiçao em comum dos povos do Mediterrâneo (dórios), as associaçoes do Egito antigo para a construçao de sepulcros, os "compagnons" da Idade Média, etc.

Frisamos também como surgiram as sociedades civis agricolas para o cultivo em comum e para a comunhão dos lucros (sociedades universais), constituindo-se entre os servos da gleba, os colonos livres, ora tàcitamente, ora por convenção expressa, mais numerosas e conhecidas as sociedades tácitas. Tomaram enorme incremento no centro e no norte da França.

Existia, potente, nas sociedades dos servos medievos, o *vinculum fraternitatis*, o *sanctum e inviolabile socii nomen*.

São mui conhecidos os conceitos de *Proudhon* no que tange à solução do problema social. Diz êle que a reciprocidade é o principio da existência. Na ordem social é o principio da realidade social, a fórmula da justiça, tendo por base o antagonismo eterno das idéias, das opiniões, das paixões, das capacidades, dos temperamentos, dos interêsses. É ela a condição do próprio amor... Ora, o mal que nos devora provém de que a lei da reciprocidade é desprezada, violada. O remédio está, todo êle, na promulgação de nossas relações mútuas e recíprocas, no que reside tôda a ciencia social...

Um escritor argentino recorda que o Universo é modêlo de ordem, pontualidade, ritmo, regularidade e cooperação; que cooperam entre si o sol, a chuva e a terra, para produzirem alimentos para os sêres vivos. Os córregos descem das montanhas para regar os campos e vales, fertilizando-os, e se unem aos rios, que alimentam mares, de cujas águas se formam nuvens, as quais, pelos ventos, são conduzidas e se desfazem sob a forma de chuva, que fecunda. Assim, desde o infinitamente pequeno até ao infinitamente grande, tudo é ordem, exatidão, harmonia e absoluta cooperação no Universo

Já se frizou que, durante toda a nossa existência, precisamos dos outros. Com a *divisão do trabalho*, que é uma das caracteristicas da civilização, "cada um de nós, neste mundo, faz uma coisa só e, em troca dêsse único serviço que presta à comunidade, usa o trabalho de mi-

Continua na pág. n.º 30

REUNIÃO DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS EM PÔRTO RICO



Sob os auspicios da Shell, realizar-se-á em Pôrto Rico, de 7 a 8 do corrente, uma reunião de técnicos que tratará de assuntos relacionados com o emprêgo de fumigantes do solo.

A Shell Brazil Limited está patrocinando o comparecimento dos Drs. Jefferson Rangel, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, e Luis Felipe Fontes, do Departamento de Produtos Quimicos daquela Companhia, à mencionada assembléia. De caminho, ambos terão oportunidade de visitar na Venezuela durante dois dias a Estação Experimental de Cagua, mantida naquele país pelo "Servicio Shell para el Agricultor".

Na foto, o Dr. Jefferson Rangel recebe do Sr. C. J. Danckaerts, Gerente da Divisão de Produtos Quimicos da Shell, a passagem aérea da viagem a Pôrto Rico.

SERVIÇOS ARTICULADOS DE FOMENTO DA PRODUÇAO ANIMAL EM MINAS GERAIS

Rua da Bahia, 1.441 — Belo Horizonte

EXPOSIÇÕES AGRO-PECUARIAS PROGRAMADAS PARA 1959

ESTADO DE MINAS GERAIS

N.º de Ordem	*Sêde*	*Exposição*	*Periodo*
1	Uberlândia	V	21 a 25 de Abril
2	Uberaba	XXV	3 a 10 de Maio
3	Pedra Azul	IV	17 a 21 de Maio
4	Curvêlo	XX	24 a 28 de Maio
5	Sete Lagôas	IV	7 a 11 de Junho
6	Montes Claros	III	21 a 25 de Junho
7	Leopoldina	XXIII	26 de Junho a 4 de Julho
8	Juiz de Fóra	XX	19 a 26 de Julho
9	Caxambú	XI	6 a 13 de Setembro
10	Muriaé	XV	6 a 13 de Setembro
11	Visconde do Rio Branco	V	13 a 18 de Setembro
12	Alfenas	VI	17 a 22 de Outubro

ASSOCIATIVISMO RURAL

Associação Rural de Pirajuí

Foi eleita e empossada a nova diretoria da Associação Rural de Pirajuí, S. Paulo, que ficou assim constituída:

Presidente — Carlos L. Pereira da Rocha.
Vice - Presidente — Luciano Laforzato.

(Conclusão da pág. 28)

lhões de indivíduos. Basta atentar para os alimentos de que nos servimos, as roupas que usamos, a casa onde moramos, os veículos em que viajamos: quantos milhões de pessoas não trabalharam nêles, para nosso prazer e gôso?"

O nosso caboclo diz, com muita acuidade: "Gado desmamado é comida de onça"...

E já *Jean Meun* (1720) dizia que o primeiro sentimento do homem para com seus semelhantes era a fraternidade. A sociedade humana primitiva representava um estado de harmonia natural. Os homens viviam em pazz, praticando a comunidade dos bons, livres e iguais. Mas, aos poucos foram repontando os vícios, a inveja, o orgulho e avareza, trazendo para os homens a pobreza e destruindo a ordem natural. Desapareceu então a organização comunitária da vida. Dividiram-se às terras, levantaram-se diferenças, surgiram lutas, as quais fizeram nascer o Estado como elemento disciplinador, Estado que, no transcurso dos tempos, se hipertrofiou, flamispirando, como nos é estadeado pela acutilante realidade de nossos dias.

O cooperativismo é solidariedade fecunda. Tem por centro o homem solidário. Envolvendo solidariedade, está nêle a grande alavanca, como afirmamos em "*Rumo à Terra*", de reerguimento e transfiguração. É ela, a solidariedade, veículo de mutações de ordem moral, social e econômica.

1.º Secretário — José M. Franco Krempel.
2.º Secretário — Torquato Montalvás.
1.º Tesoureiro — Paulo de Tasso Barbosa.
2.º Tesoureiro — Antônio Leite de Oliveira Barros.

Nova denominação de Associação Rural

A Associação Rural da Zona do Rio Pardo, passou a denominar-se Associação Rural de Poços de Caldas.

Novas Associações Rurais

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias reconhecendo as Associações Rurais do Podengi, no Ceará, de Alagoinha, na Bahia; e do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Associação Rural de Fernandópolis

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que regerá os destinos da Associação Rural de Fernandópolis:

Presidente — Percl Valdir Seneghini.
1.º Vice-Presidente — Francisco Gomes Garcia.
2.º Vice-Presidente — Manoel de Oliveira Verdi.
Secretário-Geral — José Beran.
1.º Secretário — Alexandre Said Sales.
2.º Secretário — Antônio Brandine.
1.º Tesoureiro — Waldemiro Renato.
2.º Tesoureiro — José Mota Neto.

90% DE NACIONALIZAÇÃO



Progride a olhos vistos a fábrica da Mercedes-Bens do Brasil S/A, em São Bernardo do Campo, a fim de integrar-se nas metas que o Govêrno Federal fixou para o estabelecimento da indústria automobilística no país. Na foto, tirada no pátio da fábrica, vê-se o trabalho da descarga de caixas recem-chegadas, contendo as mais modernas maquinas fornecidas pela Daimler-Benz A G., de Stuttgart, Alemanha. A instalação dessas máquinas está constituindo um sério problema para a direção tecnica da emprêsa da "ESTRELA DE PRATA", por quanto vem ferir totalmente o programa de produção diária, sendo, de outro lado, indispensavel a fim de aparelhar a fabrica para que possa, como até agora, manter-se sempre a frente no cumprimento das metas do Govêrno. Estas, como se sabe, estabelecem o indice de 90% de nacionalização até 1.º de julho de 1960.

(Continuação da pág. 21)

é frequente a orientação condenável das linhas das culturas feitas nas encostas e o que agrava mais a situação, é uma prática commumente adotada, em que entre as linhas da cultura de fumo, que substitui a do milho em rotação, são enfileirados os restolhos do milho em disposição tal que favorece a canalização das águas do deflúvio no sentido do declive, intensificando dêste modo a sua ação erosiva.

A agricultura neste Estado, que já vem sendo feita há alguns séculos por estes métodos rudimentares, tem empobrecido sobremaneira as suas reservas de área agricultável, deixando assim grande parte de sua terras transformadas em pastagens pobres e deficientes.

Os métodos de utilização dessas pastagens torna-se cada vêz mais deficientes e permitem à erosão continuar a sua ação destruidora que iniciara com a instalação da agricultura.

A falta de rotação nas pastagens, o número excessivo de cabeças por hectare e a prática condenável, tão commumente usada, da queimada dos pastos são fatores que além de conduzirem um processo de esgotamento do solo pela retirada de grande quantidade de nutrientes, expõem-no a perdas irreparáveis pela ação dos deflúvios.

Os dois primeiros fatores têm como consequência um apascentamento excessivo que provoca claros no terreno nos lugares onde a continuada ação do gado não permite a recuperação das gramíneas destruidas. Os caminhos que o gado talha nas encostas vão cada vez se tornando mais profundos pela ação da água, que os utiliza como canais de escoamento, e também aí como não há rotação, as gramíneas não conseguem recompor a cobertura.

Essas áreas sem cobertura devido à ação mais intensa do gado, e os caminhos que ele forma nas encostas são os principais responsáveis pelas ravinas e frequentes vossorocas que aparecem nas pastagens cujo solo, por suas características físicas, se presta a esse tipo de erosão.

A queima dos pastos que é também uma prática commumente adotada não só em Minas Gerais, mas em quase tôdas as pastagens brasileiras, é o principal fator de empobrecimento das mesmas. Entre os danos mais profundos que causa ao solo pode-se ressaltar três: 1) a grande perda de matéria orgânica, que além das modificações de características químicas que acarreta, tem pernicioso efeito sôbre a estrutura do solo, tornando-o menos resistente à erosão; 2) a acidificação sofrida pelo solo, que acarreta como consequência o desenvolvimento de uma microflora nociva; 3) as perdas de elementos transformados em óxidos voláteis e de elementos cujos óxidos fixos permanecem nas cinzas que são lavadas pelos primeiros deflúvios que se formarem.

O principal efeito desta queima é entretanto, a exposição do solo, totalmente desprotegido e com a estrutura alterada para pico, à ação das precipitações, que se fazem sentir como o início da estação chuvosa, provocando todos os tipos de erosão possíveis nesse terreno desprotegido.

Na fotografia 6, vê-se uma extensa área em Itabirito, Minas Gerais, quase completamente desflorestada e em sua maior parte utilizada como pastagens, as quais submetidas aos métodos de aproveitamento descritos acima, mostram os terríveis efeitos da erosão, traduzidos pelo afloramento do horizonte B em diversas áreas onde o horizonte superficial foi totalmente removido pela erosão em lençol, e pelas gigantescas vossorocas que corroeram grande parte do terreno. Vê-se ainda, nesta fotografia algumas vossorocas estabilizadas, possivelmente devido a certas variações climáticas atuais, principalmente quanto à precipitação, que



Foto nº 6 — Fotografia aérea abrangendo 1900 hectares de terras intensamente erodidas onde se distingue: — 1 — Vossorocas em pleno desenvolvimento; 2 — Vossorocas estabilizadas temporariamente; 3 — Áreas com afloramento do horizonte "B" devido à erosão em lençol.

permitiram o desenvolvimento de vegetação protetora impedindo assim a continuação do processo erosivo.

V — PANORAMA ATUAL DA EROSÃO NO BRASIL

Em uma publicação da F.A.O. (10) de 1954 que apresenta um estudo sôbre o panorama geral da América Latina, com respeito á erosão, encontra-se um levantamento dos diferentes graus de erosão, em que estão classificadas diferentes áreas do território brasileiro.

Para a classificação dessas áreas erodidas, tomou-se por base um critério especial para se determinar os graus de erosão.

Êste critério basea-se no fato que será mais interessante considerar-se a perda de fertilidade, que a percentagem de solo perdido. Assim considerou-se no trabalho citado, que as perdas sofridas pela terra e pelo povo em têrmos de redução de fertilidade,do custo do contrôle á erosão e de recuperação das terras perdidas, dependem de: 1) Quantidade de solo perdido, medido em polegadas ou em peso de solo por unidade de área; 2) composição de material carreado; 3) composição do material permanecente; 4) custo das medidas de contrôle á erosão; 5) o custo, material e tempo para a reabilitação das terras erodidas, dependendo isto de muitos fatôres. Foram assim estabelecidas 5 classes de acôrdo com êstes diferentes graus de erosão, sendo 4 classes principais e outras 2 formadas por um complexo de duas classes conjugadas. Tem-se assim:

A — Ligeira ou nenhuma erosão.

A B — Predominantemente ligeira erosão com 10 a 25% de terras moderada ou severamente erodidas.

B — Erosão moderadas.

B/C — Erosão moderada com 10 a 25% de terras severamente erodidos.

C — Erosão severa

I — Terras cujos solos ainda não foram perturbados pelo homem.

Nêste mapa do Brasil, destacado da carta da América Latina, apresentada no trabalho referido, pode-se observar que a erosão de um modo geral tem se desenvolvido e tomado aspectos mais graves na parte mais litorânea do que mais para o interior do país, o que é perfeitamente explicável pelo caminhamento da agricultura brasileira sempre do litoral para o interior. Assim as terras



dessa faixa litorânea estão submetidas há muito mais tempo aos rigores da erosão do que as terras mais recentemente adicionadas a exploração agrícola que caminha cada vez mais para o interior do país em busca de terras mais produtivas.

Êste caminhamento para o interior do país, tem sido em grande parte limitado pelas deficiências em vias de comunicação e tem como efeito principal o encarecimento do produto. Vem isto reforçar ainda mais a necessidade de conservação e recuperação dessas terras de faixa litorânia.

Os casos de erosão severa segundo esta classificação ocorreram apenas em área relativamente pequenas no Estado do Rio e em São Paulo.

Portanto, a maior parte do Brasil figura como terras de pouca ou nenhuma erosão ou terras em que o homem nunca tocou. Dêste modo são terras em que a agricultura deve obedecer as normas conservacionistas afim de que não venham apresentar o triste aspecto da terras dessas faixas litorâneas.

Convém notar que esta carta de caráter bem generalizado deve apresentar algumas imperfeições que correm por parte de deficiências de dados, às quais são feitas referências na publicação de onde foi extraída.

VI — Processos controladores da erosão:

Uma vêz constatado o efeito destruidor da erosão e conhecidas as suas causas, torna-se mais evidente a necessidade de se sustar o desenvolvimento dêste fenômeno, acelerado pelo homem, por meio das práticas conservacionistas que vão cada vêz mais se aprimorando a proporção que se adquire conhecimentos mais profundos de cada um dos fatôres que concorrem para o mesmo e a medida que se aperfeiçoa o já tão vasto equipamento agrícola conhecido.

A defesa contra a erosão tá tem sido feita mesmo pelos povos primitivos, muito embora êles procurassem sustar o efeito dêste fenômeno com os meios precários de que dispunham e sem muito grande conhecimento de suas causas.

São por demais citadas as práticas de defesa contra a erosão empregadas pelos indígenas do Peru em que utilizavam um tipo de terraceamento construído com os meios que dispunham, para poderem cultivar os terrenos intensamente declivosos das regiões andinas (10).

As civilizações antigas já empregavam certos processos mecânicos de conservação de solo.

Os terraços com muros de pedra para a conservação do solo e da umidade, era uma medida eficaz usada na região do Mediterrâneo muitos séculos antes da nossa era (11).

Na China, tambem já antes da era Cristã, usavam os agri-

cultores um sistema de cultivo chamado "tai tien" que consistia em se semear as culturas em sulcos profundos e após as plantas desenvolvidas, o terreno era lavrado nos lados dêstes sulcos de modo a formar um camalhão que cobrisse bem as raízes das plantas.

Este sistema de sulcos, quando feito em contôrno era bastante eficaz para impedir a erosão laminar e o deflúvio (II).

Ainda os chineses, há muito séculos atrás, já empregavam terraços em patamar que recortavam às vêzes extensas regiões, embora certos defeitos que elas apresentavam induziam o processamento da erosão laminar nesses bancos e às vêzes quando demasiadamente inclinadas, permitiam aguaceiros que formavam grandes vassorocas (II).

Com o desenvolvimento da agricultura e de tôdas as ciências em geral, a conservação de solos progrediu de maneira assustadora, principalmente nos Estados Unidos onde o seu estudo tem fornecido as mais numerosas informações científicas e práticas que têm servido e inspirado numerosos outros países na solução de seus problemas conservacionistas.

Assim são hoje conhecidas numerosas práticas de defesa contra os mais diversos tipos de erosão, as quais têm sido experimentadas e estudadas nas mais diversas regiões do mundo.

No Brasil, onde embora a sua importância não tenha sido considerada com a devida magnitude, muitas dessas práticas já tem sido estudadas e experimentadas, Principalmente em São Paulo e em Minas Gerais, onde em face da enorme importância da agricultura e pecuária e ainda o relevo e clima bastante favoráveis à erosão, a conservação de solos tem recebido alguma atenção dos respectivos governos Estaduais.

De acôrdo com os dados experimentais já obtidos no Brasil, embora ainda de caráter muito regional, e de dados obtidos em outros países em condições mais ou menos idênticas às nossas, numerosas práticas de defesa contra a erosão no Brasil, podem ser aconselhadas com algumas restrições.

As práticas aqui consideradas serão apenas as que se referem à defesa contra a erosão hídrica.

Estas práticas podem ser classificadas em quatro grandes grupos.

1) Práticas que utilizam vegetais, mortos ou vivos.
2) Práticas que utilizam processos mecânicos.
3) Prática que utilizam uma combinação de práticas mecânicas e vegetais.
4) Práticas que utilizam meios químicos.

No primeiro grupo podem ser citadas:

a) Florestamento.
b) Reflorestamento.
c) Pastagens.
d) Culturas de revestimento.
e) Cultura em faixas.
f) Renques de vegetação cerrada.
g) Faixas de bordadura.
h) Capinas alternadas.
i) Ceifa do mato.
j) Cobertura morta ou "mulch".
k) Enleivamento em nível dos restolhos das culturas.

Florestamento — a floresta constitui uma das mais eficientes proteções do solo contra a erosão. Pode-se considerar praticamente como nula a erosão num terreno florestado.

Entretanto, não é em tôdas as regiões que se desenvolvem florestas naturais, uma vez que isto é condicionado a condições de solo e principalmente a condições climáticas.

A conservação das florestas em terrenos que não permitem qualquer utilização agro-pecuária, principalmente nos terrenos montanhosos, onde às vêzes se instalam culturas que sòmente por um grande interêsse econômico e mediante trabalhosas e complexas práticas de conservação de solo seriam possíveis, é uma medida que deve ser obedecida e mesmo imposta por fôrça de lei.

Reflorestamento — certas zonas, que foram desflorestadas e que não podem ser submetidas à exploração agrícola quer por condições de ordem econômica, quer por limitações principalmente devidas à declividades excessivas e outras condições impróprias de topografia, ou ainda à baixa fertilidade de seus solos, deverão ser reflorestadas para uma melhor conservação do solo demais recursos naturais de fauna e flora.

Também a exploração racional de madeira, para as diversas finalidades, pode ser feita mediante um sistema de rotações de cortes em que se permite o reflorestamento natural ou se produz o reflorestamento artificial das áreas cortadas.

Dêste modo pode-se considerar duas práticas de reflorestamento; uma natural e uma artificial.

O reflorestamento natural é mais lento e depende de muitos fatôres, entre os quais as condições climáticas e condições de solo, e ainda as espécies florestais que existem na região.

Estas espécies influem pela quantidade de sementes que produzem, a facilidade de disseminação dessas sementes, o grau de germinação das mesmas, a rapidez de crecimento da espécie, etc.

No reflorestamento artificial são bastante importantes as condições de solo, principalmente a profundidade. Quanto às condições climáticas, estas já têm menor importância, pois escolhe-se espécies que se adaptem a elas para se efetuar o reflorestamento.

No Brasil, as espécies do gênero Eucalyptus, que aqui foram introduzidas, têm constituído um material maravilhoso para o reflorestamento que graças à sua ótima adaptabilidade às nossas mais diversas condições ecológicas têm sido largamente empregadas para a formação de florestas artificiais.

Conforme a maior ou menor intensidade de cobertura fornecida pelas gramíneas e leguminosas que compõem um pasto haverá uma variação na exposição de seu solo aos agentes de erosão.

Dêste modo, torna-se necessário o emprêgo de certas práticas, que concorram para manter o solo da pastagem suficientemente coberto afim de evitar a erosão.

Entre as práticas de conservação das pastagens, podem ser citadas as seguintes, que concorrem para a manutenção de uma boa cobertura do solo, o ressemeio periódico de leguminosas e capins apropriados, a rotação de pastagens para evitar o pastoreio excessivo, a abolição da queima dos pastos, a

manutenção de um número de cabeças por hectare que não seja excessivo, o emprêgo de práticas mecânicas para conservação de água no solo etc.

Plantas de revestimento do solo — são plantas empregadas para a cobertura de solo onde estão instaladas culturas permanentes ou anuais em rotação.

Estas plantas que são principalmente leguminosas, têm diversas funções em seu emprêgo. Podem ser usadas para adubação verde e secundàriamente para a defesa do solo contra a erosão e ainda para controlar hervas daninhas.

Pode-se incluir aí, também as árvores de sombreamento que têm também como função secundária o revestimento do solo.

Como são principalmente espécies da super-família Leguminosa e, as plantas emprega-

Leguminosas anuais	erectas	feijão de porco (Canavaglia ensiformis D.C.)
		soja comum (Glycini max (L) Merr.)
		çaupi (Vigna sinensis (L) Savi)
		Tremoço (Lupinus albus L. var. termis)
		crotalárias (crotalária sp.)
	prostradas ($)	mucuna (stizolobium sp)
		amendoim rasteiro (Arachis prostrata, Benth)
		anileira (Indigofera hirsuta L.)
		lablab (Dolichos lablab) — trepadeira.
Leguminosas perenes	Sub-arbustivas prostradas ($)	lablab (Dolichos lablab) — trepadeira
		mucuna (stizolobium sp). — trepadeira.
		jetirana (Centrosema pubescens Benth) — trepadeira
		kudzú comum (Pueraria thumbergiana (Sieb & Zucc) Benth) — trepadeira.
		kudzú tropical (Pueraria phaseolóides — Benth) — trepadeira.
		Calopogonio (Calopogonium mucunoides Desv.) trepadeira.

($) De acôrdo com a finalidade do quadro, as leguminosas trepadeiras estão classificadas como prostradas, uma vêz que quando empregadas para cobertura de solo, elas geralmente não encontram suportes para treparem ficando então prostadas.

Leguminosas perenes	arbustivas	falso pisquim (Leusaena Glauca (L) Benth)
		guandu (Cajanus cajan (L) Millsp)
		tefrósia (Tephosia candida D.C.)
	abórenas	Ingá (Ingá sp)
		Eritrina (Erithrina sp)
		mãe de cacau (Gliricidia sepium (Jacq.) Stend)
		cássia (Cassia sp.)
		angico (Piptadenia sp.)
		pisquim (Albizzia malacocarpa Standley)

das para o revestimento do solo em culturas permanentes ou anuais, pode-se agrupar como se vê no quadro que vem a seguir, as diferentes espécies aconselhadas para contrôle à erosão no Brasil segundo os seus ciclos, seus portes e seus hábitos:

Para as culturas anuais são geralmente empregadas em rotação, as leguminosas anuais como: o caupi (Vigna sinensis (L) Savi o tremoço (Lupinus albus L.), a soja (Glycine max (L) Merr), o amendoim (Arachis prostrata Benth), alguns feijões (Phaseolos sp.) etc., que fornecem proteção ao solo durante o seu período vegetativo, principalmente quando semeados a lanço, e que depois são incorporados ao solo como adubo verde. As leguminosas anuais ou perenes de hábito prostrado já oferecem uma melhor proteção ao solo nessas culturas anuais.

Para as culturas perenes podem ser usadas quaisquer leguminosas, entretanto são preferencialmente aconselhadas para contrôle à erosão as leguminosas de hábito prostado anuais ou perenes que revestem totalmente o solo. As perenes têm a vantagem de manter o solo coberto durante o ano inteiro, ao passo que as anuais vegetam durante um determinado período apenas, devendo em seguida serem ressemeadas, quando isto não acontece naturalmente.

As leguminosas anuais de hábito ereto também são aconselhadas para o revestimento do solo em culturas perenes e usadas também para a adubação verde. A. Marques (20), cita as seguintes leguminosas para cobertura de solo em culturas perenes; calopogônio (Calopogonium mucunóides Desv) jetirana (Centrosema pubescens Benth), feijão de porco (Canavaglia ensiformis D.C.), kudzú comum (Puerária thunbergiana (Sieb & Zucc) Benth) e kudzú tropical (Puerária Javánica Benth).

Hume (17) cita para revestimetno de pomares de Citrus, as seguintes leguminosas: o carrapicho (Desmodium tortuosum) a mucuna (mucuna sp.) e as crotalárias (Crotalária sp.)

As leguminosas perenes arbustivas são aconselhadas por Souza (31), principalmente para a recuperação de solos em longos períodos, como por exemplo: a tefrosia (Tephorosia candida D.C.) e o guandu fava larga (Cajanus cajan (L) Mill sp.).

As leguminosas arboreas são aconselhadas para o sombreamento em algumas culturas perenes proporcionando assim um revestimento do solo, que, embora de menor eficiência, têm características semelhantes à do revestimento florestal.

A. Marques (20) cita as seguintes leguminosas arbóreas empregadas para o sombreamento de cacauais: eritrina (Erithrina velutina), a mãe de cacau (Gliricidia sepium), ingazeiros (Inga sp.), e para cafezais: Cassia strobilácea (Cassia strobilacea H.B. e K.) pisquim (Albizzia malacocarpa Standley) e o angico (Piptadenia sp.).

De acôrdo com a ecologia dessas espécies leguminosas, elas podem ser empregadas nas diversas regiões do Brasil. Assim no sul do país, a leguminosa mais fàcilmente utilizável é o tremoço embora muito sujeito a ataques de nematódios (25). Há entretanto outras leguminosas de clima temperado.

No nordeste Duque (9), aconselha para as regiões onde se dispõem de muita umidade durante o ano inteiro as leguminosas de maior massa como a mucuna (mucuna sp.), as crotalária (Crotalária sp.) e o macassar (Vigna sinensis (L) Savi) e para as regiões onde a umidade do solo é pouca, as leguminosas que resistem mais à sêca como o feijão de porco (Canavaglia ensiformis D.C.) e o guandú (Cajanus cajan (L) Millsp).

Nas regiões sub-tropicais e tropicais do país onde há precipitações regulares, são numerosas as espécies leguminosas que podem ser usadas, para revestimento do solo, em culturas anuais e permanentes.

Culturas em faixas — Este processo consiste numa combinação de culturas, em que se dispõem em faixas alternadas pelo menos uma cultura de crescimento fechado e uma ou mais culturas de crescimento limpo como, milho, algodão, etc. Emprega-se também o sistema de faixas, quando se faz uma rotação de pousio, em que enquanto uma faixa é cultivada por uma cultura limpa, a faixa vizinha é deixada em pousio e coberta de mato (9).

A. Marques (20), considera tres sistemas de culturas em faixas, de acôrdo como o tempo que estas culturas permanecem sem rotação numa mesma faixa: a) faixas em rotação, em que anualmente tôdas as culturas mudam de posição, segundo um plano de rotação; b) faixas em exploração contínua de uma mesma cultura, em que as culturas existentes nas faixas permanecem de um ano para outro sem rotação, e c) faixas em rotação intercaladas com faixas contínuas, que consiste numa associação dos dois sistemas anteriores.

As faixas de crescimento fechado, que são as que têm a função de contrôle à erosão mediante parcelamento dos lançantes que êste sistema produz podem ser consituídas de uma cultura econômica, de uma leguminosa para adubação verde, de uma forrageira ou planta para fenação, ou ainda de mato que cobre o terreno e que é usado depois como pasto.

Este processo de culturas em faixas fornece às vêzes uma ótima proteção, entretanto deve-se obedecer a certas limitações para que seja usado isoladamente.

Estas limitações se referem principalmente às declividades em que êste processo pode ser usado com efetividade e ás larguras mais apropriadas para as faixas.

Ayres (2), referindo-se as culturas em faixas, naturalmente no sistema de faixas em rotação, considera que êste sistema não deve ser usado isoladamente para declividades superiores a 3 ou 4% em terrenos muito sujeitos a vassorocas. Neste caso deve ser empregado em associação para com o terraceamento.

Guastaffson (16), chama a atenção para o fato de que as culturas em faixa não deverão ser usadas em declividades superiores a 25% em solos bem drenados, ou acima de 22,5% em solos de mediana a pobremente drenados, ou ainda em declividades acima de 14% em solos pobremente drenados.

A. Marques (20), preserevê para as faixas em rotação o

emprêgo em declividades inferiores a 10% de declividade quando usadas isoladamente, e quanto as faixas de vegetação permanente, considera que podem ser aplicadas com bons resultados, mesmo em declividades superiores a 60%.

Com respeito à largura das faixas, esta varia de acôrdo com diversos fatôres, com as condições físicas do solo, as precipitações locais e o tipo de culturas empregadas. Entretanto diversos autores fazem especificação com relação á largura das faixas.

Ayres (3) ao tratar do assunto, considera que para um perfeito contrôle da erosão é necessário um sistema de faixas em rotação em que fique sempre de 30 a 50% do terreno coberto por uma cultura de crescimento fechado.

Duque (9), admite uma largura de no máximo 30 metros para a faixas em cultivo e ressalta ainda que salvo condições especiais estas faixas não devem ter nunca mais de 30 metros de largura nem menos de 10 metros.

A Marques (20), refere-se ao assunto dizendo que a largura das faixas de cultura aberta deve estar condicionada ao interêsse econômico do agricultor e que, em geral, estas faixas não dever ter mais de 40 metros, como tambem não convém que tenham largura inferior a 15 ou 20 metros.

Com respeito a capacidade da terra para cultivos em faixas alternadas, Wanderbilt (3), prescreve as seguintes medidas.

0 — 2% — Faixas de culturas retentoras de 7,5 a 15 metros

Faixas de culturas em linhas de 30,5 a 45,5 metros.

2 — 3% — Faixas de culturas retentoras de 12,2 a 15,2 metros

Faixas de culturas em linhas de 23 a 38 metros

— de 3% (lavoura ja em terraços) 50% da area em cultivo semi-permanente de retenção Lavoura em linhas, no máximo de 30,5 metros.

Estas especificações são portanto variaveis e podem ser adotadas com algumas modificações de acôrdo com as condições de cada localidade e interêsses econômicos do agricultor

Este interêsse econômico se refletirá tambem sôbre as espécies que serão usadas nas faixas de cultura fechada

No caso de uma cultura econômica podem ser usados o feijões, a batata dôce, alguns cereais, etc

Se houver interêsse em usar-se leguminosas para a adubação verde, estas serão usadas de preferencia em rotações curtas em que se utiliza principalmente as leguminosas erbáceas

Com respeito a utilização de plantas para a fenação nessas faixas, Souza (32), estudando o problema, mostra a necessidade da utilização do feno no Brasil durante a época do ano em que as gramineas morrem e que, semelhantemente ao que é feito nos Estados Unidos, dever-se-ia incluir nas rotações de culturas em faixas, leguminosas ou gramineas que fornecessem feno para os animais da fazenda ou mesmo para ser vendido.

Pela importância que tais plantas possam ter nas culturas em faixas ,tanto pelo seu valor econômico, coma pela ótima proteção que proporcionam no solo, merecem citação as

gramíneas e leguminosas mais indicadas para a produção de feno, segundo Andrade (1), e que podem ser aplicadas nas culturas em faixas.

Gramíneas:
- Capim de Rodes (Chloris gayana Kunth)
- Capim Jaraguá
- Capim gordura (Millinis minutiflora Pal deBeauv)
- Capim marmelada (Brachiaria plantaginea)
- Capim favorito (Tricholnema repens (Nees) Hitch.)
- Capim australiano (Paspalum dilatatum Poir)
- Capim Azul da Astrália (Andropagon ischaemum L)

Leguminosos:
- Alfafa (Medicago sativa L.)
- coupea (Vigna sinensis (L) Savi)
- Soja (Soja max (L) Merr.)
- Mucuna (Styzolobium sp.)

Nas faixas de vegetação permanente, é aconselhado por A. Marques (20), o uso das seguintes gramíneas: cana de açucar (Saccharum officinarum), o Vetivert (Vetiveria Zizanoides (L) Nasch), a herva cidreira (Cybopogon citratus (Stepf Mil) e o capim gordura (Melinis minutiflora, Pal. de Beauv.)

Renques de vegetação — são faixas de plantas de crescimento fechado, porém mais estreitas e usadas principalmente para contrôle á erosão em culturas permanentes instaladas em terrenos muito declivosos.

Estas plantas devem ser de crescimento bastante denso, e rasteiro, de abundante sistema radicular e vida perene.

Os renques preferivelmente devem ser feitos em contôrno, sendo permissível, entretanto, um desvio do nível quando feito em ruas de culturas que se apresentam mais ou menos niveladas.

As espécies citadas por A. Marques (20) como as mais recomendadas para o renques de vegetação cerrada, são as seguintes: isote (Hucca elephantipes Regil), capim chorão (Eragrostis curvula, var, valida), herva cidreira (Cybopogon citratus (Stapf) Mil.) e o lantôro (Leucaena glauca (L) Benth).

Faixa de bordadura — são faixas de uma vegetação densa e resistente, com um sistema radicular bem desenvolvido e que são instaladas nas zonas limitrofes dos campos de cultura, afim de evitar a erosão nesses lugares, bem como, impedir que ai se desenvolvam plantas invassoras que possam prejudicar as culturas.

Estas faixas de bordadura têm ainda a vantagem de servirem para as máquinas agrícolas fazerem a volta quando o terreno é cultivado em contôrno. Podem também ser utilizadas como escoadouros de terraços.

Segundo A. Marques (20), devem ter de 3 a 5 metros de largura e as plantas protetoras utilizadas podem ser leguminosas rasteiras e de pequeno porte, como a jetirana (Centrósema pubescens Benth), o kudzú (Puerária sp.), as crotalárias (Crotalária sp.), ou gramíneas como a herva cidreira (Cybopogon citratus (Stapf) Mil.), o capim gordura (Melinis minutiflora Pal de Beauv) etc.

Capinas alternadas — é um método idealizado por A. Marques (20) e que tem dado ótimos resultados no contrôle de perdas de solo e de água do deflúvio, os quais foram constatados por dados experimentais.

Êstes sistema cresce de importância pelo fato de ser de simples execução, sem requerer qualquer adição de trabalho, ou acarretar qualquer operação das práticas normalmente usadas pelo lavrador.

A distribuição dessas capinas pode ser feita de tal modo que a cultura assim tratada não sofra nenhuma redução no número de capinas, que normalmente deve receber, havendo sòmente, um pequeno atrazo ou adiantamento de apenas 1/4 do total de dias necessários para se efetuar a capina normal, com relação á época em que normalmente se deveria iniciar a capina.

Esta prática foi aplicada experimentalmente em culturas anuais e perenes, apresentando bons resultados e ficando assim evidenciado, que a sua aplicação deve ser aconselhada aos agricultores que por quaisquer razões relutem em empregar outras medidas de contrôle a erosão por serem mais dispendiosas ou de mais difícil execução.

Ceifa do mato — é um processo recomendado para culturas permanentes e que consiste em deixar-se o mato tomar conta do terreno cultivado, porém, controlando o seu desenvolvimento através de ceifas periódicas e deixando-se o material ceifado sôbre o terreno. Êste processo permite uma perfeita cobertura do solo, redusindo assim, grandemente a erosão.

Apresenta entretanto uma desvantagem, que é a concorrência em água que se verifica entre o mato e planta cultivada e que em determinados períodos sêcos do ano, como os "versânicos", acarreta, ás vêzes conseqüências desastrosas para a cultura.

Para se evitar esta concorrência, o terreno deve sofrer capinas durante êstes períodos críticos e ser ceifado nas épocas de maior pluviosidade, que é justamente quando haveria mais erosão.

Uma outra vantagem dêste sistema, além da proteção que fornece ao solo, é a de necessitar menos mão de obra e ser mais rápido que a capina.

Cobertura morta ou "mulch" — é um processo que consiste em defender-se o solo contra a erosão mediante o emprêgo de palha ou restos vegetais que são colocados em uma camada de alguns centímetros sôbre o solo.

O emprêgo desta prática encontra algumas limitações com relação a declividade do solo, entretanto, quando permissível o seu emprêgo, além de um bem grande costrôle da erosão, fornece ainda, outras vantagens, tais como: maior conservação da umidade do solo, por reduzir a evaporação, contrôle do mato que não consegue atravessar a camada de "mulch" morrendo estioldado quando consegue germinar.

Enleiramento dos restalhos de cultura em nível — esta prática pode ser usada para amenizar um pouco a erosão que se processa nas culturas de fumo, cultivadas em rotação com o milho. É comum enleirar-se os restalhos da cultura da milho entre as linhas da

(Continua na pág. 52)

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

— 179 —

Eng. Agrônomo BERNARDO SAYÃO

Reproduzimos do nosso diário, contido nas INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS — REGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS — 1947/1948 (Comissão POLI COELHO) as seguintes passagens referentes ao Eng. Agrônomo Bernardo Sayão, então diretor da Colônia Nacional de Goiás:

— "13 de outubro de 1947 — Fresca e agradável a noite de 12/13. Manhã clara.

Saída de Goiânia, com destino à Colônia Agrícola Nacional, via Inhumas-Itaberaí-Jaraguá, às 13 horas. Depois de São Geraldo apresenta o cerrado aspecto de transição, desaparece e só ressurge, em manchas, nas proximidades de Itaboraí. A zona atravessada, notadamente a compreendida entre o povoado São Geraldo e vila Itauçu, é densamente povoada. O município de Inhumas está todo êle, situado nas terras de "mato-grosso" que produzem, com altos rendimentos, cereais e grãos leguminosos e possui excelentes lavouras de café e cuidadas pastagens de capim jaraguá. De Itaboraí à Jaraguá observamos, de passagem, muito gado. Terras bem povoadas, talvez um pouco mais sêcas que as de Inhumas. Às 19,30 horas, entrávamos na cidade de Jaraguá, muito beneficiada pela rodovia Anápolis-Colônia Nacional, que facilitou o crescimento da população rural do município, com a entrada de baianos e mineiros, muito acentuada nos últimos anos.

— "14 de outubro de 1947 — Noite "abafada" e quente a de 13/14 na cidade de Jaragua. Manhã fresca e clara.

Saída às 7,20 horas e chegada à sede da Colônia Agrícola Nacional, às 8,30 ou pouco mais. À margem direita do rio das Almas está Barranca, — povoado que se vai erguendo e cresce, dia a dia, vivendo, sem dúvida, à sombra do trabalho dos colonos. Na C.A.N.G. fomos recebidos, muito amavelmente, pelo Eng. Agrônomo Bernardo Sayão, que nos levou a ver as oficinas, hospital, etc. e, depois, em excursão, muito proveitosa, às linhas coloniais. Os trabalhos de assistência à saúde despertam prontamente a atenção do visitante. O médico, que é jovem, e Cearense, tem entusiasmo "contagiante" e desenvolve muita atividade. Já chegou, mesmo, a operar, com os recursos de seu pequeno hospital, um "papo". O hospital, além do gabinete de consultas, tem um pequeno laboratório, sala de curativos, duas enfermarias e maternidade. O médico é auxiliado em sua humanitária tarefa por quatro enfermeiras diplomadas em Anápolis. Atendem na clínica, os colonos, as pessoas de suas famílias e, ainda, a pessôas estranhas. A malária é, sem dúvida, a responsável pelo maior número de consultas.

O povoamento da área urbana da C.A.N.G. está se processando com certa lentidão. O das linhas coloniais, entretanto, é, francamente, acelerado.

A visita feita a uma das linhas coloniais, à margem



Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão, conversando com o comandante do helicóptero, no acampamento provisório da rodovia Belém-Brasília (Gentileza da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL).

do rio das Almas, impressionou muito favoravelmente. Há trabalho, muito trabalho realizado, prosperidade e confiança. A chamada "Linha dos Chicos" documenta e ilustra o acerto de afirmativa.

O sistema adotado para a divisão dos lotes pareceu-nos o mais conveniente e racional. Geralmente alcança cada lote (30 hectares os agrícolas e 50 os pastoris) o *divisor das águas e o rio*, o *divisor das águas e a estrada*, ou, finalmente, o *rio e a estrada*.

O problema das estradas é considerado pela direção da C.A.N.G. com inteligência e carinho. Temos, mesmo, a impressão que rodovia *Anápolis-Colônia Nacional* e seu prolongamento *Colônia Nacional-Miracema*, porto no Tocantins, será dos maiores serviços prestados pelo Ministério da Agricultura a uma zona rural no interior do Brasil.

O rápido povoamento da C.A.N.G. não é sòmente devido à fertilidade das terras de S. Patrício... é, principalmente, ao sistema rodoviário.

Até 31 de agôsto de 1947 estabeleceram-se, em caráter permanente na C.A.N.G. 1.304 famílias, — num total de 7.519 pessoas, assim distribuídas, segundo a naturalidade: — Minas Gerais, 3.714; Goiás, 2.781; Bahia, 455; São Paulo, 359; Pernambuco, 39; Ceará, 36; Maranhão, 29; Piauí, 23; Santa Catarina, 11; Paraíba, 9; Mato Grosso, 9; Rio Grande do Sul, 8; Paraná, 7; Pará, 6; Alagoas, 6; Rio Grande do Norte, 3; Distrito Federal, 3 e Rio de Janeiro (Estado), 1. O total de estrangeiros ascende a 19.

Não só na C.N.A.G., mas em todo o Estado, — mineiros, baianos ou paulistas são "pau rodado" (pessoas naturais de outro Estado, que para pouco, etc.) encontrados em maior quantidade.

Da C.A.N.G. voltámos à cidade de Jaraguá e, por dificuldades de trânsito no caminho para Pirenópolis, depois de rápida excursão ao distrito de Uruana, seguimos com destino à cidade de Anápolis".

Onze anos depois de escritas essas linhas ocupava o Eng.° Agrônomo Bernardo Sayão de Carvalho Araujo os cargos de vice-governador do Estado de Goiás, cuja presidência exerceu, e de diretor da Companhia Urbanisadora da Nova Capital do Brasil onde, em pleno exercício de suas funções encontrou a morte, no dia 18 de janeiro de 1959, atingido por uma árvore da floresta amazônica, na estrada Belém-Brasília, que passou a ser denominada, por iniciativa do próprio Presidente da República, — Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, — Estrada BERNARDO SAYÃO.

É uma homenagem justa e, sem dúvida, ao feitio do inclito bandeirante, de memória lembrada com saudade e respeito.

— 180 —

DECALOGO DO SERVIDOR DAS COOPERATIVAS

São da SUL-COOP, órgão da Secção de Assistência no Cooperativismo, da Secreta-

ria de Agricultura, Indústria e Comércio, do Estado do Rio Grande do Sul, o seguinte decálogo:

"1 — Conhecer as idéias cooperativas e às mesmas ajustar-se, de maneira a poder agir como cooperador convicto;

2 — Ter conhecimentos econômicos e compreensão dos fenômenos da economia;

3 — Ter consciência da sua responsabilidade para com a comunidade;

4 — Preencher suas funções com zêlo e entusiasmo, cumprindo inteiramente suas tarefas;

5 — Não ser egoísta nem ter critérios estreitos;

6 — Não aproveitar-se de sua função para obter vantagens materiais;

7 — Estar sempre disposto a colaborar, no interesse da cooperativa;

8 — Ser paciente e aberto a novas idéias;

9 — Levar em consideração a opinião dos demais;

10 — Ser democrático e não suportar nem empregar métodos violentos".

Além do que deve estabelecer os estatutos e os regimentos da cooperativa, considera a Secção de Assistência ao Cooperativismo, um dever do servidor das cooperativas observar, em todos os seus detalhes, o decálogo transcrito.

— 181 —

CACAU BRANCO NA BAHIA

O Prof. Gregório Bondar, a quem tanto deve a economia rural brasileira, estudou e divulgou, em 1938, nos meios internacionais, uma variedade de cacau branco na Bahia (*Theobroma leiocarpum* Buern.) a que deu o nome de Cacau Almeida, o afortunado descobridor da interessante e útil "mutação".

Divulgou pela revista "Bahia Rural" e, depois, pela "Revue de Botanique Appliquée" e pelo "Bulletin Officiel de L'Office International du Cacau et Chocolat" (de Paris e Bruxelles, respectivamente) foi reimpressa na "Kazett Kakao und Zucherwaren Industrie" (Dresdem).



Cacau Almeida, variedade de cacau branco resultante de mutação, obtida na Bahia em cacaueiro derivado do cacau do Pará, — Theobroma leiocarpum *Bern., segundo o Prof Gregório Bondar.*

O conhecido cientista, dedicado aos assuntos de indústria do cacau, Dr. Heinrich Fincke, comentou o comunicado e analisou as "bagas" que lhe foram enviadas pelo Prof. Bondar.

O Cacau Branco da Bahia, conhecido como Cacau Almeida, merece ser implantado em grande escala. É uma mutação fixa e tem amplas perspetivas na indústria chocolateira.

Seria conveniente que as novas plantações fossem feitas, de preferência, em cultura isoladas, bem sombreadas.

— 182 —

CRÉDITO AGRICOLA E PROBLEMA AGRARIO

Fábio Luz Filho, sócio titular (Cadeira n.º 23 — JOSÉ SATURNINO) editou em 1958 pela "Revista dos Tribunais", — Rua Conde Sarzedas, 38 — São Paulo, um volume com XII capítulos, 305 páginas e índice minucioso e claro.

O novo trabalho de Fábio Luz Filho está conforme a a tradição conquistada pelos 34 trabalhos anteriores.

Encara, de maneira atual, com objetividade, o crédito agrícola e o problema agrário

— 183 —

GALGO INGLÊS DE ESPORTE

Êsse galgo de pêlo curto, muito apreciado e afamado entre os criadores de cães de esporte, sobretudo, de corridas, é conhecido pela denominação "Smooth Greyhound", podendo, pelo conjunto harmonioso, inteligência e distinção de suas maneiras, ser considerado como, de fato, é, cão de luxo e distração.

Na Inglaterra adquiriu fama, muita simpatia, pela sua utilização no "coursing", aprimorando velocidade e alcançando preços elevados, fabulosos, para as grandes corridas.

O esporte, muito atraente e frequentado, data de Henrique VIII e, cada vez mais, se desenvolve, não afetando,



Smooth Greyhound ou Galgo Inglês de esporte e de luxo, pêlo curto, muito veloz e forte. Fotografia do MANUAL DO AMADOR DE CÃES, de EURICO SANTOS (Editôres F. Briguiet & Cia — Rio de Janeiro)

sua concurrência, o brilho das corridas de cavalos.

A origem do galgo inglês, de pêlo curto, divide as opiniões, acreditando alguns que foi introduzido pelos celtas no II ou III século de nossa era e outros que descende do Sloughi, o venerado lebreiro árabe, porém, remontando a introdução ao tempo das cruzadas.

Raça retilínea de aspecto geral de animal fino, esbelto, elegante, com bons músculos, vigoroso e audaz.

Talhe um pouco menor que o do galgo russo, mede na altura da cernelha, 65 a 70 centímetros os machos e 60 a 68 centímetros as fêmeas.

O pêso oscila, de 25 a 30 quilos, segundo o talhe.

A cabeça é longa e magra, crânio muito largo entre as orelhas, sendo estas pequenas delgadas e situadas atrás.

Olhos brilhantes, vivos, de diferentes côres.

Nariz pontudo e negro.

Bôca bem feita.

Maxilares musculosos e magros.

Dentes alvos, sólidos e longos.

Pescoço longo, de grande flexibilidade, elegantemente arqueado.

Espádua oblíqua, peito espaçoso e profundo.

Dorso forte, ligeiramente arqueado.

Rins largos e fortes, musculosos.

Cauda longa, fina, bem assentada e recurvada.

Patas trazeiras, bem afastadas uma da outra, mais compridas que as da frente.

Jarretes bem descidos.

Coxas musculosas e patas dianteiras, da espádua ao cotovêlo, compridas em comparação com a parte que vai do joelho à planta do pé, que apresenta sola densa e dura.

Pés redondos e fechados.

Dedos arqueados.

A pelagem, de cor variável, sendo mais apreciada a unicolor branca, muito procurada, seguindo-se-lhe a negra, a vermelha, etc.

Pelos finos, fornidos e cerrados.

Constitui defeito as orelhas caídas ou em pé, que não são apreciadas.

É o galgo inglês, de pêlo curto, muito veloz e valente, sendo animal de grande futuro no Brasil, quer como cão de luxo, quer como animal de esporte, especialmente caça corredeira, veado, raposa, etc.

— 184 —

BAGAÇO DE CANA E PAPEL

O exemplo da cidade paulista de Piracicaba, com a utilização do bagaço de cana, de sua uzina açucareira, no fabrico de papel, é dos mais animadores. E, sem dúvida, será imitado pelas uzinas ou grupo de uzinas, para o desenvolvimento da indústria de papel, com o aproveitamento do bagaço, onde for possível dispensá-lo como combustível.

A eletrificação dos trabalhos nas uzinas açucareiras e destilarias será um grande passo, onde for tarifas especiais, para a utilização total do bagaço de cana na indústria de fabricação de papel, de que tanto necessitamos.

— 185 —

BATIPUTÁ

Alfeu Domingues, Renato Braga e Getúlio César, três agrônomos nordestinos, de nomes feito em todo o Brasil, estudaram o batiputá que cresce nos tabuleiros do nordeste, leste e sul, até São Paulo e, também, nos gerais e cerrados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

As duas variedades mais conhecidas se distinguem, como arbustiva, a *Ouratea Jabotapita* Engl. (*Gomphia Jabotapita* Swartz e *Ochna Jabotapita* Linn.), — arbusto de fôlhas alternas e elípticas, pontuadas, persistentes, coriáceas, lustrosas. Flores em panículas pequenas, amarelas. Drupa pequena, negro-azulada, formando cachos densos, com semente em cada fruto, e, como arvoreta, a *Ouratea parviflora* Baill. (*Gomphia parviflora* DC). que, parecida com o arbusto anterior, alcança até cinco metros de altura, sendo o fruto pentalocular, encarnado quando maduro, contendo sementes amarelas, rajadas de preto.

A primeira, principalmente, do Ceará à Bahia e a segunda, do literal nordestino ao litoral paulista.

É o batiputá planta típica dos tabuleiros litorâneos e, também, em menor escala, nos gerais e cerrados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Coincidindo a época de maturação dos frutos, com a semana santa ou com a quaresma, extráem o oleo de batiputá, também chamado "manteiga de batiputá" para temperar.

O rendimento em óleo, — extraído dos frutos e das sementes, — é, na prática, relativamente, pequeno.

Do mesocarpo do fruto obtém as "azeiteiras" de 6 a 12% e das sementes até 16% de óleo fino, de variado emprêgo.

Além de apreciado condimento tem os oleos de batiputá aplicações medicinais e industriais.

Preparado industrialmente será o rendimento da produção elevado.

Ao encerrarmos êsse tema-sugestão lembramos que o naturalista M. Pio Corrêa faz referência a uma espécie de *Gomphia caduca*, citada por alguns autores, embora não registrada pelos clássicos, como Batiputá brabo, conhecida em Pernambuco também sob a denominação de Bom nome brabo.

Confirma, assim, o naturalista Arruda Câmara (Manoel de), citado por Getúlio



Baunilha (Vanilla Pompona *Schiede*), *segundo o naturalista Pio Corrêa no 1.º volume do DICIONÁRIO DAS PLANTAS ÚTEIS DO BRASIL.*

César, como conhecedor de uma espécie braba de Batiputá.

— 186 —

BAUNILHA

Temos impressão que o interesse pela cultura da baunilha, — orquidácea ornamental e econômica, — tem diminuído ou, pelo menos, não tem aumentado.

Torna-se necessário restabelecê-lo, seja por intermédio de amadores, de técnicos e dos membros das associações rurais que podem e devem, onde favoráveis as condições do meio, promover entre seus associados, a propagação da baunilha, cultivando-a.

Entre as espécies mais comuns cita o naturalista M. Pio Corrêa as seguintes:

1. — *Vanilla aromatica* Sw., (*Epidendrum vanilla* L., *V. aromatica* Griseb., *V. inodora* Schiede., *V. ovalis* Blanco), planta trepadora de caule fino, verde escuro, folhas sesseis ou curto-pecioladas, flores verde-brancacentas, labelo branco, dispostas em racimos, fruto um pouco curvo e comprido, medindo 30 centímetros e 1 centímetro de largura. É planta dos parques e jardins pela beleza e fragância de suas flores. Ocorre da Amazônia aos Estados de Minas Gerais e São Paulo;

2. — *Vanilla palmarum* Lindl., fortemente sustentada na árvore suporte pelo elevado número de raízes adventícias, tem a espécie folhas alternas, curto-pecioladas, ovado-cordiformes, carnosas, luzidias, verde-claras; flores avermelhadas, pouco aromáticas, dispostas em racimos axilares; frutos carnosos de 16 centímetros de comprimento e 2 de largura, ou mais, estreitando-se para as extremidades. Apresentam os frutos, quando maduros, delicioso perfume, que não é devido a presença de "vanilina", mas de graxas e óleos essenciais, em quantidade superior à encontrada na baunilha verdadeira. A espécie vegeta, de preferência, nos Estados da Bahia até S. Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, sôbre altas palmeiras;

3. — *Vanilla parvifolia* Rodr., caule robusto e flexuoso; folhas sésseis, agudas, de 8 centímetros de comprimento e 4 de largura; flores branco-esverdeadas, pequenas, sépalas carnosas e pétalas lanceoladas com margens onduladas e labelo de 4 centímetros com lamelas brancas; frutos subsiformes, quasi erectos, de 8 centímetros de comprimento. Ocorre no Estado de São Paulo;

4. — *Vanilla planifolia* Andr. (*V. sativa Schiede*), — Trepadeira de caule glabro com 1 a 2 raízes adventícias em cada nó; folhas curto-pecioladas ou sésseis, oblogo-lanceoladas, longo-acuminadas, carnosas, coriáceas, de 22 centímetros de comprimento e 6 de largura; flores vermelho verde-amareladas, grandes, sépalas e pétalas oblongo-lanceoladas, labelo amarelado com estrias alaranjadas, dispostas em racimos no ápice dos ramos; fruto linear, aromático, do mesmo comprimento das folhas e com 6-8 milímetros de largura, mais ou menos cilíndrico e curvado nas extremidades. Fornece a espécie a quasi totalidade da "baunilha" do comércio, empregada como aromática, condimentar e estimulante. Ocorre da Amazônia até São Paulo e Goiás. É cultivada, principalmente, no Rio de Janeiro e Minas Gerais;

5. — *Vanilla Pampona* Schiede (*V. grandiflora* Lindl., *V. lutescens* Moq.) — Caule cilíndirco, ramoso, um pouco flexuoso e engrossado nos nós, cada um dos quais emite 1-2 raízes adventícias; folhas curto-pecioladas, ovalo-oblongas, de ápice agudo e base subcordiforme, carnosas e coriáceas, até 20 centímetros e 8 de largura; flores amarelas das, grandes, dispostas em espigas axilares curtas; fruto até 18 centímetros de comprimento e 2 de largura, contendo muitas sementes. Além de "vanilina" contem, ainda, "piperonal". Conhecida como "baunilhão" ocorre da Amazônia até São Paulo e Minas Gerais.

6. — *Vanilla Ribeiroi* Hoehne. — Folhas curto-pecioladas, ovado-oblongas, de ápice incurvo, reticulado-nervadas, de 12 centímetros de comprimento e 2, ou pouco mais, de largura; flores brancas, dispostas em espi-

Continua na pág. n.º 16

(Continuação da pág. 44)
cultura de fumo, que seguem a direção do declive na condenável prática que se observa freqüentemente na zona da Mata em Minas Gerais.

Pela simples mudança da orientação dessas leiras de restalhos, consegue-se impedir um pouco a erosão, ao invés de se facilitar o seu trabalho, como acontece pela aplicação daquela prática condenada.

O enleiramento dos restalhos em linhas de nível pode ser usado em quase tôdas as culturas anuais.

2) Processos mecânicos de contrôle a erosão.

a) Plantio em linhas de nível.
b) terraços de camalhão.
c) terraços de canal.
d) terraços em patamar.
e) banquetas individuais.
f) Sulcos em pastagens.
g) covas em rodízio.
h) enleiramento permanente.
i) formação de cordões de pedregulhos.

Plantio em linhas de nível — êste processo tem função de defesa contra a erosão pelo fato de oferecer um obstáculo ao livre desenvolvimento do deflúvio através da série de pequenos canais e camalhões que se formam mediante o cultivo em curva de nível.

Êste processo consta, em síntese, de uma série de linhas niveladas básicas, guardando entre si, um determinado espaçamento, geralmente o mesmo usado para os terraços, e numerosas outras linhas entre elas, que são geralmente paralelas à uma ou outra de duas niveladas consecutivas.

De acôrdo com o critério com que se tira as linhas paralelas, haverá um maior ou menor número de linhas mortas na cultura e estas ocuparão diferentes regiões do intervalo entre as linhas niveladas.

Pode-se assim distinguir quatro critérios para o estabelecimento desta linhas paralelas, obtendo-se assim, quatro sistemas diferentes.

1) linhas paralelas tiradas para cima das niveladas — a adoção dêste critério acarretará o aparecimento das linhas mortas na parte superior do intervalo. Êste sistema deve ser empregado para solos bem permeáveis.

2) linhas paralelas tiradas para baixo das niveladas — o emprêgo dêste critério acarretará em conseqüência, o aparecimento das linhas mortas na parte inferior do intervalo entre as duas niveladas. Êste sistema deve ser empregado para solos pouco permeáveis.

3) linhas paralelas para cima e para baixo das niveladas — êste critério conduzirá a um sistema em que as linhas mortas ocuparão a região mediana do intervalo entre as niveladas. Êste sistema é aconselhado para solos de permeabilidade mediana e é o de uso mais generalizado.

4) linhas paralelas tiradas ora para baixo ora para cima das niveladas — êste critério é adotado quando se deseja que as linhas apresentem tôdas um caimento num só sentido, ou seja, no sentido do canal de escoamento. É um sistema adotado para solos de muito pouca permeabilidade e regiões de pluviosidade intensa.

Êste processo para ser bastante efetivo deve ser combina-

do com um outro qualquer processo vegetativo ou mecânico.

Terraceamento: Dentre as práticas mecânicas mais usadas na agricultura, a construção de terraços, quando feita de acôrdo com tôdas as normas técnicas, constitui o processo mais efetivo de contrôle a erosão.

Os terraços têm como principal função a do parcelamento dos lançantes, isto é, êles dividem os lançantes em parcelas de modo que a água escorrida em uma parcela não atinja a seguinte devido a barreira que lhe antepõe o camalhão do terraço.

De acôrdo com o funcionamento ,os terraços podem ser divididos em dois tipos: terraços de intercepção e diversão e terraço de absorção.

O primeiro tipo intercepta o deflúvio e produz uma drenagem dessa água interceptada, a qual é conduzida ao longo do canal do terraço, que apresenta uma declividade suave não permitindo por isto, a erosão.

O segundo tipo não apresenta declividade em seu desenvolvimento, permanecendo sempre de nível constante. A água é interceptada pelo camalhão e fica cobrindo grande parte do solo, até que seja totalmente absorvida.

Com respeito á construção, os terraços podem ser de três tipos diferentes: 1) terraços de camalhão ou de base larga; 2) terraços de canal ou de base estreita, e 3) terraços em patamar.

Terraços de camalhão ou de base larga — êste tipo de terraço funciona, praticamente só através do camalhão, sendo o canal apenas uma conseqüência da formação do camalhão, salvo nos casos em que êste tipo de terraço é empregado com uma certa declividade, proporcionando assim, também uma drenagem.

De um modo geral, é aconselhado para regiões pouco chuvosas onde há necessidade de se reter mais água no solo. Tem ainda a vantagem quando empregado em culturas anuais, de permitir uma utilização total do terreno, uma vêz que pode-se plantar também sôbre o camalhão, que é bem largo.

Terraços de canal ou de base estreita — nestes terraços o canal tem uma função preponderante e sua capacidade, é também, função da altura do camalhão. Êstes terraços são indicados principalmente para regiões de precipitações fortes e em que não há necessidade de armazenar no solo as águas provenientes dos deflúvios.

Os terraços de canal encontram sua principal aplicação nas culturas permanentes, possuindo também o nome de cordões de contôrno. Podem ser construidos nestas culturas mesmo depois de elas já estarem instaladas ,porém, há ás vêzes necessidade de se sacrificar algumas árvores, quando se trata de um terreno muito declivoso em que o terraço deve estar perfeitamente em nível, assim ao encontrar uma árvore em seu caminho, esta deve ser cortada.

Terraços em patamar — êste tipo de terraço é empregado, principalmente em culturas permanentes, podendo entretanto, ser usado em culturas anuais. Terraços semelhantes a êstes embora construido de maneira precária, eram empregados já há muitos séculos pelas civilizações antigas e por indigenas, como os incas. Com-

titui um processo perfeito de contrôle a erosão em terrenos intensamente declivosos, quando construído com todos os requisitos técnicos.

A construção dêsses terraços quando feita de uma só vez, requer muito trabalho e operações dispendiosas, entretanto há um processo de construção dos mesmos que sai relativamente barata e sem requerer grande movimentação de terra de uma só vez.

O processo consiste em formar-se cordões de contôrno, com o espaçamento requerido para êstes terraços, e plantar-se nesses cordões uma gramínea de crescimento bastante cerrado, erecta e resistente; a medida que se processam os cultivos, vai-se jogando a terra contra êstes cordões de modo que após 4 ou 5 anos estarão formados verdadeiros patamares, podendo-se então instalar neles uma cultura permanente qualquer.

Para uma locação perfeita dêsses diversos tipos de terraços são necessários alguns dados, considerados como fundamentais, para o estabelecimento das dimensões dos terraços e espaçamento dos mesmos. Dentre êstes dados podem ser citados: a declividade do terreno, certas característiças do solo como profundidade, permeabilidade etc., regime pluvial da região, principalmente as maiores intensidades atingidas pelas precipitações locais e grau de proteção fornecido pela cultura que ocupará o terreno.

Vê-se por aí, que para um perfeito emprêgo do terraceamento, seriam necessários dados experimentais de campo, dados meteorológicos e dados de laboratório, para cada região e cada tipo de solo. Entretanto mesmo na falta dêstes dados pode-se conseguir uma locação bastante aproximada da ideal, mediante a utilização de algumas fórmulas generalizadas e observações mesmo grosseiras sôbre o solo e sôbre a pluviometria da região.

No Manual de Conservação de Solos (18), é dada uma fórmula bastante generalizada para a construção de terraços. Esta fórmula dá os valores médios dos espaçamentos entre terraços adotados nos Estados Unidos para as mais diferentes condições.

A fórmula que é a seguinte:

$$I.V. = \left(\frac{D\%}{4} + 2\right) 0{,}305 \text{ m.}$$

onde I.V. = distância vertical entre os terraços e D = declividade média do terreno, fornece valores que diferem do valôr máximo e do valôr mínimo, para o espaçamento vertical, de 15%.

Portanto o valor obtido por esta fórmula pode ser aumentado ou diminuido de acôrdo com as condições em que se quer empregar o terraceamento.

A. Marques (20), fornece algumas fórmulas mais especificadas para os três tipos de terraços. São elas:

Fórmulas para terraços em camalhão de base larga em culturas anuais e terraços em camalhão de base estreita em cultura permanentes.

Solos	Espaçamento vertical em cm.	Espaçamento horizontal em m.
Terras arenosas	55 + 8D	$8 + \frac{55}{D}$
Terras barrentas ou argilosas do tipo massapé ou sal mourão do Arqueano.	60 + 9D	$9 + \frac{60}{D}$
Terras roxas da Provincia Magnática	70 + 10,5D	$10{,}5 + \frac{70}{D}$

Fórmulas para terraços em camalhão de base larga empregados em culturas permanentes.

Solos	Espaçamento vertical em cm.	Espaçamento horizontal em m.
Terraços arenosos	80 + 12D	$12 + \frac{80}{D}$
Terras barrentas ou argilosas do tipo das massapé ou sal mourão do Arqueano.	90 + 13D	$13 + \frac{90}{D}$
Terras roxas da Provincia Magnática.	110 + 15D	$15 + \frac{D}{100}$

Fórmulas para o espaçamento vertical, dos terraços em patamar, de acôrdo com um determinado espaçamento horizontal.

$$\text{Espaçamento vertical} = \frac{\text{Espaçamento horizontal} \cdot \text{declividade}}{100}$$

Nota-se que nas fórmulas acima, D é a declividade em percentagem.

Para os terraços de diversão ou drenagem há certas especificações quanto ao comprimento e declividade necessária para o escomento da água.

Com respeito ao comprimento, A. Marques (20) preserve uma extenção máxima de 500 metros para os solos pouco per-

meáveis e de 700 metros para solos francamente permeáveis e em topografia suave.

Para o gradiente dos terraços, o mesmo autor dá a seguinte tabela:

De acôrdo com o Manual de Conservação de Solos (18), é aconselhável dar-se uma ligeira declividade, nos terraços após 100 metros de comprimento, porém, esta declividade não deve ultrapassar 3%, porque então já haveria remoção de uma quatidade de solo apreciável no canal. Será ás vêzes necessário proporcionar-se um aumento de declividade até 4% nos últimos 100 metros dos terraços nos casos excepcionais em que, o solo é pouco permeável, o coeficiente de deflúvio muito grande e o comprimento do terraço está entre 490 a 550 metros.

Comprimento do terraço (em metros)	Gradientes em centímetros por 10 metros para os nossos principais tipos de solo		
	Roxa, da Província Magmática	Arenosas	Barrentas ou argilosas pouco permeáveis (Massapé e Salmourão)
0 — 100	0,0 (Nível)	0,5	1,0
100 — 200	0,5	1,2	2,0
200 — 300	1,0	2,0	3,0
300 — 400	1,5	2,6	4,0
400 — 500	2,0	3,5	5,0
500 — 600	2,5	4,2	6,0
600 — 700	3,0	5,0	—
700 — 800	3,5	—	—

Guido Rando (28), prescreve os seguinte gradientes para os terraços de base estreita numa tabela mais generalizada.

Tabela de declives graduais.

Comprimento do cordão em m.	Gradientes em cm. por 100m.	
	sub-solo arenoso	sub-solo argiloso
0 — 100	0	10
100 — 200	10	20
200 — 300	15	30
300 — 400	25	40
400 — 500	—	50
500 — 600	—	60

Com referência ao emprêgo dos diferentes tipos de terraços, são feitas algumas limitações, principalmente de acôrdo com sa declividades dos terrenos a serem terraceados.

O Manual acima citado, em considerações sôbre o terraceamento, prescreve que, para o terraço em camalhão de base larga reter eficazmente a água, êle não deve ser empregado em declividades de mais de 3%, entretanto êle pode ser usado até uma declividade de 10 a 12%, quando modificado, de modo a fornecer uma certa drenagem.

Com relação aos terraços em patamar, ainda a obra em questão, considera que, para as culturas permanentes, em declividades superiores a 12% deve ser empregado êste tipo de terraceamento, que é aplicável para declives superiores a 25%.

Ao se fazer o terraceamnto de uma área, merece atenção especial, a construção dos escoadouros, que são canais de ampla largura e reduzida profundidade, destinados a conduzir para uma área de despejo, fora da área cultivada, a água proveniente dos terraços de diversão (18). Estes escoadouros devem, portanto, em face do grande volume de água a que deverão dar escoamento e por apresentarem ás vêzes grandes declividades, ter uma boa proteção em seu leito afim de não sofrerem erosão.

A proteção fornecida ao leito dos escoadouros, pode ser de origem vegetal, ou mecânica. No primeiro caso, são usadas principalmente certas gramíneas, que tenham caracteristicas convenientes para uma boa proteção; no segundo caso os escoadouros, ou possuem os leitos rochosos, no caso de escoadouros naturais ,ou de pedregulhos, que são colocados sôbre o mesmo.

Podem ainda êstes canais serem naturais, quando se utiliza as depressões naturais dos terrenos, ou artificiais, quando

são construídos canais para servirem de escoadouros.

Na proteção dos leitos dêsses canais, por meio de cobertura vegetal, são aconselhadas por A. Marques (20), as seguintes espécies:

- Gramíneas
  - Capins
    - Kikuio (Pennisetum clandestinum Chiv.)
    - Gengibre (Papalum maritimum trin.)
    - Rhodes (Chloris gavana kunth)
  - Gramas
    - Forquilha, Batatais ou Rio Grande (Paspalum notatum Flugge)
    - Tapete ou Larga (Axonopus compressus (Swartz) Beauv)
    - Comprida ou das Rocas (Paspalum dilatatum Poir)
    - Inglêza ou Santo Agostinho (Stenotaphrum secundatum (Walt.) Kuntze)
    - Seda, Bermuda ou de Burro Cynodon dactylon (L) Pers.)
- Leguminosas
  - kudzú tropical (Puerarla javânica Benth)
  - kudzú comum (Puerária thumbergiana (Sieb & Zucc) Benth)
  - jetirana (Centrosema pubescens Benth)

Há entretanto outras espécies, mesmo fora dessas duas famílias que podem ser ainda empregadas, com bastante sucesso, para a proteção dos leitos de escoadouros.

Banquetas individuais — êste processo mecânico de contrôle a erosão pode ser considerado como um tipo de terraço em patamar interrompido. É um processo cujo emprêgo prescinde de muitos requisitos técnicos e que é de simples execução, uma vez que, só pode ser feito com utencílios agrícolas manuais.

O seu emprêgo pode fornecer bons resultados, mesmo em terrenos bastante declivosos, bastando para isto que se obedeça algumas normas com respeito á sua construção.

Estas normas são as seguintes: O talude da escavação deve ser de aproximadamente 1:3, a escavação é feita em semi-circulo e a terra é puxada para fora, sendo usada como atêrro para formar a parte externa da banqueta, que deverá ser mais alta que a parte interna.

A escavação começa ao pé da árvore em pomares com o solo não muito erodido, e portanto, sem deixar á mostra as raízes das árvores. Quando o solo já está muito erodido e as raízes das árvores aparecendo, então a escavação deverá começar um pouco mais em cima do pé da árvore, afim de que com a formação da banqueta e raízes fiquem cobertas.

O caimento da banqueta para o lado de dentro deve ser aproximadamente de 15%.

O atêrro pode ser protegido com uma vegetação plantada ou pode ser deixado á invasão do mato, que fornecerá também uma boa proteção.

A área da banqueta é função do tamanho da copa da árvore respectiva, sendo recomendado, que seja feita com dimensões aproximadamente iguais ás das projeção horizontal da copa.

Sulcos em pastagens — é um processo de contrôle á erosão empregado nas pastagens que não apresentam uma boa cobertura de solo e cujas condições de declive as torna muito sujeitas á erosão. A aplicação dêste processo traz para a pastagem, além do benefício decorrente da proteção no solo pelo armazenamento de água que produzem êstes sulcos, também uma boa proteção contra a erosão hídrica.

Para a construção dêsse sulcamento, emprega-se o arado de aiveca ou de disco reversível, passando-se duas ou mais vêzes no mesmo sulco e jogando-se a terra para baixo.

Um processo também bastante efetivo é a construção de camalhões nas pastagens de menores declividades.

Êstes camalhões, são também construídos com o arado de aiveca ou disco reversível, mediante duas ou mais passadas, sendo que a terra é jogada ora para cima ora para baixo de modo a formar um camalhão com 1 a 2 metros de largura e uns 20 a 30 centímetros de altura.

Segundo A. Marques (20), os sulcos em contôrno são empregados para declividades até 30%, com facilidade de construção e eficiência, ao passo que os camalhões são indicados para declividades menores que 3 ou 4%.

Sôbre o espaçamento entre os sulcos, êste autor considera que pode variar de 1 a 10 metros sendo mais comum o espaçamento de 3 metros.

Paulo Cuba de Souza (32) referindo-se ás vantagens que o sistema de sulcos proporciona ás pastagens, considera que o cultivo freqüente dos pastos em curva de nível e com rotação, torna a terra menos socada, retém totalmente a água das chuvas e produz melhor crecimento das gramíneas.

Sôbre o espaçamento dos sulcos, êle prescreve que seja entre 5 e 10 metros.

Covas em rodízio — é um processo de eficiência relativa, usado principalmente para contrôle á erosão em cafezais. Consta de numerosas covas dispostas preferivelmente segundo uma linha de nível e que cada ano são fechadas, sendo abertas novas covas em outras posições.

A. Marques prescreve as seguintes dimensões para estas covas: 30 ou 40 cm. de largura outro tanto de profundidade e de 60 a 100 cm. de cumprimento.

Na construção dessas covas, a terra retirada na escavação das mesmas, é disposta na margem inferior, formando um camalhão em meia lua. Isto faz com que convirja para a cova, a água do deflúvio que desce pela faixa de declive, de largura correspondente á amplitude do camalhão e, que fica acima da cova.

Nestas covas é depositada pelas águas do deflúvio, grande

quantidade de solo erodido e de cisco, que é também puxado para dentro da cova na ocasião dela ser fechada. Isto proporciona uma boa adubação para a planta.

Enleiramento permanente — é também um processo mecânico de eficiência relativa e que é aconselhado por A. Marques (20) para a conservação do solo em cafezais.

Êste processo resulta de uma operação simples de adubação, em que o estêrco ou qualquer outra matéria orgânica empregada, é colocado em quatro sulcos que se cortam ou em apenas dois em forma de "V", e em seguida enleirada a terra sôbre êles.

Tem-se assim um quadrilátero ou um "V", formados por êstes pequenos camalhões em tôrno das árvores, o que fornece um obstáculo ao desenvolvimento do deflúvio.

Estas leiras são renovadas após um certo número de anos, sendo aconselhado, renovar um dos lados do quadrilátero, cada ano.

O enleiramento permanente deve ser empregado apenas em terrenos de pouca declividade.

Formação de cordão de pedregulhos — Em terrenos cujo solo é muito pedregoso, sendo as pedras mais ou menos grandes e bastante numerosas, pode-se dispô-las em um pequeno paredão em nível.

Isto fornecerá um obstáculo ao deflúvio que irá acumulando no cordão formado a terra removido da faixa acima, podendo com o tempo formar-se aí um verdadeiro cordão de nível, tem ainda a vantagem de permitir meios as capinas pela remoção das pedras que prejudicam esta operação.

3) contrôle a erosão pela combinação de processos mecânicos e vegetativos.

Como ficou já evidenciado, o melhor método de controlar a erosão é proporcionar-se uma cobertura vegetativa completa do solo como nos pastos naturais e nas florestas.

Entretanto, pela necessidade de se cultivar o solo não é possível conservar-se sempre uma tal cobertura, resultando daí uma menor eficiência da cobertura vegetal proporcionada pelas diferentes culturas que cobrem o solo.

Assim, para suprir-se essa deficiência, torna-se necessário o emprêgo de processos mecânicos ,que embora de grande eficiência como o terraceamento, não impedem totalmente a erosão quando empregados isoladamente.

Assim ,pela combinação dos processos mecânicos de contrôle à erosão e dos vegetativos, consegue-se suprir as deficiências de ambos, conseguindo-se uma defesa mais perfeita do solo.

Entre êsses processos combinados, um dos mais empregados é o que utiliza a conjugação das culturas em faixas e terraceamento.

No caso do emprêgo das faixas de rotações anuais, que é um processo bastante efetivo, há diversos modos de combiná-

nas, ora plantando-as nos intervalos dos terraços, ora plantando-as sôbre êles, conforme o estágio da rotação usada.

A alternância de capinas, pode ser empregada em conjugação com o terraceamento, tornando êste processo mais efetivo, por não permitir quase nenhum deslocamento de solo na faixa entre os dois terraços.

A ceifa do mato também poderá, quando for conveniente, ser empregada com o processo dos cordões em contôrno nas culturas permanentes ,proporcionando assim uma ótima proteção ao solo contra a erosão.

Também a plantação de gramíneas ou leguminosas perenes sôbre o camalhão do terraço permite uma melhor estabilidade dêste e pode ser recomendado para produção de forragem ou de feno que serão fornecidos por essas plantas.

Outro processo conjugado, bastante efetivo, é a construção dos terraços em patamar quando feita através de cultivos seguidos, em um terreno apresentando cordões de contôrno plantados com uma gramínea resistente e de crescimento cerrado e contra os quais se encleira a terra ao se proceder às operações de cultivo.

4) Processos químicos de contrôle a erosão.

Reside o principal objetivo dêsses processos em se proporcionar ao solo um melhoramento de suas características físicas, principalmente de agregação das partículas que permitam uma melhor resistência do solo aos agentes de dispersão, ou também formar uma camada impermeável na superfície do solo protegendo-a contra a ação da água.

Do ponto de vista prático sabe-se que a aplicação de calcário no solo provoca um estado granular melhor e que portanto, aumenta até certo ponto a permeabilidade do solo e a estabilidade dos agregados.

Para se impermeabilizar o solo em canais de irrigação, é hoje uma técnica bastante empregada a utilização de soda, em uma certa concentração, para se obter a impermeabilização do solo nesses canais, evitando assim uma perda grande de água por infiltração e impedindo a erosão no caso dos canais serem de um gradiente mais pronunciado.

VII — CONTRÔLE A EROSÃO NOS COVÕES OU VOSSOROCAS

Êste assunto em virtude da importância que adquire em certas regiões, merece um capítulo à parte.

O desenvolvimento das vossorocas às vêzes quando não é sustado por meios naturais ou artificiais, provoca perdas de imensas áreas de terras que são corroídas pela água, ou de outras áreas próximas, para onde são levadas e depositadas grandes quantidades de solo.

É comum haver a estabilização natural do fenômeno, que diminuindo a sua intensidade, devido às próprias condições do solo, ou devido à condições climáticas mais favoráveis durante o ano, permite o estabelecimento de uma vegetação natural que vai se desenvolvendo até cobrir tôda a parte corroída do terreno.

Entretanto, na maioria das vêzes o fenômeno continua com maior ou menor intensidade sem atingir uma estabilização completa. Nestes casos, urge então adotar-se medidas para deter o seu desenvolvimento, afim de que não se percam grandes áreas de terreno .

Bennett (5) faz notar entretanto, que quando o custo do contrôle à erosão nas vossoro-

cas exceder o valor da terra protegida, êle só deverá ser feito quando for necessário para proteger terras adjacentes, reservatórios, pontes, etc.

Usualmente a medida de contrôle empregada para a proteção da vossoroca é cobrí-la totalmente com vegetação plantada, porém, isto nem sempre é possível e portanto o procedimento nas medidas de contrôle varia com clima, solo e topografia.

Inicialmente é necessário desviar-se as águas da vossoroca por meio de canais de diversão, que são empregados no caso do terreno estar florestado ou em pastagem; no caso de terreno cultivado, isto nem sempre é possível e assim deve ser plantada uma faixa de vegetação protetora acima do camalhão, para filtrar a água e diminuir a velocidade da mesma. Pode-se então plantar ou semear uma vegetação protetora na vossoroca.

Dois tipos de estruturas mecânicas podem ser empregadas para o contrôle da erosão nas vossorocas: estruturas temporárias e estruturas permanentes.

O primeiro tipo de estruturas é empregado com dois objetivos: 1) coletar bastante solo e água para assegurar o crescimento da vegetação protetora. 2) impedir que a erosão continue na cabeceira do canal até que possa haver um suficiente estabelecimento da vegetação nos pontos críticos.

Estas estruturas são feitas de pedras ,arames, madeiras, etc.

O segundo tipo de estrutura é empregado quando as medidas temporárias de contrôle são inadequadas ou impraticáveis. É usualmente necessário em vossorocas que devem ser mantidas, permanentemente por receberem largas contribuições de água da drenagem das áreas adjacentes.

Neste tipo de estrutura é utilizado com grande eficiência o concreto.

Não se pode considerar uma vossoroca perfeitamente controlada enquanto não se estabeleceu uma perfeita vegetação protetora. Esta vegetação pode ser de árvores, arbustos, leguminosas ou gramíneas sendo estas as que proporcionam o contrôle mais perfeito e em melhor reenforçamento das estruturas.

VIII — CAUSAS QUE LIMITAM O EMPRÊGO DAS PRATICAS CONSERVACIONISTAS NO BRASIL:

Muitas são estas causas e têm elas sido bastante discutidas através de publicações ou em congressos e reuniões de caráter conservacionista.

Pode-se entretanto considerar a maior parte delas reunida nos seguintes pontos.

a) A inexistência de uma adequada e objetiva legislação rural que permita e promova o usa das técnicas conservacionistas.

b) A deficiênte estrutura agrária brasileira que através do sistema de minifúndios muito concorre para impossibilitar o emprêgo das práticas de conservação do solo.

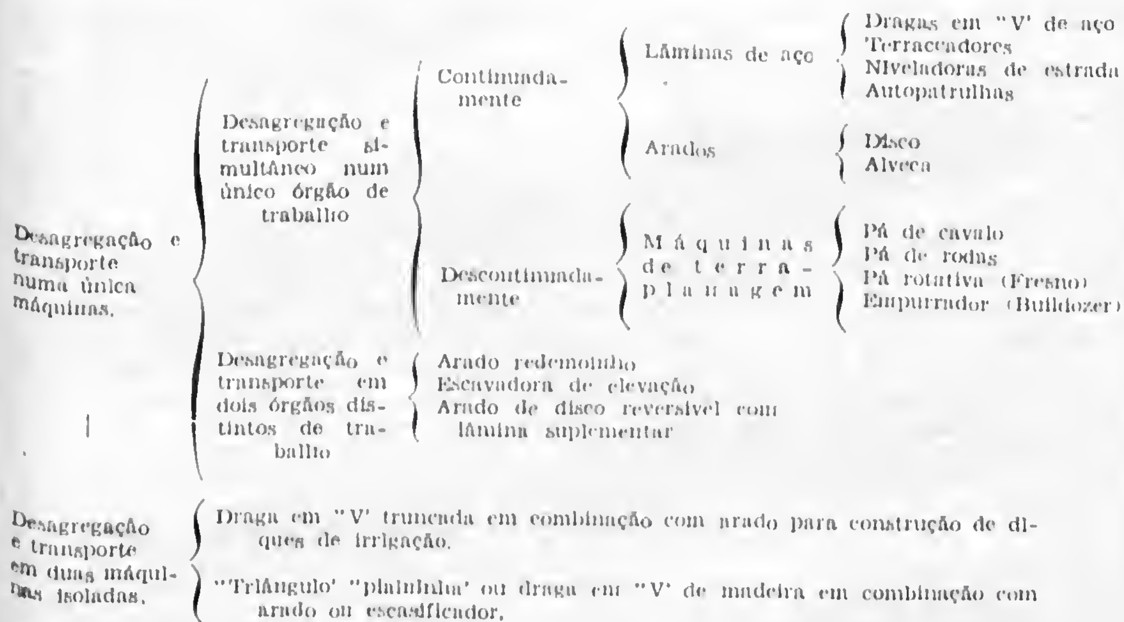
c) A necesidade de um levantamento de solos detalhado, pelo menos das principais zonas agrícolas do país, e um levantamento generalizado de todo o país para que possa objetivar e generalizar mais a experimentação conservacionista sôbre os diversos solos.

d) Um maior número de instituições científicas que façam estudos com conservação de solos e mais espalhadas pelas diferentes regiões agrícolas do país.

e) Um mais amplo e mais adequado sistema de financiamento agrícola para permitir o desenvolvimento da mecanização na pequena lavoura e a instalação de obras de defesa contra a erosão.

Sôbre êste último ponto, cabem aqui algumas considerações a respeito da mecanização da lavoura no Brasil, uma vez que constitui uma das causas mais importantes na limitação do emprêgo das técnicas conservacionistas.

Para ressaltar a importância



da mecanização na aplicação da defesa contra a erosão, basta notar que a maioria das práticas mecânicas de conservação do solo, e por sinal as mais efetivas, como o terraceamento, só poderão ser efetuadas mediante o emprêgo de maquinaria agrícola, mesmo das mais elementares, como o arado de aiveca.

A. Marques (23), analisando as máquinas agrícolas empregadas para o terraceamento, agrupa-as em um quadro sinótico que segue abaixo:

Vê-se portanto, mediante a análise dêsse quadro, que a necessidade da mecanização na lavoura para proceder-se o terraceamento ou pelo menos ao plantio em nível é evidente.

Porém a maior parte das propriedades agrícolas não possui nem mesmo um arado para a execução de técnicas agrícolas convenientes. Por isto recorrem às práticas condenáveis de cultivo do solo pelo emprêgo dos dois mais accessíveis elementos, isto é, o fogo e a enxada.

Para evidenciar o generalizado emprêgo dêsses dois elementos que traduzem o grande atrazo técnico da agricultura brasileira, basta uma simples análise do quadro apresentado na página seguinte e que é resultado de um levantamento feito pela Comissão Nacional de Política Agrária (§).

Por êsse quadro vê-se o grande atrazo técnico do trabalho rural no Brasil o que constitui sem dúvida um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da conservação de solos no país.

(§) Fonte C. N. P. A. — 1954.

ATRASO TECNICO DO TRABALHO RURAL, NO BRASIL, 1954

Regiões Geoeconômicas	Número de Municípios Informantes	Uso de Queimada		Uso de Enxada		Uso de Arado		Emprego de Adubos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	96	89	92,7	94	97,9	—	—	6	6,3
Nordeste	603	548	90,9	477	79,1	5	0,8	200	332
Sudeste	841	738	87,9	817	97,1	146	17,4	614	73,0
Sul	220	194	88,2	211	95,9	65	29,5	135	614
Centro-Oeste .	111	107	96,4	111	100,0	3	2,7	11	9,9
BRASIL	1.871	1.676	89,6	1.710	91,4	219	11,7	966	51,6

B I B L I O G R A F I A

1) Andrade, Brenno Moraes — "Fenação" Serv. de Documentação, M. A. Rio de Janeiro, 48 pp., — 1954. 2) Ayres, Quincy Claude — "Soil Erosion and its Control". Mc Graw — Hill Co. Inc., New York, 365 pp., — 1936. 3) Barros Wanderbilt Duarte de — "A Erosão no Brasil", Min. da Viação e Obras Públicas, de Documentação, 350 pp., — 1956. 4) Bennett, H. H. — "Soil Conservation", Mc Graw — Hill Co. Inc., New York, 913 pp., — 1939. 5) Bennett, H. H. — "Elements of Soil Conservation", Mc Graw — Hill Book Co. Inc., New York, 406 pp., — 1947. 6) Cavina, Romolo — "Sistemas Agrícolas", Tese para Concurso à 18.ª cadeira da E.N.A. (Inédita). Univ. Rural, 80 pp., — 1957. 7) Carnes, A. — "Maintenance of the Drainage - Type Terrace". Soil Conservation, Vol. 4-5: 165-169, — 1939. 8) Castro, Fernando Suarez y Alvaro Rodrigues G. — "Perdidas de Suelo y Agua Bajo Diferentes Sistemas de Cultivo", Bol. Tecn., Vol. 2, N.º 17, Federacion Nacional de Cafeteros, Chinchina, 47 pp., — 1956. 9) Duque, J. G. — "Solo e Agua no Polígono das Sêcas" Serv. Agro-Industrial do D.N.O.C.S., Anais da Segunda Reunião Brasileira de Ciência do Solo", Campinas — 1949 10) F.A.O. "Soil Erosion Survey of Latin America", Reprint from July, September and November, issues of The Journal of Soil and Water Conservation, 31 pp. — 1954. 11) A. A. O. — "Conservación de Suelos · Un Estúdio Internacional", Washington, 216 pp., — 1949. 12) F. A. O. — "Pastures and Fodder Crops in Rotations in Mediterranean Agriculture", Rome, 12 pp. — 1954. 13) F. A. O. — "Reconocimientos Edafológicos Para la Habilitación de Tierras", Rome, 49 pp. — 1954, 14) Freitas, Homero Diniz de — "Sôbre a Necessidade de um Serviço de Contrôle à Erosão", Rev. Ceres, E. S. A V., Minas Gerais, Vol. IV, No 19: 24-31, — 1942. 15) Ghohomann, F. e R. A. Catani — "O Empobrecimento Causado Pela Erosão e Pela Cultura Algodoeira no Solo de Arenito de Baurú", Bragantia, Inst. Agr. de Campinas, Vol. 9, Nos. 5-8: 125-132, — 1949. 16) Gustafson, A. F. — "Conservation of the Soil" Mc Graw — Hill Co. Inc., New York, 312 pp., — 1937. 17) Hume, Harold H. — "Cultura das Plantas Cítricas" Trad. de Julião Oschery, S. I. A., 562 pp., — 1952. 18) Manual de Conservação do Solo" — Pub. TC/284, Trad. de Hilgard O'Reilly Sternberg, Washington, 507 pp. — 1951. 19) Marques, J. Quintiliano A. — "Política de Conservação do Solo", Anais das Mesas Redondas de Conservação do Algodão, do Café e do Solo, Sociedade Rural Brasileira, São Paulo — 190. 20) Marques, J. Quintiliano A. — "Processos Modernos de Preparo do Solo e Defesa Contra a Erosão" Bol. No. 19, Instituto Central de Fomento Econômico da 198 pp., — 1950. 21) Marques, J. Quintiliano A. — "Conservação do Solo em Cafezal", Separata dos Bols. da Superint. dos Serv. do Café, São Paulo, 234 pp., jan. — 1950. 22) Marques, J. Quintiliano A. e outros — "Informe Brasileiro Sôbre os Problemas da Terra", Documentação e Conclusões do Seminário Latino-Americano Sôbre o Problema da Terra, C. N. P. A., Rio de Janeiro, — 1954. 23) Marques, J. Quintiliano A. — "Nota Prévia Sôbre um Novo Conjunto Mecânico Para Terraceamento e Para Trabalhos Similares", Bragantia, Inst. Agr. de Campinas, Vol. IV, No. 10: 593-625, — 1944 24) Molinari, Ovidio Garcia — "Observations on Possible Erosion Control Grasses of Puerto Rico", Soil Conservation, Vol. 4-5: 267-270, — 1939. 25) Mota, Joaquim I. Silveira da — "Como Devem Ser Conduzidos os Solos dos Pomares", Lavoura Arrozeira, I. R. G. A., Ano XI, No. 127: 33-35, — 1957. 26) Orsi, Eujandir Wilson de Lima — "Rotações de Culturas Para o Fumo", Rev. de Agr. de Piracicaba, Vol. XXIX, No. 3-4: 107-112, mar. — 1954. 27) Ramos, Julião Barroso — "Erosão nos Terrenos Inclinados e um dos Meios de Combatê-la", S. I. A., 20 pp. — 1944. 28) Rando, Guido Cesar — "Cordões em Contôrno" Supl. Agrícola do "Estado de São Paulo, 12 de set. 2, — 1956. 29) Rando, Guido — "Financiamento das Práticas Conservacionistas", Anais das Mesas Redondas do Algodão, do Café e da Conservação do Solo, Sociedado Rural Brasileira, São Paulo, — 1950. 30) Rubia, J. De La e F. Blasco — "Rapid Diagnostic of Water Erosion", Rapports du Congrès de la Science du Sol Vol. D, Paris, 585-590, — 1956. 31) Souza, Dario Freire de — "A Importância das Leguminosas na Recuperação dos Solos", Rev. de Agr. de Piracicaba. Vol. XXIX, Nos. 5-6: 135-147, — 1954. 32) Souza, Paulo Cuba de — "Conservação de Terra" Rev. Ceres E. S. A. V., Minas Gerais, Vol. IV, No. 19: 24-31, — 1942.

RAÇÕES AVÍCOLAS — UM PROBLEMA COMPLEXO

Já se foram os dias em que fazer uma ração de aves era problema do próprio avicultor, e êste o resolvia de uma maneira muito simples, misturando com uma pá o milho, o resíduo de trigo, a farinha de carne e um pouquinho de óleo de fígado de bacalhau, e pronta estava a ração.

Conhecimentos novos vieram patentear que a história não era tão simples assim: provaram que precisamos saber, na exata, quais os aminoácidos essenciais que deveriam estar presentes, e em quantidades; ficou demonstrada a instabilidade das vitaminas do óleo de fígado, que a vitamina A teria que ser protegida de modo a evitar sua oxidação, sem impedir seu aproveitamento pela ave; o estudo das relações cálcio-fósforo e energia-proteína, principalmente, e seu reflexo na eficiência das rações, deixou claro que uma ração barata era sempre a mais dispendiosa.

Para complicar ainda mais o problema, vieram os fatôres de ordem econômica: qual a fonte de proteína, por exemplo, nos forneceria, pelo menor preço, os aminoácidos de que precisaremos? Qual o capital necessário para estocarmos os ingredientes todos que compõem uma ração de hoje? Onde encontrar hoje, por preços razoáveis, ou mesmo por qualquer preço, alguns dêsses ingredientes?



«O Sr. Finn Engersen acaba de ser nomeado Gerente Geral da Standard Brands of Brazil Inc., a êle ficando afetas tôdas as operações dessa importante organização. O Sr. Engersen assume o pôsto anteriormente ocupado pelo Sr. Willian V. Moscatelli a quem a companhia muito deve durante os últimos 13 anos de atividade em nosso país e que continua como Diretor Gerente da Standard Brands of Brazil Inc. O Sr. Engersen (na foto) é um veterano na organização, contando 36 anos de serviço à Companhia, 26 dos quais no Brasil.

Qual o capital necessário para equipar e fazer funcionar um completo laboratório de análises e uma granja experimental, que cada vez mais se fazem indispensáveis no balanceamento de uma ração eficiente? São essas as principais razões que levavam os técnicos no assunto a recomendar aos avicultores que nã omais pensem em fazer as rações que suas aves consomem. Não resta a menor dúvida de que apenas uma grande fábrica de rações, ou uma grande cooperativa, podem enfrentar êste problema e resolvê-lo de forma adequada.

•

ALIMENTAÇÃO RACIONADA E CONTROLADA

A alimentação racionada das poedeiras pesadas, durante seu período de crescimento, já está aceita pela quase totalidade dos técnicos. Já se fala muito, também, sôbre o contrôle da ração dessas mesmas aves, na idade adulta. A finalidade seria, neste caso, evitar a gordura excessiva tão prejudicial às aves.

É preciso, em primeiro lugar, que se faça bem a distinção entre "racionamento" e "contrôle" da ração usada.

A l i m e n t a ç ã o racionada, empregada apenas no período de crescimento, significa uma redução dos ingredientes ingeridos a níveis abaixo dos considerados mínimos — retarda-se, desta forma, a maturidade sexual e reduz-se a velocidade do ganho de pêso.

A l i m e n t a ç ã o controlada significa dar às aves todos os ingredientes necessários para a maior produção, evitando-se, porém, que elas possam comer mais ração de que deveriam — elas terão o suficiente para produzir, mas não conseguirão o supérfluo que as faria engordar demasiadamente. Parece não haver mais dúvidas sôbre os méritos da alimentação racionada para as frangas de raças pesadas, especialmente se elas se destinam a produzir ovos de incubação: elas se desenvolvem melhor, morrem menos, iniciam a postura mais tarde, põem ovos maiores e durante m a i s tempo. O emprêgo da alimentação controlada p a r a as poedeiras adultas apresenta, porém, maiores complicações. É preciso que se conheça, com precisão, o teor energético da ração usada, o índice de postura e o pêso médio do lote. Além disso, a quantidade de ração a ser dada variará, também, com a época do ano.

Esses quatro fatôres devem ser bem ponderados quando se resolver controlar o consumo de ração das poedeiras pesadas. O mais importante é o pêso das aves, que deve se manter muito lentamente no correr do ano.

O sistema merece considerações, mas sua aplicação deve ser feita com muito cuidado pelos avicultores.

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Graves prejuizos à lavoura carioca causados pelas enchentes

Providências solicitadas pela S.N.A. às autoridades competentes.

Solidariedade da UCODIF — Subvenções concedidas às associações rurais — Contribuição da lavoura carioca ao abastecimento do Distrito Federal.

As violentas chuvas que nos últimos dias de Maio p. passado desabaram sôbre a zona rural do Distrito Federal, causaram os mais graves prejuizos que se possa imaginar à lavoura metropolitana, o que levou a Sociedade Nacional de Agricultura, por intermédio do seu órgão federativo, o Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal a solicitar urgentes providências por parte das autoridades competentes. As regiões do Mendanha, Cachamorra, Santíssimo e Campo Grande, foram as mais atingidas diretamente pela violência das chuvas. Lavradores pertencentes às associações rurais e cooperativas situadas nas regiões acima aludidas compareceram a sede do DARDIF, narrando os efeitos calamitosos das enchentes e pedindo as providências necessárias. Segundo informações de todos os lavradores ali residentes, os rios: Guarajuba, Guandú do Sena, Marapicú e Caixinha, pelo fato de há mais de 10 anos não sofrerem dragagem dos respectivos leitos, transbordam em excesso alagando a região. As enchentes de Maio último estenderam-se até a zona fronteira com o território fluminense onde também registraram-se danos semelhantes, principalmente nas lavouras de Itaguaí. A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo em vista uma exposição feita pelo Sr. Flávio da Costa Britto, diretor do DARDIF, dirigiu-se ao Secretário de Agricultura da P.D.F. ao Secretário Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento, ministro Sette Câmara e ao diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais solicitando dragagem para aqueles rios.

Solidariedade do UCODIF

A União das Cooperativas do Distrito Federal, pelo seu respectivo presidente, Sr. Flávio da Costa Britto solidarizou-se com a S.N.A. na solicitação de providências às autoridades competentes para as vitimas das enchentes no chamado Sertão Carioca.

A escassês de resíduos de trigo

Em virtude da falta de resíduos de trigo alegria pelos moinhos, durante os meses de abril e maio não houve distribuição de cotas por intermédio do DARDIF e da Secretaria Geral de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal.

Subvenções às organizações Rurais

Segundo comunicação que nos foi feita pelo vereador Osmar Rezende já se encontram prontas para pagamento na Secretaria de Finanças da Prefeitura aguardando apenas que o Sr. Mufarrej, digno secretário determine o dia do mesmo, os processos de subvenções municipais da Sociedade Nacional de Agricultura, Associação Rural dos Palmares, Associação Rural da Cachamorra e Associação Rural de Santa Eugênia. Os processos referentes as associações rurais de: Reta do Rio Grande, Realengo, Mendanha, Guaratiba e União das Cooperativas do Distrito Federal, baixaram em diligência ao gabinete do Sr. Prefeito. Os processos referentes a várias sociedades cooperativas de produção, aguardam no Tribunal de Contas instruções especiais do poder municipal

O abastecimento carioca

Como é do conhecimento público, já se acha em pleno funcionamento na Esplanada do Castelo, o mercado do produtor livre para cujo sucesso em favor da população do Distrito Federal muito contribuiram as organizações rurais do Distrito Federal, muito delas filiadas a Sociedade Nacional de Agricultura, dentre elas a Cooperativa Agricola de Cotia, as associações rurais do Palmares e Mendanha e a Cooperativa Mista Agro-Pecuária Santa Cruz.

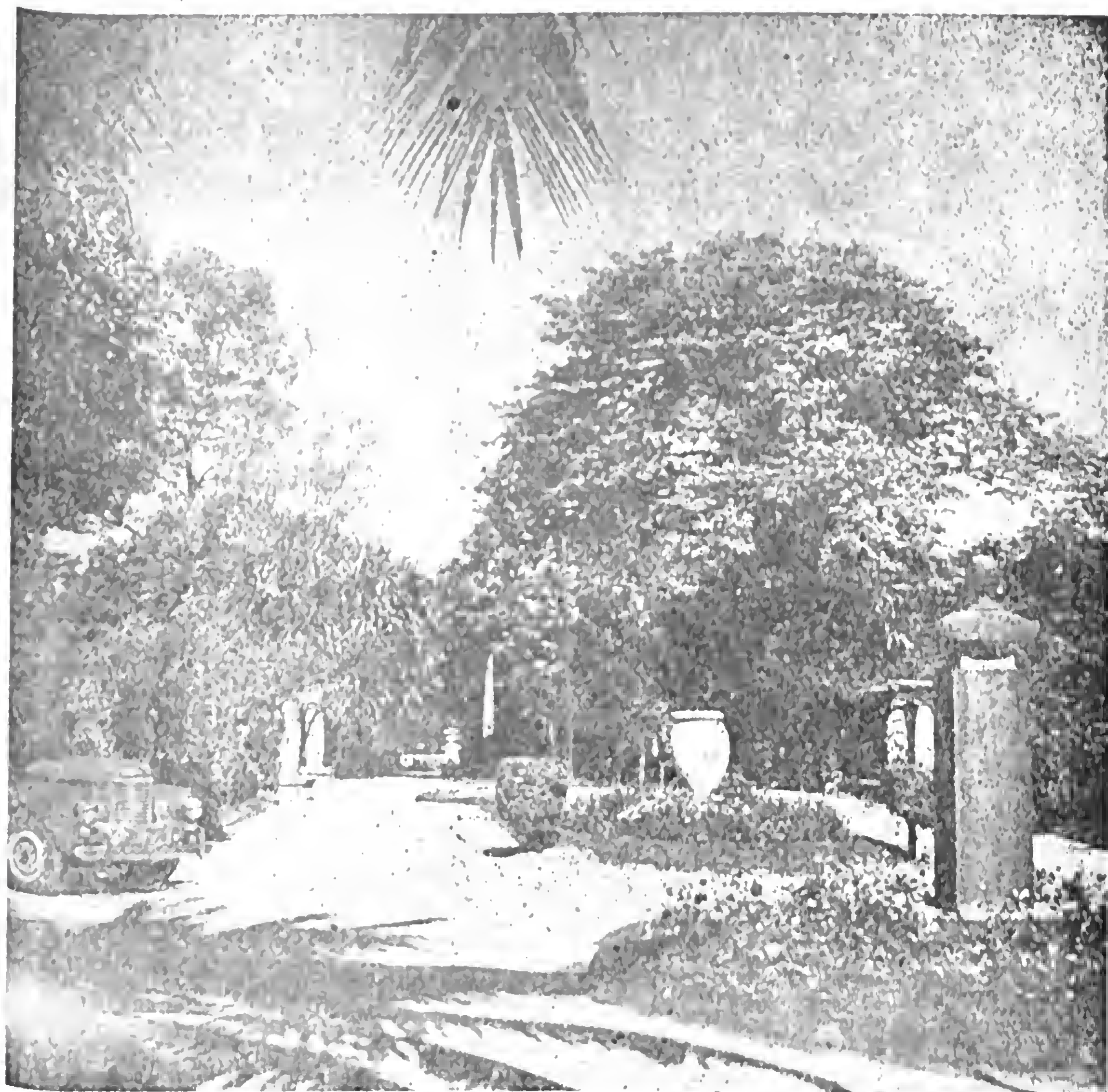
Associação Carioca de Avicultores

Em eleições realizadas no inicio de junho corrente na Associação Carioca de Avicultores, tradicional entidade filiada a Sociedade Nacional de Agricultura, foi reconduzida à direção da mesma a diretoria que de há muito dirige a A.C.A., presidida pelo veterano avicultor, Pelayo Vidal.

Regresso de Lider Rural

Dos Estados Unidos, onde se achava a convite do respectivo govêrno, regressou ao Brasil, o Dr. Gervasio Tadashi Inoue, presidente da Cooperativa Agricola de Cotia, diretor da Confederação Rural Brasileira e leitor de "A LAVOURA". Oportunamente, em dia que será prèviamente marcado o Dr. Gervasio Tadashi Onoue fará uma palestra no auditório da S.N.A. sôbre o que viu na terra de Tio Sam.





Aspecto do jardim da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente — EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — ITAGYBA BARÇANTE
4.º Secretário — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro — KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
JÚLIO CEZAR COVELLO

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

N.º	CADEIRA	OCUPANTE
1	ENNES DE SOUZA	Arthur Torres Filho
2	MOURA BRASIL	Alberto Ravache
3	CAMPOS DA PAZ	Geraldo Goulart da Silveira
4	BARÃO DE CAPANEMA	Kurt Repsold
5	ANTONINO FIALHO	Luiz Marques Poliano
6	WENCESLAU BELLO	Antônio Arruda Câmara
7	SYLVIO RANGEL	Ennio Luiz Leitão
8	PACHECO LEÃO	Frederico Murtinho Braga
9	LAURO MULLER	Valentim F. Bouças
10	MIGUEL CALMON	Heitor Grillo
11	LYRA CASTRO	Joaquim Bertino M. de Carvalho
12	AUGUSTO RAMOS	Edgard Teixeira Leite
13	SIMÕES LOPES	Luiz Simões Lopes
14	EDUARDO COTRIM	Jayme Bernardes Cotrim
15	PEDRO OZÓRIO	Paulo Simões Lopes
16	TRAJANO MEDEIROS	Antônio José Alves de Souza
17	PAULINO CAVALCANTE	Cynéas Lima Guimarães
18	FERNANDO COSTA	Iris Meinberg
19	SÉRGIO DE CARVALHO	Itagyba Barçante
20	GUSTAVO DUTRA	Oswaldo Balderin
21	JOSÉ TRINDADE	José Augusto B. de Medeiros
22	IGNÁCIO TOSTA	Ignácio Tosta Filho
23	JOSÉ SATURNINO	Fábio Luz Filho
24	JOSÉ BONIFÁCIO	Mário Penteado de F. e Silva
25	LUIZ DE QUEIROZ	Francisco de Assis Iglésias
26	CARLOS MOREIRA	Alfredo L. de Ferreira Chaves
27	ALBERTO SAMPAIO	Honório Monteiro Filho
28	NAVARRO DE ANDRADE	José Carlos de Macedo Soares
29	ALBERTO TORRES	Rômulo Cavina
30	SÁ FORTES	Otto Frensel
31	THEODORO PECKOLT	Oswaldo Lazzarini Peckolt
32	RICARDO DE CARVALHO	Rômulo Joviano
33	BARBOSA RODRIGUES	José Sampaio Fernandes
34	GONZAGA DE CAMPOS	Sylvio Fróes de Abreu
35	AMÉRICO BRAGA	José Assis Ribeiro
36	EPAMINONDAS DE SOUZA	Moacyr Alves de Souza
37	MELLO LEITÃO	João Carlos Bello Lisboa
38	ARISTIDES CAIRE	Milton Freitas de Souza
39	VITAL BRASIL	Paulo F. de Parreiras Horta
40	GETÚLIO VARGAS	Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Balderin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplentes: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LXII — Setembro-Outubro, 1959

Plano de Ação

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O Plano de Ação do atual govêrno do Estado de São Paulo, em que serão invertidos 100 biliões de cruzeiros no período de 1959-1962, a exemplo do Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e educação) que foi traçado no Govêrno Dutra, está projetando com grande visão panorâmica da economia do Estado e do Brasil de modo a garantir investimentos anuais em caráter progressivo, que representam investimentos de infraestrutura e de expansão agrícola e industrial. E' um plano quadrienal dentro de um programa realista em que é visada sobretudo a melhoria das condições do homem com 42% do orçamento total. A análise do programa e os dispêndios destinados à expansão agrícola foram perfeitamente previstos sem desequilíbrios entre a agricultura e a grande indústria. Houve no Plano a acentuada preocupação de realizar a comercialização da produção agrícola e a melhoria técnica da produção, de modo a garantir e elevar o rendimento per capita do agricultor. Outro objetivo foi o da racionalização dos métodos de produção da economia paulista.

O Plano de Ação traçado para as atividades do govêrno do Estado de São Paulo é de molde a merecer os maiores louvores.

O professor Carvalho Pinto, com sua elevada compreensão do papel reservado ao Estado de São Paulo na economia brasileira, traçou um "PLANO DE AÇÃO" para o seu govêrno no montante de cem biliões de cruzeiros. Esse total se distribui pelos anos de 1959 a 1962 e atenderá a obras e serviços públicos destinados a possibilitar o Estado a uma evolução para uma posição ainda mais alta do que a que já desfruta no Brasil.

Pelo conhecimento que possui dos recursos econômicos e financeiros do Estado e a experiência administrativa dos problemas públicos, o Governador Carvalho Pinto, com a colaboração dedicada dos seus secretários de govêrno, traçou o programa planificado de tôda a economia do Estado e das possibilidades em todos os setores, num total de cem biliões de cruzeiros, a serem dispendidos em benefício econômico-social do Estado, dentro de um levantamento firme que assegure a expansão agrícola e industrial sem desequilíbrios.

(Conclui na pág. 6)

À Classe Rural

Temas e Sugestões

Arruda Câmara

— 194 —

PADRÃO DA RAÇA FILA BRASILEIRO

Reproduzimos, a seguir, do livro "O Cão — Nosso Melhor Amigo", de autoria do Dr. Luiz Hermanny Filho, — proprietário do Canil Guararema, Rua Barata Ribeiro, 181, Copacabana, Rio de Janeiro —, o "Padrão da Raça Fila Brasileiro", elaborado pelos experimentados "dog-lovers" doutores Paulo Santos Cruz, Erwin Waldemar Rathsom e João Ebner, para conhecimento dos leitores de A LAVOURA.

"APARÊNCIA GERAL: — O Fila Brasileiro é uma raça típica da família dos Molossóides: grande porte, assatura e musculatura muito fortes. Corpo mais comprido do que alto, porém bem proporcionado e simétrico

TEMPERATURA E QUALIDADES: — De notável valentia e coragem; caracteriza-se pela ojeriza a estranhos, sendo, no entanto, de tradicional fidelidade ao dono e familiares, para os quais é extremamente afetuoso, meigo e obediente. Em consequência, é inexcedível guarda de propriedades; sendo também utilizado, com sucesso, na lide do gado, onde demonstra plenamente sua coragem e bravura.

Como resultado de seu temperamento, muitas vêzes ataca o juiz, e, via de regra, não permite que êste o toque. Tal atitude apenas confirma suas características de temperamento, não devendo ser considerada como falta.

MOVIMENTOS: — Passos largos, compassados e elásticos, aparentemente pesados, lembrando o dos felinos. Como principal característica, nota-se serem os movimentos gingantes e ondulantes. A passo lento e com a cauda erguida, esta acompanha o gingar do corpo, balançando-se da esquerda para a direita. Estando de cauda baixa, o gingar deve ser perfeitamente perceptível na garupa e costelas.

O trote é fácil, suave, com grande alcance de pernas dianteiras, cobrindo bastante terreno com poucos movimentos. Quando a passo, em regra, o Fila Brasileiro, mantém a cabeça em posição abaixo da linha do dorso.

PELE E PELAGEM. — Pele grossa e sôlta, principalmente no pescoço e tronco. Na garganta deve formar barbelas. Pêlo baixo macio, espesso e bem deitado.

CÔR: — Tôdas as côres e suas combinações são permitidas. Nos unicolores e rajados, são comuns as manchas brancas na peito e garganta, extremidades dos membros e ponta da cauda.

CABEÇA. — Sempre grande e pesada em relação ao corpo, de aspecto quadrado e maciça tipicamente braquicéfala.

Crânio grande e largo, estreitando, um tanto abruptamente ao iniciar-se o focinho.

Depressão frontal (stop), visto de frente, é pràticamente inexistente, continuando, em sulco, que se extende, longitudinalmente, até mais ou menos, a metade do crânio. De perfil, a depressão frontal é bastante nítida, formado que é pelas arcadas superciliares.

Pretuberância ocipital bem pronunciada.

Focinho forte, largo, mais curto do que o crânio, mas sempre em harmonia com êste. De grande profundidade em tôda a extensão, terminando em linha quase perpendicular. Lobios superiores grossos, flácidos e pendentes, sobrepondo-se aos inferiores, dando ao focinho aspecto quadrado, típico dos molossóides. Lábios inferiores firmes, na ponta do maxilar, porém sôltos nos lados, onde têm bordos denteados.

Dentes fortes, brancos. Caninos bem afastados. Incisivos superiores largos na raiz e estreitas na ponta. Mordedura em tesoura.

Narinas largas, bem desenvolvidas, ocupando grande parte da frente do maxilar superior. De côr negra, exceto nas cães de pelagem chocolate, marrom, ou de fundo branco com malhas dessas côres, nos quais o nariz de coloração marron é permitido.

OLHOS. — Tamanho médio, ligeiramente amendoados, bem afastados, e profundos, de coloração escura.

Devido à pele sôlta, muitos exemplares apresentam pálpebras caídas detalhe que não deve ser considerado falta, pois aumenta



Dobermann (gentileza do cinólogo Otto J. V. Dünhofer)

o aspecto triste do olhar, típico da raça.

ORELHAS: — Grandes, em forma de "V", inseridas na parte mais posterior do crânio. Em conseqüência da pele sôlta, a inserção de sua raiz é variável. Quando o cão em atenção, a inserção é alta, atingindo a linha superior do crânio do crânio; estando o cão em repouso, a raiz é baixa, dobrando-se a orelha para traz, de modo a ver-se seu interior.

São permitidas as orelhas caídas de cada lado (orelhas de molosso) e as dobradas para traz e para cima (orelhas de rosa).

PESCOÇO: — De diâmetro extraordinàriamente desenvolvido, com fortíssima musculatura. Mais curto do que comprido. Nuca suavemente curva. Garganta provida de barbelas.

CORPO: — Forte, coberto de pele grossa e sôlta. Costelas bem arqueadas. Peito largo e profundo, atingindo, no mínimo, a ponta do cotovelo. Peitorais (antepeito) bem salientes. Ventre pouco encolhido.

Ombros bem regulados. As pontas das homoplatas, ao formarem a cernelha, não se juntam, mantendo-se, ao contrário, bastante separadas, resultando em cernelha baixa e plana. Dorso forte, em linha ascendente da cernelha para a garupa, que é mais alta. Do ponto anterior do ilíaco, a garupa desce suavemente, confundindo-se com a raiz da cauda.

Cauda de raiz muito larga, afinando ràpidamente, para terminar em ponta que deve alcançar a ponta dos jarretes. Na extremidade é a cauda ligeiramente curva.

Quando o cão excitado, a cauda eleva-se, pronunciando-se mais a curva da extremidade. Porém não deve a cauda cair sôbre o dorso ou enroscar-se.

MEMBROS: — Anteriores colocados de cada lado do corpo, bem separados pela largura do peito. Uma linha perpendicular, partindo da cernelha, deve atingir a ponta do cotovelo. Pernas de forte ossatura. Metacarpos levemente inclinados para traz.

Membros posteriores de ossatura menos forte; mais altos do que os anteriores. De angulações não muito pronunciadas. Pontas dos jarretes pouco projetadas para traz.

Pés providos de dedos bem arqueados e fortes, apontando para a frente. Unhas prêtas, podendo

ser brancas quando fôr essa a côr do respectivo dedo.

FALTAS: — 1 — Desqualificantes: mono e criptorquidismo. Orelhas ou cauda operadas. Brancos sem qualquer mancha de outra côr. Nariz côr de carne. Prognatismo inferior com dentes à mostra estando a bôca fechada.

2 — Graves: cabeça pequena; andar sem gingar; pele não sôlta; lábios superiores curtos; sinais de albinismo; olhos salientes; timidez; covardia.

3 — Sérias:: prognatismo inferior ou superior; passos curtos; amizade a extranhos; ossatura leve; peito pouco profundo; garupa mais baixa do que a cernelha.

4 — Leves: Todo e qualquer desvio do padrão.

5 — No julgamento deve o juiz preferir o exemplar com várias faltas. Aquêle com apenas uma ou duas, porém muito pronunciadas."

— 195 —

COMPANHEIRO, AMIGO E COLABORADOR O FILA TUPI

Quando, pelos idos de 1915, praticava administração rural na Fazenda de Sant'Ana, município de Leopoldina, Minas Gerais, recebi de José Jorge Ribeiro do Vale, boiadeiro de família e fazendeiro no vizinho município de Mar de Espanha, presente de um lindo Fila, com cêrca de noventa dias de nascido, que se converteu em companhia afetuosa, inteligente e discreto, colaborando, eficientemente, nas lides da fazenda.

Tupi era conhecido, temido e respeitado.

Acompanhava-me por tôda a fazenda que diàriamente percor-

na pela manhã. Tomou a seu carga, como obrigação, trazer os animais de sela para o estábulo. Arreiada a mula Argentina, ficava atento, esperando que o convidasse para a volta habitual.

Reservado, por temperamento e feitio, não admitia intimidades e não tolerava carícias de estranhos.

Guardava posição de observação tôdas as vêzes que alguém se aproximava. Obedecia, porém, quando recomendava "quieto, Tupi".

À tarde conduzia o rebanho de ovelhas para o curral, até que uma bala furtiva o matou, em 1921, pouco antes de meu regresso do Rio Grande do Norte.

Respeito a memória do esplêndido e valente companheiro, amigo afetuoso e discreto.

Ler, no próximo número do A LAVOURA, um estudo sôbre os Kenel Clubs existentes no Brasil.

— 196 —

OS CÃES DOBERMANN

Carta há tempos recebida do Senhor Otto John Veiga Dunhofer, proprietário do Canil Marigny, Rua Frederico Eyer, 180, Gávea, diz:

"Os cães dessa raça são afamados como guardas e ótimos seguidores de pistas. Afeiçoam-se extraordinàriamente ao dono que os trate bem. Como a maioria das raças existentes, foram apurados nesses últimos 60 anos. Louis Dobermann, na Alemanha, é considerado o fundador. Era êle um coletor de taxas e impostos, viajava com quantias em dinheiro e queria proteger-se contra amigos do alheio. A valentia, o instinto de defesa do dono, é, assim, a característica primordial da raça. São de uma resistência física extraordinária. Bons exemplares acompanham o dono a cavalo o dia inteiro. Podem ser treinados para a caça, pois são ligeiros, bons nadadores, fortes e de ótimo faro. Um macho de bom tamanho pesa 35-40 quilos, uma fêmea, 27-32 quilos. Admitem-se três côres básicas: prêto, marron e azul-cinza, tôdas com as marcas vermelhas características no focinho, nas sobrancelhas, garganta, extremidades inferiores das pernas, no ante-peito e abaixo da cauda. Operam-se a cauda e as orelhas o que lhes dá uma estampa de extraordinária nobreza. O pêlo é curto e duro, não requer cuidado algum. Uma escovadela diária com escova de raiz e três banhos por ano, é o suficiente para pêlo bonito e brilhante. Fora disso, boa comida, um lugar abrigado e sêco para dormir e o dono terá um cão que substituirá, às vêzes com vantagem, um bom rifle. Durmo tranquilo, com minha casa aberta, nada temo, meu revólver poderia falhar, meus Dobermanns nunca! Daí o lema do meu canil Marigny, que fiz em francês, no estilo dos cavaleiros medievais: — "Vous — ma loi et ma vie". Você é minha lei e minha vida, — o que traduz a amizade total do cão pelo seu dono."

— 197 —

ARVORE DA GASOLINA

Tem a cidade de Barcelos, às margens do Rio Negro, Estado do Amazonas, o privilégio de possuir, em concentração, a "árvore da gasolina", ou, melhor, a **Coccotea Barcellensis** (Meissner) Mêz, que fornece o combustível líquido necessário à iluminação do povo.

A Coccotea Barcellensis é árvore de cêrca de 12 metros de altura, córtex aromático, fôlhas coriáceas-cordáceas, elípticas; flores alvas, andrógenas; fruto baga, incluido num cupola, família das Lauraceas.

A "Revista Esso", n.º 1-1959, manifesta interêsse pela "árvore da gasolina" que bem merece a atenção do Instituto Agronômico do Norte.

— 198 —

O MÔLHO TUCUPI

E' o môlho tucupi ou ticupi tradicional na cozinha amazônica e maranhense, sendo preferido para alguns pratos, em que é julgado indispensável, como, por exemplo, o tacacó e o famoso pato ao tucupi.

Expremida a mandioca fresca, de variedade mansa (aipim ou macacheira) é apurado no fogo, até tomar a consistência e a côr do mel de cana.

Aconselham, para o tratamento da beribéri, tomar um cálice do môlho obtido depois das refeições.

— 199 —

ALFAFA DO NORDESTE

Entre as leguminosas forrageiras de excepcional valor está a **Stylosantes guyanensis** (Aubl.) Swartz, que ocupa lugar de destaque. Essa papilioncea, é anual, formando densas touceiras até 1m50 de altura.

E' consumida verde ou fenada.

A composição química do feno, relação nutritiva de 1:2,55, é conforme análise do Dr. Alfredo de Andrade, Museu Nacional, a seguinte:

Substâncias azotadas	17,62 %
Extrativos não azotados	36,11 %
Matéria gorda	3,63 %
Celulose pura	21,76 %

Trata-se de planta que, como valiosa recurso alimentar para os rebanhos, deveria ser cultivada com carinho e em grande escala, principalmente no Nordeste e Leste setentrional. E' rústica, re-

(Continua na pág. 24)

Plano de Ação (Conclusão da pág. 3)

Logo depois da 2.ª Guerra Mundial vimos surgir os planos quinquenais em vários paises e, mesmo no Brasil, o plano traçado no Govêrno Dutra que, infelizmente, não foi executado, apesar de muito bem estruturado; também, no atual Govêrno foram traçadas as 30 METAS de que muitas estão em execução auspiciosa. Acontece que, com as migrações internas e o êxodo rural tem-se observado desequilibrio entre a indústria e a agricultura, o que, certamente, nao ocorrerá com o "Plano de Ação" do Governador Carvalho Pinto e como não teria ocorrido com o "Plano Salte", do Govêrno Dutra se houvesse sido traçado plano financeiro antecipadamente.

Premios Municipais aos Lavradores e Criadores do Distrito Federal

A Lei 878 de 14-11-1956 e o Decreto n.º 14 489 de 25-3-1957, assinados pelo Prefeito do Distrito Federal — Boletim de Inscrição — Tabelas de Pontos — Movimento de Inscrições — Junta Apuradora — Mapas de Julgamento — Comissão de Julgamento — Lavradores e Criadores premiados — Entrega dos prêmios

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Membro da Comissão de Julgamento

I — A LEI 879 DE 14-11-1956

Em 14 de novembro de 1956, o então Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Negrão de Lima sancionou a Lei 879, decretada pela Camara de Vereadores do Distrito Federal, instituindo prêmios municipais aos lavradores e criadores.

E' a seguinte a íntegra da referida Lei, publicada no Diário Municipal de 16-11-1956:

LEI N.º 878 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1956

Institui prêmios municipais aos lavradores e criadores:

O Prefeito do Distrito Federal: Faço saber que a Câmara dos Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º — Fica instituidos prêmios municipais destinados aos lavradores e criadores que se distinguirem durante o ano agricola nas condições do artigo seguinte:

Art. 2.º — Os prêmios aludidos no artigo anterior, em número de doze, serão conferidos, nas seguintes bases:

I — Prêmios de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador e criador que mantiver melhor organização rural considerando-se a eficiência e exatidão de sua escritura ao movimento produtivo e despesas gerais, dentro de um cunho prático cuja adoção possa ser generalizada

II — Prêmios de Cr$ 50 000,00 cincoenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar por um (1) Ha, maior rendimento no cultivo de hortaliças:

III — Prêmio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com o maior volume de produção para o abastecimento da cidade considerando-se a diversidade de cultura em uma area base de 5 Ha;

IV — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de ovos, tomando-se por base um plantel de 500 (quinhentas) aves;

V — Prêmio de Cr$ 50 000,00 (cincoenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de muda citrica, tomando se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) mudas;

VI — Premio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia", tomando se por base um (1) lote de 500 (quinhentas))cabeças.

VII — Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar melhor produção apícola qualitativamente e quantitativamente, tomando se por base 5 (cinco) colmeias.

VIII — Prêmio de ...... Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar em terreno acidentado as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma área de 5 (cinco) hectares,

IX — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que mediante o emprêgo de máquinas agrícolas reduzir comprovadamente os gastos de manutenção e mão de obra na sua atividade agricola, tomando se por base uma área de 5 (cinco) Ha;

X — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que possuir em sua granja de 10 (dez) a vinte (20) vacas em lactação considerando-se a qualidade e quantidade do leite entregue ao consumo.

XI — Prêmio de Cr$ 50 000,00 (cincoenta mil cruzeiros ao lavrador e criador que reflorestar uma area contigua de 3 (três) Ha., de terreno fortemente acidentado, obedecendo melhor critério técnico.

XII — Prêmio de Cr$ 30 000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior diversidade de indústria caseira como atividade subsidiária.

Art. 3.º — A concessão dêstes prêmios recairá obrigatòriamente em lavradores e criadores registrados na Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

§ 1.º — O lavrador e criador só pode concorrer a um prêmio dos prêmios estabelecidos no artigo 2.º.

§ 2.º — Considera-se para cumprimento da presente lei, lavrador e criador aquêle que vive essencialmente de suas atividades agrícolas.

Art. 4.º — Os prêmios serão conferidos pela Prefeitura mediante parecer de uma comissão constituída de um representante da Câmara do Distrito Federal; dos Diretores e Chefes de Servico especializados da Secretaria Geral de Agricultura e um representante da Federação das Associações Rurais do Distrito Federal.

Art. 5.º — Os prêmios instituídos pela presente Lei serão distribuidos a 21 de setembro de cada ano, dia destinado ao lavrador do Distrito Federal.

Art. 6.º — O orçamento municipal consignará anualmente a verba necessária à execução desta Lei.

Art 7.º — O Prefeito do Distrito Federal dentro do prazo de 90 (noventa) dias, baixará regulamento para fiel execução da presente lei.

Distrito Federal, 14 de novembro de 1956, 63.º da República.

(as) *Francisco Negrão de Lima*

II — DECRETO 13.489 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1959

Quatro meses depois de sancionar a Lei 879, o Prefeito Negrão de Lima assinou o Decreto número 13 489 de 25-3-1957, publi-



PRODUTO
NESTLÉ
GARANTIDO

cada no Diário Oficial de 26 de fevereiro de 1957, regulamentando a concessão de prêmios a lavradores e criadores do Distrito Federal e dando outras providências.

O referido Decreto referendado pelo Dr. José Fontes Romero, Secretário Geral da Agricultura, Indústria e Comércio, e pelo Dr. Nelson Mufarrej, Secretário Geral de Finanças, é do teor seguinte:

DECRETO N.º 13.4899

Regula a concessão de prêmios a lavradores e criadores do Distrito Federal e dá outras providências.

O Prefeito do Distrito Federal usando da atribuição que lhe confere o artigo 25, § 1.º, inciso II da Lei n.º 217 de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal), e tendo em vista o disposto no artigo n.º 7 da Lei n.º 878 de 14 de novembro de 19956 decreta:

Art. 1.º — Os prêmios municipais destinados aos lavradores e criadores que distinguirem durante o ano agrícola serão classificados em 6 (seis) categorias e 12 (doze) classes.

Art. 2.º — As categorias e classes referidas no artigo anterior serão assim distribuidas:

I — Categoria de organização — Classe única — Prêmio de .. Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador e criador que mantiver melhor organização rural, considerando-se a eficiência e exatidão de sua escrita no movimento produtivo e despesas gerais dentro de um cunho prático, cuja adoção possa ser generalizada.

II — Categoria de produtividade: seis classes.

Classe II a — Prêmio de .... Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar por 1 Ha., maior rendimento no cultivo de hortaliças.

Classe II b — Prêmio de .... Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de aves tomando-se por base um plantel de 500 (quinhentas) aves.

Classe II c — Prêmio de .. Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia" tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas (cabeças.

Classe II d — Prêmio de .... Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar melhor prodeção apicola, quditativa e quantitativamente, tomando-se por base 5 (cinco colmeias.

Classe II e — Prêmio de .... Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de mudas cítricas, tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) mudas.

Classe II f — Prêmio de .... Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que possuir em sua granja 10 (dez) a 20 (vinte) vacas em lactação considerando-se a qualidade e quantidade de leite entregue ao consumo.

III — Categoria de mecanização: classe única.

Prêmio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que mediante o emprêgo de máquinas agrícolas reduzir comprovadamente os gastos de manutenção e mão de obra na sua atividade agrícola tomando-se por base uma área de 5 (cinco) Ha.

IV — Categoria de defesa e recursos naturais, duas classes.

Classe IV a — Prêmio de .. Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar em terrenos acidentados as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma area base de 5 (cinco) Ha.

Classe IV b — Prêmio de .. Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que reflorestar uma area contigua de 3 (três) Ha. de terreno fortemente acidentedo, obedecendo melhor critério técnico.

V — Categoria de economia doméstica, classe única.

Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior diversidade de indústrias caseiras, como atividade subsidiaria.

VI — Categoria de abastecimento: classe única.

Prêmio de Cr$ 100.00,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com maior voloma de produção para o abastecimento da cidade considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de 5 Ha.

Art. 3.º — Contar-se-á o ano agrícola a partir de 22 de setembro para os efeitos do artigo 1.º da Lei n 878.

Art. 4.º — O lavrador e criador devidamente registrado na Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, será inscrito "ex-officio" por intermédio dos Postos Agrícolas e do Serviço de Produção e Industrialização do Leite, na forma do que dispõe o Decreto n.º 11 307, de 28 de fevereiro de 1952.

§ 1.º — A inscrição na categoria e classe deverá ser confirmada pelo lavrador no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data em que receber o Boletim de Inscrição.

§ 2.º — Só será inscrito o lavrador e criador que tenha, no mínimo 3 anos de atividade profissional exercida no Distrito Federal.

Art. 5.º — O período para as inscrições será de 90 (noventa dias) a partir de 21 de setembro de cada ano.

Parágrafo único — No corrente ano agrícola o periodo de inscrição irá até 30 de abril.

Art. 6.º — O Boletim de Inscrição conterá no verso a tabela de pontos organizada para fins de de julgamento e será preenchido pela junta especializada.

Art. 7.º — Os Departamentos de Agricultura e Veterinária designarão juntas especializadas de 3 membros para elaborar os dados necessários no parecer final da comissão de que trata o artigo 4.º da Lei n.º 878.

Parágrafo único — Na elaboração dos dados a que refere o presente artigo será adotado o critério de julgamento por pontos até o grau máximo de 100, na conformidade das tabelas aprovadas.

Art. 8.º — Os dados necessários ao parecer final deverão ser entregues até 31 de agôsto de cada ano.

Art. 9.º — O Prefeito do Distrito Federal designará um funcionário indicado pelo Secretário Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, para coordenar os trabalhos e assessoriar a comissão de que trata o art. 4.º da Lei número 878.

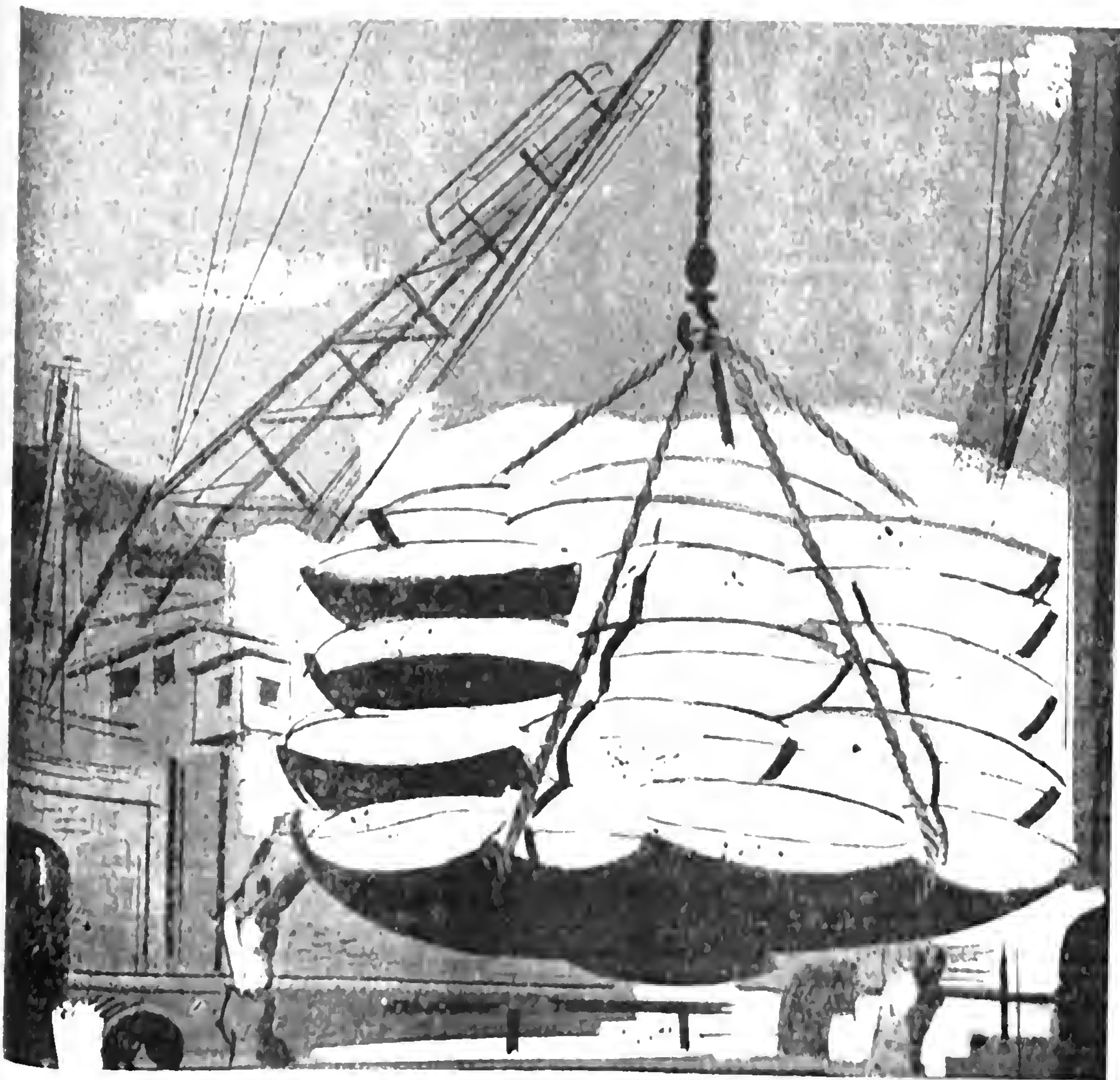
Art. 10 — A entrega de prêmio ser acompanhada de certificado assinado pelo Prefeito do Distrito Federal.

Art. 11 — Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 25 de março de 1957.

Francisco Negrão de Lima — Prefeito do Distrito Federal.



José Fontes Romero — Secretário Geral da Agricultura, Indústria e Comércio.
Nelson Mufarrej — Secretário Geral de Finanças.

III — BOLETIM DE INSCRIÇÃO

De acôrdo com o Decreto 13.489 de 25-3-1957 para efeito de inscrição ao referido concurso, os lavradores e criadores precisam preencher um Boletim de Inscrição.

A Secretaria de Agricultura distribeiu aos interessados o seguinte modêlo do requerimento de inscrição:

BOLETIM DE INSCRIÇÃO — *Ao concurso a prêmios instituídos pela Lei n.º 878, de 14-11-56, regulamentada pelo Decreto número 13.489, de 25-3-957*

.... com
(nome do lavrador)

propriedade agrícola à ....
....
(rua ou estrada)

n.º....., região de ....
no Pôsto ....,
carteira do lavrador n.º ....,
confirma sua inscrição no concurso acima referido, na categoria de ..
...................., classe ...
....
....
....
....
....

Submete-se, outrossim, às indagações e verificações necessárias ao preenchimento da Tabela de Pontos, para efeito do julgamento final.

Rio de Janeiro,

....
(assinatura do lavrador)

IV — TABELAS DE PONTOS

Os técnicos da Secretaria de Agricultura organizaram, para fins de julgamento, tabelas de pontos de acôrdo com cada uma das categorias e classes de prêmios estipuladas no artigo 2.º do Decreto n.º 13.489, de 25-3-1959.

Foram as seguintes as tabelas de pontos organizadas:

I — CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO

Classe única — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador e criador que mantiver melhor organização rural, considerando-se a eficiência e exatidão de sua escritura no movimento produtivo e despesas gerais, dentro de um cunho prático, cuja adoção possa ser generalizada.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) Capacidade técnica organizativa ..	20	
b) Anotações práticas de debito e crédito	20	
c) Balancete mensal	15	
d) Balancete anual	15	
e) Inventario anual	15	
f) Fôlhas culturais demonstrativas de lucros e perdas	15	
TOTAL	100	

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIa — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar, por 1 Ha., maior rendimento no cultivo de hortaliças.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) Escrituração contábil	5	
b) Manejo eficiente do solo	5	
c) Adubações	5	
d) Irrigação	5	
e) Tratamento fitossanitario	5	
f) Semente selecionada	5	
g) Aspecto geral da cultura	5	
h) Capacidade empreendedora	5	
i) % da produção da especie sôbre a produção ideal	60	
TOTAL	100	

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIb — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de ovos tomando-se por base um plantel de 500 (quinhentas) aves.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) N.º de ovos produzidos em percentagem	60	
b) Pêso médio dos ovos coletados ...	20	

c) Limpeza dos ovos na coleta	10	
d) Uniformidade	8	
e) Características da raça	3	
TOTAL	100	

Escala de pontos para preenchimento da tabela

a) N.º de ovos produzidos em percentagem.

I — 70% ou mais .... 60 pontos
II — Cada 1% .... 0,85 pontos

b) Pêso médio dos ovos coletados.

I — De 54 a 58 g. .... 20 pontos
II — Cada 1 g. para mais ou para menos, deduzir-se .... 0,36 pontos

c) Limpeza dos ovos na coleta.

I — 100% limpos .... 10 pontos
II — Até 95% limpos .... 5 pontos
III — Menos de 90% limpos .... 0 ponto

d) Uniformidade — até .... 8 pontos
e) Características da raça — até .... 2 pontos

CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIc — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia", tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) cabeças.

ITENS	PONTOS	
	do item	atribuídos
a) eclosão em percentagem, sôbre o total de ovos	50	
b) vigor	25	
c) pêso médio dos pintos	15	
d) pintos não comerciáveis	10	
TOTAL	100	

Escala de pontos para preenchimento da tabela

a) Eclosão, em % sôbre o total de ovos.

I — até 60% .... 0 ponto
II — cada 1% a mais igual a .... 1,25 pontos

b) Vigor.

I — vivacidade — até .... 10 pontos
II — constituição — até .... 15 pontos

Notícias

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO

Teve lugar no dia 20 de julho, sob o patrocínio da cadeira de Agricultura Geral da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, o 7.º Congresso de Ciência do Solo.

EXPOSIÇÃO DE LORENA

Nos dias 20 e 21 de julho, no Município de Lorena, Estado de São Paulo, realizou-se a 1.ª Exposição Agrícola local.

IX SEMANA DO AGRÔNOMO

No período de realização da IX Semana do Agrônomo, em julho, em Belo Horizonte, tiveram lugar a 17.ª Reunião de Experimentação, 12.ª Reunião do Fomento Federal, 4.ª Reunião Florestal, 4.ª Reunião de Zootecnia, 3.ª Reunião da CBAR e 1.ª Reunião da CAMIG

CURSO DE INFORMAÇÃO DE EXTENSÃO RURAL

No período de 20 de agôsto a 10 de setembro, realizou-se no Ministério da Agricultura, o 5.º Curso Nacional de Informação de Extensão Agrícola, promovido pelo Instituto Inter-Americano de Ciências Agrícolas

XII SEMANA DO FAZENDEIRO

Realizou-se no período de 16 a 21 de julho, na Universidade Rural do Ministério da Agricultura, a XII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural

SOCIEDADE MINEIRA DE AGRICULTURA

No dia 22 de julho, a Sociedade Mineira de Agricultura comemorou cinqüenta anos de bons e relevantes serviços prestados à agri-

(*Continua na pág. 16*)

c) Pêso médio dos pintos:

I — raças leves:

1) 40 g. ou mais .... 15 pontos
2) cada grama a menos, deduzir .... 3 pontos
3) menos de 35 g. .... 0 ponto

II — raças pesadas:

1) 42 g. ou mais .... 15 pontos
2) cada grama a menos, deduzir .... 3 pontos
3) menos de 37 g. .... 0 ponto

d) Pintos não comerciáveis.

I — mais de 5% .... 0 ponto
II — cada 1% menos igual a .... 2 pontos

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IId — Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar maior produção apícola, qualitativa e quantitativamente, tomando-se por base, 5 (cinco) colméias.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) Maior produção de mel	20	
b) Maior produção de cêra	20	
c) Sabor do mel	8	
e) Pureza do mel	8	
f) Coloração do mel	8	
g) Aroma do mel	8	
h) Capacidade do apicultor	20	
TOTAL	100	

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIe — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de mudas cítricas, tomando-se por base um lote de 500 (quinhentas) mudas.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) Sanidade	40	
b) Uniformidade	30	
c) Conformação	20	
d) Altura da enxertia	10	
TOTAL	100	

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIf — Prêmio de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que possuir em sua granja 10 a 20 vacas em lactação,

(*Conclusão da pág.* 14)

cultura, a Sociedade Mineira de Agricultura.

MESA REDONDA EM JOINVILLE

Em Joinville, Estado de Santa Catarina, realizou-se em maio, uma mesa redonda da Secretaria de Agricultura do Estado, diretores da Associação Rural local e colonos daquela vasta região do norte do Estado de Santa Catarina.

A LEI COOPERATIVA E A COLONIZAÇÃO

Dentre outras vantagens, a lei boliviana sôbre cooperativas de 18 de setembro de 1958 concede as seguintes:

a) preferência que o Estado concede às cooperativas na aquisição de produtos, locações de serviços e aproveitamento de recursos nacionais;

b) preferência dada pelo Estado às cooperativas na distribuição de produtos controlados pelo Estado;

c) obrigatoriedade, da parte dos Bancos de Estado de operar com as cooperativas;

d) garantia do Estado por um período de dois anos e mediante parecer favorável do Conselho Nacional das Cooperativas sôbre bônus e títulos de cooperativas;

e) isenção de pagamento das taxas estatais para operações destinadas ao desenvolvimento cooperativo.

f) Isenção por 5 anos do pagamento de taxas municipais;

g) prioridade para concessão de terras.

A lei também oferece vantagens às emprêsas colonizadoras que operem na Bolívia, as quais terão, por isso, interêsse em estabelecer-se em bases cooperativas.

considerando-se a quantidade e qualidade de leite entregue ao consumo.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) Produção diária	20	
b) Contrôle leiteiro	10	
c) Custo de produção	10	
d) Estado sanitário do plantel	15	
e) Condições de ordenha	15	
f) Leite tipo A	15	
g) Leite tipo B	10	
h) Leite tipo C	5	

II — CATEGORIA DE MECANIZAÇÃO

Classe única — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que mediante o emprêgo de máquinas agrícolas reduzir comprovadamente os gastos de manutenção de mão de obra na sua atividade agrícola, tomando-se por base uma área de 5 (cinco) Ha.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
a) Aração	20	
b) Gradagem	20	
c) Cultivo	20	
d) Irrigação	20	
e) Tratamento fitossanitário	20	
TOTAL	100	

IV — CATEGORIA DE DEFESA E RECURSOS NATURAIS

Classe IVa — Prêmio de Cr$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar em terrenos acidentados as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma área base de cinco (5) Ha.

ITENS	PONTOS do item	PONTOS atribuídos
Combate a erosão (50 pontos)		
a) Emprêgo adequado da prática conservacionista em relação ao terreno	15	

Associativismo Rural

ASSOCIAÇÃO RURAL DE SANTANA DO DESERTO

Em 19-4-1959, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — Dr. José de Albuquerque Lins.

1.º Vice-Presidente — Silvio de Andrade Bastos.

2.º Vice-Presidente — Pedro A. Gonçalves Bastos.

3.º Vice-Presidente — Domiciano F. Monteiro da Silva.

1.º Secretário — Luiz Monteiro Carneiro.

2.º Secretário — Hélio de A. M. da Silva.

1.º Tesoureiro — Antônio Duarte.

2.º Tesoureiro ô Armando Grazinolo.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Foi eleito e empossado na presidência da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, o ruralista Pedro Olimpio Pires.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE AIMORÉS

Para o biênio 1959-1961, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — Alcides Sales; Vice-Presidente — Sebastião Ribeiro Salgado; 1.º Secretrio — Antônia Assbú; 2.º Secretrio — João Batista Gomes Chaves; 1.º Tesoureiro — Cloves Brum; 2.º Tesoureiro — Abner de Freitas Coutinho.

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Gaidino Corrêa Condé, Dr. Wilson Ferreira da Silva e Flausino José da Silva.

Suplentes:

Jorge Leite, Admar Vito-

(*Conclui na pág. seguinte*)

b) Declive das terraças em relação ao tipo de solo	5	
c) Proteção das terraças c vegetação	5	
d) Distância entre terraças	10	
e) Canal escoadouro	5	
f) Vias de acesso	5	
g) Aproveitamento indicado	5	
Adubação (50 pontos)		
h) Orgânica	17	
i) Química	17	
j) Verde	16	
TOTAL	100	

IV CATEGORIA DE DEFESA E RECURSOS NATURAIS

Classe IVb — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que reflorestar uma área contígua de três (3) Ha, de terrenos, fortemente acidentados, obedecendo melhor critério técnico.

ITENS	PONTOS	
	do item	atribuídos
a) Espécie florestal	10	
b) Localização da cultura no terreno	10	
c) Rendimento médio / Ha.	20	
d) Solicitação e acatamento da assistência	20	
e) Área reflorestada	40	
TOTAL	100	

V — CATEGORIA DE ECONOMIA DOMÉSTICA

Classe única — Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador ou criador que apresentar maior diversidade de indústrias caseiras, como atividade subsidiária.

ITENS	PONTOS	
	do item	atribuídos
a) Maior número de indústrias caseiras	30	
b) Quantidade de produtos transformados	30	
c) Instalações apropriadas	20	
d) Interêsse comercial do produto ..	15	
e) Escrituração	5	
TOTAL	100	

(Conclusão da pág. anterior)

rino de Oliveira e José Vidigal M. da Costa.

ASSOCIAÇÃO RURAL DO BOQUIM

Para o período de 1959-1961, foi eleita e empossada a seguinte diretoria:

Presidente — José Nivaldo dos Santos; Vice-Presidente, Antonio França de Oliveira; 1.º Secretário, Antônio Fonte de Oliveira; 2.º Secretário — José Bispo Ribeiro; 1.º Tesoureiro - João Bismarck dos Santos; 2.º Tesoureiro — José Jorge de Carvalho.

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Francisco Paes Costa, Euclides de Melo Fontes e José Bizarra Lemos.

Suplentes:

José Ferreira Bonfim, João Soares dos Santos e Sizenando Pedro da Cruz.

"SEM A TUA PEDRA A MINHA NÃO CONSTRUIRA NADA"

SEM A TUA PEDRA a minha não construirá nada — afirma Charles Henri Barbier, um dos mais destacados líderes do movimento cooperativo suiço e dirigente da Aliança Cooperativa Internacional.

"AQUI TEMOS numa frase breve o significado social da cooperação. E é nessa base que se constrói todo o movimento autenticamente cooperativo, onde não tem sentido, já se vê, individualismos arrogantes ou atuações dispersas.

NÃO ESQUEÇAMOS, também, que na expressão do dirigente suiço está contido o sentido das chamadas equipes de trabalho ou grupos de cooperadores.

NO ARTIGO QUE JEANNETTE HUBLER escreveu, chamou-se a atenção para o fato das mulheres constituírem, dentro da cooperativa, grupos de cooperadoras, para estudarem questões de interesse ou desempenharem atividades diversas, fundamentais à expansão das Comissões Femininas e da própria Cooperativa".

VI — CATEGORIA DE ABASTECIMENTO

Classe única — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com maior volume de produção para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de cinco (5) Ha.

ITENS	PONTOS	
	do item	atribuidos
Maior produção em quilos, com no mínimo duas culturas	100	
TOTAL	100	

V — MOVIMENTO DE INSCRIÇÕES

Concorreram aos prêmios em 1959, *cento e trinta e dois* lavradores e criadores, contribuindo com maior número de inscrições o Pôsto Agrícola III, conforme se pode verificar no quadro adiante:

MAPA DEMONSTRATIVO DOS LAVRADORES INSCRITOS, POR PÔSTO AGRÍCOLA — CATEGORIA E CLASSE

Pontos Agrícolas	Categorias	I	II					III	IV		V	VI	Total
	Classes	Única	a	b	c	d	e	Única	a	b	Única	Única	
I		—	6	—	—	—	—	—	1	—	—	—	7
II		—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	3	6
III		6	44	1	2	—	1	1	—	1	—	3	59
IV		—	5	1	1	3	1	—	—	—	—	6	17
V		—	1	1	1	1	—	—	1	—	1	14	20
VI		—	—	3	2	2	—	1	—	—	—	15	23
Total		6	58	7	6	6	2	2	2	1	1	41	132

VI — JUNTA APURADORA

Pela Portaria n.º 54/59 foi designada a Junta Apuradora integrada pelos Srs. Almiro Gonçalves de Castro, Chefe do Pôsto Agrícola V; Zeno Xavier de Oliveira, Chefe do Pôsto Agrícola II e Manoel Andreiolo, Agrônomo, padrão "O", que após três semana de trabalho, colheu os dados adiante transcritos, após ter visitado um total de 132 propriedades rurais, nos seis Postos Agrícolas.

O trabalho da Junta obedeceu rigorosamente às tabelas de pontos e foi encaminhado ao Diretor do Departamento de Agricultura, Dr Roberto Ferraiolo, através do seguinte ofício:

Em 31 de agôsto de 1959.

Ofício s/n.

Senhor Diretor:

A junta designada pela Portaria n.º 54/59, vem, pelo presente, encaminhar à Vossa Senhoria, os dados que, em três semanas de trabalho, colheu visitando um total de 132 propriedades rurais, nos 6 Postos Agrícolas.

A fim de facilitar a apresentação, organizamos 12 mapas, um com o total de inscrito por classe e por Pôsto, e os outros 11, cada um por classe, com os pontos atribuidos a cada concorrente. Seguem-se os Boletins de Inscrição por ordem nominal nos respectivos mapas. Fizemos constar em separado, os inscritos que, por não apresentarem condições, foram desclassificados.

O julgamento realizado pela junta obedeceu rigorosamente às tabelas de pontos.

A Categoria de Abastecimento deixou de ser julgada por não terem os candidatos apresentado provas de produção alegada; êsse modo de proceder justifica-se por uma questão de equidade, já que não tivemos elementos para julgamento.

No entretanto, colhemos dados de produção fornecidos pelo lavrador, por ocasião da visita à sua propriedade. Essa produção alegada foi reduzida a quilos, sendo que nesta conversão de caixas em quilos, tomamos sempre o pêso menor, baseados no trabalho do Doutor Eduardo Hugo Frota, publicado no Boletim do DAB. Os dados de produção e sua conversão em quilos foram anexados aos Boletins de Inscrição.

Em face do exposto, deixamos a critério superior o julgamento da Categoria de Abastecimento.

Oportunamente, apresentaremos um trabalho mais detalhado, com comentários e sugestões sôbre a Lei 878, Decreto n.º 13.489 e tabelas de pontos.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para externar a Vossa Senhoria os protestos de nossa elevada estima e cordial aprêço.

Assinados: *Almiro Gonçalves de Castro, Zeno Xavier de Oliveira e Manoel Andreiolo.*

VII — MAPAS DE JULGAMENTO

Os Mapas de Julgamento, com o total de ponto atribuídos a cada concorrente e, bem assim, as relações dos inscritos desclassificados pela Junta Apuradora, foram as seguintes:

I — CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO

Classe única — Prêmio de ... Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador e criador que mantiver melhor organização rural, considerando-se a eficiência e exatidão de uma escritura no movimento produtivo e despesas gerais, dentro de um cunho prático, cuja adoção possa ser generalizada.

NOMES	a	b	c	d	e	f	Total
Augusto Alves	15	20	14,5	14,5	0	2,5	66,5
Manoel de Assunção Moutinho	10	17,5	15	15	0	4	61,5
Geraldo Monteiro de Moraes Jardim . . .	15	17,5	8,5	0	0	10	51
Manoel Saraiva da Fonseca	4	12	1	0	0	0	17

Desclassificado por não possuir documentação e estar em organização

1. Lipp Pereira Peixoto

Desclassificado por não possuir escrituração e fazer inscrição fora do prazo

1. Manoel Moraes Campos

(*Continua na pág. 46*)

Produção de Batatas de Alta Qualidade

Na Holanda, as batatas são classificadas, de acôrdo com os vários usos a que se destinam, em quatro categorias diferentes, a saber: batatas para plantio, batatas para consumo, batatas para alimentação de rebanhos e batatas para finalidades manufatureiras. Desde o princípio, essa classificação é levada em conta, na planificação e execução do cultivo.

As batatas para plantio, por exemplo devem ser saudáveis externa e internamente, a fim de dar o máximo rendimento possível por planta.

consumidores holandeses varia, alguns preferindo as batatas mais farinhentas e outros as de consistência mais firme. Essa consistência mais ou menos firme também depende do método seguido para cozinhá-las.

No cultivo das batatas para consumo na Holanda, a qualidade é o requisito de maior importância. A atenção dedicada a qualidade não se faz sentir somente no mercado interno, que apresenta sensíveis diferenças de preços entre os produtos de alta qualidade e os comuns, mas também no mercado externo.



Contrôle final do calibre das batatas sementes antes de selar a embalagem

As batatas para consumo devem satisfazer um certo número de rigorosas condições, no que se refere à aparência e qualidade comestíveis, e devem ser virtualmente livres de moléstias e defeitos.

Quanto às batatas para alimentação de rebanhos e para finalidades industriais, o cuidado na produção é da maior importância, especialmente no que se refere ao rendimento por hectare e ao teor de fécula das batatas.

Se nos limitarmos a examinar as batatas para consumo, podemos distinguir diversas qualidades. Assim, a classificação do produto, depois de colhido, pode apresentar variações. Além disso, as batatas podem ser mais ou menos farinhentas, depois de cozidas. Deve-se observar que o gôsto dos

A maneira de que o cultivo de batatas de alta qualidade tem sido aplicado e bem sucedido na Holanda, é a seguinte.

Em primeiro lugar, atribui-se grande atenção as variedades plantadas. As batatas para plantio só podem ser vendidas, na Holanda, quando a variedade consta da Lista Oficial de Variedades. As variedades de batatas devem satisfazer não somente a determinadas exigências, quanto a sua resistência a várias moléstias, como também exigências relacionadas com a produtividade. Além disso, devem ser saborosas e ter razoável valor nutritivo.

As novas variedades apresentadas para figurarem na Lista são submetidas a rigorosa teste, para verificação de sua qualidade. O sabor e o teor da fécula são verificados pela Seção de Nutrição do Instituto Central de Pesquisas Agrícolas (C.I.L.C.) de Wageningen. As novas variedades só podem ser reconhecidas se estão de acôrdo com certos padrões, bem elevados. Em caso contrário, são rejeitadas imediatamente.

Graças a isso, a Holanda possui muitas variedades de alta qualidade, que se têm mostrado de grande valor prático. As qualidades de consumo satisfazem as exigências estabelecidas. A produtividade das variedades é verificada pelo Instituto de Pesquisas de Variedades de Plantas (IVRO) também localizado em Wageningen. E' evidente que a alta produtividade reduz o custo da produção.

O mesmo se dá quanto à resistência contra as moléstias entre as quais merece, atualmente, maior atenção a "Phytophtora" (míldio ou queima), que, especialmente nas regiões quentes e chuvosas, costuma grassar de maneira desastrosa e ao combate da qual os cultivadores holandeses têm dedicado grande esfôrço, de que resultou a criação de novas variedades, muito promissoras. O quadro abaixo mostra as vantagens oferecidas pelas novas variedades, em comparação com a variedade "Eigenheimer", bem conhecida.

Variedade	Produtividade	Resistência a "Phytophtora"
Eigenheimer	8	5
Glacke	8	8
Prof. Broecma	9,5	8
Region	8	8
Real	8	10
Rival	9	9
Regent	9	10
Tedria	9	9
Zeeburger	8	9
Z. P. C. 45-2	9	8

Neste quadro comparativo, 10 significa produção máxima e completa resistência a Phytophtora.

O comprador de batatas para consumo geralmente se mostra pouco interessado em saber se a variedade é produtiva ou não. A êsse respeito, é interessante observar que as variedades que possuem melhores qualidades de consumo nem sempre apresentam maior rendimento por hectare. Isso afeta, sensivelmente, o di-

ferença entre os preços de batatas comuns e as de alta qualidade.

A agricultura na Holanda é uma indústria altamente intensiva. De há muito, vem sendo seu objetivo combinar a alta qualidade com a alta produtividade nas terras cultiváveis de que se dispõe. Naturalmente, os agricultores não podem conseguir isto sem ajuda e, portanto, têm recorrido, desde muito tempo, à ciência agronômica. Existe, na Holanda, estreita cooperação entre os pesquisadores cientistas e os técnicos que aplicam na prática seus trabalhos de pesquisa. A ciência não atua isoladamente ou apenas por sua própria iniciativa. Freqüentemente, problemas específicos são entregues aos pesqui- resultam aperfeiçoamentos em va- sadores de Wageningen. Disso rios sentidos, os quais, em última análise, asseguram a diminuição do preço de custo e a elevação da qualidade dos produtos. Graças a isso, a agricultura holandesa pode enfrentar a concorrência no mercado internacional.

Os trabalhos de pesquisas também se estendem às maquinarias e ferramentas agrícolas, atribuindo atenção especial à produtividade e eficiência dos equipamentos.

Até agora, não têm sido produzidas máquinas universais utilizáveis em qualquer tipo de terreno. A fim de evitar danos aos plantações e trabalhos inúteis, as máquinas têm de ser adaptadas às condições existentes ou essas condições são levadas em consideração durante a construção das máquinas.

Presentemente, a maquinaria agrícola pode ser experimentada, na Holanda, para verificação de seu valor prático. Para êsse fim, foi construido, em Wageningen, depois da guerra, um importante Instituto de Mecanização e Racionalização da Agricultura, que possui uma grande fazenda experimental no pôlder de Wieringermeer, onde são realizadas as provas com a maquinaria e as ferramentas, para constatação de seu valor prático. Descrevendo-se ao Instituto as condições sob as quais o equipamento agrícola tem de trabalhar, aquela instituição aconselha os agricultores sôbre os tipos de equipamentos mais convenientes. São apresentados relatórios pormenorizados acêrca das qualidade e capacidade dos equipamentos.

Graças a essas provas, apenas máquinas de boa qualidade são



BATATICULTURA NA HOLANDA — Plantio semi-mecanizado das Batatas-sementes

empregadas na agricultura e os fabricantes dedicam atenção especial às estruturas que têm de construir.

Os problemas de armazenamento são resolvidos pela Fundação de Armazenamento de Batatas, de Wageningen. Era tradicionalmente usado nos Países-Baixos o método de armazenar as batatas em abrigos de tijolo e terra, durante os meses de inverno. Embora fôssem tomadas tôdas as precauções possíveis para proteger as batatas contra a chuva e a geada, eram comuns, no fim da armazenamento, perdas de 10 a 20 por cento do material armazenado.

Também nesse setor foram experimentados novos métodos. Agrônomos, em colaboração com arquitetos, agricultores e negociantes atacadistas projetaram o protótipo do armazem de ar refrigerado. O resultado dêsse novo método de armazenamento foi tão favorável que o mesmo não tardou a ser adotado. Durante os últimos anos, mais de 40 milhões de florins foram aplicados na construção de armazéns, com uma capacidade de mais de 3.000 toneladas. Poucas vêzes ocorrem perdas com êsse novo método de armazenamento e a qualidade do produto é conservada durante todo o período de armazenamento. Também a adoção dêsse método contribuiu, valiosamente, para garantir a qualidade do produto holandês.

De grande importância é o transporte marítimo, pelo qual se interessam tanto os exportadores como os importadores. A batata é um produto vivo e exige mais atenção, durante o transporte, do que, por exemplo, o cascalho ou fardos de borracha.

Com o decorrer do tempo, grande experiência foi adquirida no campo do transporte marítimo, mas isso não impediu que se tornasse necessária ampliar os conhecimentos a êsse respeito e intensos estudos nesse sentido asseguraram resultados positivos. Tornou-se evidente que muitos riscos poderiam ser evitados, tomando-se certas precauções.

Foram citados, acima, sucintamente, alguns fatôres que concorrem para diminuir o preço de custo e melhorar a qualidade das batatas. Muitas pesquisas vêm sendo feitas nesse sentido e são em número considerável os institutos de pesquisas agrícolas. Essas pesquisas, naturalmente, não são pouco dispendiosas. As despesas, contudo, são compensadas pela producão barata, eficiente e de excelente qualidade, que beneficiam tanto o produtor como o consumidor.

À Classe Rural

(*Conclusão da pág. 6*)

sistênte à sêca e pouco exigente em cal.

— 200 —

PEIXAMENTO DOS RIOS

Recomendamos aos leitores interessados nos trabalhos de peixamento dos rios, lagos, lagoas e açudes, recorrerem a Divisão de Caça e Pesca, Ministério da Agricultura.

— 201 —

FESTAS LACTICINISTAS

Inaugurou o busto do pronteado iacticinista Dr. Sebastião Senna Ferreira de Andrade, no decorrer da IX Semana do Lacticinista, o Instituto de Lacticínio "Cândido Tostes", Juiz de Fora, Minas Gerais.

A Cooperativa Central de Lacticínios do Estado de São Paulo festejou seu JUBILEU DE PRATA, editando esplêndido ALBUM COMEMORATIVO. Estão filiadas as seguintes Cooperativas de Lacticínios Regionais: — Guaratinguetá, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Santa Izabel e Igaratá, Roseira, Lorena e Piquete, Cachoeira Paulista, São Bento do Sapucaí, Santa Branca, Jacareí e, finalmente, Aguaí.

AVICULTURA

Carências Alimentares

Na boa administrañão de uma criação um fator preponderante é a alimentação perfeita para que não surjam carências com efeitos ruins ou antieconômicos. Os animais criados soltos são menos sujeitos a uma carência devido à variedade de alimentos que encontram nos pastos, mas as criações racionais feitas em confinamento necessitam de uma alimentação que supra todos os nutrientes necessitados. É verdade que sintomas típicos de carências vitamínicas ou minerais são muito difíceis de serem encontrados pois, por pior que seja, a alimentação sempre tem no seu conteúdo pequena quantidade de vitaminas ou minerais, o têrmo avitaminose num diagnóstico servindo somente para encobrir uma falta de conhecimento das várias afecções que acometem as aves e animais em geral.

Para facilitar aos Senhores criadores, a seguir fornecemos uma relação das carências alimentares mais comuns:

PROTEINAS — Os pintos não se desenvolvem com a rapidez natural, havendo dificuldade na formação dos músculos. As rações devem ser equilibradas para fornecer proteinas de origem animal e de origem vegetal. De acôrdo com os padrões do Conselho Nacional de Pesquisas Norte-Americano os mínimos de proteínas numa ração são os seguintes: até 8 semanas, 20%; de 8 a 16 semanas, 17%; aves em posturas, 15%; inicial de perus, 28%.

VITAMINAS — São várias as necessitadas pelas aves, mas sob o ponto de vista da nutrição prática as que se seguem são as principais com as respectivas carências: Vitamina "A" — o crescimento dos pintos decai do normal apos a idade de duas semanas, apresentam modo de andar incerto e as penas eriçadas; a mortalidade aparece entre a quarta e a quinta semanas; o crescimento pára, alguns dias antes do animal morrer. Numa carência parcial nota-se inflamação nos olhos com acumulação de um material semelhante a queijo nos cantos e sob as pálpebras. Vitamina D-3 — caracterizada pelo aparecimento de raquitismo, desenvolvimento anormal dos ossos, amolecimento do bico, retardamento de crescimento, inchação nas juntas, a mortalidade maior aparecendo com oito semanas. Esta vitamina quando não fôr conseguida pela luz solar deverá ser adicionada na ração sob forma garantida, pois, não é encontrada em nenhum ingrediente normal que compõe a alimentação. Vitamina B-12 — a carência desta vitamina produz um atraso no crescimento, baixa eclodibilidade e pequena resistência às



A avicultura, nos Estados Unidos, constitue uma das atividades rurais que mais atenção chama àqueles que vão conhecer, na grande Nação americana, as modernas tecnicas de criação e lavoura

doenças; os animais adultos perdem grande parte da capacidade de gerar ovos férteis. Vitamina "K" — sua carência aumenta o tempo de coagulação do sangue (ver (síndrome hemorrágico).

Riboflavina — crescimento retardado, diarréia com a idade de 8 a 10 dias, aumento na mortalidade após três semanas e aparecimento de uma paralisia típica em que as garras ficam tortas. Tiamina — há uma perda de apetite e queda no pêso, os sintomas aparecendo trinta dias após a falta da vitamina. Niacina — crescimento retardado e inflamação típica na língua, cavidade oral e esôfago; as penas não crescem bem e as garras apresentam uma aparência escamosa.

MINERAIS — Cálcio e fósforo — raquitismo, ovos com casca mole, ossos deformados. Ferro e Cobre — anemia e fraqueza. Manganês — a deficiência deste mineral causa a chamada perose, assim como uma baixa eclodibilidade. Iodo — a tiroide incha, afetando o crescimento do animal e o empenamento. Molibdeno — sua carência interfere com o crescimento dos frangos.

PREVENÇÃO DE CARENCIAS VITAMINICAS E MINERAIS TRAÇOS — Adicionar na ração uma mistura que supra as necessidades de vitaminas e outra que supra as necessidades de minerais taços (**mistura vitaminica RV-1/RV-2 Vitacampo e mistura mineral RM-1/RM-2 Vitacampo.**

(Atenção — E v i t a r as misturas em que os minerais vem juntos às vitaminas, pois, estas junto a minerais altamente oxidativos como ferro e o manganês, perdem sua potencia facilmente).

O Complexo Problema das Rações

O desenvolvimento das pesquisas de nutrição avícola, que está ocorrendo em todos os paises adiantados do mundo, mais e mais falam de como é essencial que o problema de uma boa ração seja deixado às grandes organizações especializadas. O aspecto puramente econômico da questão, há muito indicava claramente a mesma conclusão: o avicultor, p e q u e n o ou

grande, nunca poderá enfrentar e resolver os problemas de conhecimento técnico, aparelhagem cara, capital enorme, silos, granjas experimentais, etc., inerentes a uma boa fábrica de rações.

Recente trabalho, publicado na Austrália, veio adicionar mais uma complicação às inúmeras complexidades envolvidas no perfeito conhecimento da nutrição avícola, sem o qual ninguém pode fazer uma perfeita ração para aves.

O dr. Mc Donald provou que as rações, além de terem que ser diferentes para cada período da vida das aves (o que se sabia), deveriam ser diferentes para cada raça de ave! Suas conclusões foram baseadas em estudos feitos sôbre as necessidades de vitaminas e aminoácidos das raças Leghorn e Australorp.

Sigam, pois, as recomendações dos entendidos, amigos avicultores: deixem às grandes fábricas de ração êste problema de fazer boas rações para suas aves!

EROSÃO DA MOELA

Afeção prevalente em pintos abaixo de seis semanas de idade, com a maior incidência nos quatro primeiros dias de vida. A causa parece ter origem na deficiência nutricional da mãe, devido a alta incidência após a eclosão.

LESÕES — A erosão se caracteriza pela degeneração das camadas mais duras da moela, que é precedida por hemorragias do tamanho de um ponto de lápis até muitas vêzes maiores. As hemorragias ocorrem em qualquer porção da moela, mas são mais freqüentes na ponta cardíaca.

CONTRÔLE — Parece haver uma correlação entre esta condição e uma falta de vitamina "K" nas rações. Prevenir o aparecimento da condição por uma alimentação (RAÇÕES SANTA HELENA) sadia. Misturar aos alimentos a MISTURA VITAMINICA CONCENTRADA RV-1 VITACAMPO e a MISTURA MINERAL RM-1 VITACAMPO.

INCUBAÇÃO NÃO É PROBLEMA DO PEQUENO AVICULTOR

Os avicultores, aos poucos, já vão compreendendo que, pela grande complexidade do problema, fazer boa ração é tarefa que deve ser deixada aos grandes fabricantes ou moinhos.

Pela mesma razão, devem deixar às grandes e bem aparelhadas granjas, o problema de produzir bons pintos de um dia. Não é apenas a incubadora que se precisa para produzir pintos de qualidade. Atrás de uma boa central de incubação, é indispensável a existência de um plantel bem selecionado e de um programa genético capaz de assegurar, sempre, a produção de pintos selecionados. Somente uma produção grande justifica investimento de tal ordem.

O pequeno avicultor, cada vez mais assoberbado com os problemas de produzir mais barato e mais eficientemente, não deve, pois, tentar enfrentar problema

tão difícil e tão dispendioso qual seja o de produzir bons pintos, mesmo que seja apenas para o seu plantel. Em última análise, será mais econômico que êle venda os galos que tem, desta forma concorrendo para que suas galinhas produzam ovos melhores e em maior quantidade, e passe a comprar pintos nas granjas que estão realmente aparelhadas para produzir pintos de boa qualidade.

O ÔVO E O FÍGADO

As crendices e superstições têm sido uma das causas do mau estado nutritivo do nosso povo, especialmente o do interior do Brasil.

Uma dessas crendices, das mais espalhadas e disseminadas e das mais perniciosas, é a que afirma ser o ôvo um alimento "venenoso" para o fígado. Os médicos e os nutricionistas muito têm feito para explicar este êrro e fazer com que o brasileiro coma mais ôvo.

Um artigo recente do Professor dr. Milton Mourão, assistente da' cadeira de Clínica Médica da Escola de Medicina de Belo Horizonte e um estudioso que passou cinco anos em grandes centros médicos norte-americanos, merece ter a maior divulgação.

Êle afirma que o ôvo e o leite são duas das melhores armas que contamos **para combater as doenças do fígado**, inclusive a hepatite infecciosa, a cirrose hepática, e algumas formas de câncer do fígado.

Afirma, ainda, que, "faltando certos alimentos, falta defesa para o fígado. O leite e os ovos são alguns dêsses alimentos protetores da boa vitalidade, não só do fígado, como também de todo organismo".

Como se vê, são as grandes autoridades médicas que recomendam o ôvo como um excelente alimento. Os doentes do fígado podem, pois, comer mais ovos.

ÔVO — VALOR NUTRITIVO EM FUNÇÃO DA RAÇÃO

A comercialização dos produtos avícolas está se enquadrando, aos poucos, nos métodos modernos de publicidade.

Muito se escreve hoje sôbre as vantagens do ôvo como alimento de alto valor, numa campanha muito interessante de educação popular.

O valor alimentício do ôvo é, porém, em boa parte, dependente da qualidade da ração com que as aves se alimentam.

Desde o início da criação, as aves devem comer a melhor ração possível, para que possam se desenvolver ao máximo, dentro de suas possibilidades hereditárias. Sòmente aves sadias e bem desenvolvidas poderão produzir econômicamente.

Saúde e desenvolvimento das aves, porém, se conseguem como o uso de rações de alta qualidade.

Na fase da postura, a galinha age como uma máquina de transformação e as vitaminas, minerais e proteínas que elas armazenam nos ovos serão proporcionais aos nutrientes que elas encontram na ração que ingerem. Uma ração

pobre naqueles nutrientes acarretará uma produção menor de ovos, e estes terão valor nutritivo menor do que o das aves que comem uma ração de alta qualidade, rica em vitaminas, minerais e proteínas.

O avicultor deve, pois, se convencer de que, se quiser produzir alimentos de alta qualidade (ovos) e bem vender seus produtos, precisará alimentar suas aves com a melhor ração que encontrar.

A Lavoura

a mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil.



Mais ovos, mais saúde

Não há Mais Tuberculose nem Abôrto Contagioso, na Dinamarca

No dia 1.º de setembro dêste ano, foi conseguido mais uma vitoria na luta contra as doenças contagiosas dos animais domesticos. Nessa data, o combate ao abôrto contagioso, foi declarado extinto. Desde esse dia, os laticínios dinamarqueses puderam garantir quo tôda a produçao de leite era proveniente de rebanhos livres da tuberculose e do aborto contagioso. Foi uma conquista de grande valor para todos os produtos de leite, e, demais, a agricultura dinamarquesa eliminou, assim, uma doença do gado, que durante anos, tem causado prejuizos de milhões de coroas, em conseqüência da redução do rendimento, da perda de bezerros e da remoão antecipada da vaca de produção.

A campanha contra abôrto contagioso, fêz-se numa base de participação voluntária coletiva entre os fornecedores de leite aos laticínios. Por meio de seguros particulares e pelo fomento estadual em determinada proporção, foram obtidas indenizações, de animais doentes que tiveram de ser abatidas. Depois de 1.º de setembro, o Estado pagará tôdas as indenizações que, no futuro, sejam devidas em conexão com os poucos casos que ainda possam surgir, mas que serão controlados ràpidamente, de modo que o leite dos animais doentes não chegue aos laticínios.

A Organizaçao Central das Uniões dos Laticínios Dinamarqueses lerá a partir de 1.º de setembro, um **registro geral** de rebanhos que não tenham tuberculose ou abôrto contagioso Para poder fornecer leite a um laticínio, as vacas devem figurar neste registro.

Esta medida não so tem grande importância para a produçao dinamarquesa de produtos de leite, como será também um incentivo para os paises importadores de gado de se interessarem pelo gado dinamarques de criaçao — sobretudo pelo gado leiteiro "Vermelho Dinamarques".

O gado desta última raça, cujos animais de grande porte (500 - 700 quilos cada vaca) dão, tambem, uma produção excelente de carne, ja provou durante muitos anos, a sua alta classe em numerosos países agricolas do mundo — inclusive no Brasil

Hoje em dia, a agricultura brasileira se encontra em face dum grande desenvolvimento, e tem, assim, a necessidade duma produção agricola mais intensiva, a fim de suprir as necessidades de consumo duma população cada dia maior, e a importaçao do excelente gado "Vermelho Dinamarquês" poderia, provavelmente, contribuir, de forma modesta, para o desejado aumento da produão brasileira de carne, leite e produtos derivados

Seria para os criadores dinamarqueses um grande prazer, nestas circunstâncias, ter a possibilidade de colaborar com os seus colegas brasileiros.

Lavrador

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.



Problemas Rurais nas Constituições Estaduais

(Estados do Piauí e do Ceará)

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S.N.A.

Em prosseguimento ao trabalho que estamos divulgando através de A LAVOURA focalizando o que estipulam as Constituições Estaduais no que tange aos problemas agrícolas, abordaremos agora as Cartas Constitucionais de dois Estados do Nordeste: Piauí e Ceará

É facil constatar-se mais uma vez que, regulamentados e postos em pratica os preceitos constitucionais vigentes nas varias regiões do país, desfrutaria sem dúvida a agropecuária nacional situação bem diferente da atual e não seriam insistentes os clamores por uma reforma agrária

Vejamos, por exemplo, a Constituição do Estado do Piauí

O artigo 126 e seus itens estipulam que "dentro dos limites de suas atribuições compete ao Estado intervir na ordem econômica e social dispondo a lei sôbre:

1) organização de um plano de saneamento e de amparo, por medidas de proteção, inclusive fiscal, visando sobretudo os pequenos lavradores, criadores e trabalhadores rurais.

2) organização de cooperativas de produção, escolar, consumo e crédito, que gozarão de isenções concedidas em lei, de impostos estaduais e municipais;

3) assistência aos trabalhadores e aos lavradores em geral, facilitando-lhes a aquisição de máquinas, ferramentas e demais utensilios necessarios no desenvolvimento da agricultura, pela redução de impostos e concessão de crédito;

4) distribuição gratuita, ao trabalhador rural e ao pequeno produtor, de sementes e adubos

5) amparo a pecuaria, proporcionando aos criadores meios fáceis de aquisição de arame farpado, reprodutores e produtos veterinários;

6) amparo à indústria doméstica, isentando-a de impostos;

7) assistência técnica agropecuária.

Quanto aos posseiros de terras devolutas, estabelece o Artigo 128 que assegurará aquêles que tenham moradia habitual, "preferencia para aquisição até vinte e cinco hectares, podendo os casos de doação gratuita aos que forem reconhecidamente pobres".

O artigo 129 e seus parágrafos referem-se à carnaubeira cuja indústria extrativa tanto interêsse representa para a economia do Estado.

O artigo e seus dois parágrafos estão assim redigidos:

Artigo 129 — A exploração de carnaubais pertencentes ao Estado será sempre feita mediante concorrência pública, em que se assegure acesso ao maior número possivel de concorrentes, para o que serão subdivididos, cobrando-se em espécie a renda respectiva.

§ 1.º — O Govêrno do Estado protegerá a cultura da carnaúba, cedendo de suas terras, salvo disposto no artigo 135, áreas apropriadas a quem quiser cultivá-las

gratuitamente para o plantio racional, as quais passarão ao domínio particular, logo que prive o cessionário, no prazo de três anos, o bom aproveitamento daquela cultura.

§ 2.º — A sociedade, emprêsa ou pessoa que obtiver terras para o plantio da carnaubeira, poderá nelas cultivar cereais e mais o que lhe aprouver concomitantemente, sendo-lhe cassada, porém, a concessão, se ficar provado que não teve aproveitamento aquêle plantio da carnaubeira.

Com relação ao crédito agrícola, o artigo 130 é taxativo, estipulando que:

"a lei criará um estabelecimento de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária".

Digno de destaque é, ainda, o artigo 132, que diz:

"serão isentos de tributos os veículos e demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor ou lavrador, empregados no serviço próprio de sua lavoura".

A Constituição do Estado do Ceará, em seus artigos 127 e 128 trata de problemas de terras.

Os referidos artigos têm a seguinte redação:

Artigo 127 — Mediante prévia e justa indenização em dinheiro, é facultado ao Poder Executivo com a aprovação do Tribunal de Contas, e quando o bem estar social o exigir, expropriar propriedades, para parcelá-las em benefício dos pequenos agricultores, aos quais serão doadas em lotes de até vinte hectares, ou para promover a sua exploração sob a forma cooperativista.

§ 1.º — As terras assim doadas não poderão ser alienadas pelo respectivo donatário, e, por sua morte, se não tiver herdeiros, volverão ao domínio do Estado.

§ 2.º — A liberalidade caducará, automàticamente, revertendo o bem doado ao domínio do Estado, se dentro do prazo de um ano, a contar da expedição do título, o donatário não tiver dado início à cultura das terras.

Artigo 128 — O Estado restringirá a divisão antieconômica da terra para fins de especulação.

O artigo 129 estipula que o Estado empregará, no mínimo, três por cento de sua renda tributaria, em serviços de:

a) irrigação, açudes, barragens, submersas e subterrâneas, barreiras, poços tubulares profundos, pelo regime de cooperação;

b) aguadas; para o fim de beneficiar todo núcleo de população com a sua fonte de abastecimento;

c) defesa do solo contra a erosão;

d) fomento da piscicultura;

e) proteção a flagelados, facilitando-lhes o retôrno aos seus lares e provendo-lhes a localização no seu território.

De amplo alcance é o artigo 131, assim redigido:

"O Estado, por seus orgãos competentes e pelo Conselho Estadual de Economia elaborará, de cinco em cinco anos um plano de fomento agropecuário, de pesquisas e experimentações agrícolas, reservando cinco por cento da renda tributaria, no mínimo, para execução do mesmo".

O cooperativismo e o crédito agrícola são abordados nos artigos 132 e 133, assim redigidos:

Artigo 132 — O Estado fomentará o cooperativismo nos limites e pela forma que a lei determinar.

Artigo 133 — A Lei ordinária criará um estabelecimento de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária.

LEI NÚMERO 73, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

ISENTA do impôsto e taxas as Associações Rurais, e estabelece outras providências.

O Governador do Estado do Amazonas

FAÇO saber a todos os habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a presente

LEI:

Art. 1.º — As Associações Rurais, filiadas à Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas, ficam isentas de pagamentos de quaisquer impostos e taxas de entrada, quando importarem, máquinas motorizadas ou não, instrumentos, ferramentas, motores marítimos, "jeeps", motores para casa de farinha, fornos, medicamentos veterinários, sementes, tratores e demais utensílios de uso agropecuário.

§ 1.º — Também ficam isentas de pagamento de quaisquer impostos e taxas, quando adquirirem imóveis para funcionarem suas sedes e para instalação de serviços a elas subordinadas, assim como embarcações e outras propriedades que sejam incorporadas ao seu patrimônio

§ 2.º — As embarcações subvencionadas pelo Govêrno do Estado, cobrarão, com 50 % de abatimento, sôbre o preço normal, o frete da carga destinada às Associações Rurais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Governador do Estado do Amazonas, em Manaus, 30 de novembro de 1956.

(as.) PLINIO RAMOS COELHO — Governador do Estado.

as.) CLOVIS LEMOS DE AGUIAR — Secretário de Economia e Finanças, em exercício.

Educação e Democracia Cooperativa

Fábio Luz Filho

FÁBIO LUZ acentuou, em um de seus livros, que a educação deve ser o que os socráticos denominavam de **partejamento do espírito**. Deve ser, na douta opinião dêle, FÁBIO LUZ, antes de tudo, o respeito à individualidade e a liberdade de espírito do aluno, servindo o mestre de guia discreto, sem diretamente intervir para impor dogmas. Deve-se deixar ao aluno o prazer de descobrir por suas verdades ou ter a ilusão de as ter descoberto.

Acentua mais FÁBIO LUZ que, segundo HERBERT SPENCER, o fim da educação moral é formar um ser apto a se governar a si mesmo e não um ser preparado para ser governado. E, segundo BUISSON, as prescrições dos regulamentos escolares eram pelas e limites a liberdade, à espontaneidade, a alegria da infância, tidos como inevitáveis, mas que seria absurdo erigir em axiomas ou tomar como pontos essenciais de disciplina. A disciplina escolar é, para FÁBIO LUZ, por si mesmo, uma imposição de princípios repetidos até penetrarem no inconsciente, garantidos pela autoridade do mestre. O mestre deve intervir apenas para ajudar o aluno a conquistar a liberdade, isto é, diminuir, nas raias do possível, os liames que limitam a liberdade.

Em assuntos de educação cooperativa não devemos perder de vista tão sábios conselhos, partidos de quem dedicou quase tôda a sua fecunda vida como médico, pedagogo, romancista e pensador, às crianças e aos que sofrem.

A antropagogia, isto é, a educação fora da escola e da família é também preocupação constante do movimento cooperativo.

Já fizemos sentir que foi definida a **democracia** como o consentimento dos governados e participação dêstes no govêrno, baseada em uma compreensão comum obtida pela livre discussão, do que decorre o sendo de uma responsabilidade comum. Renomados publicistas já frisaram que só a educação em sentido lato poderá aprimorar êsse senso de responsabilidade e dar à democracia tôda a sua fôrça de renovação, como a participação de interêsses dentro dos grupos e entre êsses grupos, o que levará à direção social consentânea.

ARISTÓTELES frisou que o princípio fundamental do govêrno democrático é a liberdade. Comunga DEWEY em idêntico modo de ver: a livre comunicação de idéias e experiências e sua trans-

missão, de um a outro, sem pelas. Para ele há imprescindível necessidade de iniciativa pessoal e adaptabilidade numa sociedade democrática em evolução.

"A educação é, em si mesma, um processo para descobrir quais os valores dignos de ser considerados como objetivos... A educação é um modo de vida, de ação. Como ato é mais ampla que a ciência". ("A ciência da educação").

Em "Teoria e prática das sociedades cooperativas" dizemos mais que BUISSON como que teve a antevisão do panorama cooperativo de nossos tempos no setor educativo quando disse que o estudo da solidariedade na escola comporta três ordens de questões: — o ensino pròpriamente dito da solidariedade — a disciplina, as obras e, particularmente, as associações escolares e pós-escolares, domínio fecundo do moderno cooperativismo escolar.

Sob êsse aspecto, de tão palpitante atualidade, deve-se apontar a todos, como exemplo de métodos educativos evoluídos ao serviço da nobre causa cooperativa, o que vem nesse terreno realizando a **Kooperativa Förbundet** da Suécia, já mundialmente conhecida pelos seus interessantes e eficientes círculos de estudos e seu enorme poder no campo econômico.

Essa grande cooperativa, possuidora de numerosas fábricas, prosseguindo em seu programa de educação sistemática do povo, acaba de introduzir novos métodos nessa importante esfera de suas múltiplas atividades, que visam sempre ao interêsse público.

A "Kooperativa Förbundet" esforça-se por desenvolver entre seus associados a compreensão dos problemas econômicos atuais e por estimular o desejo de colaborar em amenizar as dificuldades do país. Conferências e discussões foram organizadas para os associados e dirigentes. A escola de correspondência de K. F. instituiu cursos especiais de guerra para a formação cívica de guardas-civis.

A K. F. remete aos circulos de estudos cooperativos uma revista mensal que trata de todos os problemas do lar: artigos sôbre puericultura e diferentes alimentos, seu valor em calorias, em vitaminas, etc., e sôbre os melhores métodos para os preparar e servir; outros artigos sôbre móveis modernos e decorações de interior. Ao mesmo tempo a K. F. toma medidas para tornar acessíveis aos lares os alimentos e os móveis que por ela são preconizados. Criou um fundo de pesquisas relativas às vitaminas, o qual conduziu à criação de "Nordisk Bickemisk Industri", que fabrica produtos vitaminados. A K. F. tomou, além disso a seu cargo a fabricação de móveis por preço acessível a todos.

É, pois, um programa de realizações de um alcance imprevisível no campo social e econômico, e mais uma prova inconcussa da capacidade realizadora do movimento cooperativo.

Já fizemos sentir que, no domínio cooperativo, ainda há no Brasil generalizada diferença pelo setor educativo; daí assembléias com freqüência reduzida, índice social extensivo à totalidade do movimento, e que os órgãos oficiais de assistência estão procurando remover através de folhetos e palestras, dentro da precariedade de elementos materiais e humanos de que dispõem, aspecto que se vem configurando num sentido de melhoria, lenta mas segura, no seio das cooperativas japonesas, ervateiras, vinícolas, de carnes, lacticínios e outras; administradores carismáticos, nos meios rurais sobretudo, o que as condições do meio favorecem (absentismo dos associados, boa-fé, falta de freqüência às assembléias; grandes distâncias, imediatismo e alheamento, tendo como justificativa a confiança na liderança carismática que não pluraliza-da); capitais reduzidos, sobretudo nas de consumo abertas e lentamente realizado; incidência de impostos, etc. Não obstante, como já o acentuamos, cooperativas existem que, quer do ponto de vista das vantagens econômicas trazidas ao homem rural, quer sob o aspecto doutrinário (embora, ainda, sem uma compreensão total), podem emparelhar com as de outros países de elevada civilização cooperativa.

O grande jurista norte-americano, OLIVER WENDELL HOLMES como que teve a intuição do panorama político-social latino-americano quando disse que a vida das leis não promana da lógica, mas da experiência. As leis encarnam o desenvolvimento duma nação através dos séculos. Não se pode, pois, tratá-las nem devem ser interpretadas como coisas estáticas ou petrificas, e as hermeneutas, dizemos, devem ser os magos de sua dinâmica... CARLOS MAXIMILIANO acentua que, hodiernamente, se prefere a exegese que torne o Direito numa constiução conseqüente, lógica, orgânica, e, poratnto, compatível com o bem geral. Ante a imobilidade dos textos, o progresso jurídico se realiza graças à interpretação evolutiva, inspirada pelo progredir da sociedade. E JOAN CRUET já disse que a aplicação da lei não é uma missão puramente automática...

Os raciocínios acima são extensivos ao campo econômico. Vamos dar aquela interpretação evolutiva às nossas leis...

O direito deve seguir a linha de evolução da moderna economia social, em que o tipo econômico-político não pode ser o **soldado** ou o **membra terrae** da classificação justiniana. Nem a consagração do **cornaculariam facere** a que se refere **Tropplong**. Deverá ser, o homem, o centro de uma esfera de direitos novos... Os profundos conceitos de IHERING ainda preluzem, para felicidade nossa. E o menino, já se disse, é o pai do homem.

(De "Teoria e prática das sociedades cooperativas", a sair em 5.ª edição refundida e atualizada).

Necessidade de Aumento da Produção de Carne no Brasil

Uma das necessidades prementes do Brasil é a elevação da produção de carne, produto que tem sido tradicionalmente um dos itens de exportação da maior importância. Hoje, quando as vendas de café brasileiro estão em declinio no exterior, o aumento do volume de exportação de outros produtos constitui problema que exige solução imediata.

Além disso, o padrão de vida de um povo é medido também pela quantidade de carne que êle consome. Quanto maior a quantidade dêsse alimento consumida pela população, maiores as probabilidades de o país contar com um povo forte, saudável e produtivo. E o Brasil, cuja população aumenta ràpidamente, precisa de uma elevaão concomitante na produçao de carne para o mercado interno.

AUMENTO DA PRODUÇAO DE CARNE COM O EMPREGO DO ESTILBESTROL

Em geral, os criadores tem seguido três estradas principais na procura de uma solução para o problema do aumento da quantidade de carne por unidade de área. Uma delas, é a melhoria das raça dos animais; outra, a da melhora do pasto ou da alimentaçao; e a terceira, a do contrôle das doenças e pragas.

Ao lado dessas estradas tradicionais, foi construida uma quarta: a do tratamento do gado por hormônios sinteticos a fim de aumentar nos animais o consumo e o aproveitamento do alimento, registrando, conseqüentemente, maiores ganhos de pêso.

Na verdade, o emprego de hormonios constitui uma das descobertas mais revolucionarias dos tempos modernos. Com a aplicação de uma quantidade muito pequena e muito barata de hormônio é possivel acelerar-se substancialmente o desenvolvimento ods animais. Nos Estados Unidos, o tratamento de gado por hormonios é pratica generalizada. Calcula-se em aproximadamente 80 % o número de animais de corte engordados com a ajuda de hormônios. A substância mais preferida para a engorda é o dietilstrilbestrol, usualmente conhecida por **estilbestrol**.

O EMPREGO DO ESTILBESTROL APROVADO POR AUTORIDADES EM ALIMENTAÇAO PUBLICA

A "Food and Drug Administration" (Serviço de Fiscalizaçao de Produtos Farmaceuticos e Alimentaão Pública dos Estados Unidos), após submeter a carne de gado engordado com estilbestrol a testes rigorosissimos, aprovovu inteiramente o emprêgo do hormônio. Na realidade, não ha nenhum exemplo conhecido de qualsquer efeitos prejudiciais ao homem, nos Estados Unidos, em conseqüen-



Um grânulo "Stimplant" de estilbestrol sendo implantado sob a pele da orelha do animal

cia da ingestão de carne produzida com a ajuda do estilbestrol ,embora pràticamente tôdas as pessoas, naquele país, comam carne tratada pelo hormônio.

O Ministério da Saúde do Govêrno do Brasil já se pronunciou pùblicamente sôbre o estilbestrol, asseverando que o consumo da carne de animais tratados com essa substância não é, em absoluto, prejudicial ao homem.

O Instituto Adolfo Lutz, manifestando-se sôbre o mesmo assunto, afirmou que autores de vários trabalhos científicos são concordes em atestar que não existe perigo algum decorrente do consumo de carne de animais tratados com estilbestrol e que mesmo quando o gado bovino recebe doses do hormônio 20 a 100 vêzes maiores do que as usadas habitualmente, não se demonstram, na carne, quantidades perigosas daquela substância.

RECENTES EXPERIMENTOS REVELAM QUE QUANTO MAIS VELHO O GADO, MAIOR A SUA RESPOSTA AO ESTILBESTROL

Os resultados de algumas pesquisas recentes com o estilbestrol prometem ser de especial interêsse para o Brasil. Tais pesquisas, neste país, têm sido realizadas por cientistas do IBEC Research Institute (IRI), entidade de investigação agronômica sem finalidades lucrativas fundada por Nelson A. Rockefeller e seus irmãos.

O IRI, que está trabalhando com grânulos de "STIMPLANT", nome comercial do hormonio sintético fornecido pela Pfizer Corporation do Brasil para fins experimentais, tem conduzido as pesquisas em pastagens localizadas em Matão e em Guararapes, no interior do Estado de São Paulo.

Uma descoberta singular, feita por êsse instituto de pesquisas, foi a de que quanto mais velho o animal, maior o efeito do estilbestrol sôbre o seu desenvolvi-

(*Continua na pág. 44*)

"I Torneio Leiteiro" — no Sul de Minas

Com invulgar interêsse despertado em todo o meio pecuarista, realizou-se na Granja Atalaia, da Escola de Sargentos das Armas, na cidade de Três Corações, Sul de Minas, a entrega dos prêmios do "I Torneio Leiteiro", promovido pela Inspetoria Regional da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura, daquela região, no qual participaram os mais destacados criadores, bem como convidados especiais vindos de São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal e Estado do Rio, em aviões fretados para êsse evento.

Estiveram presentes às festividades destacadas autoridades, como o representante do Ministro da Saúde; o diretor do Departamento Nacional do Fomento da Produção Animal; dirigentes da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Comissão Nacional de Pecuária do Leite; Departamento Nacional de Política Agrária; Conselho Coordenador do Abastecimento; Departamento Nacional da Criança e outros órgãos Governamentais e jornalistas especializados, abrilhantando o encerramento daquele Torneio.



Flagrante do Sr. Aderbal Junqueira, quando recebia a taça "A.N.P.L.", de campeão de maior produção leiteira

Procedeu a abertura das solenidades o dr. Assis Ribeiro, Inspetor Regional da DIPOA, no Sul de Minas, tecendo considerações sôbre o Torneio Leiteiro, convidando, em seguida, para presidir os trabalhos da sessão solene o Coronel Agenor Monte, comandante da Escola de Sargentos das Armas, modelar estabelecimento militar, localizada naquela próspera cidade.

Constou do programa uma interessante palestra do dr. Rômulo Joviano, presidente da Comissão Nacional de Pecuária do Leite, que é possuidor de grande cabedal de conhecimentos sôbre os problemas latícinistas do país, apresentando um quadro geral da produção leiteira em face as necessidades atuais e futuras, ressaltando as vantagens oriundas dos torneios leiteiros como elemento preponderante no estímulo, melhoria e aumento da produção do leite.

Usaram, posteriormente, da palavra o dr. J. J. Carneiro, Chefe da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em Belo Horizonte, que enalteceu a iniciativa do patrocínio da "Assistência Nestlé aos Produtores de Leite" — ANPL — estimulando os torneios leiteiros que visam a melhoria dos rebanhos e aumento da produção leiteira; o sr. Gualter Mano, em nome da Diretoria da Companhia dos Produtos Nestlé, agradeceu a iniciativa da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal pela eficiência do Torneio, aos participantes e fazendeiros do Sul de Minas e o apoio prestado pela Escola de Sargentos das Armas através o seu comandante, Coronel Agenor Monte.

Em nome do sr. Aderbal Junqueira, detentor da Taça A.N.P.L. e dos Criadores contemplados, falou o dr. Mauro Junqueira, agradecendo o estímulo que a Companhia dos Produtos Nestlé vem trazendo àquela promissora bacia leiteira.

Encerrou a solenidade com um feliz improviso o Coronel Agenor Monte, que

mais uma vez mencionou o impulso dado à cidade tricordiana, através da Fábrica dos Produtos Nestlé, que vem com a sua indústria, aumentar a economia do Estado, abrindo para os pecuaristas regionais novos horizontes.

Após as solenidades foi servido um churrasco a todos os presentes.

Damos em prosseguimento os resultados do Torneio Leiteiro:

MELHORES LOTES — produção individual (por vaca) superior a 3 000 k de leite em 180 dias de lactação

CAMPEÃO — **Aderbal Andrade Junqueira** — produção média por vaca: ... 4.060 k a 3,2% (ou 3.573,3 k a 4%)

VICE-CAMPEÃO — **Pedro Junqueira Reis Filho** — produção média por vaca: 3.947,2 k a 3,1% (ou ...... 3.394,5 k a 4%).

MENÇÃO HONROSA — **Antônio Alves Sant'Ana** — produção média por vaca: 3 365 k a 3,13% (ou 2.960 k a 4%)

CAMPEÃO EM LEITE GORDO — **Adalberto Bastos de Avelar** — proprietário da vaca ESTIMADA — média diária de 12.676 k de leite com 4,6% de matéria gorda.

CAMPEÃO EM HOMOGENEIDADE DE CONJUNTO — **Claudionor Vasconcelos** — conjunto de vacas Holandesas 3/4 e 7/8 — média diária de 10.405 k de leite com 3,99% de gordura.



ENTREGA DE PRÊMIOS — Mesa da sessão solene com as autoridades, vendo-se da esquerda para a direita Dr. J. J. Carneiro, Sr. Gualter Mano, Dr. Mucinho, Dr. Assis Ribeiro, Cel. Agenor Monte, Dr. Nemezio Gomes da Cunha, Dr. José Arimathéia, Sr. Adalberto Bastos Avelar, Dr. Otto Funsel, General Banda; em pé, o Capitão Humberto Correia, Chefe do Serviço de Comunicações da E. S. A.

Pragas e Doenças da Cebola

JALMIREZ G. GOMES
Engenheiro Agrônomo

São mais comuns e prejudiciais à cultura da cebola as seguintes pragas e doenças:

"*Tripes*" (*Thrips tabaci*) — E' um inseto muito pequeno, de corpo alongado, pardo acinzentado, com asas enegrecidas (fêmeas), apresentando pêlos longos nas margens. As larvas são de côr verde ou amarelo-pálido. Tanto os adultos como as larvas sugam as fôlhas, aparecendo, nos pontos onde são picadas, manchas descoradas e ressecadas.

Nas grandes infestações, principalmente nas épocas quentes do ano, a planta é inteiramente prejudicada e a produção de bulbos reduzida.

Combate — Pulverizar as plantas em intervalos de 10 a 15 dias entre as aplicações, com um dos seguintes inseticidas:

a) — Malation 50% emulsão, na quantidade de 150-180 cm3 para 100 litros dágua.

b) — Parathion 5% emulsão, em quantidade de 40 cc para 100 litros dágua.

c) — ou Diazinon 80% emulsão, na quantidade de 150-180 cm3 para 100 litros dágua.

"*Míldio*" — (Peronospora schleideni) — Esta doença ataca fôlhas e hastes, produzindo manchas esbranquiçadas recobertas por uma lanugem de tonalidade violácea. As fôlhas, atacadas amarelecem e secam, sendo o crescimento dos bulbos muito prejudicado.

Combate — Os tratamentos devem ser iniciados logo assim tenham as plantas 4 a 6 fôlhas com pulverizações, em intervalos de 7 a 10 dias, usando-se uma das seguintnes formulações:

a) — Oxicloreto de cobre 58% (Cuprosan e outros) ou óxido cuproso (Perenex e outros) na dose de 500 gramas para 100 litros dágua.

b) — ou calda bordalesa 1%, preparada com sulfato de cobre 1 quilo, cal viva 1 quilo e água 100 litros.

Nota: Para aumentar a eficiência dêstes fungicidas, juntar às soluções um produto adesivo, como "triton 1956", Grasseli ou sabão de breu assim preparado: breu comercial em pó 1 quilo, carbonato de sódio 500 gramas e água 4 litros, fervendo-se tudo até formar pasta homogênea que

(*Continua na pág. 46*)

O Sistema Cooperativo de Crédito Agrícola nos Estados Unidos

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico do S.N.A.

Sob o patrocínio da International Cooperative Administration (I. C. A.), do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (E.T.A.) e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), realizamos, recentemente, uma magnífica viagem aos Estados Unidos, onde tivemos a oportunidade de observar e estudar o funcionamento do sistema de crédito rural na grande República Americana.

Graças a uma boa e eficiente organização creditícia, o agricultor americano dispõe, no momento oportuno e em quantidade suficiente, dos recursos de que carece para movimentar suas atividades agropecuárias.

Uma das fontes de crédito que dispõe o agricultor americano para atender as suas necessidades é aquela proporcionada pelo Sistema Cooperativo de Crédito Agrícola supervisionado pelo Farm Credit Administration.

Através dêsse sistema, tanto os agricultores como suas cooperativas podem obter crédito a longo e a curto prazo, em condições satisfatórias.

O sistema cooperativo de Crédito Agrícola que fornece apenas uma parte relativamente pequena do crédito de que carecem os agricultores é constituído:

a) de cêrca de 1.000 National Farm Loan Associations e 12 Federal Land Banks;

b) de 497 Productions e 12 Federal Intermediate Credit Banks;

c) de 13 Banks for Cooperatives, inclusive Central Bank for Cooperatives.

As associações chamadas National Farm Loan Associations (N.F.L.A.) e Production Credit Associations (P.C.A.), são de nível local; os Federal Land Banks, Federal Intermediate Credit Banks e os Banks for Cooperatives são de nível regional, cabendo ao Farm Credit Administration a coordenação geral da política creditícia do sistema.

Através dos Federal Land Banks e das National Farm Loan Associations, os fazendeiros obtêm empréstimos a longo prazo, com garantia hipotecária.

Através dos Federal Intermediate Credit Banks e das Production Credit Association os agricultores obtem créditos a prazos médio e curto, destinados à qualquer atividade de custeio das atividades agrícolas, realização de melhoramentos, aquisição de animais, etc.

Os Banks for Cooperatives financiam a longo e a curto prazo, cooperativas de fazendeiros em suas atividades de aquisição de suprimentos e de beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas, etc.

Nos emprestimos com garantia hipotecária o sistema do Federal Land Bank concorreu (dados de janeiro de 1956), com 16,3% do total dos empréstimos dêsse tipo e nos empréstimos a curto prazo, o sistema do Federal Internacionale Credit Bank concorreu com 8,9% dos mesmos.

Dos recursos obtidos por 632 cooperativas (dados do ano de 1954), os Banks for Cooperatives concorreram com 57,8% do total.

Os quadros adiante transcritos elucidam melhor a questão:

CRÉDITO A LONGO PRAZO, COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, SEGUNDO O TIPO DE EMPRESTADOR

EMPRESTADORES	Importâncias (em milhões de dólares)	Porcentagem sôbre o total
Federal Land Bank System (Sistema do Banco Federal de Terras)	1.480	16,3
Companhias de Seguro de Vida	2.272	25,1
Bancos Comerciais	1.346	14,8
Farmers Home Administration (Administração dos Lares de Fazendeiros)	278	3,1
Individuals e outros	3.690	40,7
TOTAL	9.066	100,0

Obs.) O Farmers Home Administration equivale ao nosso crédito agrícola supervisionado realizado através do sistema ABCAR, com a colaboração da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste S.A. e outros.

(Continua na pág. 52)

Lavoura do Distrito Federal

FESTIVAMENTE COMEMORADO O "DIA DO LAVRADOR CARIOCA" EM SANTA CRUZ

O churrasco patrocinado pela Sociedade Nacional de Agricultura e pela União das Cooperativas do Distrito Federal — A ação do DARDIF no Mendanha e no Rio la Prata — Entendimentos entre a Diretoria da Renda Mercantil e a S.N.A.

A lavoura do Distrito Federal viu passar a 21 de setembro p. passado a sua data máxima comemorada no mesmo dia em que se festeja o Dia da Arvore, em Santa Cruz, na sede do Posto Agrícola n.º VI, com a presença do prefeito Sá Freire Alvim e outras altas autoridades municipais e federais teve lugar a cerimonia comemorativa da passagem do dia do Lavrador Carioca, fazendo uso da palavra, alem de vários oradores, os srs.: Lopo Coelho, Secretário da Agricultura do Distrito Federal, deputado Breno da Silveira e Flávio da Costa Britto, representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Por iniciativa da Câmara Municipal, graças a uma proposiçao do vereador Antônio Dias Lopes, foram distribuidos cêrca de .... Cr$ 500.000,00 em premios aos lavradores desta Capital. Após a entrega dos premios foi servido um churrasco oferecido às autoridades e lavradores presentes pela Sociedade Nacional de Agricultura e União das Cooperativas do Distrito Federal.

O Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, cumprindo determinações regulamentares tem efetuado visitas à região do Mendanha verificando "in loco" as necessidades daquela população rural. Para a próxima semana, serão convocados sócios da Associação Rural do Rio da Prata para a instalação de uma junta governativa para a continuação do funcionamento legal da Associação Rural do Rio da Prata.

Conforme já tivemos oportunidade de noticiar, chegaram a bons entendimentos,

as providências concertadas entre a Diretoria da Renda Mercantil e a Sociedade Nacional de Agricultura em favor dos lavradores metropolitanos, em face da lei municipal n.º 899.

ATA DA 61.ª REUNIÃO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 30 de junho de 1959, sob a presidência do SR FLÁVIO DA COSTA BRITO

Manoel Agapito
Antônio Passo dos Santos
Francisco Joaquim Fernandes
Primo Coutinho da Silva
José de Carvalho Seabra
Francisco José de Moraes
Antônio Paes Vaz
Abel de Almeida
Agrícola Castello Borges

Aos 30 dias do mês de junho de 1959, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Brito. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fôsse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade O Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Francisco José de Moraes, presidente da Associação Rural de Palmares e diretor comercial demissionário da Cooperativa dos Produtores de Leite do Distrito Federal Uma exposição detalhada sôbre as péssimas condições de higiene do leite daquela Cooperativa foi feita pelo orador, que solicitou providências do Sr. Presidente do DARDIF bem como, do presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural. Informou o sr. Francisco José de Moraes que, o gado leiteiro não é examinado e que o produto contem brucela e outros virus, bem como, tôda sorte de impurezas, além de água em quantidade criminosa e farinha de trigo para melhor desdobramento do leite a ser consumido, principalmente na região suburbana. A narrativa do presidente da Associação Rural de Palmares impressionou vivamente ao auditório. Em seguida, o senhor Agrícola Castelo Borges, presidente da Sociedade União dos Agricultores deu conhecimento à casa que lavradores de sua Associação estão em pânico com as exigências da Prefeitura sôbre obrigatoriedade de notas fiscais e que isso está causando intenso desestímulo à lavoura e ameaça extinguir por completo o associativismo rural no chamado Sertão Carioca. O sr. Presidente informou já se achar inteirado do assunto e que, na próxima têrça-feira iria ter uma entrevista com o Secretário da Fazenda para o que convidava vários dos presentes. Os representantes das associações do Mendanha e de Coqueiros, solicitaram providências para a dragagem dos rios Guarasuba e Guandu do Sena, que na época de enchentes causam graves prejuizos à lavoura da região. O presidente da Cooperativa de Irajá formulou mais um protesto pelo fato de os moinhos não darem a menor importância às determinações da COFAP quanto às guias de resíduos de trigo. O sr. Presidente propôs, em seguida, constasse da ata, um voto de regozijo pela nomeação dos novos membros representantes da classe no Conselho Nacional do Serviço Social Rural que são os srs. Iris Meinberg, Virgilio Távora, Mário Penteado,

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Respossável e Redator-Secretário

Eng. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES
Chefe de Publicidade

Redação e Administração:
General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

---

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 - End. Tel.: "LINEFE" C. P. 7257 — SÃO PAULO —

José de Albuquerque Lins, Geraldo Goulart da Silveira e Waldemar Rupp. Antes do expediente, o sr. Presidente despachou pedidos de cessão de boxes no mercado da Central do Brasil, para as Associações Rurais de Mendanha, Coqueiros, Realengo e Cooperativa Agro-Avícola Mista da Vila da Penha Ltda., em requerimentos assinados pelos seus respectivos presidentes. As 17 horas, nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a sessão, marcando o sr. Presidente, nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 63.ª REUNIAO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 28 de julho de 1959, sob a presidência do Sr. FLÁVIO DA COSTA BRITO

Abel de Almeida
Manoel Agapito
Agricola Castello Borges
Masatada Togashi

Aos 28 dias do mês de julho de 1959, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais filiado à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Brito. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente determinou fôsse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Franqueada a palavra aos presentes, vários oradores queixaram-se de perseguições por parte de agentes do fisco municipal que estão interceptando cargas de lavradores e cobrando-lhes impostos dos quais estão isentos por lei. Os debates sôbre o assunto foram veementes, tendo tomado parte nos mesmos o Sr. Abel de Almeida, Manoel Agapito, Joaquim Fernandes Tennysson Garces, Juvenal Azevedo, Durval Garcia de Menezes, Adamastor Lima e diversos outros presidentes e representantes de cooperativas e associações rurais. O Sr. Presidente deu explicações sôbre o assunto, sugerindo a constituição de uma comissão para se entender com o Diretor das Rendas Internas da Prefeitura, a fim de solucionar de maneira prática o assunto. Foi apurada, então, a constituição de uma comissão composta pelos srs.: Flávio da Costa Brito, Adamastor Lima e Juvenal da Silva Azevedo, para no dia imediato procurar aquela autoridade. Os presentes ficaram satisfeitos com os primeiros passos para a solução do caso. Em seguida o sr. Presidente determinou que fôssem convocadas para a próxima têrça-feira, tôdas as associações rurais e cooperativas a fim de terem conhecimento da solução dada pelas autoridades municipais, bem como, para assistirem a leitura de um memorial ao Prefeito do Distrito Federal. O sr. Manoel de Castro, presidente da Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Campo Grande, comunicou à casa ter o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura dado ganho de causa a sua administração contra acusações do sr. Gil Prata, prometendo oportunamente aduzir documentos sôbre o assunto. Por proposta do sr. Presidente, foi aprovada por unanimidade o envio de um ofício ao vereador Osmar Rezende agradecendo a dedicação do mesmo em favor das entidades filiadas ao DARDIF, que obtiveram subvenções musicipais para o corrente ano, bem bem como para o ano vindouro. Os presentes discutiram, ainda, vários assuntos, digo, aspectos da produção e comercialização dos produtos horti-granjeiros do Distrito Federal, por parte de Associações e Cooperativas. As 17 horas, nada mais havendo, foi encerrada a sessão, marcando o sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 64.ª REUNIAO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, realizada em 4 de agôsto de 1959, sob a presidência do SR FLAVIO DA COSTA BRITO

Masatada Togeshi
João Vieira de Oliveira
Abel de Almeida
Antônio Ferreira Caseiro
Theobaldo José Ribeiro
Jonas Passos Soares
Flávio da Costa Brito
Antônio Vaz
Manoel Agapito
Eleuzipio Cândido da Silva.

Aos 4 dias do mês de agôsto de 1959, presentes os srs. representantes de Cooperativas e Associações Rurais, filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. Gal. Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidencia do sr. Flávio da Costa Brito. Abrindo os trabalhos o sr. Presidente determinou fôsse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade, franqueada a palavra aos presentes, o Sr. Jonas Passos Soares, presidente da Associação Rural do Rio da Prata. Disse o orador que no sentido de facilitar as atividades dos lavradores ante as exigências do fisco, decidira de acôrdo com os sócios daquela Associação confeccionar uns talões para serem apresentados à fiscalização. Foram exibidos pelo sr. Jonas aos presentes os talões em aprêço. O sr. Juvenal Azevedo esclareceu que a comissão da qual fazia parte estivera com o sr. Elmar Paturi, diretor das Rendas Internas e que o assunto estava pràticamente resolvido, mediante um requerimento cuja cópia foi exibida e que será distribuído aos lavradores para um registro especial naquela repartição. O assunto provocou debates entre os srs. Abel de Almeida, Jonas Soares, Masatada Togashi, Flávio Brito, Agrícola Castelo Borges, Juvenal Azevedo e demais presidentes, surgindo controvérsias sôbre a preferência do requerimento em relação às guias. O sr. Presidente submeteu o caso à votação, saindo vitoriosa a parte fa-

vorável ao requerimento que, de ordem do sr. Presidente e por todos aprovados, foi encaminhado a um estabelecimento gráfico para a necessária confecção (1.000 exemplares) e distribuição aos presidentes de associações rurais e cooperativas na próxima têrça-feira. Os presentes debateram, ainda, vários aspectos da profissão do lavrador, visando afastar o falso lavrador e denunciá-lo às autoridades, tanto de cooperativas como de associações rurais, oportunamente uma comissão do DARDIF e da UCODIF procurará as autoridades do S.E.R. da Prefeitura para propor o certificado de Agricultor por intermédio dos pôstos agrícolas, depois de ouvidos os presidentes de Cooperativas e Associações Rurais. Retornando a falar, o sr. Presidente deu por bem recomendado os presidentes de Cooperativas e Associações Rurais, das disposições das leis em vigor para o funcionamento das mesmas, encarecendo a necessidade de todos se legalizarem nas repartições competentes.

Obtendo a palavra o sr. Jonas Passos Soares informou à casa que, muito pesaroso tinha a comunicar que a diretoria da Associação Rural do Rio da Prata, da qual é o presidente, já se considerava resignatória, com o qual está êle solidário. Assim, indagou de como devia proceder para liquidar ou fechar aquela associação. O sr. Presidente fêz ver ao orador que o assunto era de suma importância e que o sr. Jonas Passos Soares devia preliminarmente comunicar o assunto oficialmente à Sociedade Nacional de Agricultura. Todos os presentes procuraram demover o sr. Jonas da renúncia por êle apresentada, tendo o sr. Presidente convocado todos os presidentes de associações rurais para oportunamente fazerem um apêlo à Diretoria da Associação Rural do Rio da Prata para a continuidade da mesma. As 17 horas, nada mais havendo para deliberação, foi encerrada a sessão, marcando o sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

Necessidade de Aumento...

(Conclusão da pág. 37)

mento. No Brasil, é possível tirar-se vantagem econômica deste fato, pois o gado é, geralmente, enviado para o matadouro com idade mais avançada do que nos Estados Unidos.

Em um dos experimentos realizados pelo IRI, foram estudados os efeitos do estilbestrol sobre novilhos de três idades diferentes. Foram comparados animais de 1, 2 e 3 anos com respeito aos seus ganhos de peso em pasto de capim Colonião. Cada grupo de idade tinha o mesmo número de animais. A metade dos animais, em cada grupo, foi tratada com estilbestrol, o qual foi implantado sob a pele da orelha do gado sob a forma de g r â n u l o s "STIMPLANT" — 2 grânulos de 12 miligramas cada um. Os animais tratados e os animais não tratados ou testemunhas f i c a r a m no mesmo pasto durante 140 dias. Todos os novilhos acusaram ganho de peso, mas os que foram tratados com "STIMPLANTS" registraram ganhos substancialmente maiores. O fato interessante, contudo, residiu em que o aumento de pêso devido ao estilbestrol foi proporcionalmente m a i o r entre os animais mais velhos. O hormônio aplicado nos novilhos de 1 ano deu-lhes uma vantagem de 21 por cento, em ganho de pêso, sobre os novilhos testemunhas da mesma idade. O ganho dos animais tratados de 2 anos foi 44% maior do que o dos testemunhas de igual idade. E o gado tratado de 3 anos registrou ganho de pêso 58% maior que o dos novilhos testemunhas da mesma idade.

Pode-se perceber melhor o significado do ganho resultante do tratamento com o estilbestrol através do cálculo do seu valor em cruzeiros. O custo de implantação dos STIMPLANTS nos animais ficou em apenas Cr$ 30,00. Considerando-se como sendo de ..... Cr$ 30,00 o preço do quilo de pêso morto (estimado em aproximadamente 55 % do pêso vivo), o lucro líquido por cabeça, resultante do tratamento, foi de .... Cr$ 178,00 para os animaiss de 1 ano, de Cr$ 331,00 para os de 2 anos, e de .... Cr$ 387,00 para os de 3 anos. Estas cifras representam lucros líquidos para ganhos de pêso registrados em apenas 140 dias.

As grandes diferenças, em favor dos animais mais velhos, mostram que tal tratamento é tremendamente vantajoso para o Brasil, pois neste país os animais têm geralmente mais de 3 anos de idade quando entrem em regime de engorda para, então, serem enviados para o matadouro. Além disso, o implante na orelha — operação muito mais simples e menos dispendioso que a prática de misturar-se o hormônio com a alimentação do gado — está em concordância com o costume brasileiro de engordar os animais no pasto.

O EMPRÊGO DO ESTILBESTROL É ESPECIALMENTE VANTAJOSO PARA O BRASIL

A aplicação do estilbestrol nos novilhos oferece outras vantagens para o Brasil. Por meio do encurtamento do período de crescimento dos animais, o gado poderá estar preparado para o matadouro a uma idade bem menor do que a registrada atualmente. Mesmo a meta de 3 anos representa notável melhora, uma vez que, presentemente, muitos novilhos são abatidos aos 4, 5 ou mesmo 6 anos de idade.

O envio antecipado do gado para o matadouro significa, também, que uma mesma área de pasto poderá alimentar sucessivamente maior número de animais. E então, com maior número de animais por alqueire, será mais econômico melhorar os pastos, os quais, por sua vez, aumentarão ainda mais a produção de carne.

PRÊMIOS MUNICIPAIS AOS LAVRADORES E CRIADORES DO DISTRITO FEDERAL

(Continuação)

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIa — Prêmio de Cr$ 50 000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar, por 1 Ha., maior rendimento no cultivo de hortaliças.

NOMES	a	b	c	d	e	f	g	h	i	Total
Antonio das Lapes Marques	0	2	1	2	1	2	3	0	20	31
Duarte Nunes dos Santos	0	2	1	2	1	2	2	0	20	30
José Soutelino	0	1	2	1	1	1	1	0	10	17
Amadeu de Medeiros	0	2	1	2	1	2	1	1	18	28
Marcolino Luiz dos Santos Silva ..	0	3	2,5	2,5	1	1,5	2,5	2	30	45
Manoel dos Santos Filho	0	1	0	0,5	1,5	1	1,5	0	23	28,5
Celestino dos Santos Pinheiro ...	0	1,5	2	1,5	1,5	1	1,5	2	30	41
Manoel Morais	0	1,5	2,5	1,5	0,5	2	2,5	2	22,5	35
Manoel da Silva	0	2,5	1,5	2	1	1	1,5	2,5	32	44
Antonio Duarte	0	3	3	2	2	3,5	4,5	4	48	70
Manoel da Maia Rodrigues	0	3,5	3	2	3,5	2	4,5	3	48	69,5
Alexandre Sanhudo	0	1,5	1,5	2	2	0,5	2	2	30	41,5
Fernando de Mattos	0	2,5	2,5	2,5	2,5	2	2,5	2,5	35	52
Batista Duarte Dias	0	3	2,5	2,5	3	3	4	3	42,5	64,5

Pragas e Doenças da Cebola

(*Conclusão da pág. 39*)

é adicionada aos 100 litros de solução.

"*Ferrugem*" — (Puccinia). — Nas fôlhas, hastes e pedúnculos florais formam-se pequenas pústulas amarelo avermelhadas ou pardacentas que se rompem, aparecendo então uma massa pulverenta (esporos) de côr amarela. As partes atacadas amarelecem e secam quando o ataque é generalizado.

Combate — Fazer os mesmos tratamentos indicados para o combate ao "mildio".



NOMES	a	b	c	d	e	f	g	h	i	Total
Manoel da Costa Casso	0	2,5	2,5	2,5	2	1,5	2,5	1,5	25	40
Manoel Fonseca de Melo	0	3,5	3	5	2,5	3,5	3,5	3,5	48	71,5
Manoel dos Santos Simões	0	1	1	1	0,5	1	1,5	2	20	28
Armindo da Silva Machado	3,5	3,5	3	2,5	2	2	4	3,5	48	72
Joaquim Fernandes	0	3	2	2	1,5	1,5	2,5	2,5	42	57
Manoel de Freitas	0	2,5	2,5	2	2,5	2,5	3	2,5	48	65,5
Agostinho Faustino de Moura	0	3	3,5	2	4	4	4	3	48	71,5
José Antonio da Silva Filho	0	2	3	2	3	2	3	2	18	35
Carlos Patricio	0	3	3,5	2	4	4	4	3	48	71,5
João Fontes	0	3	2	2	1,5	2	2	2	24	38,5
Manoel de Carvalho	0	2	1	2	2	0	1	1	10	19
José de Jesus Maia	0	1	1	1	1	1	1	1	20	27
Higino Manoel da Silva	2	2	2	1	2	1	1	2	30	43
Carlos das Neves	0	1	1	1	0	0	1	1	20	25
Arceu Correia	0	1	1	1	0	1	1,5	0	13	18,5
Ernesto Maria Ralha	0	1	1	1	1	1	1	1	10	17

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIa — Prêmio de .... Cr$ 50 000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar, por 1 Ha., maior rendimento no cultivo de hortaliças.

Desclassificados — em início, prejudicados pela enchente

1 João Lourenço
2 Manoel Gomes Garaninto
3 Sabino Joaquim
4. Valentim Mourão Gaspar
5. Avelino Miguel Simões
6. Manoel do Nascimento Carvalho
7 José da Silva
8. Antonio Gomes Garaninto
9. José Gomes da Luz
10 Manoel Antonio da Rosa
11. Manoel Simões Ferreira
12. José Gonçalves Branco
13 Antonio Pinto Maia
14. Pedro Pereira de Pinho
15. Venâncio Faustino de Alcântara
16 João de Deus da Costa

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIa — Prêmio de .... Cr$ 50 000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar, por 1 Ha., maior rendimento no cultivo de hortaliças.

Desclassificados por terem área insuficiente

1. Lourenço Paulo
2 Francisco Fleueira
3 Josino José Martins Filho
4 Nelson Garcia
5 Daniel Joaquim de Almeida
6. Antonio Rodrigues do Tanque
7. Manoel Rodrigues do Tanque
8 João Goises Brazão
9. Manoel da Costa
10. Paulino Blanco de Dios
11. Albano Gomes da Rocha
12. Manoel Quintino Valério

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIb — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar maior produção de ovos, tornando-se por bem um plantel de 500 (quinhentas) aves.

NOMES	a	b	c	d	e	Total
Menotti Punaro Baratta	59,7	18,7	2	6	2	88,5
Fernando Ribeiro Gomes	55,2	20	5	6	2	88,2
Carlos José Alves Rabello	21,6	17,1	7	6	2	53,7

Desclassificados por não possuirem 500 aves poedeiras

1. Luiz Guimarães Pinto
2. Antonio Mendes Barreto Vinhais

Desclassificados por terem declarado número de aves menor, do que as que foram encontradas pela Comissão, em contagem realizada na presença do lavrador

1. Juan Perez Rodrigues
2. José Pereira Figueiredo

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIc — Prêmio de Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de "pintos de um dia", tomando-se por base 1 (um) lote de 500 (quinhentas) cabeças.

NOMES	a	b	c	d	Total
José Antunes Rabello	25	20	0	10	55
Kalman Ban	21,9	15	10	5	51,9

Desclassificados por não possuirem pintos

1. Francisco Maria Ruas
2. Adolfo Fernandes Martins

Desclassificados por não possuirem carteira de criador ou lavrador atualizada

1. Domingos Augusto Rebelo Ferreira
2. Heráclito Guedes de Medeiros

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IId — Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador que apresentar maior produção apícola, qualitativa e quantitativamente, tomando-se por base, 5 (cinco) colméias.

NOMES	a	b	c	d	e	f	g	h	Total
Francisco Cardoso da Fonseca	16	16	8	8	8	8	8	20	92
Irineu Antonio da Silva	6,6	5	8	8	8	8	8	16	67,6
Domingos Soares Faustino ..	5,6	6,6	8	8	8	8	8	5	57,2
Celso de Moraes Maciel Did	4	3,5	8	8	8	8	8	18	65,5

Desclassificao por não criar mais abelhas

1. Inocência Frank

Desclassificado por não ser lavrador registrado

1. João Evangelista de Sá

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE

Classe IIe — Prêmio de Cr$ 50.0000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador que produzir o melhor lote de mudas cítricas, tomando-se por base um lote de 500 (quinhentas) mudas.

NOMES	a	b	c	d	Total
José de Paula Lenne Sobrinho	29	24	17	10	80
Stephen Marcov	24,5	14	10	8,5	57

II — CATEGORIA DE MECANIZAÇÃO

Classe única — Prêmio de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que mediante o emprêgo de máquinas agrícolas reduzir comprovadamente os gastos de manutenção de mão de obra na sua atividade agrícola, tomando-se por base área de 5 (cinco) Ha.

NOMES	a	b	c	d	e	Total
Ikutaro Hida	20	20	20	20	20	100
Angeolina Crimaldi	10	10	2	5	3	30

IV — CATEGORIA DE DEFESA E RECURSOS NATURAIS

Classe IVa — Prêmio de .... Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao lavrador e criador que apresentar em terrenos acidentados, as práticas mais econômicas de combate à erosão e de adubação, em uma área base de cinco (5) Ha.

Desclassificado por não possuir área base de 5 Ha.

1. José Alves Pereira

Desclassificado por ter área insuficiente e trabalhos de conservação em início e mal orientados

1. Manuel Cimeão de Lacena

IV — CATEGORIA DE DEFESA E RECURSOS NATURAIS

Classe IVb — Prêmio de ....

Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros) ao lavrador e criador que reflorestar uma área contígua de três (3) Ha., de terrenos, fortemente acidentados, obedecendo melhor critério técnico.

Desclassificado por não apresentar área reflorestada de 3 Ha.

1. Rosentina Ruthe Alves

VI — CATEGORIA DE ABASTECIMENTO

Classe única — Prêmio de .... Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com maior volume de produção para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de cinco (5) Ha.

Desclassificados por não terem prestado informações sôbre a produção

1. Nametala Elias Fetuo
2. Pedro Siqueira
3. João José Esteves da Costa
4. José Maria Bernardo
5. Maximino Madeira Filho
6. David Patrício

VI — CATEGORIA DE ABASTECIMENTO

Classe única — Prêmio de .... Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com maior volume de produção para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de cinco (5) Ha.

VIII — COMISSÃO DE JULGAMENTO

Pela Portaria n.° 597, de 8 de setembro de 1959, publicada no Diário Municipal de 9.9.959, o Sr. Prefeito do Distrito Federal designou a Comissão de Julgamento prevista na Lei número 878, de 14.11.59, da qual tivemos oportunidade de participar como representante da Sociedade Nacional de Agricultura, que por fôrça do Decreto Lei 8.217 está investida da qualidade de Federaçao dasAssociações Rurais do Distrito Federal.

E' a seguinte o teor da referida Portaria:

V — CATEGORIA DE ECONOMIA DOMÉSTICA

Classe única — Prêmio de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) ao lavrador ou criador que apresentar maior diversidade de indústrias caseiras, como atividade subsidiária.

NOMES	a	b	c	d	e	Total
José Raimundo de Oliveira ...	20	10	10	10	0	50

considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de cinco (5) Ha.

Não julgados por falta de comprovantes

1. Antonio Joaquim Pinto
2. Rikio Sudo
3. Manoel Marques da Silva
4. João de Souza
5. Pedro Guimarães Cambuhy
6. Eudorico Antonio de Carvalho
7. Antonio Pereira Ilola Filho
8. Yomoso Ueoka
9. José Vaz
10. Daniel José de Melo
11. Diamantino Pereira
12. João Benatti
13. Manoel Fernandes da Silva
14. Manoel Pinto
15. José Rodrigues

VI — CATEGORIA DE ABASTECIMENTO

Classe única — Prêmio de .... Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao lavrador que concorrer com maior volume de produção para o abastecimento da cidade, considerando-se a diversidade de cultura em uma área base de cinco (5) Ha.

Desclassificados por não possuírem área suficiente

1. Adelino de Azevedo
2. Dolores Alves Lima
3. Joaquim de Aquino Bitler
4. Nestor José Nunes
5. Frederico Kurz
6. Aleixo Pereira
7. Alaior Gonçalves
8. Caetano Joaquim Nunes
9. Bento Maria Garcia
10. Manoel Andrade Batista Júnior
11. José Rodrigues
12. Gabriel da Silva Lapiola
13. Angelo Hoshino
14. Ernani Veidas Rodrigues
15. Antonio Rodrigues Martins
16. Antonio de Oliveira
17. Guilhermino Pinheiro de Souza

PORTARIA N.° 597, DE 8 DE SETEMBRO DE 1959

O Prefeito do Distrito Federal: tendo em vista o que consta do processo n.° 2.001.344-59, da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, resolve:

— Designar o Vereador Antônio Dias Lopes, como representante da Câmara do Distrito Federal; o Professor Geraldo Goulart da Silveira, como representante do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal (ex-Federação das Associações Rurais do Distrito Federal) o Diretor do Departamento de Veterinária, Jacinto Machado de Mendonça Júnior Veterinária, referência "L", matrícula número 49.529; o Diretor do Departamento de Agricultura, Roberto Ferrainlo, Veterinário padrão "O", matrícula n.° 73.492; o Chefe do Serviço Florestal, Francisco Carlos Iglesias de Lima, Agrônomo, padrão "O", matrícula n.° 56.156; o Chefe do Serviço de Produção e Industrialização do Leite, osé Nard Fernandes Lima, Veterinário, classe "N", matrícula n.° 61.534; o

Chefe do Serviço do Economia Rural, Osvaldo Luiz Covalcanti Guimarães, Agrônomo, padrão "O", matrícula 63.661; o Chefe do Serviço de Engenharia Rural, Carlos Antônio Carvalho Cabral, Engenheiro - Auxiliar, referência "N", matrícula 76..692; o Chefe do Serviço de Avicultura e Pequenos Animais, Clycinio do Amaral Morisson, Agrônomo, padrão "O", matrícula número 59.117; o Chefe do Serviço de Sericicultura e Apicultura, Cláudio Hegendorn Monnerat, Agrônomo, padrão "O", matrícula número 52.661; e o Chefe do Serviço de oHrticulturo, Antônio Baptista Valentim Varello, Agrônomo-Auxiliar, referência "N", matrícula 75.982, para constituirem comissão incumbida da distribuição de prêmios municipais destinados aos lavradores e criadores que se distinguiram durante o ano agrícola, de conformidade com o que preceitua a Lei n.º 878, de 14 de novembro de 1956.

IX — LAVRADORES E CRIADORES PREMIADOS

A Comissão de Julgamento designada pela Portaria n.º 597 de 8-9-1959 após o estudo detalhado dos levantamentos realizados pelas Juntas Apuradoras resolveu atribuir prêmios a

4 lavradores

2 avicultores

1 criador

1 apicultor

1 viveirista

Foi o seguinte o ofício encaminhado ao Secretário Geral de Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Lopo Coelho, pela Comissão e Julgamento integrada pelos Srs. Antônio Dias Lopes, Geraldo Goulart da Silveira, Jacinto M. Mendonça Jr., Roberto Ferraiolo, Francisco C. Iglesias de Lima, José Nardi Fernandes Lima, Oswaldo Luís G. Guimarães, Carlos Antônio Carvalho Cabral, Cláudio Hegendorn Monnerat, Glycínio do Amaral Morrisson e Antônio Baptista Valentin Varella.

Ofício s n.º

Em 15 de setembro de 1959. Excelentíssimo Senhor Secretário Geral.

A Comissão designada pela Portaria n.º 597, tendo em vista o levantamento efetuado pelas Juntas apuradoras dos Departamentos de Agricultura e de Veterinária, constantes dos processos números 2.031.394/59 e 2.000.563/59 — anexos —, resolve distribuir os prêmios de que trata a lei n.º 878, nas suas diversas categorias, aos seguintes lavradores:

I — **Categoria de Organização — Classe única.** Augusto Alves — prêmio de Cr$ 100.000,00.

II — **Categoria de Produtividade. Classe IIa.** Armindo da Silva Machado — prêmio de Cr$ 50.000,00.

II — **Categoria de Produtividade. Classe IIb.** Menotti Punaro Baratta — prêmio de Cr$ 50.000,00

II — **Categoria de Produtividade. Classe IIc.** José Antunes Rabello — prêmio de Cr$ 50.000,00.

II — **Categoria de Produtividade. Classe IId.** Francisco Cardoso da Fonseca — prêmio de Cr$ 50.000,00;

II — **Categoria de Produtividade. Classe IIe.** José de Paula Lanna Sobrinho — prêmio de Cr$ 50.000,00;

II — **Categoria de Produtividade. Classe IIf.** Celso Silvério dos Reis — prêmio de Cr$ 100.000,00,

III — **Categoria de Mecanização. Classe única.** Ikutaro Hida prêmio de Cr$ 100.000,00,

V — **Categoria de Economia Doméstica. Classe única.** José Raimundo de Oliveira prêmio de Cr$ 30.000,00

As demais categorias não tiveram vencedores por falta de condições para julgamento pelas juntas apuradoras.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Assinaturas:

Antônio Dias Lopes, Vereador. **Geraldo Goulart da Silveira**, representante do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, **Jacinto M. Mendonça Jr.**, Diretor do DVT; **Roberto Ferraiolo**, Diretor do DAG, **Francisco C. Iglesias de Lima**, Chefe do Serviço Florestal; **José Nardi Fernandes Lima**, Chefe do Serviço Prod. Indust. Leite; **Oswaldo Luiz C. Gu'marães**, Chefe do Serviço de Economia Rural, **Carlos Antônio Carvalho Cabral**, Chefe do Serviço de Engenharia Rural **Cláudio Hegendorn Monnerat**, Chefe do Serviço de Apicultura, **Glycinio do Amarel Morisson**, Chefe do Serviço de Avicultura e **Antônio Baptista Valentim Varella**, Chefe do Serviço de Horticultura

X — ENTREGA DE PREMIOS

Em solenidade realizada em Santa Cruz, na sede do Pôsto Agrícola, o Sr. Prefeito do Distrito Federal fêz entrega dos prêmios aos seguintes lavradores.

1. Augusto Alves, Lavrador — A melhor organização rural — Prêmio Cr$ 100.000,00.

2. José Antunes Robello, Avicultor — O melhor lote de pintos de um dia — Prêmio de Cr$ 100.000,00.

3. Celso Silvério dos Reis, Criador — A melhor granja leiteira — Prêmio Cr$ 100.000,00.

4. Ikutaro Hida, Lavrador — A melhor mecanização agrícola — Prêmio Cr$ 100.000,00

5. Armindo da Silva Machado, Lavrador — O maior rendimento de hortaliças por Ha — Prêmio Cr$ 50.000,00

6. Menotti Punaro Baratta, Avicultor — A melhor produção de ovos - Prêmio Cr$ 50.000,00

7. José de Paula Lanna Sobrinho, Viveirista — O melhor lote de mudas cítricas — Prêmio Cr$ 50.000,00

8. Francisco Cardoso da Fonseca, Apicultor — A melhor produção apícola — Prêmio Cr$ 30.000,00

9. José Raimundo de Oliveira, Lavrador — A melhor indústria rural caseira — Prêmio Cr$ 30.000,00

A solenidade da entrega de

programa de festas comemorativos do "Dia do Lavrador Carioca" que coincide com o Dia da Árvore, isto é, 21 de setembro. O programa organizado e levado a efeito, no Pôsto Agrícola localizado em Santa Cruz, foi o seguinte:

I — 9.00 horas — Palestra do Engenheiro Agrônomo CLYCINIO DO AMARAL MORISSON, sôbre "MANEJO NA AVICULTURA".

II — 10.00 horas — Plantio da árvore pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Distrito Federal.

III — 11.00 horas — Distribuição de prêmios pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Distrito Federal e Secretário da Agricultura aos melhores lavradores de 1959.

IV — 12.30 horas — Churrasco promovido pela Secretaria Geral de Agricultura com a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura, Conselho Regional do Serviço Social Rural, União das Cooperativas do Distrito Federal e Instituto Nacional do Mate.

V — 14.00 horas — Palestra do Engenheiro Agrônomo CHARLES F. ROBES, intitulada "AS BASES TÉCNICAS PARA RECUPERAÇÃO DA LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL".

VI — 15.00 horas — Palestra do Engenheiro Agrônomo CLÁUDI HEGGENDORN MONNERAT, sôbre apicultura, intitulada "PRODUÇÃO DE RAINHA".

VII — 16.00 horas — Projeção de filmes e "slides" a cargo do Serviço de Avicultura e Pequenos Animais da Secretaria de Agricultura.

Durante as solenidades fêz-se ouvir a Banda de Mksica da Polícia de Vigilncia do Distrito Federal.

Compareceram à solenidade, além do Prefeito Sá Freire Alvim, o Secretário de Agricultura Dr. Lopo Coelho, o Dr. Adamastor Lima, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social no Distrito Federal, o Deputado Breno da Silveira, os Vereadores Dias Lopes e Caldeira Alvarenga, o representante da Sociedade Nacional de Apicultura, Prof. Geraldo Goulart da Silveira; o Diretor do DARIF, Sr. Flávio da Costa Brito, Presidente de Associações Rurais do Distrito Federal, chefe de Postos Agrícolas, Diretores de Serviço da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, outras autoridades federais e municipais e grande número de lavradores.

O SISTEMA COOPERATIVO DE CRÉDITO AGRÍCOLA NOS ESTADOS UNIDOS

(Conclusão da pág. 40)

CRÉDITO A PRAZO CURTO, SEGUNDO O TIPO DE EMPRESTADOR

EMPRESTADORES	Importâncias (em milhões de dólares)	Porcentagem sôbre o total
Bancos Comerciais	3.308	41,8
Production Credit Associations (Associações de Crédito à Produção)	644	8,1
Federal Intermediate Credit Banks (Banco Federal Intermediário de Crédito)	62	0,8
Farmers Home Administration (Administração de Lares de Fazendeiros)	406	5,1
Outros	[illegible]	44,2
TOTAL	7.920	100,0

FONTES DE CRÉDITO PARA 632 COOPERATIVAS (1954)

EMPRESTADORES	Percentagem sôbre o total
Bancos para Cooperativas	57,8
Bancos Comerciais	10,3
Companhias de Compra e Venda e Suprimentos	1,6
Cooperativas Regionais de Compra e Venda	2,8
Individuais	4,0
Companhias de Seguro	4,7
Certificados de dívidas	16,5
Fontes diversas	2,3
TOTAL	100,0

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



Aspecto do Pavilhão Miguel Calmon, da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura



SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— JOSE' ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRA
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD (licenciado)
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRE'
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
JÚLIO CEZAR COVELLO

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

N.º	CADEIRA	OCUPANTE
1	— ENNES DE SOUZA	— Arthur Torres Filho
2	— MOURA BRASIL	— Alberto Ravache
3	— CAMPOS DA PAZ	— Geraldo Goulart da Silveira
4	— BARÃO DE CAPANEMA	— Kurt Repsold
5	— ANTONINO FIALHO	— Luiz Marques Poliano
6	— WENCESLAU BELLO	— Antônio Arruda Câmara
7	— SYLVIO RANGEL	— Ennio Luiz Leitão
8	— PACHECO LEÃO	— Frederico Murtinho Braga
9	— LAURO MULLER	— Valentim F. Bouças
10	— MIGUEL CALMON	— Heitor Grillo
11	— LYRA CASTRO	— Joaquim Bertino M. de Carvalho
12	— AUGUSTO RAMOS	— Edgard Teixeira Leite
13	— SIMÕES LOPES	— Luiz Simões Lopes
14	— EDUARDO COTRIM	— Jayme Bernardes Cotrim
15	— PEDRO OZÓRIO	— Paulo Simões Lopes
16	— TRAJANO MEDEIROS	— Antônio José Alves de Souza
17	— PAULINO CAVALCANTE	— Cynéas Lima Guimarães
18	— FERNANDO COSTA	— Iris Meinberg
19	— SÉRGIO DE CARVALHO	— Itagyba Barçante
20	— GUSTAVO DUTRA	— Oswaldo Baldarin
21	— JOSÉ TRINDADE	— José Augusto B. de Medeiros
22	— IGNÁCIO TOSTA	— Ignácio Tosta Filho
23	— JOSÉ SATURNINO	— Fábio Luz Filho
24	— JOSÉ BONIFÁCIO	— Mário Penteado de F. e Silva
25	— LUIZ DE QUEIROZ	— Francisco de Assis Iglésias
26	— CARLOS MOREIRA	— Alfredo L. de Ferreira Chaves
27	— ALBERTO SAMPAIO	— Honório Monteiro Filho
28	— NAVARRO DE ANDRADE	— José Carlos de Macedo Soares
29	— ALBERTO TORRES	— Rômulo Cavina
30	— SÁ FORTES	— Otto Frensel
31	— THEODORO PECKOLT	— Oswaldo Lazzarini Peckolt
32	— RICARDO DE CARVALHO	— Rômulo Joviano
33	— BARBOSA RODRIGUES	— José Sampaio Fernandes
34	— GONZAGA DE CAMPOS	— Sylvio Fróes de Abreu
35	— AMÉRICO BRAGA	— José Assis Ribeiro
36	— EPAMINONDAS DE SOUZA	— Moacyr Alves de Souza
37	— MELLO LEITÃO	— João Carlos Bello Lisboa
38	— ARISTIDES CAIRE	— Milton Freitas de Souza
39	— VITAL BRASIL	— Paulo F. de Parreiras Horta
40	— GETÚLIO VARGAS	— Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes Órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Baldarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplentes: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAISDO DISTRITO FEDERAL

ANO LXII Novembro-Dezembro, 1959

Evolução Industrial e Agrícola

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Quando o presidente Kubitschek executa um plano global de desenvolvimento nacional, com 30 metas que, em seu conjunto, virão proporcionar grande progresso econômico ao Brasil, é de se salientar que outro tanto seria preciso realizar no que toca ao progresso agrícola ou, melhor, agropecuário, visando principalmente a produtividade e, neste particular, a mecanização devendo ser considerada como o setor mais importante para elevar a produção "per capita" do homem rural, dando-se-lhe a assistência indispensável.

No que se refere à evolução industrial, que é objeto de atenção especial dos governos, assinala-se, e merece destaque, o empreendimento de Piaçaguera, em Santos, cuja usina siderúrgica, a Cosipa, será o maior centro siderúrgico da América do Sul, ficando São Paulo dotado também de sua Volta Redonda para a produção de ferro e aço, de acôrdo com sua evolução industrial. Em bôa hora, o Plano de Ação do Governador Carvalho Pinto também voltará suas vistas para a evolução agrícola.

....A grave crise alimentar por que atravessamos indica que a orientação econômica tem de adotar diretrizes olhando de preferência para as explorações agrícolas por processos modernos.

\. . .

Torna-se indispensável que se forme no País, abrangendo tôdas as classes sociais, a consciência da conservação dos recursos naturais (solo, água e florestas), de que a conservação do solo e da água devem ser o setor básico, como preocupação principal dos govêrnos e de particulares, tal como ocorre nos Estados Unidos.

POSSE DO DR. KURT REPSOLD, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL



Autoridades que compareceram à posse do Dr. Kurt Repsold, como Presidente do Conselho Regional do S.S.R. no Distrito Federal, vendo-se, entre os presentes, o Dr. Adamastor Lima, ex-Presidente do C. R. do S.S.R., Diretores do Ministério da Agricultura, Diretores da Confederação Rural Brasileira, Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, Diretores do Serviço Social Rural, amigos e admiradores.



Aspecto da reunião do Conselho Nacional do Serviço Social Rural, vendo-se da esquerda para a direita o Deputado Napoleão Fontenele, Presidente do S.S.R.; Dr. Kurt Repsold, Presidente do Conselho Regional do S.S.R.; Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Conselheiro do S.S.R.; Dr. Leão Machado, Diretor do D.T.A. do S.S.R. e Drs. Mário Penteado de Faria e Silva e Alípio Goulart, Conselheiros do S.S.R.



O Dr. Kurt Repsold, quando era cumprimentado pelos amigos e admiradores que compareceram à sua posse como Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal.

A Classe Rural

Temas e Sugestões

ARRUDA CÂMARA

— 202 —

SÚPLICA DO LIVRO

SUL-COOP, orgão de assistência ao cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul, traduziu e publicou (número 56, maio-junho de 1959) a Súplica do Livro que, pedimos licença, para transcrever:

— "Não me manuseie com as mãos sujas. Não escreva em minhas páginas. Não rasgue, nem arranque, minhas fôlhas. Não apoie o cotovelo sobre minhas páginas, durante a leitura. Não me deixe sobre cadeiras ou lugares que não sejam meus. Não me deixe com a lombada para cima. Não coloque entre minhas fôlhas objeto algum mais espêsso que uma fôlha de papel. Não dobre os cantos de minhas fôlhas, para marcar o ponto em que parou; use para isso uma tira de papel ou marcador apropriado. Terminada a leitura, devolva-me ao lugar certo ou a quem deva guardar-me. Ajude a conservar-me limpo e perfeito e eu o ajudarei a ser feliz".

— 203 —

QUINDINS DE IAIA

Luiz da Câmara Cascudo, nosso maior floclorista, citando Gilberto Freire, trata em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, dos Quindins de Iaiá, doce consumido, e muito apreciado, nas festas íntimas das mansões coloniais.

Preparam-n'o com "uma libra de açúcar (500 gramas), uma quarta de manteiga (120 gramas), 16 gemas (sendo três com claras), um côco ralado, cravo, canela, água de flor de laranja. Bate-se tudo, bota-se meia libra de farinha de trigo, torna-se a bater. Depois de pronto, bota-se em forminhas untadas em manteiga e leva-se no forno".

No singular é dança e no plural é doce que lembra os requebros e graças típicas, peculiares e características de uma menina ou môça.

— 204 —

CORRIDA DE CÃES

O cão de "coursing" ou de corrida, tem, e inegável, futuro brilhante nos Estados onde não se pratica o esporte das corridas de cavalo.

Indiquei no tema-sugestão 183 (maio-junho de 1959) o galgo inglês de pêlo curto, que me parece dos mais indicados.

Os interessados devem, porém, ouvir, antes, o Brasil Kennel Club (Rua Debret n.º 23, 13.º andar — Rio de Janeiro), pedindo indicar os canis brasileiros que possuem cães de corridas ou que podem importar para formação do plantel inicial e fornecer instruções sôbre o treinador, aperfeiçoamento e trato dos cães.

— 205 —

TAMAREIRA

A cultura da tamareira — *Phoenix dactylifera Linn.*, família das Palmáceas, — não alcançou m a i o r desenvolvimento.

Entretanto, é justificável, sua plantação,, — a formação de "oásis" ao longo dos cursos dágua, à volta dos açudes e ao longo dos canais de irrigação, em todo o chamado polígono das sêcas.

As vantagens resultantes são consideráveis.

A um compasso de 10 metros não interferem as palmeiras na vida de outras plantações.

Além da arborização teremos, dentro de poucos anos, a produção de tâmaras e seu emprêgo na alimentação, e na indústria alimentar.

O trabalho e de tal ordem que exige a contribuição dos poderes públicos, — federais estaduais e municipais.

— 206 —

INVERNADAS GOIANAS

A importância da pecuária, notadamente da criação de bovinos para corte, no Planalto Central, determinou a instalação de invernadas nos centros indicados pela relativa proximidade do mercado e, já agora, pelo rendimento das pastagens.

São mais rendosas as invernadas de jaraguá e a seguir as de capim gordura roxo e branco, na ordem da apresentação.

— 207 —

CANIS PERNAMBUCANOS

Respondendo pronta e gentilmente ao nosso pedido de informações, o Sr. L. Didier, presidente do Kennel Club do Estado de Pernambuco, Caixa Postal 686 — Recife, informa que estavam em atividade de criação (23-6-1959), os seguintes canis pernambucanos: Canil Parnamerim, do Sr. Arlindo Dubeux Junior, Rua Madre Loyla, 82 — Recife; Canil Boa Viagem, do Sr. Gilberto Freire Costa, Rua Barão de Itamaracá, 83 — Recife; Canil Veleza Brasileira, do Sr. Epitácio de Siqueira Neiva, Rua dos Navegantes, 1614 — Recife; Canil Igarassú, do Sr. Walfrido Fernandes, Rua Ana Xavier, 107 — Recife; Canil Itaporanga, do Sr. Luiz Gonzaga Lucas, Avenida Marquez de Olinda, 215 — Recife, e Canil Tamandaré, do Sr. Nasson Ferreira de Paulo, Vila Boa Ideia

498 — Recife, cães da raça Pastor Alemão. — Canil Apipucos, do Sr. Milton Medeiros, Avenida 17 de Agosto, 675 — Recife; Canil Capibaribe, do Sr. Coronel Alipio Pereira de Souza, Rua Baixa Verde, 403 — Recife, cães da raça Boxer. — Canil Tabajara do Norte, do Sr. Solon Frota, Rua Pio IX, Tôrre — Recif, cãs da raça Dobrmann. — Canil Waresummer, da Senhora Noemia da Costa Oliveira, Rua 19 de Novembro, 41 — Recife, cães da raça Cocker Spaniel (Tipo inglês). — Canil Maria dos Cahetes, do Sr. Dr. Alberto Campos Falcão, Avenida Rio Dôce, 648 — Olinada, e Canil Rio Tinto, do Sr. Carla E. de Oliveira, Rua do Comércio, 45 — Paulista, cães da raça Miniatura Pinscher. — Canil Poço da Panela, do Sr. Benicio W. Dias, Est. Real do Poço, 418 — Recife, cães da raça Mastiff.

O Kennel Club do Estado de Pernambuco é o único existente na Região Nordeste.

— 208 —

OITICICA

Tratando da oiticica — *Licania rigida* Benth. (*Pleuragina umbrosissima* Ar. Cam.), da família das Rosáceas, diz o Prof. Renato Braga em suas "Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará":

— "A oiticica pode atingir até 15 m. de altura e o seu tronco grosso ramifica-se a pouca distância do solo, formando aprazivel copa de . . 15-20 metros de circunferência. Fôlhas alternas, pecioladas, oblongo-lanceoladas ásperas, quebradiças, tomentosas nas faces e com nervuras bem pronunciadas, medindo 12 cm. de comprimento por 6 cm. de largura. Flôres de 3 mm. de diâmetro, amarelas, dispostas em espigas ramosas. Fruto drupáceo, fusiforme ou ovaado, de 2,5 — 7,5 cm. de comprimento, com caroço envôlto em massa amarelada, tula, de cheiro pouco agradável e fibrosa. A casca do fruto é verde, mesmo quando maduro, mas se torna amarelo-escuro quando sêco.

Árvore majestosa no porte, a oiticica cresce nos aluviões profundos dos rios e riachos, formando longas e estreitas alamêdas à ourela dos barrancos ou manchando as várzeas com o verde-escuro da sua densa e larga ramagem. A sombra permanente que projeta na nudez ensolarada do sertão é um ameno refrigério para o homem e para os bichos. Com seus ramos flexíveis e de fôlhas marcescentes, cobrem-se as hospitaleiras latadas à frente das casas e servem ainda para construir rústicos abrigos. A madeira, branca, de fibras entrelaçadas, muito resistente ao esmagamento, usa-se na confecção de rodas de carros de boi e pilões. As fôlhas, extremamente rigidas e coriáceas, prestam-se para polir artefatos de chifre. Nas épocas calamitosas, quando o pasto desaparece por completo, o gado aproveita as mais tenras. O seu valor, entretanto, advém das sementes, ricas em óleo (60%), próprio para tintas e vernizes de alto teor secativo. A sua exploração fez nascer, principalmente no Ceará, uma indústria de expressivo valor econômico.

Em média, uma oiticica produz 75 kg. de frutos sêcos, por ano, mas, excepcionalmente, já foram registrados exemplares com uma safra de 1.500 quilogramas.

Desde o Piauí até a Bahia. De *uti-icica*, o oiti resinoso ou grudento".

— 209 —

ASSOCIAÇÕES CINÓFILAS

Concursos e Exposições de cães sem raça

Existem, no pais, realizando suas finalidades, 17 associações cinófilas, ligadas no Brasil Kennel Club, distribuidas pelo Rio de Janeiro (D. F.), e pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas Ge-

nas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Não dispõem de organizações regulares os Estados de Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, bem como os territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco, Amapá e Fernando de Noronha.

É necessário interessar tôdas as unidades referidas na organização e manutenção de associações cinófilas, tanto gerais como especializadas.

Reunem os gerais cães de tôdas as raças e as especializadas, cães de uma raça ou grupo de raças de determinada finalidade.

Os cães sem raça, e não os cães sem dono, vadios e os chamados cães "vira-latas", poderiam ser admitidos, mediante regulamento com restrições especiais, nos concursos e nas exposições caninas, satisfeitas, porém, exigências quanto ao estado sanitário e declaração expressa de "cão sem raça".

A medida sugerida aproveitaria, sobretudo, os cães de utilidade.

— 210 —

TARTARUGAS AMAZÔNICAS

É do Professor Cândido Firmino de Melo Leitão, patrono da Cadeira 37 — Mello Leitão (Sociedade Nacional de Agricultura), publicado em *Fauna Amazônica — Amazônia Brasileira* — I.B.G.E. — 1944, o seguinte:

"Várias são as tartarugas que vivem nessa imensa rede hidrográfica da bacia amazônica. A maior, a que os amazonenses chamam simplesmente tartaruga, é a *iurarètê* dos indígenas, a que já se referiu em cuidadosa descrição nosso Alexandre Rodrigues Ferreira, a *Podocnemis expansa*, encontrada na bacia amazônica, no Orinoco e na Madalena. Há desse mesmo gênero *Podocnemis* (curiosamente distribuido pela Amazônia e Madagascar), mais cinco espécies: a anapucá (*Podocnemis lewyata*), a aiaca (*P. sextuberculata*), própria do Solimões, Negro, Branco e Juruá, a cabeçuda (*P. dumeriliana*), igualmente encontrada no Peru e nas Guianas, a tracajá (*P. cayennensis*), que atinge o Orinoco pelo Cassiquiere, e a teracai (*P. unifilis*), tôdas bem menores que a iurarètê. São igualmente da Amazônia a mussuã (*Cinosternum scorpioides integrum*), único representante brasileiro da família Cinosternidas; e jaboti aperema (*Geomyda punctularia*); essa curiosa e horrível matamatá (*Chelys limbriata*): os cágados (*Rhynemys nasuta* e *Mesoclemmys gibba*); o jaboti machado (*Platemys platycephala*)".

— 211 —

O BOI DO CABOCLO E A FAROFA NO CASCO

Raymundo de Morais ("O meu Dicionário das Coisas da Amazônia"), dá a tartaruga de água dôce (*Podocnemis expansa*), chamada pelos nativos yurariguassú ou iurarêtê, dos indígenas, o nome de "o boi do caboclo" que mostra em que conta e tida e quanto é apreciada.

Apanham a tartaruga de viração, nos tabuleiros, ao tempo da desova; de anzol, de frecha, de tapagem, em outras épocas. Põe em média cem ovos que o sol se incumbe de chocar, enterrados nas praias. É uma das iguarias delicadas da Amazônia. Da tartaruga fazem vários pratos como guisado, sarapatel, paxicá, picado no peito, assada posta no tucupy, e, além de outros, a farofa do casco, obtida levando ao forno, para derreter a gordura nêle contida, o casco fresco, limpo e bem lavado. É a farofa preparada no próprio casco, misturando farinha dágua, temperada com sal e limão, o que fazem por vários dias até completamente esgotada a rica carapaça. A gordura derretida, a que chamam manteiga de tartaruga, é tempêro considerado superior à banha de porco.

— 212 —

NATURALISTA MANOEL DE ARRUDA CAMARA

Satisfazendo pedido de algumas notas sôbre o naturalista Manoel de Arruda Câmara, atendemos agora com esbôço ligeiro sôbre sua vida.

Nasceu em 1752 na vila de Piancó, que, naquela época, pertencia a jurisdição de Pombal.

Fêz seus estudos em Goiana (Pernambuco), e, depois, em Coimbra (Portugal) e em Montpelier (França), onde diplomou-se em medicina e ciências naturais, em 1789.

Obtida da Curia Romana breve de secularização, regressou à pátria, entregando-se ao estudo de ciencias, não como contemplativo, mas, como estudioso de feição prática e realizadora.

Era carmelita sob o nome de Frei Manoel do Coração de Jesus.

Como naturalista dedicou-se à botenica ecomômica e, algumas vêzes, à entomologia e à mineralogia.

Patriota, anti-racista, deixou-se empolgar pela Revolução Francêsa, pelas idéias políticas de que foi verdadeiro lider, no Nordeste Brasileiro.

Faleceu aos 58 anos, em Itamaracá, 1810, sendo sepultado na Igreja do Carmo, em Recife.

Além de vários trabalhos publicados, deixou alguns programados, para os quais se destinavam, sem dúvida, os desenhos recolhidos no Museu Nacional, sôbre plantas, aves, peixes e insetos.

— 213 —

CHAPÉUS DO PANAMÁ FEITOS EM PERNAMBUCO

Coube ao museuologista Dr. Eufrásio da Cunha Cavalcanti introduzir em Pernambuco, a *Carludovica palmata* de que extraem e preparam a fibra para a confecção do "Chapéu Panamá e, bem assim, dizem, orientar a feitura dos primeiros fabricos no Brasil.

Indo residir em Mato Grosso, não teve prosseguimento a iniciativa.

O "Chapéu Panamá" continua a ser produzido no América Central e no Peru.

Seria o caso de apelarmos, como o fazemos, para o Instituto Agronômico do Nordeste retomar os trabalhos patrioticamente iniciados pelo

Dr. Eufrásio Cunha Cavalcanti.

— 214 —

CONCLUÍDA A CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ORÓS

Iniciada no govêno Epitácio Pessoa, vem de ser concluída a construção do açude Orós, no Estado do Ceará, com capacidade de armazenamento correspondente a 4 bilhões de metros cúbicos de água ou cêrca de 130% sôbre o que tem sido construído desde o tempo do Império.

— 215 —

FINANCIAMENTOS ÀS SOCIEDADES COOPERATIVAS

O Banco Nacional do Crédito Cooperativo concedeu em 1958 crédito num total superior a 175 milhões de cruzeiros, às sociedades cooperativas de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

No mesmo período o Banco do Brasil financiou às sociedades cooperativas de lã, carne, arroz e trigo com ... Cr$ 1.433.991.266,38.

— 216 —

PREÇOS ELEVADOS PARA OS PRODUTOS DA LAVOURA, DA PECUÁRIA E DAS INDÚSTRIAS RURAIS

É tempo de chamarmos a atenção dos produtores rurais para a alta exagerada dos preços, sobretudo dos gêneros de alimentação.

Considero natural que procurem acompanhar o mercado internacional, mas, não amolentando-se, por si só, nas tarifas aduaneiras.

Necessitam as classes produtoras aparelharem-se para o abastecimento interno e para concorrer nos mercados internacionais e, ainda, para a defesa, no que estiver a seu alcance, da produção nacional.

É necessário evitar que, com o entorpecente da alta dos salários, se escancarem nossos portos às importações. O próprio operário acabará reconhecendo errado a política da alta dos salários e do salário mínimo, reajustável (para cima) todos os anos. Reconhecerá ser muito melhor pleitear facilidades para a importação em massa, venha o produto de onde vier, recaia, embora, sôbre o similar nacional.

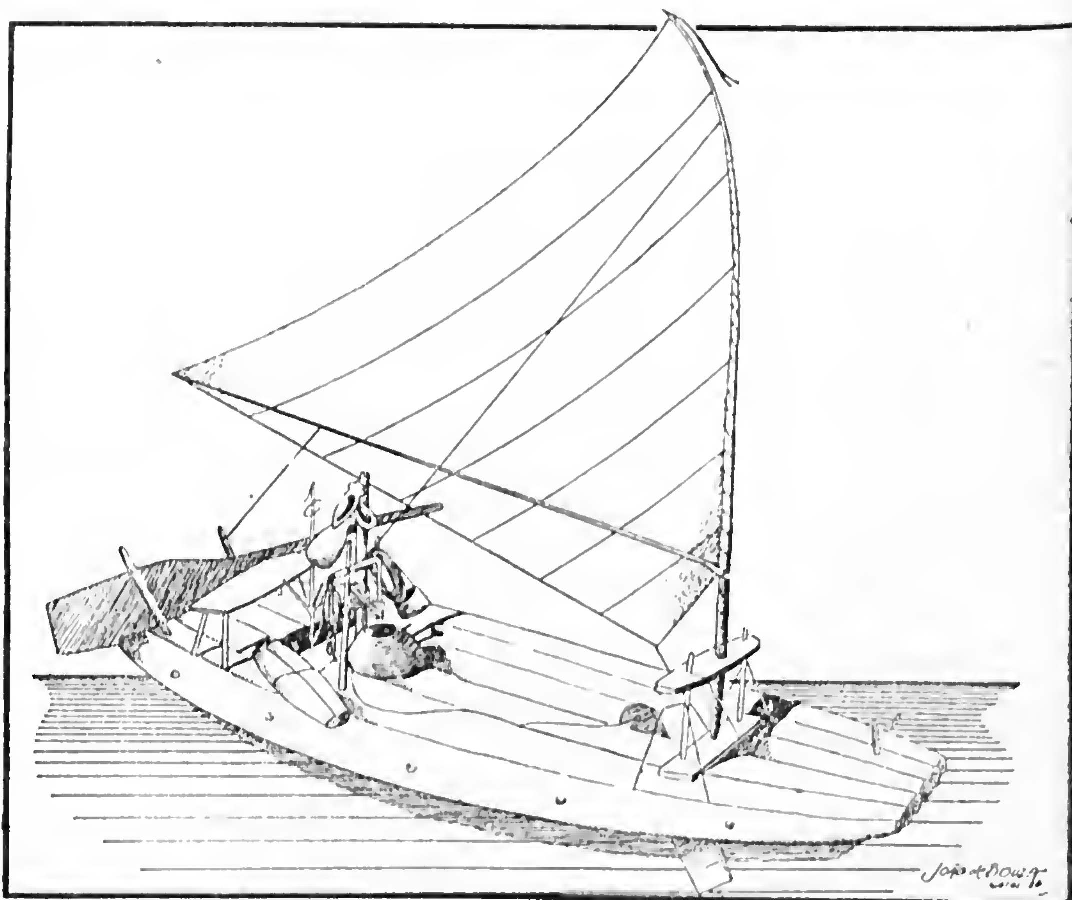
Será, então, o desequilíbrio, a ruína do nosso produtor que não soube ou não pôude resistir à tentação de procurar vender o litro de leite a ... Cr$ 20,00, a Cr$ 25,00 e o quilo de feijão a Cr$ 100,00, o que é, realmente, um mal para o produtor, e não sòmente para o consumidor.

Brasília é um mal necessário, além de temporário...

Não justifica, porém, que se espalhem como gôta de óleo, por todo o país, suas conseqüências.



Desenho, a nanquim, de autoria do naturalista Manoel de Arruda Câmara, fotografado da coleção do Museu Nacional para ilustrar o livro "MEDICINA NA PARAÍBA — FLAGRANTES DA SUA EVOLUÇÃO", pelo Doutor Oscar de Oliveira Castro, ocupante da cadeira de que é patrono aquêle naturalista, na ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS



(Fotografia publicada no livro JANGADA)

É indispensável, medida de segurança, mudarmos de orientação e equilibrar os preços, tornando-os razoáveis e abrindo novas portas à produção.

Não podemos e nem devemos estimular a inflação, antes, limitando-a, senão condenando-a abertamente.

A resistência tem um limite natural, e não devemos transpô-lo.

— 217 —

JANGADA

(Uma Pesquisa Etnográfica)

Luis da Câmara Cascudo escreveu para a "Societé d'Etudes Historiques Don Pedro II" e o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura editou em 1957 o livro "Jangada — Uma Pesquisa Etnográfica", em que são estudados, com detalhes e cultura, sobretudo cultura histórica e conhecimento do meio, os grandes mestres do ofício e sua maneira de viver na jangada, no seio da família, nos "raids" empreendidos e nos esportes, isto é, nas corridas de jangada. Em seguida, e com a mesma segurança, estuda a jangada, seus nomes e presença no Brasil, modificações (vela, bolina e ramo de govêrno) e utensílios.

Construção e aparelhamento das jangadas, inclusive das novas jangadas de tábuas, mais aperfeiçoadas, mas sem o prestígio, para os pescadores velhos, os veteranos das jangadas do alto que silenciam quanto às vantagens da capacidade maior, durabilidade, resistência e idêntica tripulação. Reconhecem, apenas, que a pescaria é mais *enxuta* nas novas.

..Geografia da jangada e Economia da jangada são, igualmente, capítulos muito úteis e bem estudados.

A seguir junta uma Antologia da jangada e um Vocabulário da jangada, úteis e instrutivos.

É um livro que não ficará velho, será sempre procurado pelos estudiosos.

Plano de Renovação da Cafeicultura

(PARECER DO DR. JÚLIO CÉSAR COVELLO)

Atendendo à designação do Sr. Presidente passo aos comentários sugeridos pelo Plano de Renovação da Cafeicultura elaborado pela Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura.

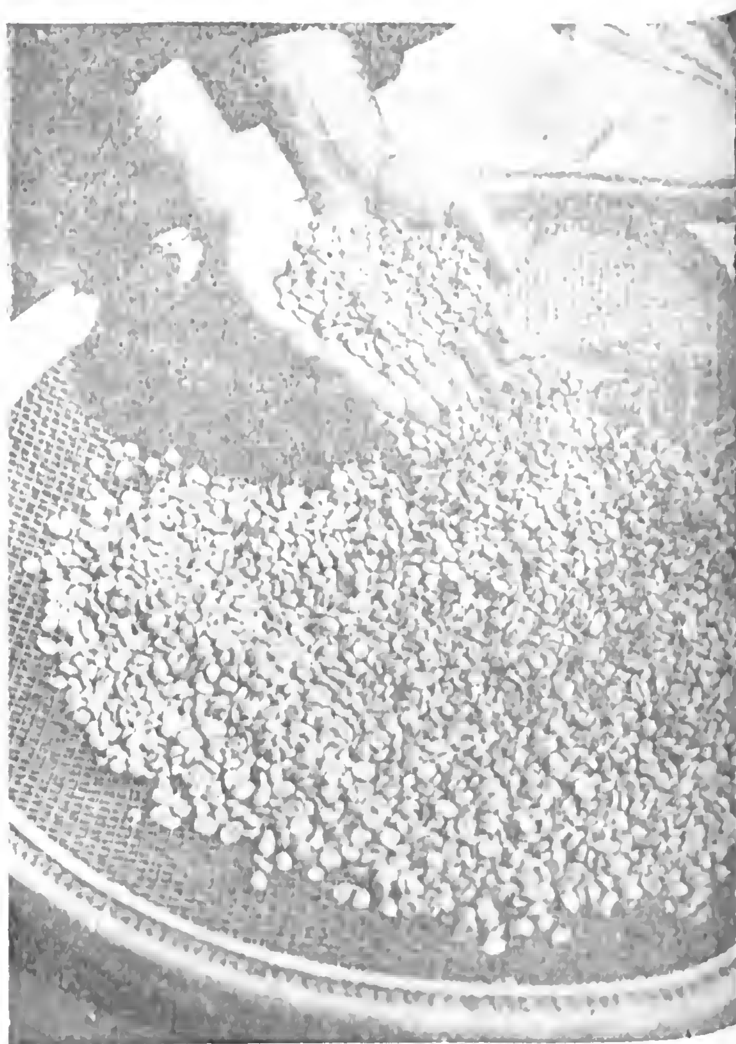
Inicialmente não poderíamos deixar de assinalar que a letra b do art. 2º do Decreto 41.651, de 4-6-57 determina que os recursos e valores a que se refere o seu art. 1º deverão ser aplicados, também, **na implantação da cafeicultura racional**, além da renovação de cafezais e de outras medidas destinadas à melhoria qualitativa do produto e assistência do trabalhador das propriedades cafeeiras.

2 — **Não há dúvida** de que a renovação dos cafezais importa concomitantemente na racionalização da cultura. Todavia, esta racionalização conclusiva estabelece a instalação de novas lavouras em áreas cafeeiras de produção deficitária ou de cafezais praticamente abandonados. Não foi previsto pela C.E.A.C. o critério de racionalização cultural e de preparo do produto nas áreas cafeeiras não deficitárias, ainda dominadas pela rotina.

Se aplicada integralmente a quantia prevista na renovação de cafezais deficitários, preferencialmente nas zonas produtoras de tipos finos, teremos, dentro de 4 anos, 20 milhões de cafeeiros produzindo aproximadamente 400.000 sacas de cafés finos, desde que cuidadosa e tecnicamente preparados em instalações adequadas e eficientes.

3 — Sabendo-se que a qualidade do produto depende primordialmente do seu tratamento e preparo após a colheita e que as instalações para este tratamento, nas zonas velhas e deficitárias, dependerão também de reformas e melhoramentos técnicos atualizados que permitam o preparo cuidadoso das safras dos cafezais renovados, pois que a longa decadência dos antigos cafezais substituídos acarretou, como consequência, o semi-abandono daquelas instalações, quer nos parecer que a medida financiadora dos cafezais substitutivos deveria se estender, complementarmente e em tempo oportuno, ao recondicionamento e modernização das instalações de preparo do produto colhido.

4 — Sob o ponto de vista de imediato reflexo econômico geral, o que seria mais conveniente ao país: a consecução no fim de quatro anos, de um pequeno acréscimo, na massa da produção nacional, de cerca de 200.000 sacas de cafés finos produzidos pelos 20 milhões de novos cafeeiros, substitutivos dos 60 milhões extirpados nas zonas



Precisamos produzir, cada vez mais, café de boa qualidade. Os mercados internacionais são exigentes e precisamos enfrentar a concorrência

velhas ou a melhoria gradual do padrão médio qualitativo do café brasileiro através de uma bem organizada e permanente campanha assistencial nas atuais áreas cafeeiras de grande produtividade e de medíocre ou baixa técnica de preparo?

5 — Considerando o plano da CEAC em exame, a adicional massa anual de cafés finos que seria conseguida pela aplicação de 1 (um) bilhão de cruzeiros, no replantio de 20 milhões de pés, andaria, depois de 4 anos, ao redor de mais 200 mil sacas, considerando-se a anterior produção defleitaria dos 60 milhões de cafeeiros e tirpados. Êste acréscimo representaria apenas 0,8% sôbre a média atual da produção brasileira.

6 — Embora não tenhamos senão palavras de louvor a resolução da CEAC que devolve à cafeicultura 1 (um) bilhão de cruzeiros, através de providencia que encerra um grande sentido educacional renovador, perguntaríamos se aquele bilhão não facultaria melhor situação economico-financeira ao país se investido na efetivação de uma grande campanha técnica permanente, nas áreas cafeeiras do país, através de órgão especializado que o Instituto Brasileiro do Café ou a CEAC criariam e custeariam, a exemplo do que fêz o antigo Departamenti Nacional do Café?

7 — O proprio encargo de **assistência ao trabalhador das propriedades cafeeiras**, estatuído no Decreto citado, poderia deixar de ser preceito inoperante, pois que o órgão tecnico que lembramos teria, também, a possibilidade de atuar nesse sentido social.

8 — Considerando a dotação de 1 bilhão de cruzeiros estabelecido pela C.E.A.C. poderia ela cobrir não só a aquisição e aparelhamento de grupos de veiculos automotores que percorreriam, com seus equipamentos e tripulações tecnicas, as diversas zonas cafeeiras do país como permitiria tambem a aparelhagem e equipamento identico de composições ferroviárias cedidas pelas empresas ferroviarias do país, vitalmente interessadas na manutenção da nossa produção cafeeira, composições essas que percorreriam diuturnamente, assim como, os grupos motorizados, tôdas as zonas cafeeiras numa campanha educacional constante de melhoramento técnico e econômico das atividades cafeicultoras.

Mais que a politica de defesa do Mercado Cafeeiro, o amparo a lavoura através da campanha técnica que focalizamos seria de superior eficiência Permitiria dotá, dentro de prazo razoável,

que a própria defesa do mercado, nos moldes em vigor, fôsse paulatinamente abandonada até sua eliminação completa.

9 — Considerando-se, como já foi dito, que a qualidade do café depende primordialmente do preparo do fruto colhido, a resolução da CEAC, embora meritória, não está isenta de afeição discriminatória.

10 — Outra indagação que a Resolução comentada merece é se as novas lavouras substitutivas, de 10 a 15 mil pés, permitirão a manutenção econômica de instalações para preparo de tipos finos. Esta indagação deve ser considerada tendo em vista a provável situação econômico-cafeeira dentro de 5 anos. Deveria a CEAC cogitar dêste problema examinando a possibilidade da organização associativa ou cooperativista entre cafeicultores do tipo objetivado pela sua Resolução, a fim de que determinadas instalações sirvam ao maior grupo possível de produtores.

11 — Voltando ao ponto central dos nossos comentários à Resolução da CEAC e sem que êles possam ser considerados como crítica à aludida Comissão, temos a firme convicção de que uma eficiente campanha técnica nos meios rurais cafeeiros apresentaria resultados que elevariam o padrão qualitativo médio do produto brasileiro, conferindo-lhe, por isso, uma melhor posição econômica, incomparàvelmente superior a incorporação exclusiva de mais algumas milhares de sacas de cafés finos à grande massa atual da nossa produção.

Eis aí, Sr. Presidente, as únicas apreciações e comentários sugeridos pela Resolução da CEAC.

Não pretendemos que sejam elas consideradas como crítica. Poderão, no máximo, ter finalidade construtiva pela sugestão da campanha técnica delineada e que se torna cada vez mais necessária.

Esta campanha constitui um imperativo de ordem nacional e, agora vai uma crítica, é lamentável que até hoje o IBC não haja cogitado de sua efetivação. Esta seria, além do mais, a forma perfeitamente democrática da utilização daquele bilhão de cruzeiros produzidos pela lavoura cafeeira do país e que reverteria em benefícios gerais a tôda a um restrito número de produtores.

Cuide bem do Agrião

Muita pouca gente cuida racionalmente de sua plantação de agrião. E é pena, porque se trata de uma espécie vegetal abundante em vitaminas e, além de tudo, tem reconhecidas virtudes medicinais. E muito fácil cultivá-lo.

Embora exista a cultura de sêca, a mais comum é a de vala ou de agrião aquático. O principal cuidado é que a água, que deve irrigá-lo, seja limpa e de boa procedência. Nas pequenas hortas, é condição essencial para se conseguir boas quantidades de agrião, aproveitar-se os lugares mais úmidos e onde haja água corrente e abundante. Feita a vala, incorpore ao fundo boa qualidade de estêrco de curral bem curtido, na quantidade de mais ou menos uns 6 quilos por metro quadrado. Depois é só plantar.

E' preferível plantar as mudinhas, ou, até mesmo, pedaços de galhos de agrião. Dessa forma a cultura é mais rápida e talvez mais segura, do que plantando em semente.

A colheita do agião é feita a mão. O galhos cortados são amarrados em molhes, cujo tamanho varia de acôrdo com o sistema de venda. Mas quando se vai colhêr agrião para usá-lo em casa, corta-se o necessário para a ocasião.

Usina de Leite em pó no Esp. Santo

Poderá beneficiar 60.000 litros de leite diários

A grande bacia leiteira do sul do Espirito Santo comportaria uma usina de leite em pó, com capacidade para beneficiar 60 000 litros diarios. Foi e ta a conclusão a que chegou uma delegação de técnicos do Fundo Internacional de Assistência à Infância (FISI), composta dos agrônomos norte-americanos Layton Allen e J. Cahn, do boliviano Jayme Balcazar e do francês E. Lancelot, especializados em indústria de laticinios.

Em companhia do Inspetor Regional do DNPA, do Ministério da Agricultura, os técnicos daquele orgão da ONU visitaram e inspecionaram detidamente, no ano passado, a bacia leiteira de Cachoeiro de Itapemirim, centro de gravidade de uma rica e extensa região onde o leite poderá ser explorado com vantagem, faltando tão somente uma organização industrial para atender as necessidades da produção. Compreende a região em que se concentra a economia pecuaria do Estado do Espirito Santo os municípios de Mimoso do Sul, Muqui, Castelo, Rio Novo do ... e Iconha.

Após um estudo das condições mesológicas de outros pontos do pais relativamente a criação do gado leiteiro e à producao de leite sob seus variados aspectos os especialistas do FISI manifestaram a sua preferência por Cachoeiro de Itapemirim para a instalacão de uma usina de leite em pó. So duas zona mais no Brasil, uma em Alagoas e outra em Sao Paulo, apresentam, na opinião dos mesmos, iguais condições favoráveis à industrialização do produto, atraves do empreendimento planejado por aquêle organismo internacional

Viagens Laticinistas

Por OTTO FRENSEL

SANTOS DUMONT (13-14-5-1959) — Jamais uma viagem laticinista, salvo as ao Nordeste Brasileiro, nos deixaram tão profundamente emocionados, como esta à tão bela e dinâmica cidade mineira de Santos Dumont (ex-Palmira), não só pelas inúmeras recordações pioneiras laticinistas que ela despertou, mas, por termos, finalmente, ensejo de pagar uma velha dívida, qual seja a de prestar uma justa e sincera homenagem ao último pioneiro ainda vivo daquele punhado de homens que, por iniciativa do fundador da indústria brasileira de laticínios, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, tanto fizeram pelos laticínios brasileiros. Queremos referir-nos ao Sr. Alberto Boeke, fundador e ainda presidente da Companhia de Laticínios "Alberto Boeke" S. A., juntamente com o Sr. Jong, organizador, por sua vez, mais tarde, da firma Jong & Cia. Ltda., já falecido, ambos colaboradores do Dr. Sá Fortes na instalação e funcionamento da primeira fábrica de queijos do Reino (tipo Edam). Entretanto, após esta introdução, vamos narrar os acontecimentos, por partes.

Há muito tempo desejavamos prestar esta justa homenagem ao Sr. Alberto Boeke e, com ela, ao Dr. Sá Fortes e aos laticínios brasileiros, não esquecendo, também, os cidadãos holandeses que com tanta boa vontade e competência, não só no ramo dos laticínios, contribuem para o progresso do nosso Brasil. Esta homenagem lhes é prestada com a palestra, intitulada "Os Holandeses e os Laticínios Brasileiros", que publicamos em outra página, que tivemos ensejo de pronunciar no Rotary Clube de Santos Dumont. Atendendo, finalmente, ao convite do nosso prezado amigo, Sr. Pedro J. Boeke, digno filho daquele varão e também diretor da mesma companhia, seguimos em 13 de maio p.p. para Juiz de Fora pela excelente "litorina" da E. F. C. B., tendo, desta vez, como companheiro de viagem o nosso grande amigo Paulo Guimarães de Freitas, representante no Rio de Janeiro, dos amigos Kingma & Cia. Ltda., fabricantes do ótimo coalho nacional marca "FRISIA". Chegados em Juiz de Fora, esperava-nos na Estação outro grande amigo, o Dr. Carlos Alberto Lott, Diretor do Instituto de Laticínios "Cândido Tostes", o qual nos ofereceu excelente almôço feictiano no I.L.C.T., onde também tivemos ensejo de conversar com outros bons amigos, entre êles os professôres Drs. Jonas Pereira Bomtempo, Cid Maurício Stehling e outros. A seguir, o amigo Lott nos levou, juntamente com o Paulo, de carro até Santos Dumont, gentileza a mais que aqui novamente agradecemos. Durante a viagem tivemos ensejo de observar a floração já em início do capim e a baixa da temperatura. Nos comentários todos lamentamos que ainda a maioria dos problemas laticinistas tenham sua solução dependente da Natureza. Chegados em Juiz de Fora visitamos em primeiro lugar o amigo Pedro Boeke com o qual palestramos longamente sôbre assuntos de mútuo interêsse. A nossa visita seguinte foi na residência do nosso grande amigo, Senhor João Kingma, onde fomos hospitaleiramente recebidos pelo mesmo e sua exma. espôsa D. Catarina. Aí também encontramos outro nosso grande e caro amigo, Sr. João Frerichs, acompanhado de seu sobrinho, o nosso amigo Fritz (não o da célebre ópera, mas o Sr. Frederico João Riess). Após os efusivos cumprimentos e um excelente lanche que D. Catarina nos serviu com a sua inata amabilidade, passamos aos assuntos de nosso encontro, ou seja a fabricação de coalho. Como é bem conhecido dos nossos leitores os Srs. João Frerichs e João Kingma são, juntamente com o Sr. Felício Ribeiro, sócios da firma Kingma & Cia. Ltda., de Mantiqueira, Minas Gerais, fabricantes do afamado coalho nacional (líquido e em pó), marca FRISIA que não precisa apresentação para os nossos amigos e leitores, fabricantes de queijos. O amigo Fritz é o esforçado gerente dessa importante fábrica. Os Srs. João Frerichs e João Kingma, são outros dois antigos técnicos laticinistas que há quase meio século vem prestando, nos mais variados setores, a sua valiosa cooperação ao progresso da indústria brasileira de laticínios. Não é nossa intenção descrever neste artigo a sua brilhante atuação nesse importante setor da indústria brasileira. Tendo em vista a finalidade da nossa visita a Santos Dumont (parte do berço da indústria brasileira de laticínios), não podemos, entretanto, deixar de encarecer a nossa visita a êsses dois líderes, em virtude de sua colaboração em tempos idos ao fundador da indústria brasileira de laticínios, Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes.

Na hora aprazada encontramo-nos novamente com o amigo Pedro Boeke, a fim de cumprirmos a finalidade principal da nossa presente viagem: a visita de sincera homenagem ao decano dos laticínios brasileiros, Sr. ALBERTO BOEKE. Muito difícil descrever com palavras adequadas êste momento culminante de nossas inúmeras viagens laticinistas.

ao irmos ao encontro desse venerando laticinista. A sua personalidade nos envolveu por completo, fazendo surgir diante dos nossos olhos tôda a história dos laticínios brasileiros, suas lutas, seus triunfos, mas também inúmeros dias amargos, sobrepujados pela persistência. Conversamos longamente e admiramos a sua brilhante lucidez, recordando os tempos idos e o seu interêsse pelos assuntos da atualidade. Nascido na Holanda, o Sr. Alberto Boeke, como é do conhecimento de todos, veio ao Brasil a convite do Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes em 1888, juntamente com o Sr. Jong, já falecido, seu sócio e companheiro em outros empreendimentos laticinistas. Foi emocionante ouvir as recordações da fundação da indústria brasileira de laticínio, narrada por um dos seus construtores. A visita de D. Pedro II a essa primeira fábrica de laticínios no Brasil. As lutas iniciais, a concorrência do queijo importado, etc. Imaginem que na Côrte vendia-se queijo do Reino, importado, via Portugal, da Holanda, por Rs. 2 000 (dois mil réis) cada um!..

Ao lanche, composto essencialmente de frutas, do qual tivemos a honra de participar, compareceram, também a sua veneranda espôsa D. Marai Batista e sua filha D. Cornélia Boeke Soares, além do Pedro Boeke, nosso caro amigo ao qual jamais poderemos agradecer suficientemente êste ponto alto, essa sincera emoção que nos representou essa inesquecível visita. Transcorreu, assim, a tarde entre recordações e comentários, durante os quais não deixamos de admirar a perfeita lucidez, a grande fortaleza de ânimo, dêsse venerável casal, cercado do carinho de seus dignos descendentes. Despedimo-nos com pezar e jamais esqueceremos êsse transcendente acontecimento do qual é testemunha para a história dos laticínios brasileiros a fotografia que vai publicada nessas colunas.

Após nova visita na residência do amigo Pedro Boeke, onde tivemos a satisfação de cumprimentar sua espôsa D. Elza Boeke, seguimos para a Estação, a fim de nos despedirmos do nosso velho e querido amigo, Sr. João Frerichs, que seguia de volta para Mantiqueira.

À noite teve lugar a tradicional reunião e jantar do Rotary Clube de Santos Dumont, da qual é Presidente o Sr. Pedro Boeke. Entre os presentes cumprimentamos e abraçamos os nossos caros amigos, Srs. Dr. Armando Sá Fortes, digno representante dessa tradicional família mineira, Daciano Miranda, Diretor-Comercial da Cooperativa dos Produtores de Leite de Santos Dumont, Galileu Ribeiro Fonseca, Presidente da mesma Cooperativa e da importante indústria de laticínios Ribeiro Fonseca Laticínios S. A., João Kingma, fabricante do afamado coalho FRISIA, Paulo Guimarães de Freitas, nosso companheiro de viagem e outros. Após as tradicionais cerimônias rotarianas, falou o Sr. Geraldo Carvalho Rodrigues, da Indústria Gráfica Carvalho S.A., com grande eloqüência sôbre a data que se comemorava — 13 de maio — recitando com elegância versos adequados de Castro Alves. Mereceu justos aplausos. Em seguida, o Sr. Pedro Boeke fêz a nossa apresentação. Agradecemos e após alguns comentários sôbre a finalidade de nossa presença e gratidão pelo acolhimento em tôda parte, lemos nos a palestra com o título "Os Holandeses e os Laticínios Brasileiros" que vai publicado em outras páginas dêste número. Prestamos, assim, uma justa e espontânea homenagem à contribuição dos holandeses para o progresso dos laticínio brasileiros.

Merecemos a hospitalidade do amável casal João e Catarina Kingma, reiterando daqui os nossos mais sinceros agradecimentos. Após o café da manhã, visitamos a tradicional e importante organização industrial laticinista que é a Companhia de Laticínios "Alberto Boeke" S.A., cujos produtos marcas "BORBOLETA" e "CLAB" gozam de merecida fama em todo o Brasil. Vimos a fabricação de seus variados produtos: queijo fundido, lactose, doce de leite, etc. e a maturação, embalagem do queijo do Reino. Sempre em companhia dos amigos Paulo Guimarães de Freitas e Pedro Boeke, fizemos ainda outras interessantes visitas: a interessante indústria cerâmica (da Cerâmica Industrial Santos Dumont Ltda.), de filtros para água, a Cia Brasileira de Carbureto, impressionante complexo industrial, a notavel organização gráfica e comercial que é a Indústria Gráfica Carvalho S A., onde encontramos a viúva de seu fundador, Sr. José Carvalho, e nossa parenta D. Ismênia Carvalho, encontro que deu ensejo a recordações emocionantes de tempos idos. Visitamos êste moderno e bem instalado estabelecimento gráfico, dotado de maquinário completo e amplos salões. A visita seguinte foi na Cooperativa dos Produtores de Leite Ltda., onde tivemos o grande prazer de cumprimentar nossos velhos amigos, Srs. Jacques Gabriel Pansardi, ex-Diretor e Canuto José Ferreira, atual Diretor-Secretário, bem como os Srs. Galileu Ribeiro Fonseca, Diretor-Presidente e Daciano Miranda, Diretor-Comercial, presentes à reunião do Rotary Clube no dia anterior. Dotada de modernas instalações para o tratamento de leite (pasteurizado em placas), a cooperativa de Santos Dumont é a pioneira do transporte de leite em carro-tanque (vide Boletim do Leite N.º 113) hoje completo e absoluto sucesso e garantia da boa qualidade do leite. Começando, então, na estaca zero em 5 de novembro de 1956 com 18.000 litros, passados dois anos e meio, já em maio do corrente, êste tipo de transporte alcançava 338 334 litros ou sejam 65,6 % do total do leite enviado ao Rio de Janeiro, porcentagem (neste momento já superada, conforme comunicação do Sr. Dr. Rogério de Albuquerque Maranhão, Inspetor-Chefe da DIPOA no Rio de Janeiro, propulsionador principal

dêste notável melhoramento, entre tantos outros que se devem à sua dinâmica atuação e profunda compreensão das verdadeiras necessidades de um abastecimento de tamanha responsabilidade como o do abastecimento de leite para consumo "in natura".

Visitamos também o grande estabelecimento queijeiro da firma Laticínios Ribeiro Fonseca S.A., da qual é chefe o nosso amigo, Sr. Galileu. Impressionam os grandes armazéns de queijo do Reino e de embalagem, bem como de outros tipos, inclusive fabricação de queijo fundido. Aqui, como no colega anteriormente visitado, não pudemos deixar de sentir-nos impressionados pelo elevado número de queijos do Reino, acumulados em virtude da grande produção dessa safra que estava, então, findando.

Estava finda a nossa emocionante e inesquecível visita a Santos Dumont — a antiga Palmira — a qual se encontram ligadas tantas recordações laticinistas e de amigos, cujos nomes nos surgiram com emotivas recordações: Sérgio Neves, Arnaldo Alves de Souza e outros. Despedimo-nos, sinceramente gratos de todos e especialmente do amável e hospitaleiro casal João e Catarina Kingma. Em ônibus, e na agradável companhia dos amigos Frederico João Riess (o amigo Fritz) e Paulo Guimarães de Freitas, voltamos para Juiz de Fora, onde após um almôço, oferecido pelo amigo Fritz tomamos outro ônibus de volta para essa Cidade Maravilhosa que é o nosso querido Rio de Janeiro que se conserva tão belo, apesar de todos os maus trato de seu Govêrno e de sua população...

BELO HORIZONTE (20-21 e 22-5-1959) — Atendendo a um convite do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais, a fim de assistir a sua reunião mensal em 20 de maio p.p., seguimos para a bela Capital mineira em excelente vôo. Seguimos diretamente para a sede do Sindicato onde encontramos elevado número de amigos e industriais. Foram discutidos largamente os assuntos de mais direto interêsse da classe, resumidos num memorial que foi encaminhado ao Sr. Presidente da República e cuja resposta ainda estava sendo aguardada com grande interêsse (*). Findos os trabalhos, e, após troca de idéias com um e outro amigo, dirigimo-nos ao Hotel para descanso e coordenação dos assuntos para os dias seguintes. No dia seguinte visitamos os amigos da Laticínio Agostinho Bossi S.A., não tendo, infelizmente, encontrado o amigo Agostinho Bossi, que se encontrava ausente. A visita seguinte foi a Usina Central da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda., onde encontramos elevado número de bons amigos, tendo à sua frente o Diretor-Secretário e Tesoureiro, Sr. Américo Vaz de Mello. Conversamos longamente com todos sôbre os novos e sempre antigos assuntos que tanto agitam a que tão leiteira em todo o mundo. À tarde, fizemos a nossa tradicional visita à Inspetoria Regional da DIPOA, a fim de abraçarmos o respectivo Inspetor-Chefe e nosso prezado amigo e colaborador, Dr. J. J. Carneiro Filho, muito bem conhecido por todos os laticinistas, bem como outros amigos, entre êles o Sr. Hans Nórremose, do Laticínio Dana. À tarde, visitamos o amigo Dr. Nestor Glóvine e sua Organização Técnica de Agronomia e Veterinária, em

companhia de outro grande amigo e colaborador, o Dr. Frode Madsen, Professor Catedrático da Escola Superior de Veterinária da Universidade Rural de Minas Gerais. Para melhor conversarmos demos uma volta no carro do Dr. Glóvine (lembrem-se do Sal Anti-Berne!) pela cidade que nunca nos cansamos de admirar. A noite, jantamos no lar de Frode Madsen, merecendo amistosa e hospitaleira recepção por parte de D. Marita e filhos. Foi um jantar agradável, sublimado pelo fato de ser o dia natalício e de casamento do nosso amigo Frode Madsen a cuja saúde e felicidade pessoal e de sua família erguemos nossa taça, votos que aqui reiteramos com a máxima satisfação.

Na manhã do nosso terceiro dia em Belo Horizonte, visitamos, como manda a tradição, o nosso grande amigo, Sr. Arthur Lopes de Rezende, cujo Laticínio Novo Horizonte, é uma organização modelar que merece ser conhecida e imitada por todos que realmente desejarem dotar o Brasil de leite e derivados de primeira qualidade. Realmente, junto com a colaboração dos seus sforçados filhos, o amigo Arthur Lope de Rezende realiza um trabalho altamente louvável. A eguir, vilamo novamente a C.C P. R., onde desta vez tivemos o prazer de encontrar, além de muitos outros amigos, também o Sr. Caetano de Carvalho, Diretor Comercial, o qual no dia anterior não encontramos por ter estado em Sete Lagoas, em inspeção à notável Fábrica de Leite em Pó e Manteiga que a C. C. P. R mantém lá.

À tarde, após algumas visitas na praça, o nosso amigo Dr. Glóvine teve a gentileza, também já tradicional, de levar-nos ao aeroporto, de onde partimos, em nova excelente viagem, após agradecimentos e despedidas aos nossos bons amigos em Belo Horizonte.

Notícias

EXPOSIÇÃO PECUARIA DE PIRAI

Foi inaugurada no dia 4 de outubro, em Barra do Pirai, Estado do Rio, a XIII Exposição Agropecuária e Industrial Sul Fluminense.

O certame foi organizado pela Associação Rural de Barra do Pirai, em colaboração com a Federação das Associações Rurais e a Secretaria de Agricultura do Estado.

SEMINÁRIO DE EXTENSAO RURAL

Realizou-se no período de 5 a 14 de outubro, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, o Seminário Sul-Americano de Extensão Rural que reuniu delegados de dez países.

Além dos delegados dos dez países participantes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) articiparam do seminário representantes de organismos internacionais como a FAO, a OEA, a ICA, a AJA e outras.

7.º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO

Teve lugar no dia 20 de julho, sob o patrocínio da cadeira de Agricultura Geral da Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, o 7.º Congresso Brasileiro de Ciência do Solo.

1.ª EXPOSIÇÃO AGRICOLA DE LORENA

Realizou-se nos dias 20 e 21 de julho, no Município de Lorena, Estado de São Paulo, a 1.ª Exposição Agrícola local.

MOSTRA MUNICIPAL AGROPECUARIA DE MIMOSO DO SUL

Sob o patrocínio da Associação Rural e da Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo, realizou-se naquele município, nos dias 11 e 12 de julho, a primeira Mostra Municipal Agropecuária.

VI REUNIÃO DE FITOSSANITARISTAS

Fitossanitaristas de todo o País pertencentes à Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e bem assim técnicos de outras instituições governamentais e particulares estiveram reunidos no Rio de Janeiro, de 23 de outubro a 5 de novembro, estudando e debatendo os mais palpitantes problemas de defesa sanitária vegetal para o país.

(*Conclusão da pág. 26*)

de 5 kg 0,03-0,05 ml; de 10 kg, 0,04-0,12 ml; de 20 kg, 0,06-0,18 ml. Medicação a ser administrada, com cuidado, pois os caninos não suportam tratamento demorado. Se há esterilização do sangue com referência a microfilárias, as fêmeas adultas permanecem ativas, e aquelas podem reaparecer.

3) Fuadina (Estibofeno) Doses recomendadas, distribuidas em três séries de 5 dias, por via intramuscular e em mililitros;

	1.ª série	2.ª série	3.ª série
Cães de 10 kg	0,5	1	1
" " 10 a 15 kg	1	1,5	1,5
" " 15 a 20 kg	1	1,5	2
" " 20 a 25 kg	1,5	2	2
" " mais de 25 kg ..	2	2,5	2,5

Nos 7.º e 13.º dias os animais não serão medicados.

Aconselha Schnelle não exceder 2,5 ml, por via intramuscular, em caninos de mais de 25 kg (dose inicial), a máxima sendo pela mesma via, de 3,5 ml.

MÉRITO AGRÍCOLA

JUSTIFICAÇÃO — RESOLUÇÃO — INSÍGNIA — REGULAMENTO

NOVEMBRO 1959

A IV Conferencia Rural Brasileira, realizada em 1956, no Ceará, aprovou uma proposta da delegação de São Paulo, para a criação de um prêmio honorífico, destinado à Agricultura — **O Mérito Agrícola.** Cabia à Confederação Rural Brasileira dar execução a esta deliberação da classe, organizando o regulamento e estabelecendo as demais condições necessárias.

A matéria nos foi distribuida pela Assessoria Jurídica e aqui estamos para dar cumprimento à missão, com a apresentção do Regulamento e do projeto, que organizamos, da condecoração respectiva.

— ★ —

As atuais ordens honoríficas têm suas raizes nas antigas Ordens Religio-Militares dos tempos das Cruzadas. Delas resultaram ou nelas se inspiraram as numerosas distinções que, guardando a denominação de "Ordens", existem na maioria dos países, para recompensar, por parte do Estado ou de entidades privadas, àqueles que se distinguem em atividades úteis. E', pois, uma tradição, que não pugna com qualquer regime ou forma de govêrno.

"Se os homens que merecessem muito de coisa pública recebessem a recompensa em poder, ficariam em condições de oprimir a liberdade; se lhes fôsse dado sempre em riquezas o prêmio de seus serviços, tornar-se-iam extraordinàriamente onerosos; foi assim engenhoso e de bom aviso, o invento de uma moeda que contentasse os servidores do Estado sem aquêles inconvenientes" escreve abalizado autor francês.

Ao invés do vil metal, do emprêgo, o reconhecimento público através a condecoração, a "moeda de honra", que é prêmio inestimável para quem recebe e não cria ônus material para quem dá.

Com a República, no Brasil, foram abolidas as ordens tradicionais, que nos vieram da Metrópole, ou que aqui foram criadas no Império.

Mas, o próprio Govêrno Provisório restabeleceu algumas e criou uma outra, que tiveram curta duração, já que a tôdas eliminaram os constituintes de 91.

Meio século depois renovou-se a Ordem do Cruzeiro, com feição nova, modificada a insignia e destinada sòmente a estrangeiros.

Veio depois a Ordem do Mérito Militar, que substituiu a de Aviz, no Império exclusiva para os militares. A seguir, foi instituido o Mérito Naval, logo depois o Mérito Aeronáutico.

Para os civis destinaram o livro do Mérito, que existe juntamente com o Mérito Civil, a mais recente das nossas ordens honoríficas, e cuja insignia é a da Ordem da Rosa, modificada.

São tôdas instituições oficiais, de concessão pelo Govêrno Federal. Algumas vigoram nos Estados, outras se criaram por iniciativa de entidades privadas, para atenderem ao mérito em diversos setores de atividade nacional.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, criou em lei e concede o título de Cidadão Carioca; a Cruz Vermelha Brasileira dispõe de uma condecoração oficiosa em vários graus, para premiar a benemerencia no seu âmbito de ação; a Academia de Medicina, o Clube de Engenharia, a Confederação Nacional da Indústria (recentemente) ,além de outras, criaram e concedem prêmios aos seus expoentes, podendo-se afirmar que a não existência de um galardão para a classe rural era falha lamentável, que agora pensamos, ficará sanada.

Os homens que no Brasil pugnam pelos interêsses da agricultura, que lhe devotam a vida e a atividade, podem ter ,daqui por diante, os seus méritos reconhecidos e proclamados pela própria classe.

Aliás, esta idéia não é nova. Houve tentativa e projetos, por motivos vários abandonados. E' que, até neste caso, não foge à regra o desinterêsse de que são cercados os homens e as coisas da agricultura no Brasil.

A Ordem da Árvore foi recentemente sugerida; o Mérito Agronômico, é objeto de sugestão no Govêrno da República. Ambas, restritas, não tiveram seguimento. O ideal seria englobar tôda a atividade rural num prêmio único de origem a mais legítima possível, como será o caso do Mérito Agrícola, instituido e a cargo da Confederação Rural Brasileira

★

Na França, foi criada em 1883, a Ordem do Mérito Agrícola; em Portugal, desde 1893, a Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial — recompensava os que se tornavam proeminentes nestas atividades. Parece-nos que, com outra denomi-

nação, é ainda hoje conferida pela União Central dos Agricultores Portugueses.

Nos Estados Unidos, várias formas de prêmios, diplomas, certificados e distintivos são conferidos aos fazendeiros, seja pelos Governos, seja por Instituições, como Farm Bureau, as Farmer Unions e o Farmers Grange. Sobretudo para os jovens, existe um grande número de prêmios, com a nomeação, cada ano, dos "stars farmers", dos "states farmers", e dos "master farmers", geralmente acompanhada de medalhas e condecorações.

Recentemente, foi criada pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos, com séde em Costa Rica, a "Medalha Agrícola Inter - Americana, tendo sido o Presidente Iris Meinberg, designado para participar da Comissão que divulgará no Brasil, o Regulamento da Medalha e tratara da indicação dos nomes dos candidatos brasileiros aquela Instituição

★

De preferência a uma **Ordem Honorífica**, que, com a sua organização clássica, em grãus e quadros, em última análise ,discriminaria o mérito, imaginamos a criação de uma "Medalha", com Secções ou Categorias.

Além da lavoura, da pecuaria, da ciência, incluimos duas outras categorias, que estão intimamente ligadas e são de grande significação para a atividade rural a ação social e a divulgação.

Serão assim distinguidos o melhor lavrador, o mais adiantado pecuarista, o mais destacado cientista (agrônomo, veterinário, economista); o mais categorizado sociólogo, o mais eficiente divulgador.

A divulgação é setor de alta relevância para o progresso e melhoria da atividade rural.

Aqui nos lembramos de alguns nomes, no passado e no presente, os quais não sendo agrônomos nem veterinários, não exercitando a agricultura ou a pecuária, tem prestado com seus escritos esparsos em revistas ou condensados em livros, os melhores serviços à agricultura.

Não seria de justiça premiar um Lourenço Granato ou um Amadeu Barbiellini, e muitos outros, cujos serviços aí e tão?

Da ação social no campo, depende, e de muito, a melhoria de nossas condições como país agrícola. E' setor para o qual se abre um campo vastíssimo, e tão vasto que tem a justifica-lo a criação do Serviço Social Rural.

A parcimonia na distribuição do prêmio é condição essencial para a sua maior estimação. Por isso, foram limitadas as conces-

sões a cinco beneficiários nacionais, cada ano e em cada categoria.

Juntamos os projetos de Resolução, do Regulamento e da Insígnia.

— ★ —

RESOLUÇÃO

O Presidente da Confederação Rural Brasileira, usando dos poderes que lhe conferem os Estatutos,

Considerando que a IV Conferência Rural Brasileira, realizada em 1956, em Fortaleza, recomendou a criação do "Mérito Agrícola";

Considerando que uma tal instituição proporcionará ao órgão máximo representativo da agricultura brasileira, um meio mais adequado ao público reconhecimento de seus serviços e ações meritórias no campo de sua

Considerando que o poder público ,bem assim entidades privadas utilizam-se de tal meio para premiar a benemerência, constituindo falha a não existência de um prêmio específico para as atividades agrícolas;

Considerando, finalmente, que entre os argumentos favoráveis a uma tal iniciativa têm de ser levados em conta o incentivo e a emulação, que a sua existência e concessão fatalmente promoverão nos nossos meios agrícolas e científicos, com real proveito aos fins da entidade,

RESOLVE

Criar a Medalha do Mérito Agrícola, baixar o seu regulamento e aprovar a respectiva condecoração.

Art. 1.º — E' criado o Mérito Agrícola, que, em forma de Medalha, será conferido a nacionais e estrangeiros que se tenham tornado merecedores dessa alta distinção.

Art. 2.º — O Mérito Agrícola constará de cinco secções, a saber: — a) lavoura; b) pecuária; c) ciência, d) divulgação; e) ação social.

Art. 3.º — O quadro de titulares do Mérito Agrícola não tem limitação quanto aos seus componentes, mas apenas uma personalidade, anualmente, em cada secção, pode ser agraciada.

Art. 4.º — Fica criado o Conselho do Mérito Agrícola, que promoverá o estudo das indicações feitas pelos órgãos competentes.

Art. 5.º — O Conselho do Mérito Agrícola será composto de um presidente e de um representante de cada uma das seguintes instituições: Confederação Rural Brasileira, Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade Brasileira de Veterinária, Sociedade Brasileira de Química, Sociedade Brasileira de Agronomia, Serviço Social Rural, Associação Brasileira de Imprensa.

§ 1.º — O Presidente da Confederação Rural Brasileira é o Presidente nato do Conselho, onde o seu voto é de qualidade.

§ 2.º — O Serviço Social Rural será representado pelo seu Presidente ou um dos membros do seu Conselho Nacional, representante da classe.

Art. 6.º — Fica criada a insígnia do Mérito Agrícola, que obedecerá o seguinte padrão: sôbre uma estrêla de oito pontas, maçonetada de ouro, um disco lavrado do mesmo metal com a cabeça de Ceres, de perfil, à direita; em orla de azul rei, a legenda "Mérito Agrícola", em letras de ouro, pendente de um colar de fita com sete listas, sendo branca a do centro, duas laterais de azul, duas outras de amarelo, finalmente duas, nos extremos, de verde. No universo, sôbre um campo circular de azul rei, apoiado em dois ramos atados de louro ,na sua cor, a legenda em ouro HONOR ET LABOR.

Art. 7.º — Para efeito da concessão do Mérito Agrícola, o Conselho obedecerá a seguinte regulamentação:

REGULAMENTO DO CONSELHO DO MÉRITO AGRÍCOLA

Art. 8.º — O Conselho terá a seu serviço um secretário, de nomeação do Presidente, a cargo do qual ficarão os registros, as atas e reuniões e os demais assuntos do expediente.

Art. 9.º — O Conselho reunir-se-á ordinàriamente 30 dias antes da sessão inaugural das Conferências Rurais Brasileiras e, extraordinàriamente, quando convocado pelo Presidente.

§ 1.º — Em primeira reunião ,o Conselho receberá e nomeará relatores para os processos de inscrições que lhe forem presentes, de nomes de nacionais; em segunda reunião, deliberará sôbre os nomes escolhidos, encaminhando à Diretoria da C.R.B. a ata das reuniões.

§ 2.º — As reuniões do Conselho serão secretas, delas lavrando o secretário atas, que ficarão registradas em livro próprio.

§ 3.º — As votações serão igualmente secretas e nenhum nome será contemplado com a medalha, caso não reuna pelo menos, seis dos oito votos do Conselho, em qualquer escrutínio.

§ 4.º — As reuniões extraordinárias do Conselho se destinam a fins especiais, a juizo do Presidente, e principalmente à apreciação e julgamento de indicações de nomes estrangeiros, que, êstes, não dependem de época certa, para serem galardoados, não havendo limitação quanto ao número de contemplados anualmente.

Art .10 — As indicações recaiam elas sôbre nacionais ou estrangeiros, só podem ser feitas:

a) — pela Diretoria da C.R.B.;

b) — por três membros do Conselho do Mérito Agrícola;

c) — por três Federações de Associações Rurais.

Parágrafo único — As indicações devem ser feitas por escrito, e sempre acompanhadas do currículo circunstanciado do candidato, 60 (sessenta) dias antes de cada sessão inaugural das Conferências Rurais Brasileiras.

Art. 11 — A entrega das condecorações e o diploma respectivo será feito nas sessões solenes de encerramento das Conferências Rurais Brasileiras.

§ 1.º — Um agraciado escolhido pelos demais e em seu nome, fará o discurso de agradecimento.

§ 2.º — Os estrangeiros receberão o diploma e a medalha em reunião ordinária da CRB e, estando ausente, por intermédio da respectiva representação diplomática.

Art. 12 — Os titulares nacionais do Mérito Agrícola são considerados membros honorários do Conselho Superior da CRB, podendo, nessa qualidade, participar, sem voto, de suas reuniões.

Art. 13 — As despesas com a Medalha do Mérito correrão por conta das verbas normais da Confederação Rural Brasileira, atribuindo-se contudo título especial para a sua contabilização.

Art. 14 — Trinta dias após a aprovação dêste Regulamento, e uma vez realizada a sua publicação no órgão oficial da entidade, deverá instalar-se o Conselho do Mérito Agrícola, para organização do seu serviço.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1958.

a) **Luiz Marques Poliano.**

— ★ —

Senhor Presidente,

Designado pela Diretoria para relatar e dar parecer sôbre o presente trabalho, depois de detido estudo da matéria e, em se tratando de dar corpo a uma resolução da classe, adotada na Conferência Rural de Fortaleza, sou pela aprovação da justificação, e dos projetos de Resolução, de Regulamento e da Insígnia.

Em 10 de novempro de 1959.

a) **Prof. Agostinho Monteiro.**

— ★ —

Aprovado em Sessão de Diretoria de 1.º de Dezembro de 1959. Faça-se o expediente necessário. Publique-se no órgão oficial da Confederação.

a) **Iris Meinberg, Presidente.**

Descoberta a Vacina Contra a Enfermidade Parasitária Pulmonar

Foi dado um grande passo para a solução definitiva dos problema de imunização parasitária com a descoberta, em Londres, de uma vacina que protege o gado da enfermidade pulmonar causada por parasitas. Segundo informa o B.N.S., o êxito foi alcançado depois de anos e anos de investigações levadas a efeito por cientistas da Universidade de Glasgow, em estreita colaboração com pesquisadores de uma firma particular, esperando-se que a conquista científica possa combater doenças semelhantes não só dos animais, como também do próprio homem.

As experiências em grande escala iniciaram-se em 1957 e o resultado foi de tal modo satisfatório que se decidiu produzir a vacina em caráter comercial. O grupo de estudiosos, dirigido pelo Sr. J. C. Hanbury, baseou as investigações no emprêgo de raios X sôbre larvas vivas, surgindo, em conseqüência, o descobrimento das bases para administração fácil e prática do medicamento, que proporciona imunidade absoluta.

Como se sabe, o mal parasitário pulmonar acarreta enormes prejuízos nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Alemanha, França, nos países escandinavos, União Sul-Africana, Quênia e diversas nações latino-americanas.

Com êsses simples dados, pode-se avaliar a importância da descoberta dos cientistas londrinos.

Verminoses dos Animais

Fasciolose - Filariose

CÍCERO NEIVA

FASCIOLOSE — Helmintose produzida por **Fasciola hepática,** verme em forma de fôlha encontrado nos canais biliares de bovinos, de ovinos, de caprinos, de suínos, de equinos, de caninos, de gatos e do homem. O ôvo das fasciolas expelido com as fezes dos animais parasitados, necessita, para desenvolver-se, de umidade e de temperatura de, mais ou menos, 26º. Contudo, resiste a temperaturas mais baixas e aguarda, por largo tempo, condições favoráveis, e, quando estas chegam, dentro de nove dias, evolui, dando lugar ao aparecimento de uma larva denominada miracidio. Êste, de movimentos natatórios livres, procura o caracol, é hóspede intermediário onde penetra e forma esporocistos. Cada um dêstes esporocistos gera 5 a 8 rédias, que produzem cercárias, formas larvárias que abandonam o caracol, e, em pouco tempo, encistam-se em fôlhas de plantas aquáticas, de capins, ou permanecem na água. Nesta última fase de larva as cercárias serão ingeridas com os vegetais ou com a água. No organismo do animal doméstico, ho pedeiro final, escapam as cercárias do invólucro que as protege, perfuram a parede intestinal de onde, pela corrente sanguínea, alcançam o fígado, ou, via peritoneal, procuram sugar sangue, errando, até a cápsula hepática, que atravessam como, também, o tecido do fígado e chegam aos canais biliares, locais onde se transformam em helmintos adultos. É de cêrca de três meses, desde a ingestão do ôvo, a duração dêste ciclo. Algumas das cercárias, carreadas pelo sangue, podem alojar-se em outros órgãos, e, até mesmo infestar o feto de fêmeas prenhes.

Como medidas de prevenção empregam-se substâncias que podem destruir os caramujos (moluscocidas); drenagem de pastagens; isolamento de animais; destruição das fezes; anti-helmínticos.

Tratamento — 1) Tetracloreto de carbono nos ovinos: 1 ml em 4 ml de óleo mineral. Apesar de suportarem doses elevadas de medicamento, certos rebanhos mostram intolerância para 1 ml, e, mesmo, menos. Estas considerações feitas por Montgomerie, que, conseguiu, todavia, expulsar fasciolas dos carneiros com .. 0,5-10 ml. Melhor seria experimentar a droga, prèviamente, em alguns ovinos durante uma semana.

2) Hexacloretana. Recomenda Olsen a seguinte fórmula:

Hexacloretana	500 g
Bentonita	50 g
Água	750 ml

Adicionar, lentamente, água, agitar para obter mistura final, melhor conseguida em misturador elétrico. Juntar, à fórmula, 1/4 ou 1/2 colher, das de chá, com farinha de trigo.

Bovinos 20 ml por 50 quilos de pêso; bezerros de mais de três meses, 100 ml. Caprinos e ovinos, 60 ml. Sem jejum prévio. Os animais voltarão às pastagens após a medicação, feita com sonda.

Nöller aconselha: em bovinos, 20 g de hexacloretana por 50 quilos de pêso, durante 4 dias, pela manhã, 3 a 4 horas antes das rações. Em ovinos e caprinos, 15 g.

O emprêgo da hexacloretana não evita reinfectações nos animais, uma vez que aquelas são garantidas, segundo Jones, pelos seguintes fatôres: a) por coelhos, que mantêm a contaminação dos pastos; b) por caracóis nas pastagens; c) por fasciolas imaturas, que permanecem após a medicação; d) por fasciolas adultas sobreviventes, porque o fígado lesado não deixa passar a hexacloretana nos canais biliares, obstrudos pelos parasitas.

FILARIOSE (Dirofilariose) — Parasitose por Direfilaria immitis, verme que vive, principalmente, no ventrículo direito e na artéria pulmonar dos cães. Medem os machos, mais ou menos, 16 cm e as fêmeas, 25 cm. Estas são vivíparas e geram microfilárias que permanecem no sangue circulante des caninos até por dois anos e meio (Underwood & Harwood). Nesse estágio não são infestantes, e é necessário que continuem a evolução em outro organismo, no caso, o mosquito, hóspede intermediário. É pela picada que os insetos sugam as microfilárias, as quais, cêrca de um mês depois, se transformam em formas infestantes de 1 mm do comprimento e se localizam no aparelho sugador do mosquito, até que, pela picada dêstes, penetram a torrente circulatória do cão, aí ocasionando o aparecimento de vermes adultos que se mantêm, por anos, no parasitismo do coração canino. Podem ser achados de autópsias as dirofilárias do cão, porém, às vêzes, observam-se endocardite, trombos, infiltrações pulmonares com dispnéia e tosse. A morte pode ocorrer.

Tratamento — 1) Dietilcarbamazina, por via oral, 20 a 40 mg por quilo de pêso, três vêzes no dia, após a refeições, durante três a quatro semanas.

2) Antiomalina — preparado que contém, por mililitro, cêrca de um centigrama de antimônio. Empregada a solução aquosa. Cães

(*Continua na pág. 20*)



Produção de sementes agrícolas e hortícolas na Holanda. Lupino doce, uma das mais estimadas forragens com elevado teor de proteínas digestíveis.

Centro Agrário Internacional de Wageningen

A pequena cidade de Wageningen, situada na margem setentrional do Reno, é sêde da Escola Superior de Agricultura. Nos últimos anos, foram ali criados inúmeros centros de pesquisas agrárias, de maneira que Wageningen pode se orgulhar de ser o centro de ciência agronômica da Holanda.

Principalmente a partir da segunda guerra mundial, o interesse dos demais países por Wageningen vem aumentando constantemente, sendo numerosos os estudantes estrangeiros matriculados na Escola Superior de Agricultura.

Graças a essas circunstâncias, surgiu, em 1952, a iniciativa de se criar um Centro Internacional de Estudos Agronômicos, com a finalidade de proporcionar aos interessados de países estrangeiros a possibilidade de aperfeiçoarem seus conhecimentos agronômicos, seguindo parte ou a totalidade dos cursos da Escola Superior de Agricultura ou da Escola de Estudos Tropicais de Deventer. Além disso, foram organizados cursos de verão sôbre temas de interesse internacional.

Em 1953, 100 pessoas participaram do primeiro curso realizado sob os auspícios da FAO, sôbre "Methods of Agricultural Extension", que teve o maior êxito, repetido, aliás, nos anos seguintes.

A grande amplitude do contato com o exterior na Escola Superior de Agricultura, institutos de pesquisas e Centro Internacional de Estudos Agronômicos fêz surgir a necessidade de se criar uma instituição que agrupasse todos os esforços dispersos e resolvesse outros problemas, como os de se dispor de um centro de reuniões, de acomodação e alojamento, etc.

A nova instituição é o Centro Agrário Internacional, que substituirá o Centro Internacional de Estudos Agronômicos e cujas tarefas são:

Manutenção da ajuda aos estrangeiros que desejem receber ou aperfeiçoar seus conhecimentos agronômicos;

Organização de cursos e congressos internacionais;

Assistência a visitantes estrangeiros interessados em questões agrícolas;

Assistência técnico-agrícola a regiões sub-desenvolvidas e solução dos problemas correlatos,

Proporcionar alojamento aos estrangeiros que desejem estudar em Wageningen.

A ajuda a estudantes estrangeiros abrange três categorias:

a) Estudantes que vão a Wageningen para fazer um curso completo, a fim de obterem um diploma. Êsses estudantes começam seguindo um curso de adaptação, que os coloca no nível de um estudante holandês que concluiu o "candidaats" (1a parte do estudo universitário). Para a admissão, exige-se no mínimo o diploma de bacharel em ciências.

Em vista da diferença no preparo dos estudantes, é ministrado aos mesmos ensino individual. A duração do curso de adaptação, que é feito em inglês e inclui aulas de holandês, dependerá, portanto, do preparo do aluno. No final do curso, o aluno será submetido a exame de admissão à Escola Superior de Agricultura.

b) Estudantes que vão a Wageningen para especialização e que já tenham experiência prática em seu país de origem. Sua permanência em Wageningen varia de duas semanas a dois anos. Ao término de sua especialização recebem um certificado correspondente;

c) Estudantes estrangeiros sem nenhum preparo agronômico. O Centro serve de intermediário para a matrícula dêsses estudantes em escolas secundárias.

Além dos cursos de verão sôbre informações agrícolas e do curso de técnica de culturas — realizado pela primeira vez em 1957 — o Centro também se encarregará da organização das reuniões que venham a ser realizadas por organismos internacionais em Wageningen, e atuará como elemento coordenador na preparação de cursos e congressos, cuja iniciativa parta dos institutos e laboratórios de Wageningen.

Independentemente dos contatos que venham a estabelecer os cientistas e professôres de Wageningen com estrangeiros, o Centro providenciará para que os visitantes estrangeiros encontrem, em sua chegada, um programa pormenorizado de atividades, visitas, etc., assim como o material informativo de interêsse.

No setor da assistência técnico-agrícola aos países sub-desenvolvidos, o Centro, em colaboração com o Escritório da Assistência Internacional de Haia, nomeará técnicos, receberá os beneficiados com bôlsas de estudos pela FAO, estudará projetos que a Holanda possa realizar e cooperará no programa denominado "Junior Experts", destinado a fornecer jovens agrônomos como assistentes dos técnicos que trabalham em países sub-desenvolvidos, nos programas de assistência da FAO. Até 1957, haviam sido designados 15 assistentes, três dos quais foram promovidos a técnicos pela FAO.

O Centro Agrário Internacional tem sua sede em Wageningen, Prof. Ritzema Bosweg, 32, Holanda.



Produção de sementes agrícolas e hortícolas na Holanda. Máquina cilíndrica de rotação lenta com inúmeras agulhas que retêm as sementes de ervilhas furadas por uma broca

Simpósio Sôbre a Fabricação do Trator e Implemento Agrícola no Brasil



Aspecto da sessão de Instalação do I Simpósio sôbre Fabricação de Trator e Implemento Agrícola no Brasil, quando falava o Dr. Laerte Ramos de Moura, Presidente da Sociedade Paulista de Agronomia

Sob o patrocínio a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e da Secretaria Paulista de Agronomia realizou-se em São Paulo, no período de 15 a 19 de novembro de 1959, um Simpósio sôbre a Fabricação do Trator e Implemento Agrícola no Brasil, compreendendo os seguintes itens.

I — Da oportunidade da instalação de fábricas de tratores no Brasil.

II. — Da avaliação da porcentagem de mecanização das várias culturas econômicas, como índice das necessidades os diferentes tipos de máquina.

III — Das relações máquinas/planta e planta/máquina e da participação do genético na solução do problema relativo a mecanização.

IV — Dos tipos de tratores mais indicados, no momento, para a agricultura brasileira.

V — Do preparo do pessoal especializado.

VI — Do levantamento anual da maquinaria agrícola para fins industriais.

VII — Da indústria de implementos.

VIII — Da designação de serviços para a composição de um Grupo de Estudos.

IX — Das facilidades para a implantação da Indústria de tratores, implementos e máquinas agrícolas e do financiamento da venda aos lavradores.



Aspecto da 4.ª Seção do Simpósio, vendo-se o Eng. Agr. Alberto Ravache, representante da Sociedade Nacional de Agricultura

Arrendamento Agrícola

É na cultura do arroz no Rio Grande do Sul, onde possivelmente mais se tem expandido o sistema de arrendamento agrícola entre nós. Ultimamente, com a procura de terras que se tem acentuado, na zona rizícola gaúcha, o número e a área de lavoura arrendadas atingiram proporções maiores do que em qualquer outra época e, talvez, do que em qualquer outra parte do território nacional. Os dados do Instituto Rio-Grandense de Arroz para a safra 1955/56, mostram que dos 252.625 hectares cultivados estão sob o regime do arrendamento 191.325 hectares, correspondentes a 75,7%. A percentagem do ano agrícola anterior era de .... 74,2% e a média do quinquênio 1950/54 fixava-se em 72,9%.

Brasileiros n.º 11) (Flagrantes

Os Holandeses ...

(Conclusão da pág. 40)

mente algo de impressionante e a sua já assinalada e crescente contribuição para o progresso dos laticínios brasileiros, somente pode ser saudada com entusiasmo e satisfação, pois, nos mostra o quanto foi bem plantada a semente aqui lançada há agora já 71 anos pelo vosso grande conterrâneo Doutor Carlos Pereira de Sá Fortes e sua turma pioneira de laticinistas holandeses.

Muito agradeço vossa preciosa atenção a estas minhas despretensiosas, mas sinceras palavras, procurando honrar o mérito, e muito especialmente esta grata oportunidade que me foi tão gentilmente facilitada pelo vosso digno consócio e meu caro amigo, Sr. Pedro Boeke.

(Lido no Rotary Clube de Santos Dumont, em 13-5-1959)

Avicultura

Cianose

Esta afecção também é chamada de doença das frangas, doença do verão, febre da lama, crista azul, doença de galinheiro e enterite nao específica. Até o presente não foi descoberta a causa dêste mal assim como se transmite. A doença, em geral, aparece entre a idade de 5 a 7 meses, principalmente nos animais com tendência a gordura. O curso da doença varia de uma a duas semanas, a mortalidade variando grandemente. O aparecimeito é cíclico, em geral no fim do verão ou princípio do outono. A postura pode cair abrutamente e aparecer uma muda ligeira.

SINTOMAS — Os sintomas primários são não-específicos. A crista, a pele e a cabeça tomam uma coloração azul escura; o rebanho fica deprimido e perde apetite, desenvolvendo uma diarréia aguada e esbranquiçada; há febre. Os músculos da coxa e peito se apresentam murchos; algumas vêzes os ovos têm feitio anormal.

LESÕES — A cianose é caracterizada pela desidratação, pontos redondos de cor amarelada no fígado e um pâncreas de cor esbranquiçada como giz. Algumas vêzes são notadas hemorragias no saco do coração, na moela e nos ovários; o conteúdo do papo apresenta mau cheiro. Nas galinhas são visíveis cristais de uratos nos rins e nos ureteres; nos intestinos é encontrado um mucos pegajoso. As lesões do aparelho digestivo são comuns nos perus, especialmente pontos de hemorragias nos intestinos.

PREVENÇÃO E TRATAMENTO — Desde que as características da doença são de natureza infecciosa, é conveniente isolamento e desinfecção com Y-Gex e Pi-Nex. Fornecer uma ração com Bacipen Vitacampo na dose de cinco quilos por tonelada de ração ou então Pentasulfa Vitacampo dissolvida na agua durante cinco dias a uma semana. Durante a convalescença fornecer Bacipendil na ração na dose de um quilo para uma tonelada da ração. No início fornecer um laxativo brando — (Sulfato de Magnésio Vitacampo).

O MAIOR CONSUMO MELHORA A PRODUÇÃO

O consumo de frango de granja, pronto para assar, está aumentando consideràvelmente. Com a tendência que se está verificando entre nós, de modernização dos nossos abatedouros, êste consumo subirá ainda mais, em conseqüência da melhor apresentação dos frangos e dos menores preços que as máquinas modernas de abate tornam possíveis.

Os atuais processos de comercialização de frangos, oferecendo à venda não apenas o frango inteiro, mas, também, pedaços de frango à escolha da dona de casa. Êste

Tuberculose Aviária

Doença contagiosa mas de desenvolvimento lento que não apresenta sintomas externos apreciáveis. É causada por uma bactéria, a "Mycobacterium tuberculosis avium", que se transmite pelas fezes dos animais doentes e na sujeira dos galinheiros. Sendo um micro - organismo resistente, pode viver mais de um ano na sujeira das instalações. Os pintos de mães tuberculosas podem ser um fator na transmissão, apesar da doença não ser encontrada em aves com menos de um ano.

SINTOMAS E LESÕES — Há perda de pêso; os lobos da orelha, a crista e a barbela tornam-se anêmicos e finas que o anormal. Quando forçadas a moverem-se, as aves parecem côxas e andam com um andar peculiar meio pulando e nervoso. As aves doentes podem morrer em poucos mêses ou viver anos. As lesões são características, o diagnóstico sendo feito fàcilmente. As aves que morrem sùbitamente apresentam o abdomem cheio de sangue pela rutura do fígado ou do baço. São encontrados nódulos irregulares de vários tamanhos e de cor cinzenta-amarelada ou cinzenta-esbranquiçada nos intestinos, no fígado, no baço e na medula óssea. Nos perus são encontradas mais lesões nos ovários.

PREVENÇÃO E CONTROLE — A prevenção é feita seguindo preceitos da mais alta higiene. Antes de colocar um plantel novo numa casa, esta deve ser completamente desinfetada (Y-Gex Vitacampo) e limpa. Conservar as aves novas separadas das velhas e ter, de preferência, um plantel de animais novos. Tôdas as aves que morrem devem ser examinadas; cremar ou colocar em fossa os cadáveres. Não permitir a entrada de porcos, carneiros ou gado em locais usados para a criação de aves. Fornecer às aves uma alimentação sadia e rica em vitaminas (Rações Santa Helena) a fim de ser mantido um nível sanitário alto. Não há tratamento específico para a tuberculose aviária.

---

fator, que nos permite comprar somente as partes do frango apreciadas pela família, contribuirá para aumentar ainda mais o consumo da carne de frangos. Um consumo maior permitirá ao avicultor produzir em maior escala a um custo unitário menor, o que será vantajoso para tôdas as partes interessadas. Teremos, então, o aparente paradoxo: comam mais frangos, se quiserem ter frangos melhores e mais baratos...

Vantagens da Indústria de Rações Balanceadas

Estamos verificando, nos ultimos meses, uma tendência bem acentuada, por parte de alguns grandes avicultores, em fechar suas fábricas de ração e passar a comprar rações balanceadas das grandes organizações especializadas. Êles não estão fazendo isto para perder dinheiro. É evidente, também, que êles não passaram a comprar rações prontas sòmente porque elas são mais baratas, pois todos os bons avicultores sabem que ração se avalia por resultado e não por preço de quilo. Acontece que os nossos grandes produtores de ração estão acordando para o valor da técnica de nutrição, para a importância dos testes biológicos, e estão produzindo rações cada vez melhores. Sendo, como são, grandes organizações, êles compram em grande escala e oferecem, assim, a dupla vantagem de ração boa e mais econômica, o que nenhum avicultor particular, por maior que seja, conseguirá fazer.

DÊ RAÇÃO ÀS AVES E NÃO AOS RATOS

Muito se fala e se escreve sôbre a importância de uma boa taxa de conversão, na produção eficiente de frangos e ovos. Quanto menos ração gastar para produzir um quilo de frango ou uma dúzia de ovos, mais lucro terá o avicultor. Essas considerações são cada vez mais importantes, à medida que as rações vão aumentando de preço. Pequenos cuidados, por parte do avicultor, podem significar grande redução em seus gastos de ração, com o conseqüente aumento de seus lucros. Você sabia, por exemplo, que 10 ratos, num ano, comem o mesmo do que 30 galinhas? Além da ração desperdiçada, dos sacos roidos, os ratos ainda reduzem seus lucros por perturbar as galinhas e contaminar sua ração. Comece hoje mesmo sua guerra aos ratos, usando venenos ou armadilhas ou qualquer recurso que acabe com êsses ladrões de seus lucros ou reduza seu número.

Lavrador

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

NOVAS CONDIÇÕES ALIMENTARES COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A crise de carne que ora atravessamos já estava prevista há muito tempo e faz parte normalmente do estágio de evolução econômica que o país está enfrentando. Em todos os países do mundo, à medida que melhora o grau de desenvolvimento industrial e econômico, a carne de boi vai se tornando mais cara do que a de frangos, perus, peixe e porco, que são animais de ciclo muito mais curto do que o boi. Nosso povo terá que se adaptar às novas condições e reconhecer que ou deverá alterar seus hábitos alimentares, consumindo mais frangos do que a carne de boi, ou deverá se conformar em pagar mais caro pela carne de boi, de produção também mais dispendiosa. O preço atual do frango, ainda alto, devido ao fato do nosso povo ainda encará-lo como carne de luxo, baixará fatalmente com o evoluir do nosso desenvolvimento econômico, como aconteceu nos países mais adiantados do que o nosso, e então estará solucionado o problema de abastecimento de proteínas à população.

Bons Pintos Compensam o Prêço

Já não resta mais a menor dúvida, para o avicultor adiantado, a imperiosa necessidade de sòmente adquirir pintos de boa qualidade. Já sabe êle, também, que tais pintos sòmente pode ser produzidos por uma granja, bem aparelhada em pessoal e instalações, para o difícil trabalho de genética avícola. Já não é segrêdo para êle que a aquisição de pintos comuns, apenas pelo fato de serem mais baratos, significa prejuízo certo, mas instáveis condições do nosso mercado de frangos e ovos. Como no caso das rações, o que importa é a eficiência e não o preço, para que o avicultor consiga ter lucros. O pinto melhor selecionado, quase sempre resultante de cruzamentos de raças ou linhagens, é sabidamente muito mais eficente do que o pinto comum, sem seleção, e, por isso mesmo, vendido mais barato ao avicultor menos avisado. Êste é um dos muitos casos em que o barato sai caro demais...



Preparando o composto para a adubação do cafèzal. A melhoria da produtividade, através das modernas práticas de lavoura, é um dos principais objetivos do Plano de Renovação da Lavoura Cafeeira, empreendido pelo IBC

As Campanhas Florestais e o Associativismo Rural Brasileiro

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de A LAVOURA

No momento em que o Ministério da Educação e Cultura, através da Campanha Nacional de Educação Rural e da Divisão de Educação Extra-Escolar se empenha na "Campanha das Árvores", o associativismo rural brasileiro, que tantas demonstrações de pujança e vitalidade já tem dado ao país, não poderia ficar alheio e indiferente a tão oportuno e louvável empreendimento.

A "Campanha das Árvores", levada a efeito neste "Mês das Árvores", merece o apoio de todos os bons brasileiros e, em especial, dos ruralistas.

A voz da Confederação Rural Brasileira, órgão de cúpula do Associativismo Rural em nosso país, congregando mil e quinhentas Associações Rurais e vinte e três Federações de Associações Rurais, se faz ouvir neste momento para congratular-se com o Ministério da Educação e Cultura por tão feliz iniciativa e assegurar seu pleno apoio e colaboração a um movimento de tão elevadas finalidades como a presente "Campanha das Árvores".

É oportuno ressaltar que, inquérito realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura em 1955, revelou que em apenas 44% dos Municípios que responderam ao questionário era comemorado o "Dia da Árvore".

Quando não se comemora condignamente uma data como o Dia da Árvore, não se tem uma verdadeira mentalidade florestal; mentalidade que é a base fundamental para que haja a preocupação e o cuidado pela preservação dos recursos naturais de um país.

Às Associações Rurais, congregando em seu seio quase um milhão de agricultores, deve caber papel relevante num programa de tal envergadura.

A Confederação Rural Brasileira lembra às suas filiadas — Associações Rurais Municipais —, que, além da tradicional solenidade que em cada uma delas deve ser levada a efeito plantando-se, não apenas uma árvore, mas muitas árvores, devem elas entrar em articulação com as Prefeituras Municipais a fim de que, o "Dia da Árvore", em cada Município brasileiro seja comemorado no próximo ano, com a inauguração de um Horto Florestal Municipal, com a arborização de praças, ruas e estradas; com a instituição de concursos escolares sobre a data; com a realização de palestras focalizando assuntos como o reflorestamento, a preservação das matas e mananciais, a erosão, e tantos outros problemas direta ou indiretamente relacionados com a preservação dos nossos recursos naturais; com a promulgação de leis complementares ao Código Florestal Federal, e, enfim, com algo de útil e objetivo que concorra para a formação da mentalidade conservacionista de que tanto carecemos.

Precisamos quanto antes encarar com seriedade o nosso angustiante problema florestal.

Em virtude do desmatamento desenfreado que impiedosamente se tem feito no país, já sentimos nefastas conseqüências.

São irregulares as precipitações pluviais; córregos e riachos desaparecem; muitos de nossos rios diminuem, de ano para ano, o seu volume de água; as enxurradas, mais frequentes, aumentam cada vez mais a erosão dos solos; a matéria orgânica, base da fertilidade do solo vai desaparecendo acentuadamente à medida que desaparecem as matas; caminhamos, enfim, a passos acelerados, para dias difíceis, com o desaparecimento de nossos recursos florestais, o esgotamento de nossos solos desprotegidos, a irregularidade das chuvas, e tantos outros males.

Urge que o problema seja devidamente considerado, e que um trabalho educativo de ampla envergadura seja levado a efeito através de todos os processos à nossa disposição.

A preservação imediata do que ainda resta de nossas florestas, o reflorestamento intensivo das áreas devastadas e o florestamento de áreas não aproveitadas, devem merecer a preocupação constante de todos quantos se interessam pelo futuro do país.

As Associações Rurais Municipais, que tão diretamente atuam junto ao homem rural precisam e devem colaborar na patriótica campanha.

Com o seu concurso, muito de objetivo conseguir-se-á nesse sentido.

Será êsse, sem dúvida, mais um relevante serviço que o associativismo rural brasileiro acrescentará a tantos outros que já tem prestado ao país.

É oportuno lembrar ainda que a Assembléia Geral da Confederação Rural Brasileira, — órgão máximo do associativismo no Brasil — deliberou que o dia 21 de setembro, dia consagrado à Árvore, fôsse também o "Dia do Agricultor Brasileiro".

Que os nossos agricultores, no seu dia, que por felicidade coincide com o "Dia da Árvore", dêem ao país a certeza de que êles não querem ver o Brasil transformado em um deserto, mostrem a todos nós que êles estão dispostos a trabalhar pela preservação do nosso patrimônio florestal e que tudo farão para que vicejem matas onde hoje existem vazios, plantando árvores, muitas árvores, são os votos que neste momento formulamos.

Obs.: Palestra pronunciada pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, 1.º secretário da C.R.B. na Rádio Ministério da Educação no dia 22-9-1959, atendendo ao convite formulado pelo coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural.

Os Holandeses e os Laticínios Brasileiros

Por OTTO FRENSEL

Foi aqui nas gloriosas faldas da Mantiqueira que nasceu em 1888, a indústria de laticínios a qual, com muita propriedade, denominamos de a mais brasileira das indústrias, pois, nenhuma diz respeito mais de perto ao progresso do produtor e à saúde do consumidor — os dois esteios de qualquer Nação. Em nosso veterano "Boletim do Leite", em seu número de abril de 1938 — já há vinte e um anos — prestamos a devida homenagem àquele que consideramos, com muita justiça, o fundador da moderna indústria de laticínios, o Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, ilustre filho da grande terra mineira. Em seu excelente livro, intitulado "Barbacena", editado em 1940, C. Garden secunda essa nova homenagem. Foi quando pela primeira vez nos referimos aos grandes serviços, prestados pelos holandeses aos laticínios brasileiros. Dois grandes amigos, tão prematuramente falecidos, nos possibilitaram, então, a coleta dos dados necessários: Doutor Antônio Teixeira de Sá Fortes, filho daquele ilustre varão e Horácio Mendes de Oliveira Castro, seu sócio e nosso inesquecível amigo. Entusiastas da causa dos laticínios brasileiros, persistimos na campanha de esclarecimento da meritória atuação do Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, conseguindo, finalmente, que, em justa homenagem, a nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, escolhesse, por unanimidade, para patrono da 30.ª Cadeira de seu Conselho Superior, nossa futura Academia de Agricultura, o nome dêsse ilustre brasileiro. Eis porque sentimo-nos profundamente honrados ao ver indicado e aprovado, também por unanimidade, o nosso modesto nome para primeiro ocupante da cadeira em aprêço.

Em nosso já citado trabalho, lembramos a primeira viagem do Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes à Holanda, onde adquiriu as instalações necessárias para uma fábrica de queijo do assim chamado "Queijo do Reino" que corresponde ao holandês "Edam", mais popularmente conhecido entre nós como Queijo "Palmira", por proceder, inicialmente, dessa vez a bela cidade, então portadora daquele nome. As controvérsias havidas em tôrno da designação "Reino" e "Rheno" ou "Reno" foram satisfatòriamente explicadas, em nosso "Boletim do Leite" pelos seus ilustres colaboradores e conhecidos técnicos, Drs. José Assis Ribeiro e Ruben Magalhães Pecego, prevalecendo a designação do Reino. Na mesma ocasião o Dr. Sá Fortes contratou dois jovens holandeses, como fabricantes de queijos. Eram os Srs. Alberto Boeke e Jong, o primeiro nosso ilustre concidadão, e o segundo, já falecido. A ambos se deve, portanto, o início da fabricação industrial de queijos entre nós. Especial homenagem e gratidão lhes deve ser prestada, pois, não foi nada fácil êste início de uma nova e importante etapa industrial num meio completamente novo e diferente. Mas, venceram e novas fábricas foram surgindo, fazendo do queijo um dos principais produtos alimentares, produzidos em Minas Gerais.

Outros técnicos holandeses foram vindo e, entre êles, um dotou Minas Gerais e o Brasil com uma outra nova indústria, auxiliar e indispensável. Referimo-nos à Fábrica de Coalho FRISIA, instalada pelo nosso ilustre concidadão Sr. João Kingma, juntamente com outro nosso caro amigo e mui justamente reputado criador, Sr. João Geraldo Frerichs.

A expansão da indústria de laticínios, notadamente, de queijos, tão auspiciosamente iniciada pelo ilustre varão mineiro Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes, graças ao auxílio dos competentes técnicos holandeses, por êle contratados, conduziu para um crescente interêsse por êste importante ramo da atividade econômica. Assim, foi fundada em Sítio uma Escola de Laticínios, onde produziu tantos e tão valiosos trabalhos como seu Diretor, o nosso inesquecível amigo Manoel Zenha de Mesquita, também tão prematuramente roubado ao nosso convívio. Muito mal aconselhado o Estado de Minas Gerais fechou êste valioso estabelecimento de ensino. Mais tarde, contudo, se redimiu, instalando a Fábrica Escola de Laticínios "Cândido Tostes", hoje Instituto de Laticínios do mesmo nome e que tão valiosos e assinalados serviços vem prestando à causa dos laticínios brasileiros.

Por mais de uma vez tivemos ensejo de incluir nas colunas do nosso veterano "Boletim do Leite" noticiário a respeito dos laticínios holandeses. Achamos, contudo, que pouco fizemos, ao considerarmos, não só sua importância mundial, mas também sua grande contribuição para o progresso dos laticínios no Brasil. Além dos grandes serviços, prestados aqui nas faldas da Mantiqueira, convém lembrar outros importantes núcleos fazendo ressaltar a Organização Holambra no Estado de São Paulo e, principalmente, a Batavo, em Carambeí, no Estado do Paraná. Não conhecemos a primeira, e quanto à segunda, embora com ela tenhamos as mais amistosas relações, sòmente no próximo mês teremos a grande satisfação de conhecê-la, graças a reiterados convites de sua digna Diretoria. Conhecemos, entretanto, muito das valiosas, persistentes e

exemplares atuações dessas organizações cooperativistas holandesas entre nós, dedicadas especialmente aos laticínios. Ainda recentemente os nossos caros amigos e colaboradores técnicos laticinistas da maior e mais justa reputação entre nós, D. Pantilha Guimarães de Carvalho e Dr. José Assis Ribeiro, visitaram êstes importantes núcleos, trazendo-nos suas profundas impressões de tudo quanto lhes foi dado conhecer. Oportunamente publicaremos, pois, também, nas nossas impressões, como descrição de mais uma viagem laticinista, desta vez ao Paraná.

Prestando uma justa homenagem à Holanda e aos seus laticínios, e um preito de gratidão aos seus filhos, aqui radicados, com a elevada finalidade de contribuirem para o progresso dos laticínios brasileiros em seus tão variados setores, não desejamos findar, sem ilustrar as nossas palavras com alguns dados sôbre os laticínios holandeses. Êstes dados nos foram fornecidos, gentilmente, pelo Sr. Dr. J. Roberts, M. D. Adido de Agricultura da Embaixada dos Países Baixos (que sempre chamaremos de Holanda), graças à cooperação do nosso presado amigo, Sr. Hendrik Lodder, Sub-Chefe da Seção de Agricultura da referida Embaixada, cujo espírito de cooperação o torna merecedor da amizade e do respeito de todos. A relação que nos foi enviada, acompanhada de numerosos folhetos, excelentemente impressos e ilustrados, é muito longa para ser lida aqui. Restringiremo-nos por isso, a dar a seguir alguns pontos que nos parecem essenciais para o merecido conhecimento dos laticínios holandeses:

REBANHO LEITEIRO: Em 1-12-1958: 3.073.000 cabeças, das quais 1.343.000 em lactação.

PRODUÇÃO DE LEITE EM 1958: 5.376.909 toneladas contra 5.110.255 em 1957. Teor médio de gordura 3.76% contra 3,73 em 1957. Produção média por vaca: 4.114 contra 3.985 em 1957.

APROVEITAMENTO DO LEITE EM 1958: É muito interessante conhecer as seguintes cifras: 426.635 toneladas, devolvidas aos produtores na forma de leite desnatado, sôro de queijo, etc. 1.471.396 toneladas, leite integral e padronizado; 14.730 toneladas, creme; 182.608 toneladas, leite desnatado, etc. 91.658 toneladas, manteiga, 173.622 toneladas, queijo; 82.631 toneladas, leite em pó (gordo e magro); 286.327 toneladas, leite condensado (com e sem açúcar); 16.537 toneladas, derivados do sôro de queijo.

EXPORTAÇÃO: É notável, êste setor, sendo que os laticínios holandeses contribuem com 5,5% do total das exportações, ou sejam 679.0117 toneladas em 1958, sobressaindo: 86.350 toneladas de leite condensado sem açúcar; 120.842 toneladas de leite condensado com açúcar; 97.562 toneladas de queijos; 58.023 toneladas de leite pasteurizado ou esterilizado; 44.119 toneladas de manteiga; 41.738 toneladas de leite em pó, para só citar os produtos mais importantes.

NÚMERO DE FÁBRICAS EM 1956: Existiam 392 cooperativas e 144 particulares, além de 4.053 granjas de fabrico-caseiro de queijo.

CONSUMO "PER CAPITA" EM 1956: 2,9 kg de manteiga e 7,3 kg de queijo.

APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DE LATICÍNIOS: Como é natural, num país tão essencialmente laticinista, como a Holanda, êste setor merece ênfase todo especial. Realmente, a Holanda possui: duas Escolas Superiores de Laticínios, respectivamente em Bolsward e 's-Hertogenbusch; uma Escola de Aprendizagem Industrial de laticínios em Hoorn; inúmeros cursos de inverno, como de ordenha (457 com 4.237 alunos), de ordenha com máquina, para conselheiros e instrutores de ordenha, para fabricação caseira de queijo, de centrifuguista, para fabricação de manteiga, de queijo em fábricas, de preparo de leite para consumo (pasteurização, esterilização, padronização, etc.), de bacteriologia, de fiscalização, de maquinistas, de laboratoristas especializados, etc. Tais cursos são organizados pelo Ministério da Agricultura e pelas Federações Provinciais de Cooperativas de Laticínios. A Confederação Real Holandesa de Laticínios organiza exames anuais e concede os seguintes diplomas: Diretor - Assistente para Fábricas de Laticínios em geral e de Manteiga; Operários especializados em manteiga, em queijo, centrifuguista, fiscal, e operário especializado para preparo de leite de consumo, maquinista, gerente, operário especializado em sorvetes, em leite em pó e laboratorista de bacteriologia. A Fundação de Aprendizagem Profissional para o Comércio Varejista de Laticínios organiza, anualmente, numerosos cursos para futuros varejistas de laticínios. Conhecendo as grandes deficiências do nosso comércio laticinista em geral e do varejista em particular, êstes últimos cursos devem merecer a especial atenção de todos os interessados.

ORGANIZAÇÃO: Todos os laticínios holandeses se encontram sob a supervisão do seu Ministério da Agricultura. Seria excessivamente longo e enfadonho citar aqui todos os órgãos oficiais e particulares que se ocupam com tanto interêsse e carinho pelos laticínios holandeses, incentivando-os e permitindo-lhes atingir o progresso e a projeção mundial que, tão justamente, ocupam hoje em dia, graças à sua remota tradição. Basta dizer que a Federação Real Holandesa de Laticínios abrange 9 federações regionais com 365 cooperativas e 378 fábricas, enquanto ainda existem muitas outras federações e associações com as mais variadas finalidades, mas tôdas elas visando exclusivamente o progresso e a defesa dos laticínios holandeses. Há 4 Bôlsas de Laticínios. Há 12 Feiras de Queijos. Há 14 revistas especializadas. Já foram feitos 23 filmes sôbre a produção holandesa de laticínios.

Como vêem, a projeção laticinista holandesa é real-

(Continua na pág. 30)

Problemas Rurais nas Constituições Estaduais

(Estados do Amazonas e do Pará)

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S N A

O art. 116 do Capítulo II da Constituição do Estado do Amazonas estabelece que o Estado promoverá, entre outras:

a) o incremento da agricultura, da pecuária e das indústrias com base no aproveitamento das florestas;

b) o fomento do cooperativismo;

c) a regulamentação da exploração das seringueiras, castanheiras e outros vegetais produtivos;

d) o estudo das questões referentes às terras devolutas.

Considerando a necessidade de técnicos para a produção, houve por bem o legislador, no art. 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acentuar que:

"o Estado providenciará no sentido da criação da Escola de Agronomia e Veterinária".

Com relação aos títulos de posse e aforamento de terras, estabelece o art. 29 do referido Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que:

"o Estado promoverá dentro de cento e vinte dias, a contar da publicação dêste Ato, revisão geral dos títulos de posse e de aforamento emitidos pelo Estado ou pelos municípios, tornando sem efeito aquêles cujas terras não tenham sido beneficiadas convenientemente".

No art. 87, do Título VII da Constituição do Estado do Pará, vários itens estão diretamente relacionados com a vida rural entre os quais os seguintes:

"I — Amparo à imigração de brasileiros de outros Estados, localizando-os no interior, de preferência em zonas agrícolas.

III — Fixação do homem do campo, estabelecendo planos de colonização e aproveitamento das terras públicas. Para êsse fim serão preferidos os nacionais e, dentre êles, os desempregados e os imigrantes.

IV — Assistência aos trabaladores rurais, aos pequenos agricultores e respectivas organizações, com o fim de proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção, saúde e bem-estar;

VI — Ensino agrícola, pecuário e industrial;

IX — Fomento à produção agropecuária;

XI — Incremento ao cooperativismo.

Os problemas relacionados com o uso da propriedade e a desapropriação de terras são tratados nos artigos 90, 91 e 92, que têm a seguinte redação:

Art. 90 — O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância de

disposto no art. 141, § 16, da Constituição Federal, promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos.

Art. 91 — O Estado poderá desapropriar, na forma da lei, para colonização, após loteamento, mediante cessão ou revenda, as faixas de terras não utilizadas, de preferência ao longo das rodovias e ferrovias.

Art. 92 — O Estado ou o Município poderá desapropriar, na forma da lei, as terras próximas aos centros populosos, sempre que os proprietários não as explorem ou utilizem, a fim de promover a sua exploração ou utilização.

A isenção de tributos por parte de agricultores é cuidada nos artigos 95 e 96, assim redigidos:

Art. 95 — Serão isentos de tributos os instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, como tal definido na lei, empregados nos serviços próprios de sua lavoura.

Art. 96 — Será isento do impôsto de transmissão inter-vivos e "causa mortis", a aquisição de pequena propriedade rural até 25 hectares, quando o adquirente fôr trabalhador urbano ou agrícola e não possuir outro bem imóvel.

O art. 100 referente à isenção de impôsto territorial, está assim redigido:

Art. 100 — O impôsto territorial não incidirá sôbre sítios de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando os cultive, só ou com família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Problemas relacionados com terras devolutas são tratados nos artigos 97 e 98.

Art. 97 — O Estado promoverá o loteamento de terras devolutas e fará, nos têrmos da lei, doações e colonos, de preferência nacionais.

Art. 98 — É assegurado aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual ou cultivo da lavoura, preferência para não superior a 25 hectares.

É oportuna, também, a transcrição do art. 99, assim redigido:

"Todo aquêle que não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por 10 anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a 23 hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nêle sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

O Caráter Mutualístico das Sociedades Cooperativas

FÁBIO LUZ FILHO

Já tivemos oportunidade de aventar o tema acima em *"Teoria e prática das sociedades cooperativas"* e, mais recentemente, no livro *"Crédito agrícola e problema agrário"* (São Paulo). Em artigos pelo "Correio da Manhã" e "Arco-Iris", a vitoriosa revista do *Centro Nacional de Estudos Cooperativos,* percutimos a mesma tecla.

O caráter de mutualidade é da essência mesma do movimento cooperativo. (O Decreto n.º 22.239, que faculta os juros, é nisso incongruente e abstruso, de vez que, com visos regulamentares em todo o mais, ainda a "sociedade de crédito mútuo" sem as definir...).

As *"Instruções para organização de sociedades cooperativas"*, do Serviço de Economia Rural (já em 5.ª edição), refletem a doutrina e a prática mundiais, e foram por nós elaboradas e aprovadas por diretores sucessivos, em anos seguidos. Nelas estão caracterizadas as cooperativas de crédito mútuo (para se poder dar uma definição consentânea face à incompreensível omissão do Decreto número 22.239), *como as que se limitam a emprestar sòmente a seus associados e a aceitam depósitos apenas de seus associados.* E nada mais foi dito nem precisava ser dito.

Em "Arco-Iris", de julho-agosto de 1955 desenvolvemos o tema e parece que o esgotamos. E há mais ainda: é sabido que a pátria das *cooperativas de crédito mútuo* é o Canadá ("credit unions", mundialmente conhecidas, e fundadas por Alpsonse Desjardins). Eis como *"La Fédération des Caisses Populaires Desjardins de Québec"*, em conhecido manual (1956), dá as características dessas *cooperativas de crédito mútuo:* ("La caisse populaire Desjardins *est une société coopérative d'épargne et de prêts"*):

"Les principes de base de la Caisse populaire Desjardins sont les principes coopératifs:

1 — Chaque sociétaire *n'a q'un vote,* peu importe le nombre de parts, sociales qu'il a;

2 — *Les sociétaires reçoivent un intérêt limité sur le capital* (veja-se bem: um juro limitado no capital);

3 — La Caisse populaire distribue, ses benéfices nets s'il y en a, aux societaires;

4 — Elle fait l'éducation coopérative et sociale des sociétaires;

5 — Libre à chacun d'en faire partis ou d'en sortir".

"La connaissance mutuelle des sociétaires c'est la pierre d'assise de la Caisse populaire, la condition essentielle de son efficacité" (O conhecimento mútuo, veja-se).

Eis, na plenitude, classificada a *cooperativa de crédito mútuo* em seu país de origem.

A lei brasileira *faculta* os juros a todos os tipos de cooperativas, menos, claro, as caixas rurais Raiffeisen, que não têm capital, como é sabido, e é legal. E vejamos o

que diz Philibert Grondin, em seu clássico "*Catechisme des caisses populaires Desjardins*", reeditado em 1955 em 77.ª edição, em Québec:

"*L'intérêt payé sur les parts sociales prend le nom de "boni", pour le distinguer de l'intérêt payé sur l'épargne ordinaire !* Mais uma vez o juro aparece aqui.

E eis como são caracterizadas por *Rozier as caixas de crédito agrícola mútuo francêsas* (tão conhecidas):

"Leur capital, fixe ou variable, est divisé en parts nominatives, cessibles seulement avec l'agrément du conseil d'administration, *et qui ne peut, en aucun cas, être rémunéré à un taux supérieur à 6%*".

Essas cooperativas de crédito mútuo francêsas ("caisses agricoles") florescem, como é sabido, em grandes organizações, cuja cúpula é a mundialmente conhecida "*Caisse Nationale de Crédit Agricole*".

A tomada de capital constitue um meio de o associado, dando bases financeiras sólidas à sua cooperativa, economizar juntamente com os depósitos, êstes nem sempre fáceis no Brasil em cooperativas dêste tipo. Como não estimulá-lo com o pagamento de um juro módico, no caso tirado de si mesmos, de vez que só recebem depósitos de seus próprios associados? Onde a mercância, nisso?

Os canadenses querem o juro "raisonable". Conhecido escritor especializado italiano forrado de jurista, Rosario Ladabessa, ao se referir ao caráter mutualístico a que alude a lei italiana, diz que o artigo 1.025, do Código Civil, é o que rege as cooperativas italianas, e assim o define: "*fornire beni o servizi od occasioni di lavoro direttamente ai membri della organizzazione a condizioni vantaggiose di quello che otterebbero del mercato*, mentre lo scopo delle impress sociali in senso proprio e il conseguimento e il reparto di utili patrimoniali".

E R. Labadessa reafirma: "*La cooperativa ha invece uno scopo mutualistico* che consiste, come si legge nella citata relacione al Codice del Guardasigilli, "nel fornire ai soci beni o servizi od occasioni di lavoro" dei quali essemente,hanno bisogno, e, più genericamente, quando *agisce* in defesa, in aiuto ed a sostegno dei soci ed unicamente di questi".

Assim, a cooperativa age segundo seus objetivos mutualísticos quando reembolsa os associados das sobras líquidas do exercício (de que saem os juros) na proporção das operações que realiza cada associado, através da cooperativa, isto é, restitui a cada um o que pagou a mais pelo custo efetivo dos bens ou serviços fornecidos.

"La cooperativa agisce dunque perfettamente entro i limiti degli *scopi mutualistici*, che le impone la legge, quando destina parte degli utili di esercizio allo scopo di procurare al socio qualche cosa che gli parti avago o diletto nelle ore di reposo o *comunque un vantaggio economico o morale*" (o grifo é nosso).

E o juro é menos do que uma vantagem econômica: é a justa remuneração de uma economia empregada em benefício de uma entidade de defesa econômica comum, que visa a prestar serviços. Em cooperativismo o capital deve ser remunerado a taxa módica ou razoável. (Nossa lei permite até 12%).

Um Grande Divulgador de Assuntos Agrícolas



Aspecto da sessão realizada no auditório do Serviço de Informação Agrícola, quando agradecia às homenagens o escritor Eurico Santos

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura prestou, no dia 12 de novembro do ano passado, uma justa e merecida homenagem ao jornalista e escritor Eurico Santos, comemorando seus quarenta anos de bons serviços, prestados à divulgação agrícola no país.

Eurico Santos é um velho companheiro da Sociedade Nacional de Agricultura onde durante muitos anos foi membro de sua diretoria.

Compareceram à homenagem, que se realizou no auditório do Serviço de Informação Agrícola o Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Sr. Lopo Coelho, o Dr. Luiz Guimarães Júnior, diretor-geral do Departamento de Administração, o prof. Geraldo Goulart da Silveira, representando o Conselho Nacional do Serviço Social Rural e a Confederação Rural Brasileira; o Dr. Ibagiba Barante, da Sociedade Nacional de Agricultura, General Haroldo Moreira Gomes, da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária; o jornalista Milton Sena, secretário do "O Jornal", o Sr. Mário Vilhena, presidente da Comissão Nacional de Avicultura; o agrônomo Armando Davi Ferreira Lima, Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal; Simplicio Jorge, da Sociedade Brasileira de Agronomia, o Dr. D'Almeida Guerra Filho, diretor do Centro de Estudos de Informação e Extensão Agrícola, além de funcionários do Ministério, familiares e amigos do homenageado.

Falou inicialmente o jornalista José Vieira, diretor do Serviço de Informação Agrícola que após aludir às mensagens enviadas por órgãos como a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Confederação Rural Brasileira, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e outras, fêz uma síntese das atividades de Eurico Santos como jornalista dedicado às coisas agrícolas.

Foi dado, a seguir, a palavra ao Professor Geraldo Goulart da Silveira que, em nome do Conselho Nacional do Serviço Social Rural, da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Nacional de Agricultura focalizou o trabalho de Eurico Santos em prol do ensino de nossa zoologia agrícola e como divulgador de assuntos agrícolas.

Falaram ainda, na solenidade, o Eng. Agr. Mario Vilhena, presidente da Comissão Nacional de Avicultura, o jornalista Oscar de Andrade, de "O Jornal", o jornalista Belfort de Oliveira, em nome da Ordem dos Velhos Jornalistas e o Senhor Rufino d'Almeida Guerra Filho, em nome do Centro de Estudos de Informação em Extensão Agrícola.

Foram oferecidos ao homenageado, uma caneta-tinteiro, pelo CEIEA, e uma coleção encadernada de suas obras e um diploma de "Decano dos Divulgadores Agrícolas", pelo S.I.A.

Após os agradecimentos do homenageado que se emocionou com tantas e relevantes provas de aprêço, amizade e reconhecimento de seus chefes, amigos e admiradores, usou da palavra o jornalista José Vieira que convidou os presentes para uma visita à exposição dos livros de Eurico Santos, na biblioteca do Serviço de Informação Agrícola.

Eurico Santos, ao agradecer a homenagem, focalizou as dificuldades iniciais que encontravam os divulgadores agrícolas em nosso país.

Acentuou Eurico Santos,



Aspecto da assistência à homenagem prestada ao nosso companheiro Eurico Santos

em seu discurso de agradecimento, que na época em que se iniciara na divulgação de coisas agrícolas "escrever sôbre agricultura era audácia, quase mania de alguns homens dedicados e que acreditavam piamente na frase de que o Brasil era de fato essencialmente agrícola"

Lembrou, ainda, Eurico Santos, em seu magnífico discurso que, naquela época, "poucos eram os que se dedicavam a essa divulgação entre êles Enes de Souza, da Sociedade Nacional de Agricultura; Pereira Barreto, a quem tanto deve a viticultura paulista; Eduardo Cotrim, pecuarista notável; Oswaldo de Sequeira, que tanto trabalhou na propaganda da avicultura; Moura Brasil, conhecido oftalmologista e grande agrófilo; Gomes do Carmo, do Ministério da Agricultura, o primeiro agrônomo brasileiro, que conheceu; Nicolau Atanasoff, figura dedicada à zootecnia, e Pio Corrêa, estudioso da botânica".

Em outro trecho de seu discurso, Eurico Santos acentuou como é hoje diferente o panorama que se apresenta àqueles interessados na divulgação agrícola, com a criação, no Ministério da Agricultura, de um órgão especializado; "ao fim dessa fase difícil, surgiu o Serviço de Informação Agrícola, que deu novos horizontes à divulgação especializada e tem merecido a maior aceitação da parte da classe rural, que já compreendeu os seus préstimos, e já aprendeu como se utilizar dêles. Hoje, todos os que se interessam pela lavoura e criação, sejam profissionais, estudiosos ou simples curiosos, consultam o Serviço de Informação Agrícola, freqüentam-lhe a biblioteca, consultam, quando necessário, os seus técnicos e louvam-lhe o serviço de radiodifusão, cada dia mais citado e acatado", foram palavras de Eurico Santos, focalizando o aspecto atual da divulgação agrícola.

A LAVOURA, órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura, que desde 1897 se preocupa com a divulgação agrícola no Brasil, associa-se às homenagens prestadas a Eurico Santos que é, de longa data, seu colaborador.

Como uma homenagem ao velho companheiro e amigo da Sociedade Nacional de Agricultura publica A LAVOURA, as notas bibliográficas e a relação dos trabalhos publicados por Eurico de Oliveira Santos

NOTAS BIOGRÁFICAS

Nasceu na Capital Federal em 28 de junho de 1883. Filho de Manuel de Oliveira Santos e Elvira de Souza Pacheco Santos.

Fêz seu curso de humanidades, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Fundou as seguintes revistas agrícolas, nas quais sempre trabalhou

A Fazenda, 1910

A Fazenda Moderna, 1916 a 1925.

O Campo, 1930 a 1947

Seleções Agrícolas, 1946 a 1957.

Foi um dos fundadores do **Cruzeiro** a convite de Malheiros Dias. Ingressou no Serviço de Economia Rural, Ministério da Agricultura, em 1935, e aposentou-se em 1953, com 70 anos de idade.

Faz parte de várias instituições científicas e representou o Serviço de Economia Rural na Comissão Executiva da Pesca.

Foi secretário da Sociedade Nacional de Agricultura durante muitos anos.

Jornalista profissional, ingressou no **O Jornal** em 1 de fevereiro de 1920, escrevendo sempre sôbre agricultura, tendo a seu cargo a seção "Vida dos Campos".

Trata atualmente de sua aposentadoria, naquele grande órgão, onde completará 40 anos de atividade em fevereiro próximo.

Colaborou e ainda colabora em muitos jornais e revistas como **Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Boletim do Campo, Chácaras e Quintais, Jornal da Farmácia, a Fama, etc.**

OBRAS PUBLICADAS — LIVROS E FOLHETOS: ZOOLOGIA BRASILICA

Vol. I — Nossos Peixes Marinhos (Vida e Costumes) Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia 1952. 265 págs. ilust. 24 cm (Zoologia Brasílica n.º 1)

Vol. II — Os Peixes da Água Doce (Vida e Costumes) Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia 1954 270 páginas, ilust. 24,5cm (Zoologia Brasílica, n.º 2)

Vol. III — Anfíbios e Répteis (Vida e Costumes) 2.ª ed., Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. 1955 263 págs., ilust. 24,5 cm.

Vol. IV — Da Ema ao Beija-Flor (Vida e Costumes das Aves) Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia 1952 335 págs., ilust. 23 cm.

Vol. V — Pássaros do Brasil (Vida e Costumes) 2.ª ed., Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. 1948 278 págs. ilust. 23 cm. (Zoologia Brasílica, 5).

Vol. VI — Entre o gambá e o macaco (Vida e costumes dos mamíferos) Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia 1945 298 págs. ilustradas. 23 cm.

Vol. VII — Moluscos do Brasil. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1955. 134 págs. ilust. 24,5 cm.

Vol. VIII — O Mundo dos Artrópodes (Vida e Costumes) Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1959 196 páginas ilustradas 24 cm

OUTRAS OBRAS:

O Amador de pássaros, captura, manutenção, criação. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1955 171 p. des. est. 24 cm.

Animais nocivos. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, n.º 811).

Animais selvagens. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola 1956. 294 p. 24 cm.

Árvores ornamentais. Rio de Janeiro, Produtos "Roche" — (s.d.).

Aves de luxo, esporte e utilidade. São Paulo, "Chácaras e Quintais", 1956. 56 p. ilust. 23 cm.

Aves do Brasil. Rio de Janeiro, Produtos "Roche", S. A. (s.d.) 28 f. color. 21 cm. (Coleção artística "Roche")

(Continua na pág. 48)

Associativismo Rural

ASSOCIAÇAO RURAL DE MURIAÉ

Foram eleitos e empossado, os seguintes diretores da Associaçao Rural de Muriae

Presidente — José Vieira do Carmo.

1.º Vice-Presidente — Jesus de Andrade Goulart.

2.º Vice-Presidente - Durval José Moreira.

1.º Secretário — Fernando Sergio R. Caldas.

2.º Secretario João Pava.

1.º Tesoureiro — Mário de Oliveira.

2.º Tesoureiro — Pascoal Demarques.

CENTROS RURAIS VÃO REVENDER MATERIAIS

Os Centros Rurais de Morro Esteves e de São Roque, criados no municipio de Criciuma vão dispor em suas sedes sociais, de materiais para revenda aos agricultores

SEDE PRÓPRIA

A Associação Rural de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul vai promover a construçao de sua sede propria

FEDERAÇAO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Foi eleito presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul o ruralista Pedro Olimpio Pires.

ASSOCIAÇAO RURAL DE PALMITAL

Para o periodo 1959-1961, foi eleita e empossada a seguinte diretoria

Presidente Osiris de Deus Pereira Magalhae.

Vice-Presidentes George Assef Haddad e Milton G Pyles

Secretarios - Joaquim Antonio Franco, Alcides Prado e Aparecido B Zanchetta

Tesoureiros Benedito Eugênio da Silva e Luiz Maciel de Oliveira

Foram escolhidos para patrono o sr. Antônio Silvio da Cunha Bueno e para presidente de honra o dr. Clovis Sale Santos.

SEDE PRÓPRIA

A Associação Rural de São Paulo inangurou em julho a sua sede propria, na rua Braulio Gomes, n.º 107, 2.º andar.

COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE QUIXERAMOBIM

Completou 5 anos ininterrupto de atividades a Cooperativa Agricola Mista de Quixeramobim, no Estado do Ceara.

(Conclusão da pág. 46)

Avicultura, fonte de riqueza. Rio de Janeiro, Editora "O Campo", Ltda. (s.d.) 328 p. ilust. 23,5 cm. (Coleção agrícola de "O Campo", direção de Eurico Santos, 3).

Borboletas do Brasil. Rio de Janeiro, Produtos Roche S.A. (s.d.)

A cabra leiteira, criação, exploração. São Paulo, Chácaras e Quintais, 1956. 40 p. ilust. 23 cm. (Biblioteca agrícola popular brasileira).

Caças e caçadas. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1950. 280 p. ilust. 23 cm.

Cães domésticos. Rio de Janeiro, Produtos "Roche" S.A. (s.d.) 24 f. XXIV est. color. 21 cm. (coleção artística "Roche").

O cão através da história e da arte. Rio de Janeiro, Editôra século XX, 1942. 164 p. ilust. 17 cm Coleções Maravilhosas

As cobras venenosas — Como conhecê-las e evitá-las. São Paulo, Chácaras e Quintais", 1943. 170 pás. 23 cm. (Biblioteca agrícola popular brasileira)

Combate aos ratos. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1948. 42 p. ilust. 23 cm (Brasil. Serviço de Informação Agrícola, 689).

Dicionário de Avicultura e Ornitotecnia. Rio de Janeiro, O Campo, 1937-1938. 2 vols. ilust. 23,5 cm.

Formigas, rãs e outros animais. Rio de Janeiro, Editôra O Campo (s.d.) 203 p. ilust. 25 cm. (Coleção agrícola de "O Campo", 61)

Fruticultor Moderno. 2.ª ed. São Paulo, "Chácaras e Quintais" (s.d.).

História natural das aves do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Kosmos, 1944, 228 p. ilust. 48 est. color. 32 cm.

O homem e a fauna no Brasil. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1955. 52 p. fot. 26,5 cm. (Brasil. Serviço de Informação Agrícola. Ser. estudos e ensaios, n.º 9).

Manual do amador de cães 4.ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. 1954. 383 p. ilust. 18 cm.

Manual do lavrador brasileiro. Rio de Janeiro F. Briguiet & Cia. 1944. 478 p. ilust. 23 cm.

O mundo animal que nos rodeia. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1953. 105 p. ilust. (Brasil. Serviço de Informação Agrícola. Série clubes agrícolas, n.º 21).

Nossas fruteiras. 3.ª ed. São Paulo, Chácaras e Quintais, 1956.

Orquídeas brasileiras. Rio de Janeiro, Produtos "Roche" S.A. (s.d.) 24 f. XXIV est. color. 21 cm. (Coleção artística Roche).

Proteção à fauna. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola, 1954. 45 p. ilust. 23 cm. (Brasil. Serviço de Informação Agrícola) 793.

Proteção à fauna indígena. São Paulo. Chácaras e Quintais. 1948. 16 p. 23 cm. (Biblioteca agrícola popular Brasileira, n.º 39).

O que convém saber sôbre môscas, mosquitos. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola, 1957. 34 p. i.f. ilust. 23 cm. (Brasil). Serviço de Informação Agrícola. Série clubes agrícolas, n.º 13).

O que todos os criadores devem saber. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Editôra Técnica Ltda., 1946. 174 p. ilust. 19.5 cm.

Serpentes do Brasil. Rio de Janeiro, Produtos "Roche S.A. (s.d.).

Serpentes peçonhentas. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1952. 60 p. ilust. 23 cm. (Brasil. Serviço de Informação Agrícola, 783).

O urucú (por Eurico Santos). Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola. 1958. 14 p. 23 cm. (Brasil. Serviço de Informação Agrícola, 818).

Veterinária prática. Rio de Janeiro, Editôra O Campo Ltda. (s.d.) 277 p. ilust. 23 cm. (Coleção agrícola de "O Campo", 2).

Vidas dos campos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1931-32. 2v. ilust. 19 cm.

O COOPERATIVISMO ESCOLAR NO MUNDO

Prosseguindo em seu trabalho de divulgação, o "Serviço de Economia Rural" apresenta, neste comunicado, o quadro de desenvolvimento do cooperativismo escolar no mundo. Ei-lo, em ordem descendente:

1.º — Rússia	150.000	
2. — México	17.197	
3.º — América do Norte	15.000	
4.º — França	13.000	
5.º — Polônia	4.700	
6.º — China Nacionalista	1.249	com 13 federações
7.º — India	1.270	
8.º — Finlândia	1.200	
9.º — Suécia	1.103	
10.º — Tunísia	953	
11.º — Brasil	883	
12.º — Bélgica	750	
13.º — União Sul-Africana	600	
14.º — Dinamarca	548	
15.º — Argentina	450	
16.º — Iugoslávia	133	
17.º — Canadá	117	
18.º — Itália	100	
19.º — Marrocos	92	
20.º — Camerum	17	
21.º — Grécia	10	

(Do Serviço de Economia Rural — Ministério da Agricultura) 12-1-59 — ASM.

Lavoura do Distrito Federal

CR$ 90 000.000,00 PARA A LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Os louváveis intuitos do novo Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural, Dr. Kurt Repsold

Está de parabéns a lavoura metropolitana ante a declaração que vem de fazer em favor da mesma o novo presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural, Sr. Kurt Repsold, em recente reunião realizada na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULURA e na qual tomaram parte tôdas as entidades filiadas. Da importante reunião colhemos informações de que o Sr. Kurt Repsold durante mais de uma hora detalhou para os presentes os principais objetivos de sua administração no triênio ora iniciado. Disse S.S. que devidamente autorizado pelo Conselho Regional já esquematizara um plano a fim de dotar a lavoura metropolitana das condições materiais e financeiras de que necessita e para o que o Conselho Regional do Serviço Social Rural está devidamente aparelhado. Informou S.S. que o Conselho Regional já dispõe de cerca de Cr$ 90.000.000,00 em depósito para serem utilizados no melhoramento das condições de vida dos lavradores do Distrito Federal, aguardando para isso, tão-sòmente, a competente liberação por parte do Conselho Nacional do Serviço Social Rural. Para comunicação de assunto tão auspicioso foi que pediu ao presidente do DARDIF a convocação de todos os lavradores para que os mesmos fiquem inteirados de que não estão abandonados por parte dos poderes públicos. O Sr. Kurt Repsold demorou-se ainda em várias considerações sôbre os direitos e deveres dos lavradores ante a nova orientação do associativismo rural com a fundação do S S R. Em seguida, foi franqueada a palavra aos presentes, ocorrendo vários debates quanto à distribuição de associações rurais e de cooperativas. O Dr. Kurt Repsold voltou a falar declarando ter observado não haver uma certa homogeneidade e mesmo de identidade de vista entre os que ali debatiam as atribui

ções de cooperativas e associações rurais. Anunciou que num convênio a ser estabelecido entre o Conselho Regional e a Sociedade Nacional de Agricultura seriam criados cursos para orientação profissional de lavradores, bem como dos dirigentes de associações rurais, visando com isto, justamente, acabar as dúvidas que surgem constantemente sôbre associações rurais e cooperativas.

ATA DA 65.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 25 DE AGÔSTO DE 1959, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Abel de Almeida
Antonio Paes dos Santos
Manoel Agapito
Carlos de Mello
Flávio da Costa Britto

Aos 25 dias do mês de agosto de 1959, presentes os senhores representantes de Cooperativas e Associações Rurais, filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente comunicou à casa que a 21 de setembro vindouro, em 2.ª convocação, a Sociedade Nacional de Agricultura, fará realizar às 16 horas, eleições para representante da classe no Conselho Regional do Serviço Social Rural. Os presidentes e representantes de associações rurais presentes já foram devidamente convocados para o que pediam o comparecimento de todos. Em seguida, S. S. chamou a atenção de todos para as instruções da Prefeitura do Distrito Federal para o recebimento de subvenções, sendo distribuido a todos, cópias da mesma. A casa aprova em seguida, a redação de um ofício a ser dirigido ao Vereador Osmar Rezende a constante e sempre benéfica ação daquele édil em favor da lavoura do Distrito Federal, principalmente com referência a subvenções. Por determinação do Sr. Presidente foi lido para os presentes cópia de um ofício do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura fazendo exigências sôbre o envio regular de balanços e relatórios das associações rurais e cooperativas, conforme determina o Decreto-lei n.º 8.127. Com referência a despesas a serem efetuadas com a impressão de guias de requerimentos para lavradores ante a Diretoria da Renda Mercantil, ficou decidido que as mesmas serão divididas entre o DARDIF e a UCODIF. Retornando a fala, o Sr. Presidente comunicou à casa que no próximo dia 31, haveria uma reunião de grande importância não só para as associações rurais, como também para as cooperativas. Iria comparecer à mesma, a fim de combinar com os lavradores um meio para colocá-los fora do campo de tributação da Lei 899, o major Edelmar Patury. Após as explicações de S. S., a UCODIF se reunia para tratar da fundação de uma Cooperativa Central, a fim de colaborar para que seja debelada a crise de abastecimento vigente e ao mesmo tempo robustecer o movimento cooperativista nacional. Em seguida, o Sr. Francisco Manoel Fernandes, trouxe à baila a situação dos resíduos *in natura*, pois os moinhos contrariando a portaria da COFAP em plena vigência, timbram em desrespeitá-la e não atendem as guias de entrega desde abril do ano corrente. Passou a reinar intensos debates sôbre o assunto, sendo aprovada uma proposta do Sr. Juvenal da Silva Azevedo, no sentido de que os representantes da classe na COFAP defendam os interêsses dos lavradores prejudicados pelos moinhos, tabelando os preços das rações balanceadas. O Sr. Presidente prontificou-se a tratar do caso com a máxima urgência. Às 17 horas, não havendo mais nenhum assunto para deliberação, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 66.ª REUNIÃO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 31 DE AGÔSTO DE 1959, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Antonio Paes dos Santos
Manoel Agapito
Abel de Almeida
Flávio da Costa Britto

Aos 31 dias do mês de agôsto de 1959, presentes os senhores representantes de Cooperativas e Associações Rurais, filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Com a palavra, o Sr. Presidente comunicou à casa que, conforme todos foram convocados, a presente reunião tem por objetivo manter entendimentos com o Sr. Edemar Patury, Diretor do Departamento de Renda Mercantil da Prefeitura do Distrito Federal. Adiantou que minutos depois, ali deveria chegar a referida autoridade a fim de ouvir os lavradores, quer de associações rurais, quer de cooperativas, prejudicados com as exigências do fisco municipal. Numerosos lavradores já ali se achavam presentes, dando entrada ali momentos depois o major Patury, que foi sem demora convidado a tomar assento na mesa dos trabalhos. Em explicações preliminares sôbre os intentos dos lavradores e criadores ali presentes, falou o Sr. Presidente. Disse S. S. das dificuldades

que estão impossibilitando os homens do campo em suas tarefas produtivas dadas as perseguições quer contra associações rurais, quer contra cooperativas de produtores, por intermédio de apressados fiscais. Em seguida, o Sr. Manoel Tiradentes Vieira, falou pelas cooperativas de consumo o Sr. Juvenal da Silva Azevedo, peas Associações Rurais e o Sr. Eduardo Duvivier pelas cooperativas de produção. As exigências descabidas dos exatores municipais foram exaustivamente debatidas e consideradas, tendo o major Patury anotado tôdas as reivindicações ali apresentadas. Findo os debates, falou o major Patury frisando que na qualidade de alto funcionário da administração municipal, diretor das Rendas Internas, não lhe cabia tornar sem efeito ou fazer pôr em execução aquilo que não e previsto em lei. Se a lei municipal manda cobrar determinado impôsto, êle terá que agir para que a lei seja respeitada. Ouviu, atenciosamente, as reivindicações dos lavradores e iria levá-las ao conhecimento do Secretário da Fazenda para que S. S. levasse tais reclamações ao Sr. Prefeito e êste, em projeto de lei a ser enviado à Câmara Municipal, sugerir as isenções pleiteadas. Quanto às facildades que ali estavam sendo pedidas, desde que não prejudiquem as determinações legais, juntamente com os presidentes de associações rurais e cooperativas, seriam atendidas, principalmente no que toca aos talões especiais para lavradores, ali exibidos e que teria sua aprovação. A boa vontade manifestada pelo Sr. Patury impressionou muito bem aos presentes, retirando-se em seguida S. S., momento em que falou o Sr. Juvenal da Silva Azevedo, dando explicações sôbre os talões que os lavradores iriam mandar confeccionar. Agradecendo a presença daquela autoridade, falou por fim o Sr. Presidente que, juntamente com diretores e lavradores presentes acompanharam o ilustre vistante até ao elevador. Prosseguindo a reunião, foi concedida a palavra ao Sr. Manoel Tiradentes Vieira, presidente da Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil e que tratou da fundação de uma cooperativa central. O assunto interessou vivamente os presentes e passou a constituir uma reunião exclusiva da União das Cooperativas do Distrito Federal.

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário
Eng. Agrônomo

ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES
Chefe de Publicidade

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

— —

Representante em S. Paulo:
NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.: 33-1432 - End. Tel.: "LINEFE" C. P. 7257

SÃO PAULO

ATA DA 67.ª REUNIÃO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1959, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. FLAVIO DA COSTA BRITTO

Antonio Paes dos Santos
Abel de Almeida
Flávio da Costa Britto
Manoel Agapito

Aos 15 dias do mes de setembro de 1959, presentes os senhores representantes de Cooperativas e Associações Rurais, filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fosse feita a leitura da ata da reunião anterior,

o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Com a palavra o Sr. Presidente comunicou à casa ter determinado o encaminhamento de um ofício ao Sr. Edelmar Patury agradecendo a prorrogação do prazo para registro de lavradres em face da lei municipal n.º 899. Recomendou ainda aos presentes a confecção dos talões de modêlo aprovado e que ali foi distribuido a todos os presentes com as necessárias instruções. O Sr. Francisco José de Morais, obtendo o uso da palavra, voltou a tratar da perseguição que diz estar sendo vitima a Associação Rural de Palmares por parte da COFAP. O assunto foi vastamente debatido, prometendo o Sr. Presidente tomar as providências aconselhâveis. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou à casa que no próximo dia 21, data comemorativa do dia do lavrador carioca e dia da árvore, seriam levadas a efeito várias solenidades comemorativas no Pôsto VI em Santa Cruz para as quais estavam convidados tôdas as associações rurais e cooperativas do Distrito Federal e que estas duas entidades contribuíram com Cr$ 10.000,00 cada uma. Às 17 noras, não havendo mais nenhum assunto para deliberação foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 68.ª REUNIÃO ORDINARIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1959, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Flávio da Costa Britto
Francisco Joaquim Fernandes
Pedro Alves de Sonza
Juvenal da Silva Azevedo
Abel de Almeida
Manoel Fonseca de Mello

Aos 22 dias do mês de setembro de 1959, presentes os senhores representantes de Cooperativas e Associações Rurais, filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fôsse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Com a palavra o Sr. Presidente comunicou à casa ter ocorrido num ambiente de alegria e camaradagem o churrasco patrocinado pela Sociedade Nacional de Agricultura e pela União das Cooperativas do Distrito Federal, para o qual as duas entidades concorreram com a importância de Cr$ 20.000,00 que foi entregue ao representante do Serviço de Economia Rural da Prefeitura, Sr. Manoel Andreolo. Comentou o Sr. Presidente que, apesar de tudo ter decorrido bem, alguns presidentes de organizações filiadas não tomaram assento à mesa principal, o que não lhe foi comunicado imediatamente, pois teria tomado as providências cabíveis. Em seguida o presidente da Associação Rural do Mendanha, declarou ter sido bem tratado pela comissão promotora da festa e que a atitude da Sociedade Nacional de Agricultura, patrocinando tal homenagem, muito a enalteceu ante os lavradores do Distrito Federal. O orador comunicou em seguida que, ao dia seguinte seria realizada uma reunião de lavradores na fazenda da Marinha do Mendanha e que ali só teriam permissão para ingressarem lavradores devidamente credenciados e que o comandante do destacamento da mesma fazenda lhe avisara ser necessária a apresentação de um documento hábil para o presidente da Associação Rural, passado pela Sociedade Nacional de Agricultura. O presidente imediatamente determinou que fôsse dada a credencial, o que foi devidamente assinada pelo Sr. Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Poliano. Em seguida, foi aprovada a proposta do Sr. Marques Poliano, para que o encarregado do DARDIF procure entre os lavradores do Rio da Prata, três para constituirem uma junta governativa. Às 17 horas, não havendo mais nenhum assunto para deliberação, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 69.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 1959, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Flavio da Costa Britto
Francisco Joaquim Fernandes
Pedro Nunes de Sonza
Juvenal da Silva Azevedo
Abel de Almeida
Manoel Fonseca de Mello

Aos 6 dias do mês de outubro de 1959, presentes os senhores representantes de Cooperativas e Associações Rurais, filiados à Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se na sede da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, à Av. General Justo, 171 - 2.º andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou fôsse feita a leitura da ata da reunião anterior, o que foi feito, tendo sido aprovada por unanimidade. Com a palavra o Sr. Presidente referiu-se à situação em que se encontra a Associação Rural do Rio da Prata com uma diretoria resignatária e em dificuldade para se restabelecer o funcionamento da entidade. Determinou, então, S. S. a leitura de um ofício do Sr. Secretário Geral encaminhando o encarregado do DARDIF para um contacto com os lavradores daquela região e imediata instalação de junta governativa. Referiu-se em seguida, o Sr. Presidente, as constantes reclamações de escassez de resíduo de trigo, declarando mais uma vez que a Justiça Federal já se manifestara a favor dos Moinhos e que êstes por mera condescendência atendeu uma insignificante quota no mês de março, não havendo mais possibilidade para entrega de outras quotas, pois os seus estoques estão esgotados e que estão mesmo

importando resíduo da Bahia. Informou o Sr. Presidente existir nesta Capital, um representante do Moinho da Bahia, que está atendendo a pedidos ao preço de Cr$ 205,00 o saco de 50 quilos e que muitas entidades filiadas ao DARDIF, como as Cooperativas de Benfica, Jacarepaguá e Vila da Penha, bem como, outras organizações, tem ali adquirido resíduo para suas rações. Não se compreende, acentuou o Sr. Presidente, que todos conhecendo a situação dos Moinhos vencedores perante o Supremo Tribunal Federal, queiram que êstes forneçam resíduo com regularidade e a preço baixo para tôdas as organizações rurais do Distrito Federal, Associações e Cooperativas. Prosseguindo, esclareceu o Sr. Presidente que nova mentalidade deve ser implantada nessas organizações rurais, que na maioria só cogita de negociar com resíduo, deixando de lado os problemas fundamentais do associativismo rural, para tanto, já se entendeu com o presidente do Serviço Social Rural, Dr. Kurt Repsold, para que o mesmo na próxima semana faça uma palestra sôbre os intuitos daquele serviço na lavoura metropolitana, visando com isto, fazer do lavrador um verdadeiro produtor e não um comerciante de rações balanceadas. Avisou, então, a todos os presentes, que todos estavam desde já convocados para a próxima reunião, a fim de ouvirem a palavra do Dr. Kurt Repsold. Atendendo a uma reclamação do representante da Cooperativa da Zona Rural, o Sr. Presidente determinou à Secretária que fôsse feito um ofício à Diretoria de Veterinária da Prefeitura solicitando providências contra animais gaudérios que vêm causando dano às propriedades de lavradores em Santa Clara, Campo Grande. Determinou ainda o Sr. Presidente, que fôsse convocado por telegrama, tôdas as associações rurais filiadas a êste Departamento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, marcando o Sr. Presidente nova reunião para a próxima semana.

ATA DA 70.ª REUNIÃO ORDINÁRIA, SEMANAL DO DEPARTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1959, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. FLÁVIO DA COSTA BRITTO

Abel de Almeida
Arlindo de Souza Azevedo
Firmo Coutinho da Silva
Francisco Joaquim Fernandes
Antonio Vaz
Fernando Nunes da Cruz
Flávio da Costa Britto

Aos 20 dias do mê de outubro de 1959, presentes os senhores representantes de Cooperativas e AAssociações Rurais, filiados à SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, realizou-se no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, à Av. General Justo, 171 - 2. andar, mais uma reunião dêste Departamento, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto. Conforme a convocação feita anteriormente, compareceram numerosos representantes e presidentes de associações rurais e cooperativas, a fim de ouvirem a anunciada conferência do Sr. Kurt Repsold, presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Distrito Federal. Constituíram a mesa, além do Sr. Presidente e do Presidente do Serviço Social Rural, os Srs. Abel de Almeida, Pelayo Vidal, Luiz Marques Pohano, Masatada Togashi, Ilagyba Barçante, Gal. Aroldo, da Coop. Mageense Declarado abertos os trabalhos, o Sr. Presidente explicou os motivos da convocação, passando a palavra ao Dr. Kurt Repsold, que durante uma hora detalhou para os presentes os principais objetivos de sua administração, no triênio ora iniciado. Disse S. S. que, devidamente autorizado pelo Conselho Regional já esquematizara um plano a fim de dotar a lavoura metropolitana das condições materiais e financeiras de que necessita e para o que o Conselho Regional do Serviço Social Rural está devidamente aparelhado. Informou S. S. que o Conselho Regional já dispõe de cêrca de Cr$ 90.000.000,00 em depósito e para serem utilizados no melhoramento das condições de vida dos lavradores do Distrito Federal, aguardando para isto, tão só, a competente liberação por parte o Conselho Nacional do Serviço Social Rural. Para comunicação de assunto tão auspicioso, foi que pediu ao Presidente do DARDIF a convocação de todos os lavradores para que os mesmos fiquem inteirados de que não estão abandonados par parte dos poderes públicos. O Sr. Kurt Repsold demorou-se ainda em várias considerações sôbre os direitos e deveres dos lavradores ante a nova orientação do associativismo rural com a fundação do S.S.R. Em seguida foi franqueada a palavra aos presentes, ocorrendo vários debates quanto às atribuições de associações rurais e de cooperativas, originando-se controvérsias que não puderam ser resolvida pela mesa. O Dr. Kurt Repsold voltou a falar declarando ter observado não haver uma certa homogeneidade e mesmo identidade de vista entre os que ali debatiam as atribuições de cooperativas e associações rurais. Anunciou, que num convênio a ser estabelecido entre o Conselho Regional e a Sociedade Nacional de Agricultura seriam criados cursos para orientação profissional de levradores, bem como, dos dirigentes de associações rurais visando com isto, jusamente, acabar as dúvidas que surgem constantemente sôbre associações rurais e cooperativas. A idéia foi por todos aplaudida, tendo o Sr. Presidente do DARDIF já entrado em entendimentos com aSecretaria Geral da S.N.A. para o necessário expediente sôbre o assunto. Em seguida o Sr. Presidente do Serviço Social Rural, Dr. Kurt Repsold retirou-se acompanhado de vários dos senhores presentes, prosseguindo a reunião para tratar da fundação da Cooperativa Central de Abastecimento, assunto que tomou a atenção de todos durante mais de uma hora, havendo debates dos mais interessantes, sem que, entretanto, chegassem a um acôrdo, o que levou o Sr. Presideite a convocar nova reunião para a próxima semana. Às 18 horas, não havenda mais nenhum assunto para ser deliberado, foi pelo Sr. Presidente encerrada a sessão.

Grande o Movimento da Cooperativa de Cotia

ATINGIU A SEIS BILHÕES E MEIO O GIRO REALIZADO EM 1959 PELA INSTITUIÇÃO

SÃO PAULO, 26 (Sucursal) — "Para que se tenha uma idéia do que seja a Cooperativa Agrícola de Cotia basta dizer que seu movimento geral no ano social de 1958-59 totalizou a importância de .... Cr$ 6 41 914 144,00. E isto apesar de não ter sido dos mais favoráveis para a agricultura o ano social que vimos de encerrar, particularmente para a lavoura de subsistência, sobremaneira onerada com as medidas cambiais e tarifárias que o govêrno, face a conjuntura econômica e social da Nação, foi compelido a adotar" — declarou ao "Jornal do Comércio" o sr. Gervasio Tadashi Inoue, diretor-presidente daquela Cooperativa.

— É de se notar — prosseguiu — que entre nós, muito mais que a lavoura de produtos exportáveis, a cultura intensiva de gêneros alimentícios depende dos materiais importados do estrangeiro. A preocupação dos poderes públicos em assegurar um rápido desenvolvimento das indústrias básicas, por vêzes tem colocado certos setores da agricultura em grandes dificuldades. Por outro lado, o inegável aumento do custo de vida tem provocado no seio dos trabalhadores justo movimento pela melhora de seus salários e, nessas conjunturas difíceis, os responsáveis pelo destino do país têm procurado saída no contrôle artificial dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

RESTRIÇÃO DE ÁGIOS

Disse o sr. Gervário Inoue que a nova lei alfandegária, promulgada em setembro de 1957 e que constitui parte do esquema do fomento das indústrias básicas do país, adotou o critério de seletividade dos artigos de importação segundo o maior ou menor grau de necessidade, mas garantiu absoluto privilégio aos produtores nacionais. Ao mesmo tempo, reduziu as 5 categorias de ágios para duas — geral e especial — aproximando, assim, o sistema pluralista das divisas ao regime de âmbito único.

Acontece, todavia, que essa medida restringiu drasticamente a possibilidade de compra de ágios em leilões especiais, para a agricultura. A diminuição, por outro lado, no volume de nossas exportações de café, agravada pela queda de suas cotações no mercado internacional, determinou sério desequilíbrio no balanço das nossas disponibilidades, resultando daí tremendo enfraquecimento da nossa moeda no mercado livre do dólar e a redução do disponível nas licitações cambiais.

As novas bases de ágios cambiais e a reforma das tarifas alfandegárias determinaram a alta dos preços dos produtos importados, acarretando maiores transtornos ao comércio importador em geral. Mas, no setor da agricultura, esta alta abrupta nos preços dos bens e materiais de produção, agravada ainda mais pela contínua elevação do ágio na categoria geral, que em outubro atingiu a 220 cruzeiros, dificultou sobremodo a vida produtiva rural, principalmente daqueles que se dedicam a chamada de subsistência.

CONGELAMENTO

— Simultâneamente a adoção do plano de estabilização econômica que visa a contenção da alta dos preços e objetiva o estabelecimento do equilíbrio econômico e a estabilidade social — continuou o sr. Gervasio Inoue — o govêrno federal, não obstante a forte oposição das classes produtoras, não resistindo à pressão dos representantes dos trabalhadores que então estavam a exigir reajuste do salário mínimo, decretou repentinamente o congelamento dos preços no dia 18 de novembro do ano passado.

Contra essa medida, que foi recebida momentâneamente com agrado pela população consumidora, mas de conseqüências desastrosas porque congelava unilateralmente os preços dos produtos agrícolas, particularmente dos gêneros alimentícios, se ergueram vozes contrárias dos produtores da zona rural. É, de fato, o custo da produção agrícola, pelas razões acima referidas, sofreu alta impressionante da ordem de 50 a 100% em comparação com aquêle do ano precedente; e o congelamento puro e simples, sem a contrapartida das medidas sustadoras da elevação dos preços dos bens de produção traria como conseqüência inevitável a queda na produção, pelo desestímulo, desinterêsse e abandono.

Assim, os representantes das entidades rurais e das cooperativas se dirigiram à COFAP e a outros órgãos

governamentais para expor a situação difícil em que se achavam os produtores diante da elevação dos preços dos materiais e do custo da mão de obra. As autoridades, reconhecendo a justeza do arrazoado, houveram por bem tomar providências para que se atenuassem parcialmente os efeitos da citada medida.

CÍRCULO VICIOSO

"Outro problema é o do salário-mínimo, que deve estar de acôrdo com o custo de vida. Mas, se não forem corrigidas as causas inflacionárias e seu estudo não se alicerçar em dados estritamente técnicos, o salário e o custo de vida cairão em círculo vicioso de causa e efeito, de profundas repercussões sôbre tôda a economia nacional.

A última fixação de bases de salário-mínimo, com a elevação de 60 por cento de um só golpe, resultou em novas altas, sobretudo nos preços de produtos industrializados, acarretando novas elevações no custo de vida. Para a agricultura, a rápida e acentuada elevação dos preços de materiais de produção e de generos de consumo diário veio agravar mais a sua já dramática situação, de vez que seus produtos, mesmo aquêles cujos preços não foram tabelados, estão sujeitos aos inexoráveis princípios da lei da oferta e da procura, considerada dentro das naturais restrições do tempo e do espaço, devido à fácil deterioração, e que por isso não se reajustam imediatamente aos bruscos desvios da economia".

SITUAÇÃO GERAL

A seguir, o diretor-presidente da C A C passou a examinar a situação geral daquela Cooperativa, através dos números

"Não obstante a conjuntura por vêzes desfavorável ao desenvolvimento da agricultura, as atividades que integram nossa organização registraram resultados excelentes e o nosso movimento geral, de mais de seis bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, alcançou avanço marcante de 46% em relação ao resultado do último exercício

Em nossos movimentos de vendas e compras registraram-se, respectivamente, aumentos de 36 % e 66 % em comparação com o exercício precedente.

O setor de crédito também apresentou apreciável progresso, tendo alcançado a cifra total de ... . Cr$ 2.657.2202.82,90. O crescimento dos depósitos em 48 % dos financiamentos, traduz a segurança dos empreendimentos dos nossos associados e o criterioso estudo na aplicação dos recursos.

Quanto a nossas vendas, segundo mercados, demonstra a percentagem das mesmas que 75% são feitas nos dois grandes centros consumidores: São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo vendemos um bilhão, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros e no Rio quinhentos e noventa e um milhões e trinta e três mil cruzeiros, sendo que batatas, ovos, tomates, hortaliças e verduras constituiram a parte de maior relêvo nesse movimento".

CAFÉ

"Quero ressaltar ainda que, sendo a coluna mestra da economia brasileira o café, a defesa integral e mais intensa exportação dêsse produto, que participa com cêrca de 65% da nossa receita de divisas, se torna necessária e imperiosa. É a única maneira de melhorar o nosso balanço de comércio exterior é a produção do café de alta qualidade, pela racionalização do método de trabalho na colheita, secagem, beneficiamento e pela instalação de maquinários modernos e adequados. Todavia, a produção de café fino requer, além da técnica e cuidados, considerável montante de capital, excessivamente pesado para os pequenos sitiantes. De outro lado, na comercialização local, nem sempre à qualidade do produto tem sido assegurado preço mais vantajoso

Atendendo à relevância do do problema e ao apêlo dos cafeicultores associados de várias regiões, a Cooperativa, depois de criterioso estudo resolveu iniciar suas atividades neste setor

Neste primeiro ano de trabalho foi pequeno o volume de operações, mas, como as perspectivas de aumento são grandes, já instalamos centros de beneficiamento modelares em Londrina, Adamantina e Cuiabá paulista

Com a recente organização de numerosas cooperativas de produtores de café em diversas regiões do Estado e do país, os lavradores passarão a efetuar, eles próprios, a exportação trazendo uma grande contribuição ao comércio exportador e, ao mesmo tempo, introduzindo inovações radicais no sistema comercial dêsse importante setor da economia nacional

NOVOS EMPREENDIMENTOS

No dia 20 do corrente mês, a Cooperativa Agrícola de Cotia lançou-se em novo empreendimento. Foi inaugurado, no Jaguaré, o seu modelar matadouro e frigorífico para aves, com capacidade para abater e limpar cêrca de 600 cabeças por hora, em processo mecânico. O frigorífico tem capacidade para armazenar 220 000 aves, as quais passam, depois de mortas e limpas, por um túnel de congelamento rápido, sob a temperatura de 36 graus abaixo de zero. Em menos de trinta minutos dá-se o congelamento, sendo em seguida, já empacotados, conservadas na câmara frigorífica, numa temperatura de 18 graus abaixo de zero

O custo dêsse matadouro-frigorífico é de trinta e cinco milhões de cruzeiros, e ele possibilitará a substituição do transporte oneroso de aves vivas para o Rio, mercado que abastecerá consideravelmente.

"Uma organização se desenvolve e se expande de acordo com a sua significação e função específica na vida comunitária — acrescentou o sr. Gervásio Tu-

daqui inoue. É por isso que a pequena cooperativa fundada pelos 83 pioneiros do Moinho Velho, visando à solução dos problemas da sua vida produtiva pela união de esforços, além de abrir ensejo para a fundação de dezenas de outras entidades congêneres, chegou à proporção atual. E, hoje, contamos com 7 mil lavradores associados de 33 nacionalidades diferentes se dedicando à produção de batatas, tomates, ovos, cereais, fibras, legumes e frutas, num total de mais de 200 espécies.

Nosso cooperativismo rural é a própria expressão da agricultura nacional e de seu lavvrador, que neste mento enfrentam transformações revolucionárias, resultantes das conquistas modernas da técnica e esquisa e, sobretudo, em decorrência da nova fase que se inaugura no panorama da economia de nosso país. A par da mecanização e especialização racional da cultura, a lavoura terá que se expandir para a valorização de seus produtos pela industrialização e processamento. E, neste capitulo, — concluiu o entrevistado — às cooperativas estão reservadas tarefas relevantes e de largas perspectiva/".

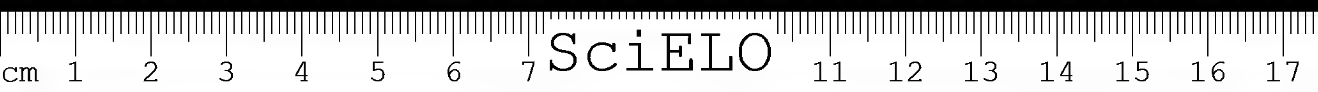
Convite a um Cooperativista Brasileiro

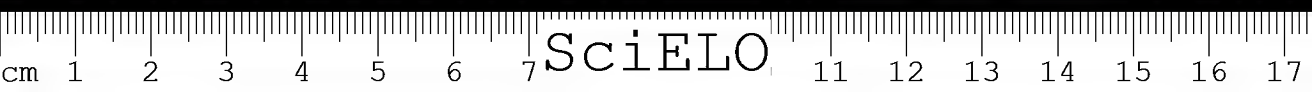


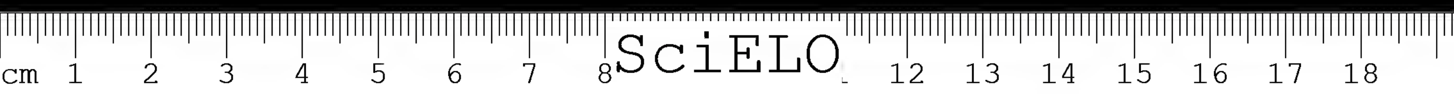
O **"Office Central de la Coopération à l'École"**, de Paris, é uma associação nacional francesa criada em 1901. É órgão técnico que assessora o movimento cooperativo escolar francês, o qual, atualmente, reune umas 28.000 cooperativas escolares, quase 1 milhão e meio de cooperadores. Tem repercussão mundial.

M. Colombain, que já foi um dos diretores do "Bureau International du Travail", de Genebra, a publicista especializado mundialmente conhecido, atual presidente da "Comissão Internacional" do citado "Office", **M. Colombain** acaba de convidar o **Dr. Fábio Luz Filho** para, como representante do "Office" na América do Sul, integrar um comité internacional.

M. Colombain em um de seus livros já havia feito referências ao livro do Dr. Fábio Luz Filho — **"Cooperativas escolares"** — que o Serviço de Economia Rural brevemente lançará em quinta edição refundida e atualizada.


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19